

**UNIVERSIDADE VALE DO SAPUCAÍ
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
MICHELE MARTINS SILVA RIBEIRO**

**AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: A PERCEPÇÃO DOS RESULTADOS
SOB O OLHAR DAS COMPETÊNCIAS PRECONIZADAS POR PHILIPPE
PERRENOUD**

POUSO ALEGRE/ MG

2021

MICHELE MARTINS SILVA RIBEIRO

**AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: A PERCEPÇÃO DOS RESULTADOS
SOB O OLHAR DAS COMPETÊNCIAS PRECONIZADAS POR PHILIPPE
PERRENOUD**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação da Universidade do Vale do Sapucaí, elaborada na linha de Pesquisa: “Formação do Profissional Docente, Práticas Educativas e Gestão da Educação”, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof.^a Dr. Nelson Lambert de Andrade

POUSO ALEGRE/ MG

2021

Ribeiro, Michele Martins Silva.

Autoavaliação institucional: a percepção dos resultados sob o olhar das competências preconizadas por Philippe Perrenoud/ Michele Martins Silva Ribeiro; Orientação de Prof. Dr. Nelson Lambert de Andrade – Pouso Alegre: 2021. 218 f.

Inclui bibliografias. p. 124

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS).

1. Autoavaliação. 2. Competências. 3. Educação. 4. Políticas. III. Andrade, Nelson Lambert de (orient.) IV. Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS). V. Autoavaliação institucional: a percepção dos resultados sob o olhar das competências preconizadas por Philippe Perrenoud.

CDD: 370.115

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a dissertação intitulada "AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: A PERCEPÇÃO DOS RESULTADOS SOB O OLHAR DAS COMPETÊNCIAS DE PHILIPPE PERRENOUD" foi defendida, em 27 de fevereiro de 2021, por MICHELE MARTINS SILVA RIBEIRO, aluna regularmente matriculada no Mestrado em Educação, sob o Registro Acadêmico nº 98014938, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:



Prof. Dr. Nelson Lambert de Andrade
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientador



Profa. Dra. Neide de Brito Cunha
Centro Paula Souza – CEETEPS
Examinadora



Profa. Dra. Neide Pena
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinadora

*Dedico ao meu pai Francisco (in memoriam),
que durante a vida não mediu esforços para que eu tivesse um bom estudo, e
que ao lado de Deus, hoje comemora minha conquista.*

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos iniciais se estendem a Deus, pois colocou pessoas imensuráveis ao meu lado, sem as quais não teria concluído esta jornada.

A meus pais, Francisco e Beatriz, meu infinito agradecimento e amor.

Abriram mão de si mesmos para que eu pudesse ter o melhor estudo, o melhor direcionamento. Alegraram-se com minhas vitórias e me consolaram nos fracassos. O exemplo, a dedicação e a doação de minha mãe se transformaram em quem sou, uma pessoa que tenta ser melhor a cada dia, mas que sabe o quanto ainda erra. Minha maior tristeza, não poder dividir com meu pai esta conquista, pois Deus o chamou, mas busco como consolo seu sorriso, olhar orgulhoso e a esperança de que esteja feliz no seu descanso eterno.

Aos meus irmãos, Marcos (*in memoriam*) e Maurizo, companheiros e exemplos de superação.

Ao Marcos agradeço por mostrar o quanto o aprendizado vem acompanhado de angústias, de questionamentos, de busca. Deus o chamou muito cedo, mas seu legado é presença marcante na vida de todos. Ao Maurizo, por ser forte, companheiro e por sua incontestável honestidade. Quando o vejo, percebo quem quero ser “quando crescer”, mesmo com uma perda indescritível permanece vivo para os outros, mesmo que vazio por dentro.

Ao meu esposo, Wellington, meu companheiro e suporte em todos os momentos.

Existem pessoas que nos levantam e outras que nos derrubam, ao meu esposo agradeço por todas as conquistas, vivemos numa grande escada, permanecemos no mesmo degrau em alguns momentos, mas subimos vários na maioria das vezes. Meu companheiro de batalha, trilhamos muitos caminhos tortuosos, não foi fácil a conclusão desta jornada e você sempre ao meu lado. Em muitos momentos sendo mais por mim do que por você. Não há palavras para agradecer, somente Te Amo!!

Aos meus professores, canais de conhecimento infinito.

Professor Dr. Nelson Lambert, também meu orientador, agradeço pela pessoa e profissional que é. Obrigada por sua dedicação, por sempre ter acreditado e depositado sua confiança em mim ao longo deste período, sem sua orientação, apoio e amizade nada disso seria possível.

Professora Dra. Neide Brito, agradeço pelo início desta pesquisa, ainda com sua orientação e, claro por continuar sua contribuição exímia e calorosa quando membro da banca. Agradeço por sua disponibilidade e amabilidade nas colocações, mostrando que o ambiente acadêmico é rigoroso, mas rodeado de gentileza.

Professora Dra. Neide Pena, agradeço pela dedicação, gentileza e pelo exemplo de como gerir. Seu trabalho perpassa a responsabilidade e se transforma em maternidade, nos assume como filhos e nos direciona não só como educadores, mas como pessoas melhores. Aproveito e estendo meus agradecimentos a todos os professores do programa de pós-graduação da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), o conhecimento que nos é repassado não tem como ser medido, não há palavras que possam exprimir os verdadeiros sentimentos de gratidão.

Agradeço, por fim, à Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS) e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), por oferecer os subsídios necessários para a realização desta pesquisa.

“Competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos para solucionar uma série de situações”.

Philippe Perrenoud

RIBEIRO, Michele Martins Silva. **Autoavaliação institucional: a percepção dos resultados por meio das competências preconizadas por Philippe Perrenoud.** 2021. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, MG, 2021.

RESUMO

Para demonstrar o conteúdo abordado nesta dissertação, apresentamos que a responsabilidade pela qualidade do ensino superior não deve ser somente administrada pelo Estado, mas da competência de todos que estão ligados ao conceito educacional. Um conceito que também traz um anseio pessoal, visto que a instituição objeto de pesquisa, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, traz como missão a excelência na qualidade educacional atrelada a uma formação crítico social do aluno. Este trabalho teve como objetivo geral - atribuir nova reflexão aos resultados apresentados no relatório de autoavaliação institucional, com base na descrição das competências definidas por Perrenoud em similaridade às dimensões, proporcionando assim, uma nova forma de análise com vistas à melhoria na qualidade do ensino superior e como objetivos específicos: estabelecer por meio da história brasileira o motivo da implantação de programas de controle para melhorar a qualidade do ensino superior; fazer um paralelo entre os conceitos das dimensões do SINAES frente às competências definidas por Perrenoud com a finalidade de estabelecer similaridades; relacionar entre si os resultados da autoavaliação do IFSULDEMINAS disponibilizados no site institucional, no período compreendido entre 2014 e 2018, apresentando os pontos fortes e fracos destacados; e, por fim, mapear os resultados anteriores de acordo com as competências evidenciadas por Philippe Perrenoud. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em artigos, livros, teses e dissertações, elaborados pelos seguintes estudiosos acadêmicos: (DELORS, 1998; DIAS SOBRINHO, 2008; PERRENOUD, 1999, 2001, 2002), entre outros. Foi elaborada também uma pesquisa documental pautada da legislação que regulamenta o sistema de avaliação do Ensino Superior brasileiro e nos relatórios da autoavaliação do IFSULDEMINAS. O foco desta pesquisa está no relatório da avaliação interna, especificamente nas dimensões em similaridade às competências trazidas por Philippe Perrenoud, a fim de proporcionar uma reflexão sobre a democratização do acesso, compromissos e responsabilidades da instituição, conforme Lei 10.861/2004. Após análise pode-se concluir que as competências proporcionam um olhar didático às dimensões, bem como à análise dos relatórios. Após mapeamento, fez-se as seguintes considerações: as competências ligadas à formação individual, cooperação mútua e ampliação do conhecimento tiveram melhora durante o período estudado; já aquelas ligadas ao conhecimento dos objetivos e metas, à transparência e aproximação da equipe de gestão tiveram potencialidades apresentadas, mas ainda precisam de intervenção em fragilidades elencadas nos relatórios. Mas, as competências que trazem como base a comunicação e engajamento social devem ser abordadas como desafios a fim de se construir um processo de proximidade e comprometimento entre a instituição e a comunidade que a compõe.

Palavras-chave: Autoavaliação. Competências. Educação. Políticas.

RIBEIRO, Michele Martins Silva. **Institutional self-assessment: the perception of results through the competences recommended by Philippe Perrenoud**. 2021. 218 f. Dissertation (Master in Education) - Vale do Sapucaí University, Pouso Alegre, MG, 2021.

ABSTRACT

To demonstrate the content covered in this dissertation, we present that the responsibility for the quality of higher education should not only be administered by the State, but within the competence of all those linked to the educational concept. A concept that also brings a personal desire, since the institution object of research, the Federal Institute of Education, Science and Technology of the South of Minas Gerais, brings as a mission the excellence in the educational quality linked to a critical social formation of the student. This work had as a general objective - to give a new reflection to the results presented in the institutional self-assessment report, based on the description of the competences defined by Perrenoud in similarity to the dimensions, thus providing a new form of analysis with a view to improving the quality of higher education and as specific objectives: to establish, through Brazilian history, the reason for the implementation of control programs to improve the quality of higher education; make a parallel between the concepts of the dimensions of SINAES in view of the competences defined by Perrenoud in order to establish similarities; relate to each other the results of the self-assessment of IFSULDEMINAS made available on the institutional website, in the period between 2014 and 2018, presenting the highlighted strengths and weaknesses; and, finally, to map the previous results according to the competences evidenced by Philippe Perrenoud. The bibliographic research was developed based on articles, books, theses and dissertations, prepared by the following academic scholars: (DELORS, 1998; DIAS SOBRINHO, 2008; PERRENOUD, 1999, 2001, 2002), among others. A documentary research was also carried out based on the legislation that regulates the Brazilian Higher Education assessment system and on the self-assessment reports of IFSULDEMINAS. The focus of this research is in the internal evaluation report, specifically in dimensions similar to the competences brought by Philippe Perrenoud, in order to provide a reflection on the democratization of access, commitments and responsibilities of the institution, according to Law 10.861 / 2004. After analysis it can be concluded that the competences provide a didactic look at the dimensions, as well as the analysis of the reports. After mapping, the following considerations were made: the skills related to individual training, mutual cooperation and knowledge expansion improved during the studied period; those related to the knowledge of the objectives and goals, the transparency and approximation of the management team had potentialities presented, but still need intervention in weaknesses listed in the reports. However, the competencies that are based on communication and social engagement must be approached as challenges in order to build a process of proximity and commitment between the institution and the community that comprises it.

Keywords: Self-assessment. Skills. Education. Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Expansão das escolas de Ensino Superior após a II Guerra Mundial.....	27
Figura 2 – Taxa Bruta de Matrícula na graduação (2012 – 2017).....	36
Figura 3 – Participação do segmento público na expansão de matrículas – Brasil – 2012-2016	37
Figura 4 – Etapas da autoavaliação institucional	55
Figura 5 – Educação do Século XXI: 4 pilares da educação	59
Figura 6 – Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932).....	79
Figura 7 – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.....	82
Figura 8 – Unidades do IFSULDEMINAS	84
Figura 9 – IFSULDEMINAS: Modalidades oferecidas.....	85
Figura 10 – IFSULDEMINAS: Modalidades por Campi	85
Figura 11 - Cálculo utilizado nos Relatórios de autoavaliação 2015, 2016 e 2017	177
Figura 12 - Cálculo utilizado no Relatório de Autoavaliação 2018.....	203

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pesquisa nos Periódicos da CAPES	19
Quadro 2 - Pesquisa no BDTD	20
Quadro 3 – O Ensino Superior: princípios e marcos	27
Quadro 4 – Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU – 1983).....	39
Quadro 5 – Programa de avaliação das universidades brasileiras (PAIUB – 1985).....	40
Quadro 6 – Exame Nacional de Cursos – ENC (O provão – 1995)	41
Quadro 7 – Síntese do Marco Legal (diagnóstico)	44
Quadro 8 - Legislações após 2004.....	48
Quadro 9 – Responsabilidade pela avaliação e regulação no Ensino Superior Brasileiro	49
Quadro 10 – Dimensões do SINAES.....	52
Quadro 11 – 10 Novas Competências para Ensinar	68
Quadro 12 – SINAES/ Eixos versus Competências para ensinar de Perrenoud.....	70
Quadro 13 – Expansão da Rede Federal: Fases	81
Quadro 14 – Tipos e modalidades de cursos ofertados pelo IFSULDEMINAS	85
Quadro 15 - Dimensão 1 e competência (análise)	88
Quadro 16 - Dimensão 2 e competência (análise)	89
Quadro 17 - Dimensão 3 e competência (análise)	90
Quadro 18 - Dimensão 4 e competência (análise)	91
Quadro 19 - Dimensão 5 e competência (análise)	91
Quadro 20 - Dimensão 6 e competência (análise)	92
Quadro 21 - Dimensão 7 e competência (análise)	93
Quadro 22 - Dimensão 8 e competência (análise)	93
Quadro 23 - Dimensão 9 e competência (análise)	94
Quadro 24 - Dimensão 10 e competência (análise)	95
Quadro 25 - Competência: participar da administração da escola no período de 2014 a 2018	97
Quadro 26 - Competência: administrar a progressão de aprendizagens no período de 2014 a 2018.....	97
Quadro 27 - Competência: enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão no período de 2014 a 2018.....	99

Quadro 28 - Competência: informar e envolver os pais/ comunidade no período de 2014 a 2018.....	100
Quadro 29 - Competência: administrar a própria formação contínua	100
Quadro 30 - Competência: envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho	101
Quadro 31 - Competência: usar novas tecnologias no período de 2014 a 2018.....	102
Quadro 32 - Competência: organizar e dirigir situações de aprendizagem no período de 2014 a 2018.....	104
Quadro 33 - Competência: conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação no período de 2014 a 2018.....	105
Quadro 34 - Competência: trabalhar em equipe no período de 2014 a 2018	107
Quadro 35 - Relatórios de autoavaliação 2014 - 2018: comparativo das potencialidades e fragilidades quanto às competências definidas por Perrenoud	108
Quadro 36 - Relatório de autoavaliação 2014: potencialidades e fragilidades por Campus	124
Quadro 37 - Relatório de autoavaliação 2015, 2016 e 2017: potencialidades e fragilidades.....	179
Quadro 38 - Relatório de Autoavaliação 2018: resumo	205

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Levantamento de pesquisa	18
Tabela 2 - Distribuição das dimensões avaliadas de 2015 a 2017	96
Tabela 3 – Relatório de autoavaliação 2015, 2016 e 2017: resumo da aplicação.....	176
Tabela 4 - Relatório de autoavaliação 2015, 2016 e 2017: segmentos participantes por Campi.....	177
Tabela 5 - Escala utilizada para definição de potencialidades e fragilidades	178
Tabela 6 – Relatório de autoavaliação 2018: Resumo da aplicação 2018	202
Tabela 7 - Relatório de autoavaliação 2018: Segmentos participantes por Campi.....	203
Tabela 8 - Escala utilizada para definição de potencialidades e fragilidades	204

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE	Avaliações das Condições de Ensino
ACG	Avaliação dos Cursos de Graduação
ANDES	Sindicato de Docentes das Instituições de Ensino Superior
BASIS	Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEA	Comissão Especial de Avaliação
CEFETS	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caraíbas
CES	Câmara de Educação Superior
CET	Centro de Educação Tecnológica
CF	Constituição Federal
CIEP	Centros Integrados de Ensino Público
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
EAA	Escolas de Aprendizes Artífices
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC	Exame Nacional de Cursos
EPT	Educação profissional e tecnológica
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FIES	Financiamento Estudantil
FNDE	Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GERES	Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior
GPEG	Grupo de Pesquisa em Educação e Gestão
IES	Instituições de Ensino Superior
IF	Institutos Federais

IFSULDEMINAS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	Ministério da Educação
MP	Medidas Provisórias
PAIUB	Programa de avaliação das universidades brasileiras
PARES	Programa de Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior
PARU	Programa de avaliação da reforma universitária
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade para todos
RFEPT	Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
SEEC	Serviço de Estatística da Educação e Cultura
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SERES	Secretaria de Regulação da Educação Superior
SESU	Departamento de Supervisão do Ensino Superior.
SETEC	Secretaria de Ensino Profissional e Tecnológica
SIEDSup	Sistema Integrado de Informações da Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TBM	Taxa bruta de matrícula
UNE	União Nacional do Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	DA INQUIETAÇÃO PESSOAL A UMA MOTIVAÇÃO DE PESQUISA ...	21
1.2	MÉTODO E ESTRUTURA DA PESQUISA	23
2	ENSINO SUPERIOR: DA CRIAÇÃO AO CONTROLE	25
2.1	O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO.....	25
2.1.1	A Linha do Tempo do Ensino Superior Brasileiro	26
2.1.2	As Políticas Públicas e a democratização do Ensino Superior	33
2.2	REGULAÇÃO E MANUTENÇÃO DA QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR.....	38
2.2.1	Programa de avaliação da reforma universitária (PARU – 1983)	38
2.2.1.1	Programa de avaliação das universidades brasileiras (PAIUB – 1993)	39
2.2.1.2	Exame nacional de cursos – ENC (O provão – 1995)	41
3	A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI	43
3.1	DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ÀS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	43
3.2	SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)	47
3.2.1	A Autoavaliação Institucional	54
4	EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI: a importância da competência para os quatro pilares da educação	58
4.1	SÉCULO XXI: OS QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO	58
4.1.1	Primeiro pilar: aprender a conhecer	59
4.1.2	Segundo pilar: aprender a fazer	60
4.1.3	Terceiro pilar: aprender a viver juntos ou conviver	61
4.1.4	Quarto pilar: aprender a ser	61

4.1.5	As Competências apresentadas por Philippe Perrenoud sob o olhar das Dimensões previstas na Lei 10.861/2004.....	64
4.1.5.1	Eixo 1: Planejamento e avaliação institucional <i>versus</i> competência: organizar e dirigir situações de aprendizagem.....	71
4.1.5.2	Eixo 2: Desenvolvimento institucional <i>versus</i> competências: participar da administração da escola e enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão	71
4.1.5.3	Eixo 3: Políticas acadêmicas <i>versus</i> competências: administrar a progressão das aprendizagens; informar e envolver os pais/ comunidade e conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação	72
4.5.1.4	Eixo 4: Políticas de gestão <i>versus</i> competências: administrar sua própria formação contínua; envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho e administrar sua própria formação contínua	73
4.5.1.5	Eixo 5: Infraestrutura Física <i>versus</i> competência: utilização de novas tecnologias	74
5	A AUTOAVALIAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	76
5.1	INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA BRASILEIRA.....	76
5.2	O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	83
5.2.1	A autoavaliação no IFSULDEMINAS	86
6	ANÁLISES E DISCUSSÕES.....	88
6.1	NOVAS REFLEXÕES PARA AS DIMENSÕES DA LEI Nº 10.861/2004... ..	88
6.2	OS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	96
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
	REFERÊNCIAS	116
	APÊNDICE A - Relatório de Autoavaliação Institucional – 2014.....	124
	APÊNDICE B - Relatório de Autoavaliação Institucional – 2015, 2016 e 2017	176
	APÊNDICE C - Relatório de Autoavaliação Institucional - 2018	202

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado está vinculada ao Grupo de Pesquisa em Educação e Gestão (GPEG) – certificado pela Universidade do Vale do Sapucaí, cadastrado no Diretório do CNPq, linha de Pesquisa Educação e Gestão. O tema remete às possibilidades de diagnóstico apresentadas pelos resultados promovidos pela autoavaliação institucional, precisamente às competências visando a melhoria da qualidade do Ensino Superior.

Ao elencar temas direcionados às áreas que regulam a qualidade do ensino, nos deparamos com a preocupação de quem é a responsabilidade por essa prática na educação. Pena (2019, p. 15) define que “a prática da avaliação extrapola o aspecto tradicionalmente considerado pedagógico e projeta novas dimensões ao trabalho educativo”, sendo a responsabilidade não somente administrada pelo Estado, mas da competência de todos que estão ligados ao conceito educacional.

O processo de regulação no meio educacional, na maioria das vezes, prioriza a burocracia administrativa e insuficiente frente a estratégias voltadas para a melhoria do ensino. Gastamos muito tempo com sobrecarga exaustiva de documentos e comprovações, e adiamos a busca por melhorias pedagógicas que viabilizam uma educação de qualidade.

É uma burocracia minimalista que cerca o trabalho docente de desafios que interagem com eixos, descritos por Pimenta e Anastasiou (2002, p. 13), como “saberes imprescindíveis”. A instituição já não é somente uma transmissora do saber, sua representação está muito além, pois o trabalho docente deixou de ser um movimento realizado em sala de aula, se transformando em um processo de formação social-psicológica acrescido das rotinas administrativas relativas ao processo administrativo-educativo.

Mas não foi somente a burocracia minimalista que integrou a rotina educativa, também temos a forma de avaliar que sofreu mudanças, pois o controle passou a ser uma “prática social educativa, que incorporou princípios fundamentais de formas, relações socioeducativas, dinâmicas de processos de ensino-aprendizagem, organização institucional e concepções de educação e de sociedade” (BRASIL, 2009, p. 97). Sendo assim, os resultados apresentados pelo processo avaliativo não deviam se ater somente a

rankings competitivos, mas deveriam ser propulsores de estratégias significativas com o intuito de melhorar a qualidade do ensino.

Os *rankings* construídos pelas avaliações institucionais se transformaram numa estratégia de *marketing* das Instituições de Ensino Superior (IES) para captar candidatos. Quanto maior o quantitativo de candidatos por vaga, melhor era considerada a IES aos olhos das comunidades, no entanto, conforme menciona Dias Sobrinho (2003, p. 106), esses resultados deveriam estabelecer índices que visam assistir a um controle com o objetivo de aumentar a “eficiência e produtividade” da qualidade do Ensino Superior institucional.

É uma qualidade que tem sido alvo de preocupações desde a década de 1960, conforme afirmação de Ferreira (2013, p. 13) ao abordar que “a qualidade das instituições de Ensino Superior tem sido questionada desde a expansão na quantidade de vagas ocorrida na década de 1960, no governo militar, por meio da Reforma do Ensino Superior em 1968”. Situação ainda presente no século XXI, pois a edição disponibilizada pelo Ministério da Educação (MEC) que trata do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Brasileira (SINAES), destaca como compromisso a “construção coletiva de conhecimento sobre a avaliação no contexto da educação superior”, buscando “melhorar permanentemente a qualidade da educação brasileira e orientar a sua expansão, considerando a inclusão social e a formação cidadã” (BRASIL, 2009, p. 14).

Assim, volto ao início do texto quando é apresentada a indagação a quem compete a responsabilidade quanto a regulação do ensino superior. A edição do SINAES atribui ao Estado o papel de regulador, não somente burocrático ou impositivo, mas “de modo a fornecer elementos para a reflexão e propiciar melhores condições de desenvolvimento”(p. 95), com o intuito não de mero controle, mas de “melhorar o cumprimento dos compromissos institucionais, por meio da elevação da consciência pedagógica e da capacidade profissional dos docentes, da produção de conhecimentos (p. 96)” [...], partindo do princípio de “que os processos avaliativos em seu conjunto precisam instituir um sistema de avaliação em que as diversas dimensões da realidade sejam avaliadas” (p. 93). (BRASIL, 2009, p. 93).

A política governamental instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) traz como princípios e critérios: a educação como um direito social e dever do Estado, valores sociais, regulação e controle, prática social,

respeito à identidade e a diversidade, globalidade e legitimidade. Sua proposta passa por três momentos, sendo:

- primeiro momento: a autoavaliação (realizada pela própria instituição);
- segundo momento: a avaliação externa – Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) (organizada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES));
- terceiro momento: Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE).

Trazendo a argumentação que consta na edição dos SINAES, “devendo haver uma interação com processos diversos que viabilizarão procedimentos e instrumentos, na forma de estudos, discussões, juízos de valor a respeito de todas as dimensões e estruturas institucionais” (BRASIL, 2009, p. 93), buscou-se trabalhar com os resultados de um dos momentos da Avaliação Institucional com a finalidade de evidenciar diagnósticos propulsores à criação de estratégias, assim pensou-se no seguinte problema de pesquisa: Utilizando os resultados da autoavaliação em paralelo às competências definidas por Perrenoud, quais competências podem ser destacadas como alcançadas e quais merecessem atenção, a fim de contribuir para a melhoria da qualidade do Ensino Superior?

A escolha da autoavaliação institucional foi intencional, pois se trata do ponto de partida dos processos avaliativos, momento em que a instituição busca a participação ativa de toda a comunidade escolar, com ênfase “nos processos de ensino, pesquisa e extensão, sempre que possível de forma integrada, mas tendo em vista a concepção de formação e de responsabilidade social nos termos definidos pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI)” (BRASIL, 2009, p. 113).

De acordo com a proposta do SINAES, os dados produzidos deviam ser redirecionados, a fim de promover diagnósticos e estratégias observando-se a organização internamente, bem como garantindo a qualidade do serviço acadêmico prestado aos alunos. Esse processo de autoavaliação é conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é regida pela Lei n.º 10.861/ 2004 (Art. 11º),

cada instituição de Ensino Superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação – CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), obedecidas as seguintes diretrizes: I – constituição por

ato do dirigente máximo da instituição de Ensino Superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos; II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

Na lei de criação da CPA, foram estabelecidos a forma de constituição, as atribuições e diretrizes. É necessário que, em sua composição, esteja uma representatividade de cada segmento da instituição, os componentes precisam ser imparciais e suas atuações são desvinculadas de outros órgãos e comissões. Para a finalização do relatório institucional, faz-se o comparativo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), obrigatoriamente quando processo de credenciamento ou alteração da organização acadêmica da IES.

É explicado por Andrade; Pena (2019, p. 283) que o processo de avaliação está em constante aprimoramento. Durante a visita na IES analisa-se todo o planejamento quanto à avaliação institucional, inclusive a autoavaliação promovida pela CPA. Situação que visa buscar a efetividade, com vistas à melhoria, em prol da qualidade do ensino acadêmico.

A fim de promover uma nova reflexão, com o objetivo de contribuir para essa melhoria, a percepção dos resultados do relatório da autoavaliação com enfoque no olhar da competência apresentada por Perrenoud, traz um olhar estratégico-reflexivo. Corroborando assim, com a seguinte hipótese: a autoavaliação institucional permite ser mapeada pelas competências, proporcionando uma interpretação didática dos diagnósticos reguladores apresentados pelos relatórios de autoavaliação.

Para a realização da pesquisa apresentada nesta dissertação, estabeleceu-se o seguinte objetivo geral – atribuir nova reflexão aos resultados apresentados no relatório de autoavaliação institucional, com base na descrição das competências definidas por Perrenoud em similaridade às dimensões, proporcionando novas considerações com vistas à melhoria na qualidade do ensino superior.

A escolha dessas competências definidas por Perrenoud foi baseada nas perspectivas educacionais da educação propostas para o século XXI, que buscam uma educação que aborde todos os eixos e que deve ser proporcionada ao longo da vida, com a implementação de novas políticas, parcerias entre o público e privado, tecnologias e regulações. Uma educação que trabalhe o aluno por inteiro, desde suas habilidades técnicas às suas habilidades comportamentais.

Para alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: estabelecer por meio da história brasileira o motivo da implantação de programas de controle para melhorar a qualidade do ensino superior; fazer um paralelo entre os conceitos das dimensões do SINAES frente às competências definidas por Perrenoud com a finalidade de estabelecer similaridades; relacionar entre si os resultados da autoavaliação do IFSULDEMINAS disponibilizados no *site* institucional, no período compreendido entre 2014 e 2018¹, apresentando os pontos fortes e fracos destacados; e, por fim, mapear os resultados anteriores de acordo com as competências evidenciadas por Philippe Perrenoud.

Ao fazer uma abordagem dos temas em conformidade com o conceito atribuído ao aluno, de assumir o papel de construtor do seu conhecimento, da defesa por uma educação ao longo da vida e da busca por uma qualidade educacional que perpasse os muros da instituição, temos que atrelar os temas Educação Superior, autoavaliação e competências. Isso, pois juntos buscam estabelecer o vínculo do conhecimento técnico, crítico, reflexivo com o mercado de trabalho, trazem a formação ética do aluno e sua postura profissional frente às tribulações que possam surgir dentro ou fora da organização que esteja inserido.

O ineditismo dessa dissertação se deve basicamente ao fato de não terem sido encontrados trabalhos publicados, no período de 2004 a 2020², que estabeleceram uma análise da autoavaliação institucional com base nas competências definidas por Perrenoud. Conforme demonstrado na Tabela 1, após levantamento na BDND, nos Periódicos da Capes e na *Scielo* são apresentados muitos objetos de pesquisa tendo como foco a Educação, Autoavaliação, Competências ou Competências definidas por Perrenoud, separadamente.

Tabela 1 - Levantamento de pesquisa

Objeto de estudo	BDND³	Periódicos da Capes	Scielo⁴
Educação	80.535	105.081	2284
Educação, Autoavaliação	336	608	199
Educação, Competência	4.361	5.661	794

¹ O INEP informou, via caixa de mensagens do sistema e-MEC das instituições, a suspensão por prazo indeterminado da entrega dos relatórios das CPA, referente a 2019, por conta da pandemia.

² A escolha desse recorte temporal justifica-se, pois o SINAES foi criado pela Lei nº 10.861, em 14 de abril de 2004.

³ Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

⁴ *Scientific Electronic Library Online*

Educação, Autoavaliação, Competência	52	155	8
Educação, Autoavaliação, Competência, Perrenoud	6	5	0

Fonte: Elaborado pela autora.

A Tabela 1 mostra que a especificação do tema diminui o quantitativo de publicações, resultando somente seis na BNDN e cinco nos Periódicos da Capes. A fim de apresentar quais os assuntos abordados por esses trabalhos, construiu-se os Quadros 1 e 2. O Quadro 1 traz o título, autores e assunto central dos trabalhos encontrados nos Periódicos da Capes.

Quadro 1 - Pesquisa nos Periódicos da CAPES

Título	Autor(es)	Resumo (tema)
Matriz de ações de alimentação e nutrição na Atenção Básica de Saúde: referencial para a formação do nutricionista no contexto da educação por competências.	JUNQUEIRA, T. S.; COTTA, R. M. M. (2014)	Este estudo teve dois objetivos, a saber, realizar uma revisão crítica dos estudos que fundamentam a formação e a prática do nutricionista no contexto da Atenção Básica à Saúde (APS) do Sistema Único de Saúde (SUS), e avaliar a contribuição da matriz alimentar e ações de nutrição na atenção primária à saúde nesta discussão.
Competências docentes na perspectiva de professores de línguas estrangeiras.	CONSOLO, D. A.; PORTO, C. F. C. (2013)	O artigo tem como objetivo tecer algumas considerações acerca das competências docentes sob a perspectiva de um grupo de professores de línguas da rede pública.
Formação em administração: o gap de competências entre alunos e professores	NOGUEIRA, A. J. F. M.; BASTOS, F. C. (2012)	Este artigo é resultado de uma pesquisa que teve como objeto a verificação da forma pela qual professores e alunos de um curso de Administração, em uma Universidade particular na cidade de São Paulo, percebem as competências docentes.
Avaliação educacional: desatando e reatando nós	CARVALHO, J. A. C. L.; DAZZANI, M. V. (2009)	A avaliação do contexto da instituição educacional pode ser vista de vários ângulos, desde o ponto de vista estritamente didático e das estratégias de avaliação da aprendizagem escolar até questões epistemológicas, sociais e políticas que estão implicadas na instituição educacional e em outras instituições que envolvem relações de saber-poder.
A avaliação e a educação a distância	DANTAS, E. M.; TROLEIS, A. L. (2013)	Este artigo discute a avaliação como estratégia promotora da compreensão do processo de ensino e aprendizagem.

Fonte: Elaborado pela autora.

Após apresentação do Quadro 1, temos o Quadro 2 que apresenta os trabalhos encontrados no BDTD.

Quadro 2 - Pesquisa no BDTD

Título	Autor(es)	Resumo (tema)
Avaliação formativa na Licenciatura de Espanhol: autoavaliação e autorregulação em foco	NEYRA, P. (2014)	Discute-se uma experiência com a avaliação formativa voltada para a autoavaliação e autorregulação das competências linguageiras e das estratégias de aprendizagem.
Mediação docente na perspectiva do desenvolvimento de competências metacognitivas em leitura e escrita	FRANÇA, M. L. R. (2012)	Analisa os aspectos envolvidos na apropriação e efetivação de práticas pedagógicas que potencializem o desenvolvimento de competências metacognitivas em leitura e escrita de alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
Modalidades de avaliação da aprendizagem e suas relações com o ensino/aprendizagem de português língua materna	MELO, K. C. M. (2009)	A pesquisa aponta o desenvolvimento das competências avaliativas como meio de ampliação das competências discursivas e a avaliação formativa a serviço da aprendizagem da língua materna.
Geografia no ensino médio: práticas de avaliação em escolas estaduais de Juiz de Fora -MG	SILVA, A. M. (2016)	A pesquisa objetivou compreender os saberes produzidos pelos professores de Geografia e as concepções sobre avaliação da aprendizagem apresentadas pelos professores e professoras de Geografia do Ensino Médio das escolas públicas de Juiz de Fora (MG).
Docente universitário do curso de enfermagem: uma reflexão sobre as práticas pedagógicas	NINO, N. S. (2010)	Caracterizou as práticas pedagógicas na práxis de docentes do curso de enfermagem.
Proposta de aplicativo móvel para monitoramento da avaliação da aprendizagem no ensino superior	GIACOMAZZI, M. A. (2016)	Propôs o desenvolvimento de um aplicativo móvel que proporcione aos professores e alunos uma forma diferenciada e contínua de monitoramento da avaliação de aprendizagem, utilizando conceitos da Taxonomia de Bloom revisada, novas tecnologias educacionais e a perspectiva da autorregulação da aprendizagem.

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com os Quadros 1 e 2, os trabalhos corroborados pelo último filtro, não continham o mesmo propósito delineado por este trabalho. Um propósito que segundo os autores Moran, Masetto e Behrens (2000), traz uma reflexão para um novo ensino que se apoderou de outro significado, pois quando há uma preocupação com a qualidade surgem novas competências necessárias, que potencializam uma nova identidade ao professor e por consequência para a instituição educacional.

Trazendo esse conceito de qualidade para o Art. 1 da Lei 10.861/2004, e assumindo como prerrogativas do SINAES:

a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Temos na lei a percepção da necessidade de adaptação das IES e seus atores aos preceitos reguladores metrificados pelas dimensões institucionais que farão parte do cotidiano da instituição. A compreensão dessas ações e sua real contribuição, ao visualizar a qualidade despendida ao Ensino Superior, é conceitualizada por Perrenoud (2000) como competências.

1.1 DA INQUIETAÇÃO PESSOAL A UMA MOTIVAÇÃO DE PESQUISA

Não pude sair da minha cidade natal, São Lourenço, por dois motivos, em primeiro lugar, em virtude da fragilidade da saúde do meu irmão mais velho, escolhi dispor o meu tempo a ele, enquanto estava vivo. Em segundo lugar, por esse mesmo motivo, minha família teve muitos gastos e meu sustento, em outra cidade, seria um grande peso para meus pais.

Em minha cidade natal, havia somente uma faculdade que oferecia dois cursos superiores: Administração de Empresas e Pedagogia. A opção pela graduação em Administração de Empresas referiu-se, portanto, ao fato de eu não querer cursar Pedagogia.

Logo no primeiro módulo da graduação, consegui meu primeiro emprego e, durante 10 anos consecutivos, exerci atividades administrativas que envolveram desde o atendimento ao cliente até o gerenciamento organizacional, consegui adquirir uma boa experiência entre a teoria apreendida e a execução prática dos conceitos.

Durante esses anos, tive auxílio de estagiários e colaboradores, aos quais expliquei procedimentos, monitorei rotinas, intermediei conflitos e, fora das atribuições da

empresa, auxiliiei nas atividades estudantis. Esse contato com o ensino fez florescer o amor pela educação, mas com a insegurança de me tornar uma professora, pois sempre tive ciência sobre a importância que esse ato exerce na vida pessoal e profissional do aluno. A partir desse momento, iniciou-se novo ciclo da minha vida.

Para aprender sobre o processo educativo, decidi cursar o Normal Superior. Foram momentos de muita aprendizagem e a insegurança em me tornar professora só aumentou. Queria fazer parte da educação, mas não me achava capaz de ser professora, então, fui aprovada em um concurso público municipal e me tornei secretária escolar, função que assumi por outros 10 anos.

Durante esse período, fui convidada para participar de um processo seletivo para ministrar algumas aulas no Curso Técnico em Administração, de responsabilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais em parceria com a Prefeitura Municipal de São Lourenço. Com muitas incertezas participei no processo, consegui a vaga e descobri minha verdadeira vocação.

Atualmente, sou professora do ensino básico técnico e tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – *Campus* Avançado Carmo de Minas. Iniciei a carreira com contrato temporário no ano de 2011, quando o *Campus* ainda era um polo de rede na cidade de São Lourenço/ MG. Hoje sou efetiva e atuo com tenho função de gestão – Coordenadora de Curso, Coordenadora de Extensão e Coordenadora de Educação a Distância. Pude perceber o diferencial e as angústias adquiridas pelo docente quando se torna um gestor escolar. Mesmo com a experiência do gerenciamento organizacional, ao assumir responsabilidades como a manutenção do projeto pedagógico, a administração financeira e de pessoal, relações interpessoais com a comunidade interna e externa da instituição escolar, contínuas cobranças para a permanência e êxito dos alunos e o mais importante, o aluno; transformei-me de uma docente num conceito específico de sala de aula para outra com a amplitude de experiências e anseios vivenciados na gestão escolar.

Uma instituição que tem como missão

promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais. (IFSULDEMINAS, 2018, p. 17).

Portanto, ser professora vai além de ministrar aulas, mas proporciona o nascimento de uma pesquisadora que busca mecanismos para o desenvolvimento de

estratégias em prol da melhoria da tríade ensino-pesquisa-extensão. Uma missão trazida pelas perspectivas aplicadas à educação do século XXI sob forma de pesquisa, que foi estruturada de forma a responder questões e trazer novas reflexões para o meio educacional.

1.2 MÉTODO E ESTRUTURA DA PESQUISA

Ao buscar a formalidade necessária à pesquisa, com o objetivo de responder à situação-problema, realizou-se investigação de natureza exploratória, pois o estudo bibliográfico dos temas tem “como objetivo proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca do determinado fato”. (GIL, 2008, p. 27). Ela foi dividida em dois momentos: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em artigos, livros, teses e dissertações, elaborados pelos seguintes estudiosos acadêmicos: (DELORS, 1998; DIAS SOBRINHO, 2008; PERRENOUD, 1999, 2001, 2002); entre outros. Foi elaborada também a pesquisa documental pautada da legislação que regulamenta o sistema de avaliação do Ensino Superior brasileiro e nos relatórios da autoavaliação do IFSULDEMINAS, tendo como contrapartida o compromisso com a qualidade e efetividade do estudo proposto. Esse será o primeiro passo, a fim de oferecer conhecimento teórico sobre os temas trabalhados.

No capítulo dois, abordaram-se assuntos que condizem com a história do Ensino Superior, associados à realidade da implantação e expansão do acesso, que impulsionaram a regulação e o controle na modalidade descrita.

No terceiro capítulo, elencaram-se os processos avaliativos realizados pelo Estado, com a finalidade de regular e controlar o Ensino Superior sem deixar de reconhecer a importância da acessibilidade, mas tornando o ensino compatível com as exigências de qualidade que buscam formação pessoal e profissional, ao atrelar o ensino à pesquisa e à extensão.

No capítulo quatro, discorreu-se sobre as competências em alusão aos eixos/dimensões descritas na Lei nº 10.861/2004. Segundo Perrenoud *et al.* (2002) podem ser caracterizadas, “[...] como a aptidão para enfrentar uma família de situações análogas, mobilizando de uma forma correta, rápida, pertinente e criativa, múltiplos recursos cognitivos: saberes, capacidades, microcompetências, informações, valores, atitudes,

esquemas de percepção, de avaliação e de raciocínio” (p. 19), adequadas ao seu devido uso e com o intuito de mobilizar novas competências. Os eixos ao serem estruturados conforme as competências trouxeram uma análise reflexiva sobre a autoavaliação institucional.

Após a pesquisa bibliográfica, estruturou-se a pesquisa documental. Os relatórios consolidados pela CPA do IFSULDEMINAS (2014-2018) foram explorados como fonte de análise de acordo com o objetivo da pesquisa, bem como a legislação que regulamenta a avaliação institucional. Os resultados quantitativos e qualitativos dos relatórios foram associados às competências evidenciadas por Perrenoud.

No quinto e sextos capítulos, evidenciaram-se o objeto de estudo; a estruturação da educação tecnológica do IFSULDEMINAS e a forma como é realizado o processo da autoavaliação institucional.

No período de análise, as questões pertencentes aos relatórios foram organizadas de acordo com o paralelo das competências definidas por Perrenoud (2000), “possibilitando sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação” (p. 156). Os resultados atribuídos às competências foram tabulados e analisados qualitativamente, pois “o elemento humano continua a ser fundamental [...] com vistas a integrá-los num universo muito mais amplo” (p. 177), a fim de interpretar as informações obtidas. (GIL, 2008).

Todos esses processos foram apresentados no capítulo sete, destinado aos resultados e discussões com vistas a responder ao questionamento apresentado, com vistas a contemplar os objetivos anteriormente descritos.

Por fim, apresentaram-se as considerações finais. Também foram respondidas questões que surgiram durante o desenvolvimento do estudo, seguidas de sugestões quanto a futuras pesquisas.

2 ENSINO SUPERIOR: DA CRIAÇÃO AO CONTROLE

Toda a educação varia sempre em função de uma "concepção da vida", refletindo, em cada época, a filosofia predominante que é determinada, a seu turno, pela estrutura da sociedade. E' evidente que as diferentes camadas e grupos (classes) de uma sociedade dada terão respectivamente opiniões diferentes sobre a "concepção do mundo", que convém fazer adotar ao educando e sobre o que é necessário considerar como "qualidade socialmente útil". (AZEVEDO *et al.*, 1932).

Neste capítulo analisaram-se a história do Ensino Superior e as consequências que integram o processo de regulação proposto pela avaliação institucional, caracterizando o Brasil como um país de contrastes que reflete, no seu sistema educacional, traços de desigualdade, dilemas, busca por inclusão social e desafios políticos internos e externos.

Num cenário, marcado por uma intensa expansão do Ensino Superior e crescimento das desigualdades sociais e educacionais, surgiu a necessidade de políticas de regulação para acompanhamento e controle pelo Estado.

Essas políticas de avaliação, conforme análise de Sguissard (2006), transformaram a filosofia da qualidade total implantada nas empresas em uma forma de metodologia educacional, uma verdadeira pedagogia da qualidade.

Nesse sentido, é viável que se entenda a história do Ensino Superior, para se estabelecer parâmetros que confirmem a necessidade de regulação, que mantenha a qualidade e confiabilidade dessa modalidade de ensino, pois de acordo com a definição de Dias Sobrinho (2008, p. 193), a “avaliação é produção de sentidos, prática social, portanto, intersubjetiva, relacional, aberta, polissêmica e carregada de valores, que põe em questão os significados dos fenômenos”.

2.1 O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

A inserção do Ensino Superior no território brasileiro teve sua implantação posteriormente à europeia ou latino-americana, pois, em posição oposta aos espanhóis, os portugueses foram contrários à criação de instituições de Ensino Superior na colônia brasileira. De acordo com Cunha (2000, p. 152), “diferentemente da Espanha, que instalou universidades em suas colônias americanas já no século XVI, Portugal não só desincentivou como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil”.

2.1.1 A Linha do Tempo do Ensino Superior Brasileiro

As primeiras raízes que evidenciam o Ensino Superior apareceram no Período Colonial e tiveram como objetivo a oferta de educação privilegiada à nobreza e ao clero português. Nesse sentido, Martins (2002, p. 4) afirmou que o Ensino Superior “desenvolveu-se muito lentamente, seguindo o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas, realizado inicialmente pelos Padres Jesuítas com cursos na área da Filosofia e Teologia”. Esse processo teve fim com a expulsão dos jesuítas ao final do século XVIII, abrindo oportunidade para novas escolas superiores no Brasil. Isso aconteceu em virtude da chegada da Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro no início do século XIX, conforme Martins, Vieira (2017).

Com a chegada da Família Real Portuguesa iniciou-se a pequenos passos a expansão do Ensino Superior brasileiro em 1808 com a Escola de Medicina da Bahia e a Escola de Medicina do Rio de Janeiro, em 1827 com a Faculdade de Direito de Olinda, a Faculdade de Direito de São Paulo e a Escola Artística de Minas Gerais. Ao final do século XIX e também do período Imperial no Brasil, havia somente 24 escolas de Ensino Superior, um conjunto de escolas isoladas com vertente profissionalizante que não abordavam investigações/ pesquisas científicas. Estas eram desenvolvidas por institutos sem vínculo acadêmico.

Durante esse primeiro período, de 1808 a 1889, o sistema de Ensino Superior se desenvolve lentamente, em compasso com as rasas transformações sociais e econômicas da sociedade brasileira. Tratava-se de um sistema voltado para o ensino, que assegurava um diploma profissional, o qual dava direito a ocupar posições privilegiadas no restrito mercado de trabalho existente e a assegurar prestígio social. (SAMPAIO, [20-?], p.3)

Nesse recorte temporal mencionado anteriormente por Sampaio, também citado por Cavalcante (2000, p. 8), apresentou-se o Ensino Superior com o objetivo de atender às necessidades da coroa, “eminentemente profissionalizante”. E, a partir de 1920, tivemos um período “dotado de escolas isoladas, que se constituiu como um “modelo que ainda hoje persiste arraigado na estrutura do Ensino Superior brasileiro”.

Já na quarta década do século XX, durante a Segunda Guerra Mundial, a crescente industrialização e a grande concorrência trouxeram uma nova percepção quanto à necessidade do Ensino Superior. Ela fez com que o governo brasileiro investisse na abertura de novas universidades, ampliando o número de instituições conforme Figura 1.

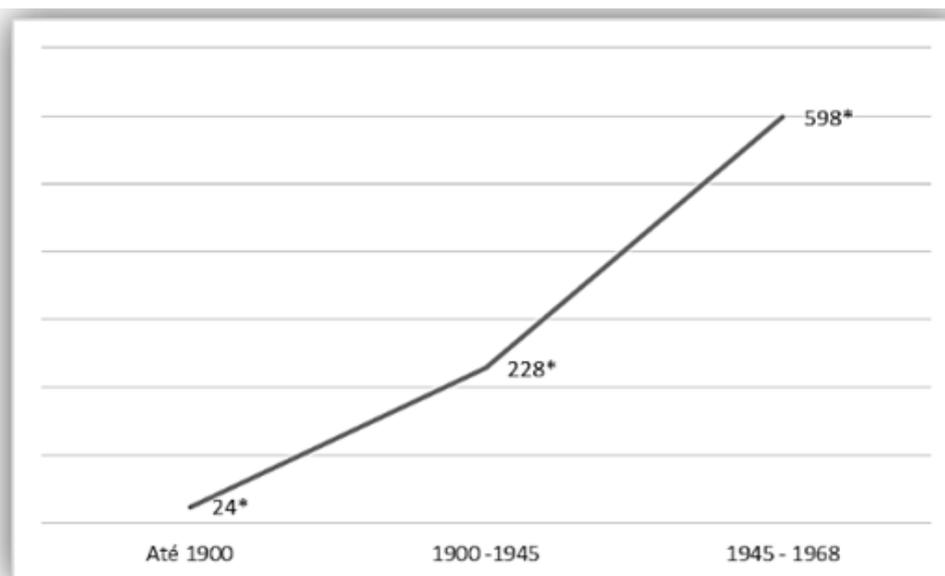


Figura 1 – Expansão das escolas de Ensino Superior após a II Guerra Mundial

* n.º de escolas de nível superior criadas no período

Fonte: SAMPAIO, (| 20-? |, p. 7)

Com o aumento substancial do quantitativo de universidades, houve, conseqüentemente, a ampliação do número de matrículas. Essa crescente quanto a criação das IES, ocasionou de acordo com Cavalcante (2000, p 8), uma insatisfação “no meio da intelectualidade brasileira considerada mais progressista”.

Mesmo com um crescimento significativo, a essência do Ensino Superior ainda estava atrelada à formação profissional e à reprodução ideológica proposta pelo Estado, mas os anos trouxeram melhorias, problemas e grandes discussões, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – O Ensino Superior: princípios e marcos

PERÍODO	PRINCÍPIOS	MARCOS
Anos 30	Inovação e Limites	<ul style="list-style-type: none"> – Reforma Francisco Campos – Sistema Universitário e Instituto Isolado – Sobreposição de modelos e não de substituição – Democratização do Ensino Superior Brasileiro
Dos anos 40 aos 60	Cristalização do modelo universitário	<ul style="list-style-type: none"> – Não há crescimento significativo no início – Falência do pacto entre Igreja e Estado – Federalização de algumas universidades estaduais – Aumento do quantitativo de matrículas
Dos anos 60 aos 70	Reforma universitária Repressão e expansão	<ul style="list-style-type: none"> – Críticas: instituição da cátedra; universidade compartimentalizada; aspecto elitista da Universidade. – Reforma de 1968: departamentos como unidades mínimas de ensino e pesquisa; sistema de institutos

		<p>básicos; organização do currículo em básico e o de formação profissionalizante; flexibilidade curricular; duplo sistema de organização.</p> <ul style="list-style-type: none"> – Repressão: regime político extremamente autoritário, que mantinha as universidades sob intensa suspeita e vigilância policial. – Expansão: absorção de pessoal pouco qualificado, influências nas contratações, diferenças na remuneração e falta de condições para o trabalho.
Anos 80	Setor privado	<ul style="list-style-type: none"> – Matrículas no superior privado representam mais de 60 % – Criação de um sistema empresarial de ensino
Dos anos 90 até o presente	Modernização	<ul style="list-style-type: none"> – Novas modalidades de ensino– Pluralização social – Incapacidade do setor público em atender a demanda – Diferenças regionais – Surgimento de novas profissões – Evasão dos alunos durante as modalidades educacionais secundárias – Crescimento das universidades estaduais– Expansão universitária federal – Criação do Institutos Federais

Fonte: Adaptado pela autora de SAMPAIO, (| 20-? |, p. 10-28)

O início da década de 30 implicou muitos desafios devido à quebra da bolsa de Nova Iorque (1929) que instaurou a crise econômica mundial, afetando o Brasil na monocultura cafeeira. Internamente desvencilhou-se a Revolução de 1930, transcrita como um movimento armado que culminou com o Golpe de 1930, marcando o fim da República Velha. Fausto (2010) evidenciou que as consequências foram imediatas, pois a estrutura do Estado brasileiro modificou-se profundamente depois de 1930, se reajustando às novas necessidades econômicas e sociais, as quais o governo julgava imprescindíveis.

Com isso, o Ensino Superior deixou de ser controle estatal com ênfase política e passou a mostrar sua essência social, apresentando conceito com funções definidas destinadas à ciência, cientistas e à revitalização da pesquisa. Nessa época, Martins (2002) apresentou a personalidade de Francisco Campos, primeiro-ministro da Educação do Brasil, autorizou e regulamentou a funcionalidade das Universidades, com a permissão de cobrança de mensalidades pelas Universidades privadas e permanência de instituições isoladas. Assim, é percebido que com a Reforma Francisco Campos a questão primordial

já apresentada no movimento de 1920, que o Ensino Superior fosse somente público, não se atendeu conforme esperado.

Ponto importante a ser mencionado no período compreendido de 1940 até 1960, recorrendo a Cavalcante (2000), é a chegada de pesquisadores e professores de outros países para a formação da congregação da Universidade de São Paulo, ajudando, sobremaneira, a formar pesquisadores nacionais que, até então, não existiam, esclarecendo-nos. Esse fator, aliado à necessidade das empresas em recrutar mão de obra qualificada em quantidade cada vez maior, exigiam-se mudanças na estrutura curricular do Ensino Superior do nosso país.

Ainda no período citado, a partir de 1945 com o término da II Guerra Mundial, algumas situações marcaram o ensino superior brasileiro, tais como:

- Algumas universidades estaduais foram federalizadas proporcionando o crescimento do sistema federal de ensino, isso ocorreu em parte, pois implantou-se o conceito de que a força política do governante estadual estava na implementação de, pelo menos, uma universidade federal em seu estado;
- Os movimentos estudantis ganhavam força em oposição às regulamentações propostas pela Reforma Francisco Campos, entre elas: o caráter elitista da universidade, existente até os dias atuais, instituição da cátedra e do professor catedrático, escolas isoladas e a aceitação do setor privado; e,
- Martins (2002) definiu, também, esse período como um novo ciclo de ruptura entre o Estado e a Igreja. O fato referiu-se a uma resistência muito grande por parte da Igreja Católica Apostólica Romana em oferecer somente o Ensino Religioso nas escolas. Esta criou suas próprias universidades, ditas confessionais, rompendo com o governo.

Seguindo com a história, em 1961 aprovou-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, essa legislação representou a liberdade do ensino e favoreceu a criação de instituições privadas. Com o regime militar de 1964, a repressão foi implacável com os movimentos estudantis, primeiramente com o incêndio (uma espécie de queima de arquivo) da União Nacional do Estudantes (UNE), no dia 31 de março daquele ano, não sendo possível até hoje esclarecer as causas e os autores daquele sinistro. Mais tarde também ocasionou o fechamento do restaurante do Calabouço, para onde foram transferidas as assembleias dos estudantes e que servia, também, refeições diárias aos estudantes de todos os níveis.

A partir do incêndio do núcleo de resistência estudantil – UNE, o fechamento dos diretórios acadêmicos e do restaurante citado, o governo militar iniciou a reforma da educação concluída em 1968, que contemplou ideais e institutos básicos, assim mencionados por Martins (2002, p. 5): o regime militar enfraqueceu o movimento estudantil e manteve sob vigilância e intervenção as universidades públicas e privadas.

Àquela época, facilitou essa intervenção, a prática existente de cada universidade contar com um inspetor federal cativo que tinha assento ao lado do secretário geral da IES. Além dessa intervenção branca, o currículo foi modificado de acordo com a ideologia militar sendo suprimidas as disciplinas de filosofia e sociologia e incluídas em seu lugar estudos de problemas brasileiros e organização social e política do Brasil, ambas ministradas por militares. Portanto:

a reforma de 1968, a despeito de ocorrer em clima de deterioração dos direitos civis, inspirou-se em muitas das ideias do movimento estudantil e da intelectualidade das décadas anteriores: 1– instituiu o departamento como unidade mínima de ensino, 2 – criou os institutos básicos, 3 – organizou o currículo em ciclos básico e o profissionalizante, 4 – alterou o exame vestibular, 5 – aboliu a cátedra, 6 – tornou as decisões mais democráticas, 7 – institucionalizou a pesquisa, 8 – centralizou decisões em órgão federais. A partir de 1970, a política governamental para a área foi estimular a pós-graduação e a capacitação docente (PICD). (MARTINS, 2002, p. 5).

Esse período deu início ao legado de trabalhos desenvolvidos por Darcy Ribeiro (2014, p. 11), um antropólogo, sociólogo e educador que defendia “a necessidade de generalização do ensino de nível superior a todos os jovens das novas gerações”. Juntamente a Anísio Teixeira, criou a Universidade de Brasília (UnB) e assumiu como Ministro da Educação. Apresentava-se como educador que, na pele de um político militante, lutava por reformas sociais.

Eu investia contra o analfabetismo ou pela reforma da universidade com mais ímpeto de paixão que sabedoria pedagógica. Não me dei mal. Acabei ministro de educação de meu país e fundador e primeiro reitor da Universidade de Brasília. [...] Com a pele de político militante fui duas vezes ministro de Estado, mas me ocupei fundamentalmente foi na luta por reformas sociais, que ampliassem as bases da sociedade e da economia, a fim de criar uma prosperidade generalizável a toda a população. (RIBEIRO, 2014, p. 17).

Seus trabalhos deram frutos: projetos de proteção aos índios; idealização da Universidade Estadual do Norte Fluminense; criou, planejou e dirigiu a implantação dos Centros Integrados de Ensino Público (CIEP), um projeto pedagógico visionário e revolucionário no Brasil; pois como expôs Ribeiro (1986, p. 28), o CIEP “em contraste com as escolas superlotadas, [...] é uma verdadeira escola-casa, que proporciona a seus alunos múltiplas atividades, complementando o trabalho nas salas de aula com

recreação”. Era um projeto de estudos em tempo integral com belas fachadas arquitetônicas, a fim de provar que a escola do futuro estava começando. Também podemos citar a criação do projeto cultural do Memorial da América Latina e sua responsabilidade pela autoria do projeto de lei que deu origem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), lei 9394/96.

Já na década de 1980, do ensino superior brasileiro sofreu com o crescente quantitativo de matriculados e por um período de contratação de seus atores principais movido pela inflexibilidade e não exigências fundamentais. De acordo com Sampaio (1991, p. 18), “[...] a absorção de pessoal pouco qualificado; pela manipulação de influências clientelísticas e políticas nas contratações; e pela introdução de diferenciais de remuneração e de condições de trabalho que nada tinham a ver com exigências de competência e desempenho” prejudicou a qualidade da oferta do ensino superior brasileiro.

Também temos como um marco na história deste período, o fato de que as instituições públicas superiores não conseguiram atender a demanda de matrículas crescentes. Sendo assim, o setor público deu espaço ao privado que se expandiu com o dinheiro público pelo Financiamento Estudantil (FIES)/ Programa Universidade para Todos (PROUNI), dando início à expansão do sistema empresarial de ensino.

Ao mencionar a década de 90, tem-se que assinalar a Conferência de *Jomtien*⁵, realizada na Tailândia, em 09 de março de 1990, com o objetivo de promover a “Educação para todos”. No evento foram apresentados dados mundiais preocupantes sobre o acesso à educação:

[...] mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário; mais de 960 milhões de adultos — dois terços dos quais mulheres são analfabetos [...]; mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias [...]; e mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais. (UNESCO, 1990).

Essas informações contradizem a Declaração Universal dos Direitos Humanos que estabelece que "toda pessoa tem direito à educação" e o compromisso dos países em assegurar esse direito a todos. Também foi abordada a temática dos desafios que assolavam o mundo no momento, tais como: dívidas, problemas econômicos, crescimento

⁵ No Brasil, o MEC divulgou o Plano Decenal de Educação para Todos, para o período de 1993 a 2003, elaborado em cumprimento às resoluções da Declaração de *Jomtien* (1990).

populacional, situações socioeconômicas populacionais precárias, entre outros; que permearam as discussões a fim de justificar a não eficácia dos esforços empreendidos. Mesmo assim, cientes da “necessidade de proporcionar às gerações presentes e futuras uma visão abrangente de educação básica e um renovado compromisso a favor dela, para enfrentar a amplitude e a complexidade do desafio”, foi oficializada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990).

Era um projeto de direito para todos, estabelecido no Plano de Ação que tinha objetivos claros e esperançosos: satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem; educação para todos: uma visão abrangente e um compromisso renovado; universalizar o acesso à educação e promover a equidade; concentrar a atenção na aprendizagem; ampliar os meios e o raio de ação da educação básica; propiciar um ambiente adequado à aprendizagem; fortalecer as alianças; desenvolver uma política contextualizada de apoio, mobilizar os recursos; fortalecer solidariedade internacional.

Era um processo participativo, pautado no global, que buscou proporcionar uma qualidade de vida digna em todos os seus alicerces, com vistas a promover a qualidade no ensino e equidade entre os indivíduos, mas que foi protelado pelas exigências da modernidade. Aceleradas pelas transformações globais que trouxeram desafios interpessoais, tecnológicos e éticos, pois como afirma Cavalcante (2000, p. 12). “a história vem nos mostrando, assim, que estamos cada vez mais distantes do modelo de universidade defendido por Darcy Ribeiro, quando da criação da Universidade de Brasília”.

Inaugurada em 21 de abril de 1962, sob inspiração de um grupo liderado por Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Frei Matheus Rocha e contando com a colaboração de Oscar Niemeyer e Lucio Costa, a Universidade de Brasília representou, no contexto brasileiro, uma revolução na vida acadêmica. Em torno dos que conceberam a Universidade, reuniram-se professores comprometidos com as reformas de que o país necessitava para se modernizar, para se democratizar e para construir uma sociedade melhor, mais justa e mais igualitária. Era o protótipo da universidade cidadã (DIAS, 2013, p. 15).

Com esse mesmo propósito, o Senador Darcy Ribeiro apresentou, em 1993, uma nova versão da LDB, mais clara e concisa. Seu substitutivo⁶ foi aprovado em 17 de dezembro de 1996, sendo preservado a maioria dos apontamentos feitos em 1993.

A LDB, Lei 9394/96 possibilitou novas perspectivas educacionais, proporcionando década que tivesse um olhar promissor para o conceito educacional. E,

⁶ De volta à Câmara em 1995, o projeto de Lei de Diretrizes e Bases foi novamente alterado pelo relator José Jorge (PFL-PE).

de acordo com Brzezinski (2010, p. 195), é “lícito afirmar que os diversos desdobramentos da LDB e as mudanças deles decorrentes se realizaram como parte do processo de hegemonia do Estado avaliador e regulador, condição bastante presente nas entrelinhas da lei n.º 9.394”. Foi um propósito com o intuito de redescobrir uma educação que viabilizasse uma sociedade igualitária e justa; uma busca pela democratização do Ensino Superior, tendo como base a defesa de Zailko (2003, p. 54), ao afirmar, “democratizar o ensino implica pensar novas formas de acesso, garantindo àqueles que chegam à universidade uma permanência com qualidade acadêmica e pertinência social”.

As políticas públicas e a busca pela democratização do ensino tiveram seu auge na década de 1980, mas os temas trazem discussões sobre o problema até a atualidade. Ao mencionar pontos conflitantes e merecedores de atenção, torna-se necessário abordar a temática e buscar um melhor entendimento.

2.1.2 As Políticas Públicas e a democratização do Ensino Superior

Elencar temas como esses proporcionam análises, discussões e propostas que referenciam um país com dilemas sociais que buscava uma escola defendida por Coutinho, Sanfelice (2016, p. 30) “que está sob os domínios do Estado seja mantida por este, mas que se articule aos interesses da “massa pobre da população”, instrumentalizando-a para a luta por melhores condições de vida.”

Os autores também colocam a luta pela democratização do ensino como auge na década de 80, período de contrastes com a presença de uma “educação elitista concomitante à defesa da democratização da escola” (p. 32). Foi um período de reivindicações, que criou grupos de forças conservadoras que defendiam a manutenção do regime e, grupos progressistas que buscavam um projeto contra hegemônico, ou seja, uma educação emancipadora.

A fim de dirimir essas forças, o Estado, numa perspectiva reguladora, assumiu como interventor entre os grupos, criando em 1990 o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. E, de acordo com os autores, mesmo “a crítica à história da educação brasileira marcada pela elitização [...] erige-se uma proposta consubstanciada na luta em defesa da escola pública” (p. 42-43), apresenta-se:

[...] um projeto de educação calcado nas regras de mercado, ancorado num conceito de qualidade restrito e operativo, instaurando um amplo processo de individualização e responsabilização das escolas e seus agentes pela “boa” ou “má” qualidade da educação escolar, incidindo, sobretudo, no

(re)direcionamento da gestão escolar levado a cabo por meio de programas elaborados e implantados em parceria público–privado, bem como mediante mecanismos de avaliação de desempenho dos alunos–clientes a fim de aferir a qualidade do produto–educação.

Com a criação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado a crítica dos autores instaurou sob a conceituação da escola como um “produto”, na metrificacão do êxito escolar findado na lógica do mercado. Situação que trouxe implicações onerosas ao Estado, como: desoneração, adoecimento os professores, uma educação de direito social reduzida ao aprendizado e, com isso, a desvalorização do professor.

Em outra vertente, há um período norteado por crises, levando ao surgimento do liberalismo, em que Bresser Pereira (1998, p. 89) afirmou, quanto ao Estado: “o mais acertado é reconstruí-lo ao invés de destruí-lo”. Essa reconstrução também perpassa pela educação, quando a proposta visa inserir o contexto educacional brasileiro em um novo patamar, a formação de sujeitos que se enquadrariam nas novas demandas mundiais. O autor defende que o contexto da reforma busca um Estado que prioriza o cidadão, visto que “será um Estado que não utilizará burocratas estatais para executar os serviços sociais e científicos, mas contratará competitivamente organizações públicas não estatais”.

Um novo modelo que mobilizou o funcionamento das escolas, participação da comunidade e criou referência de eficiência, de eficácia e de produtividade. E, ao menos, três Planos educacionais ganharam destaque por sua importância e abrangência nas ações propostas: O Plano Nacional de Educação (PNE), O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Novo Plano Nacional de Educação.

Dos planos citados tem-se que reconhecer a importância social e política do Plano Nacional de Educação (PNE). Esse pautado na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n.º 9394/96 e na Emenda Constitucional n.º 14, de 1995, a junção desses fundamentos norteou a adoção de medidas inovadoras que formalizaram as novas políticas públicas de educação. (BRASIL, PNE, 2014).

Para entender a criação do PNE, é necessário voltar no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, criado no ano de 1932. Os educadores da época pleitearam a reconstrução do sistema educacional brasileiro, enfatizando os compromissos republicanos com a educação brasileira, “recém-criado Ministério da Educação e Saúde no Brasil (1930) e seu texto exibiu um triplo propósito, [...] defesa de princípios gerais que, sob a rubrica de novos ideais de educação, pretendiam modernizar o sistema educativo e a sociedade brasileira” (VIDAL, 2013, p. 579).

O PNE vem assegurar o planejamento, que, por meio de negociações e acordos que norteiam os processos decisórios, contribuem para o encontro ao seu objetivo principal: “assegurar a continuidade das políticas educacionais e articular as ações da União, dos estados e dos municípios, ao mesmo tempo que se preserva a flexibilidade necessária para fazer face às contínuas transformações sociais”, (PNE, 2014). Para que o objetivo fosse alcançado, foram estabelecidas algumas diretrizes que justificaram sua implantação, são elas: o término do analfabetismo; o direito à escolarização por parte de todos; fim das situações de discriminação, proporcionando a igualdade acadêmica; uma educação que prioriza a igualdade; valorização dos princípios éticos e morais, visando a uma formação cidadã voltada para o mercado de trabalho; gestão democrática com vertente humanística; regulação dos recursos aplicados e valorização do profissional de educação.

A regulação foi implícita no PNE por meio do monitoramento das metas, essas previstas na lei 13.005/2014 e discriminadas de forma sistemática, a fim de que todos tenham acesso à informação. A regulação, situação tão mencionada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), que “nesta nova perspectiva, buscou o fortalecimento das funções [...] de coordenação do Estado, particularmente no nível federal, e a progressiva descentralização vertical, para os níveis estadual e municipal”, traz uma forma de controle a fim de minimizar os problemas já evidentes durante a história de implantação do ensino superior brasileiro.

Ao elencar os problemas, trazendo o tema da democratização do ensino frente às políticas públicas, temos a política de ação direcionada à questão do acesso ao Ensino Superior, trazida pela Meta 12, sendo descrita no PNE (2014), como: “elevar a taxa bruta de matrícula no Ensino Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.”

A Figura 2 apresenta os períodos de crescimento e declínio de matrículas no Ensino Superior.

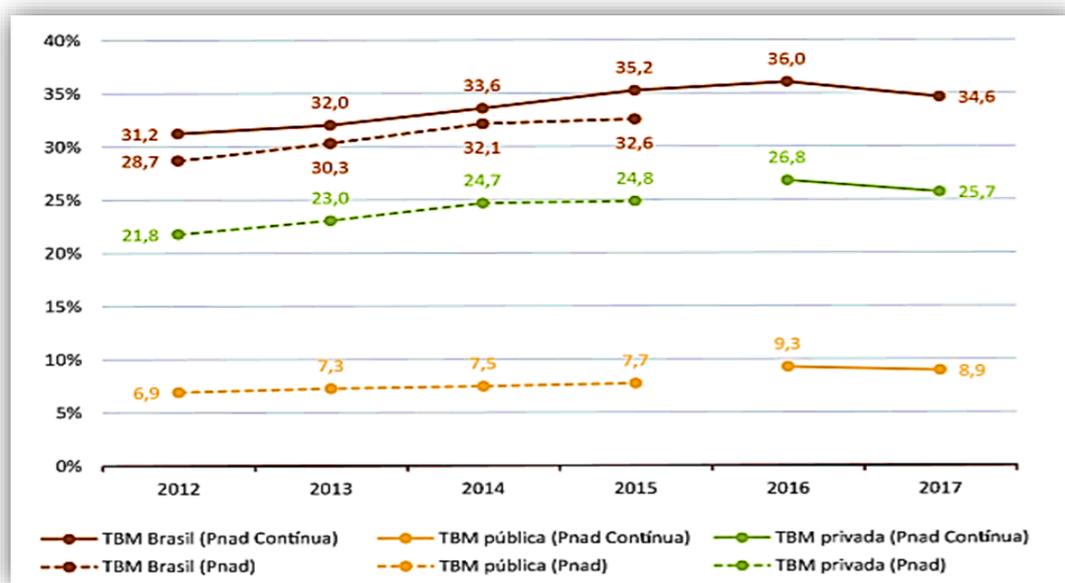


Figura 2 – Taxa Bruta de Matrícula na graduação (2012 – 2017)
 Fonte: Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do PNE (2018)

É perceptível que as IES privadas foram responsáveis pela maior parte da expansão da oferta de matrículas na graduação no período de 2012 a 2015, conforme relatório de monitoramento (2018).

[...] a taxa bruta de matrícula (TBM) na graduação brasileira apresenta crescimento entre 2012 e 2015 (gráfico 1), o ritmo do crescimento foi maior entre 2013 e 2015 do que entre 2012 e 2013 e após 2015, houve uma desaceleração na evolução da TBM, depois apresentou queda entre 2016 e 2017.

Desde os anos 1980 não diferente aos anos 2000, a expansão do Ensino Superior privado tem sido visível, esse processo proporcionou a criação de dois grandes grupos: instituições públicas com prestígio e de difícil acesso e, instituições privadas de pouco prestígio cujo acesso não evidencia muita concorrência. Essa situação também foi motivada pelo ajuste fiscal que impossibilitava um investimento razoável na educação brasileira como um todo. (SALATA, 2018).

Como pode ser observado na Figura 3, as IES privadas tiveram uma participação referencial na expansão das matrículas de graduação, evidenciando a diminuição das matrículas nas redes estaduais e municipais e o esforço da rede federal em realizar sua expansão no período de 2012 a 2016, de acordo com o Relatório de monitoramento (2018).

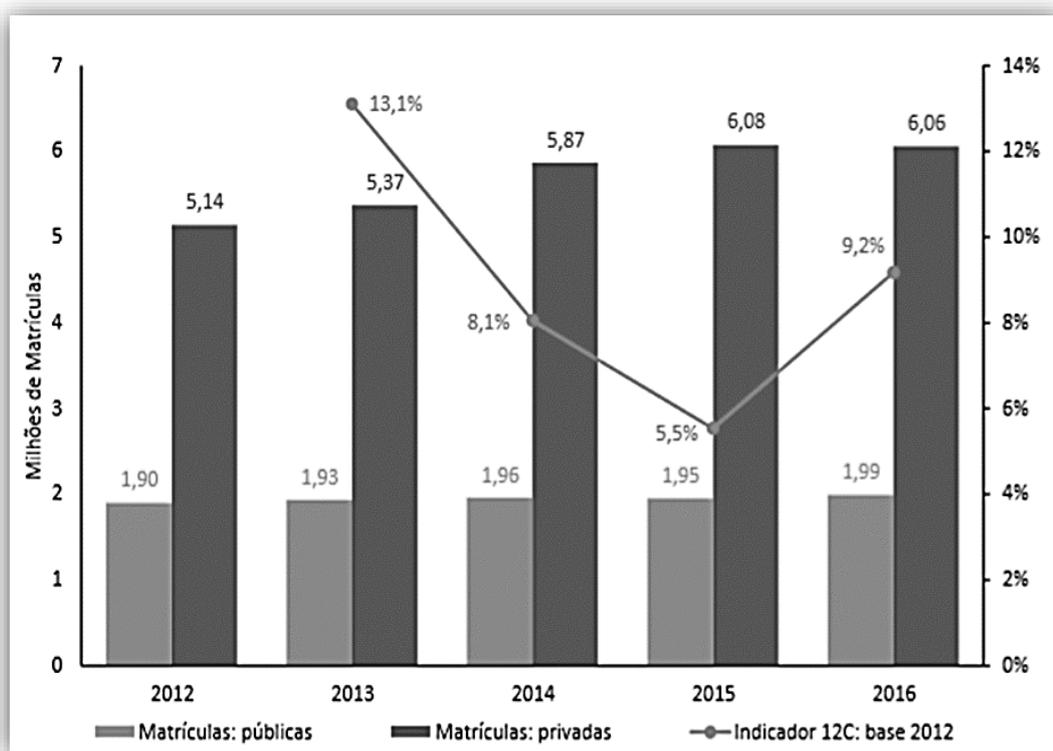


Figura 3 – Participação do segmento público na expansão de matrículas – Brasil – 2012-2016
 Fonte: Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do PNE (2018).

O crescimento expressivo das IES públicas ou privadas apresentado na Figura 3, deveu-se à procura pela qualificação para o exercício profissional, mas também trouxe uma perspectiva voltada para o acesso e ascensão rápidos, prejudicial para o alcance das exigências que diferenciam e legitimam uma educação de qualidade. Essa busca desmedida trouxe consequências, mesmo com a formação superior os egressos não conseguiam usufruir das oportunidades que eram apresentadas para todos, pois somente o que possuíam competências, habilidades e atitudes individuais detinham sustentação para a competitividade no mercado de trabalho, afirma Carvalho e Waltenberg (2015).

Essa baixa qualificação universitária afetou a produtividade econômica do país, pois diminuiu a capacidade profissional das pessoas, viabilizou o aumento do desemprego que ocasionou uma precária qualidade de vida, agravada pelos processos de globalização. Para auxiliar a regulamentação da manutenção da qualidade, criou-se com base no decreto 91.117 de 29 de março de 1985 a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior, “Comissão de Notáveis”, responsável pela elaboração do relatório “Uma Nova Política para a Educação Superior”, deu-se início ao processo regulatório da avaliação superior brasileira.

2.2 REGULAÇÃO E MANUTENÇÃO DA QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Com o esgotamento do governo militar, na década de 1980 e a busca pela redemocratização do país, o Ministério da Educação teve o grande desafio de construir um sistema nacional de avaliação do Ensino Superior que atendesse às expectativas e trouxesse retorno. Esse desafio desencadeou, no final da década de 80, o interesse em produções acadêmicas que abordassem as questões referente a avaliação institucional ou avaliação do Ensino Superior. Mereceu destaque no início dos anos 1990, quando se voltou para questões de reformas e políticas públicas e, não necessariamente, centrado na melhoria da qualidade.

Essa avaliação, inicialmente, era realizada com a finalidade de prestar contas à comunidade quanto ao dinheiro público investido da IES. Alguns programas foram desenvolvidos durante os anos, cada qual com seus pontos fortes e fraquezas. O primeiro foi o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), de 1983, que priorizava a gestão das IES e o processo de comprometimento com o conhecimento. (BRASIL, 2009).

2.2.1 Programa de avaliação da reforma universitária (PARU – 1983)

Foi um programa criado a fim de auxiliar as consequências advindas da crise de 1980, que reduziu o recurso que era destinado ao Ensino Superior e às questões abordadas na Lei 5.540/1968, Reforma Universitária (SILVA, 2016). O PARU teve processo constituído de “levantamento e análises de dados institucionais colhidos por meio de roteiros e questionários preenchidos por estudantes, professores e administradores” e a avaliação abordou questões referentes à gestão e produção/disseminação de conhecimentos. (BRASIL, 2009, p. 27).

Promover um diagnóstico da educação superior, seus problemas e perspectivas, a fim de conhecer as reais condições nas quais se realizam as atividades de produção e disseminação do conhecimento no sistema de educação superior, analisar os reflexos da Reforma Universitária de 1968 nas universidades e instituições isoladas, públicas e privadas, assim como as peculiaridades regionais e institucionais de cada uma delas (BRASIL, 1983, p. 83)

Quadro 4 – Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU – 1983)

CARACTERÍSTICAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Considerava tanto a produção, como a disseminação do conhecimento. Responsável: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	<ul style="list-style-type: none">• PARU adquiriu forma de projeto de pesquisa;• Foi o precursor das experiências de avaliação;• Teve preocupação para com a gestão institucional.	<ul style="list-style-type: none">• Os dados obtidos não passaram de “versões preliminares”;• Teve curta duração.• Disputas internas dentro do ministério da educação.

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com Silva (2016, p. 31-47).

O Quadro 4 apresenta considerações importantes quanto às conquistas advindas do processo avaliativo PARU, mas também como pontos fracos as situações que de acordo com o autor, também defendidas por Cunha (2002), levaram a sua extinção. A curta duração do programa se deveu à incredibilidade dos dados por não aparecerem indicações técnicas e legais e, devido às disputas no Ministério da Educação prejudicando assim sua coordenação.

Então, em 1985, período da Nova República, apresenta Silva (2016), a criação do Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior (GERES). Nesse período a regulação centrou-se nas dimensões individuais da IES. Tal fato ocorreu, pois o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e o Sindicato de Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) produziram documentos defendendo a adoção de um “padrão único de qualidade para as universidades”, associando o ensino à pesquisa e à extensão. Institui-se, no ano de 1993, o Programa de avaliação das universidades brasileiras (PAIUB).

2.2.1.1 Programa de avaliação das universidades brasileiras (PAIUB – 1993)

Externamente, o país se adequava à modernização e à globalização que crescia no mundo e internamente, o país vivia um período de transição com o fim da ditadura e a retomada da democracia. A reforma do Estado ganhou força, gerando avaliação pautada em eficiência, eficácia e produtividade, uma regulação com a participação ativa da comunidade universitária, um exercício democrático que respeitava a individualidade de cada instituição. (SILVA, 2016).

O PAIUB teve uma contribuição expressiva quanto à aproximação entre o interno e externo da IES. Visto que, o programa considerava que “a avaliação, a favor da melhoria da instituição como um todo, contribui para a sua transformação” (ZAINKO; COELHO,

2007, p. 113), assim, mesmo com uma curta duração, conseguiu estabelecer diálogo entre a comunidade acadêmica e a sociedade, dando licitude à cultura da avaliação.

Quadro 5 – Programa de avaliação das universidades brasileiras (PAIUB – 1985)

CARACTERÍSTICAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Estudar os problemas que o Ensino Superior brasileiro vinha apresentando desde a década de 1960, principalmente em decorrência da rápida expansão e da pouca preocupação com a qualidade. Responsável: Comissão Nacional de Avaliação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Perspectiva de totalidade e prestação de contas à sociedade; • Proporcionava grande autonomia às IES, que, aderindo voluntariamente ao Programa, criavam e apresentavam ao Ministério da Educação (MEC) seus próprios modelos de autoavaliação; • Foi o primeiro programa proposto e fomentado pelo MEC com os princípios da regulação; • Obteve grande adesão por parte das IES, que passavam a receber recursos financeiros para executar seus programas de avaliação institucional próprios; • Origem da proposta de uma Comissão Própria de Avaliação para cada IES. 	<ul style="list-style-type: none"> • Teve seus recursos cortados em 1996; • Sanção da Lei n.º 9131 que criou o Exame Nacional de Cursos (ENC), com ênfase nos resultados.

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com Silva (2016, p. 31-47).

O Quadro 5 traz a perspectiva do autor quanto aos acréscimos e imprevistos durante a aplicação do PAIUB, muitos pontos positivos podem ser observados, inclusive, a adesão das IES, pois recebiam recursos financeiros a fim de executar seus programas de avaliação. O GERES foi responsável pela criação do “O Provão”, e buscava a aplicação de um exame padronizado, quantificando o conhecimento dos alunos. Dias Sobrinho (2003, p. 75) coloca essa forma de avaliação como “modelo de avaliação representativo dessa lógica de eficiência e do atrelamento da educação ao projeto econômico neoliberal”.

Com a obrigatoriedade do Exame Nacional de Cursos (ENC), popularmente chamado de “O Provão”, com base na Lei n.º 9.131/1995 e na finalização dos recursos ao PAIUB em 1996, o processo ganhou vertente “centrada nos resultados, produtividade, eficiência, controle e desempenho dos estudantes”. (SILVA, 2016, p. 35).

2.2.1.2 Exame nacional de cursos – ENC⁷ (O provão – 1995)

Para Dias Sobrinho (2002, p. 12), o Provão “trata-se de um exame que compara em nível nacional os estudantes de uma carreira. Ele examina no sistema os desempenhos em competências e habilidades relativamente a critérios [...] constituindo o *ranking* nacional”, conforme é apresentado no Quadro 6:

Quadro 6 – Exame Nacional de Cursos – ENC (O provão – 1995)

CARACTERÍSTICAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Mecanismo de avaliação que utilizava o desempenho dos alunos para medir a eficácia das IES.</p> <p>Responsável: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O Provão era obrigatório para que os concluintes recebessem seus diplomas e constituía-se de conteúdos mínimos e específicos de cada curso; • Acesso ao questionário-pesquisa respondido pelos alunos inscritos, antes da realização da prova, com o objetivo de reunir informações referentes ao curso e às informações socioculturais dos alunos; • Concomitante ao Provão, o MEC realizava o Censo da educação superior e as Avaliações das Condições de Ensino (ACE), que consistiam em avaliações <i>in loco</i>, focadas na organização didático-pedagógica, no corpo docente e nas instalações físicas das IES e/ou dos cursos, objetivando o credenciamento ou o credenciamento das instituições, bem como a autorização ou o reconhecimento de cursos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Centrado em uma avaliação única, que considerava, apenas, a dimensão de ensino, que por meio do desempenho do aluno conceituava os cursos e as IES; • Deu origem ao <i>ranking</i> Nacional das Instituições de Ensino Superior.

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com Silva (2016, p. 31-47).

O autor, embasado em Dias Sobrinho (2010), apresenta “o provão” negativamente, como um novo processo apresentado como limitador da qualidade dos cursos, pois era aplicado num único momento e vinculado somente aos saberes estudantis. Devido à divulgação dos resultados na mídia, proporcionou a existência de um *ranking* que “não se preocupou em avaliar a complexidade do fenômeno educativo, nem mesmo a complexidade da aprendizagem” (p. 207).

⁷ Lei n.º 9.131/1995 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 9.394/1996

Pela falta de referência para estratégias, devido ao caráter fragmentado do “Provão” e o aumento das IES, sendo, em sua maioria, por instituições privadas, em virtude da expansão do segmento empresarial causado, principalmente, pela diminuição do financiamento pelo Estado às instituições, foi preciso uma nova mudança no processo de avaliação institucional brasileira. (DIAS SOBRINHO, 2010).

Em 2003, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, de acordo com Dias Sobrinho (2010, p. 207), com base em “duas aspirações centrais da comunidade de educação superior: participação democrática e construção de um sistema de avaliação”, a Secretaria de Educação Superior promoveu uma série de mudanças nas políticas de educação⁸ que propôs e implementou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) por meio da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que traz em seu Art. 1º a finalidade:

a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente de sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

Tem-se início um novo período para a história da regulação do ensino superior brasileiro. Para Dias Sobrinho (2003), a avaliação para fins educacionais assumiu novo conceito, deixou de focar resultados quantitativos que priorizam resultados e valor final, para subsidiar bases para tomada de decisões em processos, metodologias, dinâmicas e procedimentos que objetivam a qualidade do ensino.

⁸ Criação da Comissão Especial de Avaliação (CEA) - Portarias MEC/SESu n. 11 e n. 19/2003.

3 A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI

O Estado deve implementar os instrumentos avaliativos que possibilitem uma visão global do sistema, visando tanto à regulação quanto à implementação de medidas e ações de melhoramento. Os processos de avaliação nas instituições devem integrar diversos procedimentos e instrumentos, na forma de estudos, discussões, juízos de valor a respeito de todas as dimensões e estruturas institucionais. (BRASIL, 2009, p. 99).

Algumas políticas mundiais e nacionais influenciaram a formulação do sistema de avaliação no século XXI, podemos citar:

- a Conferência de *Jomtien* (1990), que aprovou o plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem;
- as propostas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de acordo com Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (1998) que viabilizam a educação ao longo da vida;
- o Plano Diretor da reforma do aparelho de Estado no Brasil (1995) que instaura o gerencialismo;
- a transformação proposta pela LDB (1996) que responsabiliza o Estado em “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (BRASIL, 2010, Art. 9);
- sem deixar de mencionar as características econômicas e trabalhistas do país, que evidenciaram a nova divisão do trabalho e a intensificação das relações. Situações responsáveis por necessárias modificações nas políticas de avaliação da educação superior brasileira, entre outras.

Este capítulo tem início com a criação da Comissão Especial de Avaliação (CEA), e estabelecerá o diagnóstico sobre a Regulação e Avaliação do Ensino Superior. Posteriormente, trará a “criação de um sistema, combinando regulação e avaliação educativa, em suas dimensões interna e externa [...] que cumpra com os principais anseios e necessidades mais gerais da sociedade.” (BRASIL, 2009).

3.1 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ÀS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

A partir da Constituição de 1988, houve reconhecimento quanto à importância da avaliação vinculada ao processo de melhoria do Ensino Superior, pois mesmo com a

finalização dos recursos ao PAUIB e a instituição do ENC, as IES mantiveram o legado da avaliação interna. Para nortear essa nova política de avaliação, era preciso buscar esse novo modelo avaliativo, que era formado por “textos diversificados, construídos de forma gradualista; instrumentos avaliativos, gerados em etapas, que constituíram práticas fragmentárias de um outro perfil da avaliação muito diferente do PAIUB” (p. 34), juntamente ao conteúdo legal da legislação e dos atos da institucionalização da avaliação. (BRASIL, 2009).

Para isso, deu-se início ao processo de diagnóstico sobre a Regulação e Avaliação do Ensino Superior, no qual a CEA analisou toda legislação pertinente ao assunto criada a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, passando por Medidas Provisórias (MP), pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e por vários decretos (BRASIL, 2009, p. 23). Seguem alguns exemplos no Quadro 7.

Quadro 7 – Síntese do Marco Legal (diagnóstico)

Legislação	Especificidades
Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988.	<ul style="list-style-type: none"> • A Seção I apresenta os princípios e normas fundamentais relativos à educação no Brasil e seu art. 206, inciso VII, define que um deles é “a garantia de padrão de qualidade”. • Estabelece, no art. 209, que o “ensino é livre à iniciativa privada”, atendidas duas condições: 1) o “cumprimento das normas gerais da educação nacional”; 2) a “autorização e avaliação de qualidade pelo poder público”, incluindo entre as cinco metas a serem alcançadas, a melhoria da qualidade do ensino” (art. 214); • Garantias constitucionais necessárias para a efetivação da educação “como dever de Estado”.
Decreto n.º 3.860, de 9 de julho de 2001.	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre a organização do Ensino Superior e a avaliação de cursos e instituições.
Decreto n.º 38.661, de 26 de janeiro de 1956.	<ul style="list-style-type: none"> • É criado o Serviço de Estatística da Educação e Cultura (Seec), com a finalidade de promover a definição de levantamentos sistemáticos e anuais, em trabalho conjunto com o IBGE.
Decreto n.º 3.501, de 12 de junho de 2000	<ul style="list-style-type: none"> • O MEC passa a ter a denominação de Ministério da Educação e tem sua área de competência na pesquisa educacional alterada para a de “avaliação, informação e pesquisa educacional” (art. 1º, inciso IV); • Os assuntos a seguir passam a ser de competência do MEC: <ol style="list-style-type: none"> a) política nacional de educação; b) educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, Ensino Superior, ensino de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar; avaliação, informação e pesquisa educacional; pesquisa e extensão universitária; magistério.
Decreto n.º 3.543, de 12 de julho de 2000	<ul style="list-style-type: none"> • São especificadas as atribuições da fundação Capes.
Decreto n.º 3.772, de 14 de março de 2001.	<ul style="list-style-type: none"> • Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação.
Decreto n.º 3.860, de 9 de julho de 2001	<ul style="list-style-type: none"> • Revogados os Decretos n.º 2.026/96 e 2.306/97, que anteriormente regulamentavam, respectivamente, a avaliação e a organização da educação superior.

	<ul style="list-style-type: none"> • Dispôs sobre a classificação das instituições de Ensino Superior (IES), entidades mantenedoras, organização acadêmica, avaliação e procedimentos operacionais. • Detalhou o caráter periódico dos processos de autorização e reconhecimento de cursos e credenciamento e reconhecimento de IES. • Mudou as regras de organização do sistema federal de ensino e modificou procedimentos de avaliação de cursos e instituições, reforçando aspectos que vieram sendo inseridos desde a Lei n.º 9.131/95 até a nova LDB • Atribuiu ao Inep a responsabilidade de organizar e executar a avaliação de cursos de graduação e das IES • Estabeleceu os procedimentos para credenciamento, respectivamente, de universidades e centros universitários, associando-os a processos de avaliação.
Decreto n.º 4.504, de 9 de dezembro de 2002.	<ul style="list-style-type: none"> • Limita a competência ao MEC de aprovar os estatutos e regimentos dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e das escolas agrotécnicas federais e complementa o conjunto de normas acerca da regulação e supervisão das instituições e cursos de nível superior da educação.
Decreto n.º 4.631, de 21 de março de 2003.	<ul style="list-style-type: none"> • A Capes tem o seu estatuto e o seu quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas aprovados.
Decreto n.º 4.633, de 21 de março de 2003	<ul style="list-style-type: none"> • Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos e das funções gratificadas no Inep. • São destacadas as principais competências de duas das seis diretorias do órgão: a Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais e da Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior.
Decreto n.º 4.637, de 21 de março de 2003.	<ul style="list-style-type: none"> • Mantém as competências e a estrutura estabelecidas pelo Decreto n.º 3.772/01.
Decreto n.º 4.791/2003	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovou nova estrutura regimental do MEC, sem, contudo, alterar suas competências. • Criou-se novo Departamento na SESu: Departamento de Supervisão do Ensino Superior.
Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovou o PNE que define diretrizes para a regulação do sistema; define que é necessário “planejar a expansão com qualidade, evitando-se o fácil caminho da massificação”. • Estabeleceu, para cada nível educacional, um “diagnóstico”, “diretrizes” e “objetivos e metas” • Definiu que o setor privado deve respeitar os “parâmetros de qualidade estabelecidos pelos sistemas de ensino”
Lei n.º 8.405, de 9 de janeiro de 1992	<ul style="list-style-type: none"> • Capes foi transformada em fundação pública e definiu-se também, os órgãos de direção da Capes – Conselho Superior, Diretoria (composta pelo Presidente e pelos Diretores) e o Conselho Técnico-Científico. • E organização e o funcionamento desses órgãos deveriam ser definidos em seu estatuto.
Lei n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995	<ul style="list-style-type: none"> • Criou o novo Conselho Nacional de Educação. • Previu a criação de um conjunto de avaliações periódicas das instituições e cursos superiores, sobressaindo o propósito da realização anual de exames nacionais. • Propôs pela primeira vez como atribuições do MEC “formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem”.
Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996	<ul style="list-style-type: none"> • Ênfase aos processos de avaliação visando à melhoria da qualidade de ensino. • Demarcou a necessidade de “baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação”.

	<ul style="list-style-type: none"> • A “autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação” • Delimitou que as “atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base na avaliação realizada pelo Poder Público”. • A avaliação da educação superior assumiu lugar especial dentre as políticas educacionais. • Estabeleceu incumbências à União, aos Estados e ao Distrito Federal para que exerçam a regulação na educação superior.
Medida Provisória n.º 1.568, de 14 de fevereiro de 1997.	<ul style="list-style-type: none"> • É extinta a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), sendo suas competências transferidas para o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE). • O Inep é transformado em Autarquia Federal.
Medida Provisória n.º 2.216-37, de 31 de agosto de 2001.	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança nas atribuições da Câmara de Educação Superior (CES). “As deliberações e pronunciamentos do Conselho Pleno deverão ser homologados pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto”.
Portaria MEC n.º 064, de 21 de janeiro de 2001.	<ul style="list-style-type: none"> • Define os procedimentos para o reconhecimento de cursos/habilitações de nível tecnológico da educação profissional.
Portaria MEC n.º 1.647, de 25 de dezembro de 1999.	<ul style="list-style-type: none"> • Credenciamento dos Centros de Educação Tecnológica (CETs) e a autorização de cursos de nível tecnológico da educação profissional.
Portaria MEC n.º 1.885, de 27 de junho de 2002.	<ul style="list-style-type: none"> • Faz o registro de todas as instituições de Ensino Superior vinculadas ao sistema federal de ensino credenciadas, as vinculadas ao sistema estadual de educação e as que se encontram em processo de credenciamento.
Portaria MEC n.º 3.478, de 12 de dezembro de 2002.	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhece, em caráter provisório, o fim de expedição e de registro de diplomas dos alunos que concluíram até 31/12/2002.
Portaria Ministerial n.º 971, de 22 de agosto de 1997.	<ul style="list-style-type: none"> • Tornou obrigatório o encaminhamento, ao Inep, anualmente, de uma relação de dados sobre a IES e sobre seu corpo docente e discente, por disquete ou por meio eletrônico.
Portaria Ministerial n.º 2.517 de 22 de novembro de 2001.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelece que as IES devem responder, anualmente, ao Censo da Educação Superior, no Sistema Integrado de Informações da Educação Superior (SIEdSup) e que devem designar um pesquisador institucional para ser o interlocutor e responsável pelas informações da IES no Inep.
Portaria Ministerial n.º 3.176 de 14 de novembro de 2002.	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre o Censo da Educação Superior.

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com (BRASIL, 2009, p. 33-78).

Nas audiências públicas, percepções sobre o PAIUB e o “Provão” foram temas frequentes, tornando referência para formulação de propostas e reflexões coma finalidade de coletar subsídios para uma nova intervenção. No total foram 38 intervenções feitas em plenário, com a participação de entidades públicas e privadas. Durante a dinâmica, apareciam momentos de convergência “é amplamente defendido pelas entidades que a avaliação institucional interna e a externa deverão voltar-se para cursos e instituições”. (BRASIL, 2009, p. 86).

Da mesma forma, divergências surgiam ao abordar o formato da avaliação realizada anualmente, pois este deveria passar por alguns pontos de reformulação, principalmente quando se trata da falta de interação. Mas, mesmo com algumas discordâncias, o favorecimento à continuidade da avaliação era presente. Após a conclusão de todo esse período de diagnóstico, concluiu-se: “a avaliação de maior tradição, a da Capes, não se articula com instrumentos avaliativos da graduação e tampouco com os do ensino técnico”; os avaliadores precisavam ser melhor preparados, não com uma visão específica do Sistema Nacional de Avaliação, mas de acordo com a realidade das instituições e, por último, é preciso revisar o instrumento de avaliação. (BRASIL, 2009, p. 88-89).

Surgiu, a partir desse momento, uma nova proposta política de avaliação da educação superior, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

3.2 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)

A implantação da regulação no ensino sofreu muita resistência por parte dos profissionais da educação, visto que a comparavam com a busca pela qualidade total que norteia a produção de bens e serviços no mercado empreendedor. Nesse cenário, intensificou-se a discussão a respeito da avaliação da qualidade da educação superior brasileira. Desde então, a avaliação passou a ocupar o centro das discussões no ambiente acadêmico das IES por diversos ângulos: ora na implementação de ações para atender às exigências do MEC, ora na discussão de propostas para amenizar e para enfrentar as resistências e as críticas por parte dos docentes, dos discentes e dos técnicos, ora discutindo mecanismos para tornar a avaliação viável, mais eficiente e mais levada a sério, inclusive pelos gestores.

Para Dias Sobrinho (2003), a avaliação para fins educacionais assumiu novo conceito, deixou de focar resultados quantitativos que priorizam resultados e valor final, para subsidiar bases para tomada de decisões em processos, metodologias, dinâmicas e procedimentos que objetivam a qualidade do ensino. Após o período de diagnóstico, a CEA teve a responsabilidade de consolidar as informações computadas dando ênfase à integração e participação de todos, nesse intuito optou-se por trabalhar com questões que ampliavam uma dimensão formativa, crítica e cognitiva. Assim, buscou-se construir “um sistema de avaliação capaz de aprofundar os compromissos e responsabilidades sociais

das instituições, bem como promover os valores democráticos, o respeito à diversidade, a busca da autonomia e a afirmação da identidade.” (BRASIL, 2009, p. 91).

Em 14 de abril de 2004, por meio da Lei nº 10.861, formaliza-se instrumento legal com a finalidade de nortear a avaliação no Ensino Superior. Nasceu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), que, de forma gradativa, tem demonstrado sua importância aos envolvidos, a fim de melhorar a qualidade do Ensino Superior brasileiro.

A Lei 10.861/2004, em seu Art. 2º, estabelece um dos pontos de regulação submetidos ao SINAES, visto que os processos de avaliação “constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação [...], a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação”. Determina que as tomadas de decisão e solicitação de melhorias também se embasarão em seus resultados, pois, conforme Art. 10º, “os resultados considerados insatisfatórios ensejarão a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de educação superior e o Ministério da Educação”.

Algumas legislações surgiram após 2004 com a finalidade de sustentar a efetividade dos objetivos estabelecidos pela lei de instituição do SINAES, conforme Quadro 8.

Quadro 8 - Legislações após 2004

Legislação	Especificidades	Observações
Decreto n.º. 5.773/ 2006	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de IES e cursos superiores de graduação no sistema federal de ensino, garantindo que essas três funções se tornariam interligadas (BRASIL, 2009)	Posteriormente revogado pelo Decreto n.º 9.235/2017
Portaria Normativa MEC n.º 40/ 2007	Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.	Posteriormente revogado pelo Decreto n.º 9.235/2017
Portaria n.º 1.342/ 2012	Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior deste Ministério, e cria no âmbito da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, o encargo de Ouvidor	***
Portaria n.º 1.006/ 2012	Institui o Programa de Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior – PARES	***
Portaria Normativa n.º 24/ 2013	Regulamenta o Decreto n.º 8.142, de 21 de novembro de 2013, que altera o Decreto n.º 5.773, de 9 de maio de 2006	***

Portaria n.º 92/ 2014	Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES	***
Portaria Normativa n.º 21/ 2017	Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – cadastro e-MEC	***
Portaria n.º 315/ 2018	Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância;	***
Portaria Normativa n.º 20/ 2017	Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.	Republicada em 03 de setembro de 2018 para consolidação do texto normativo publicado no Diário Oficial da União n.º 245 de 22 de dezembro de 2017, Seção 1, páginas 25 a 29

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com SINAES (2009).

O Quadro 8 traz a legislação pertinente ao processo atual de regulação nacional, mas para que esse seja estabelecido e coordenado de forma otimizada, pode ser observado no Quadro 9 a quem compete o processo de avaliação e regulação da educação superior brasileira, visto que são processos distintos.

Quadro 9 – Responsabilidade pela avaliação e regulação no Ensino Superior Brasileiro

AVALIAÇÃO / REGULAÇÃO	RESPONSABILIDADE	OBSERVAÇÕES
A AVALIAÇÃO É REALIZADA NO ÂMBITO DO SINAES	É coordenada pela Comissão de Avaliação de Educação Superior – CONAES	A entidade colegiada é composta de 13 membros nomeados pelo Ministro da Educação, e é executada nas suas três vertentes (focalizando o desempenho estudantil, os cursos e as instituições) pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.
A REGULAÇÃO DE TODOS OS CURSOS SUPERIORES	É responsabilidade exclusiva de uma nova secretaria,	A maior parte dos cursos de graduação é regulamentada pela

DE GRADUAÇÃO, DO SISTEMA FEDERAL, QUE ABRANGE INSTITUIÇÕES E CURSOS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS E TAMBÉM PRIVADAS	denominada a Secretaria de Regulação da Educação Superior (SERES).	Secretaria de Educação Superior (SESu), mas os cursos tecnológicos são regulamentados pela Secretaria de Ensino Profissional e Tecnológica (SETEC) e os ofertados a distância ficam sob o controle da Secretaria de Educação a Distância (SEED).
A REGULAÇÃO DOS CURSOS SUPERIORES DOS SISTEMAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	São ambos regulamentados através de seus respectivos Conselhos Estaduais de Educação.	Atribuição concedida pela LDB n.º 9694 de 1996.

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com Verhine (2015, p. 608).

Para justificar a apresentação proposta no Quadro 9, é preciso compreender que a diferença entre avaliação e regulação está na sua própria funcionalidade. Em sua argumentação Dias Sobrinho (2003, p. 109) destaca que “a avaliação deve colocar como foco central de suas preocupações a questão fundamental do sentido social de uma instituição” e servir para alimentar decisões de cunho regulatório. Estabelece-se, assim, diferenciação quanto aos objetivos, mas demonstra-se serem estas atividades necessariamente interligadas.

Essa preocupação centrada no processo de avaliação está presente nos pressupostos expressos de maneira implícita no discurso do SINAES e, podem ser percebidos com base nas políticas de operacionalização que se embasam nos seguintes fundamentos: Educação é um direito social e dever do Estado; Valores sociais historicamente determinados; Regulação e controle; Prática social com objetivos educativos; Respeito à identidade e à diversidade institucionais em um sistema diversificado; Globalidade e Legitimidade. Esses pontos são operacionalizados, conforme apresentado em (BRASIL, 2009), de maneira participativa, com articulação interna e externa por meio de sistema de avaliação que contempla a complexidade de todas as IES do Brasil.

A complexidade da Educação Superior, em todas as suas fases, exige variedades de metodologias e práticas a fim atender a diversidade dos cursos, de identidade, de profissionais e cenários nacionais. Tendo como defesa argumentativa a lei de criação (Lei nº 10.861/2004), o SINAES deve garantir que as abordagens evidenciem instrumentos de avaliação que contemplem análise holística, vislumbrando as dimensões externas e internas e sua integração em relação à estrutura, compromisso, relações, finalidades e

resultados das IES. Instrumentos esses que, conforme descrito na Lei 10.861/2004 – Art. 1º:

[...] tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Ainda, conforme Lei nº 10.861/ 2004 – Art. 3º, deve-se, por fim, contemplar o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades de uma IES “de modo a respeitar a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas”. Os atores sujeitos da avaliação são: os conjuntos de professores, estudantes, funcionários e membros da comunidade externa; os processos institucionais e infraestrutura do local.

Essa amplitude proporciona um conhecimento estratégico dos pontos forte e fracos (internamente) e das oportunidades e ameaças (externamente). Justifica-se, pois que o levantamento dos extremos é importante, visto que, por meio dos diagnósticos, poderão ser estabelecidas estratégias para manutenção e superação de carências.

Para conseguir uma abordagem tão complexa e que atenda as especificidades de todas as IES o processo de avaliação é realizado em etapas. O Decreto nº 9.235/2017 – Art. 80º, descreve o processo de avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

O SINAES, a fim de cumprir seus objetivos e atender a suas finalidades constitucionais e legais, compreende os seguintes processos de avaliação:
I - Avaliação interna das IES;
II - Avaliação externa in loco das IES, realizada pelo Inep;
III - Avaliação dos cursos de graduação; e
IV - Avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação por meio do Enade.

A autoavaliação, a avaliação externa das Instituições; dos Cursos e Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), tem como objetivo identificar o perfil e o significado da atuação da IES por meio das dez dimensões apresentadas no Quadro 10, conforme Art. 3º da Lei 10.861/2004. Elas garantem, simultaneamente, a unidade do processo avaliativo em âmbito nacional e a especificidade de cada Instituição, servindo durante o processo como indicadores de qualidade.

Atribui-se, conforme Lei 10.861/2004 – Art. 3º, uma importância evidente às dimensões, contempladas durante o processo avaliativo. Sua consideração está pautada

de forma “a respeitar a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas” e pode ser utilizada de modo a ampliar o campo da avaliação quanto à temática, quanto ao universo institucional, quanto aos agentes e quanto aos objetivos, conforme a finalidade do SINAES em se manter construtivo e formativo.

Quadro 10 – Dimensões do SINAES

Dimensões	Importância quanto à qualidade
1. A missão e o plano de desenvolvimento institucional (PDI).	Assim como a Missão apresenta a essência da organização, o motivo de sua existência e envolvimento das pessoas interessadas, o PDI a transforma em indicadores e metas a serem alcançadas.
2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	O tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui um eixo fundamental para a manutenção da qualidade das IES, visto que sua indissociabilidade é um princípio orientador de qualidade e produção universitária, formando universitário autônomo, competente e ético.
2. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	Conceito que ultrapassa o assistencialismo (antes foco das universidades). Deve ser manifestada no respeito ao educando para prosseguir com seus estudos, buscar uma qualificação para o mercado de trabalho, enriquecimento cultural e de conhecimentos. Também deve oportunizar ações no campo da responsabilidade social, mais coerentes com seu papel enquanto instituição educativa, para promover uma sociedade justa e equânime.
4. A comunicação com a sociedade.	Proporciona uma aproximação efetiva entre a IES e a sociedade, identificando as formas de participação ativa da sociedade na vida acadêmica e vice-versa.
5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.	A avaliação do clima organização da IES permite analisar os aspectos positivos e negativos percebidos na instituição. A positividade do clima organizacional gera grandes benefícios que proporcionam um ambiente propício para a valorização pessoal e profissional dos servidores; resultados diferenciados e criatividade nos processos de gestão.
6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.	A representação dos grupos envolvidos, tanto interno quanto externo nos processos de decisão das IES, permite que haja equilíbrio e que as decisões sejam voltadas ao atendimento de um interesse coletivo a partir do consenso. Legitimando uma democracia que balanceie ganhos e perdas com vistas a formação da criticidade de cidadãos e manutenção de relações.
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	A adequação da infraestrutura da instituição, motivadas por políticas institucionais de conservação, atualização, segurança, de

	estímulo à utilização e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras promovem um melhor aproveitamento quanto às atividades de ensino, pesquisa e extensão das IES.
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional.	Adequar, buscando a efetividade do planejamento geral da instituição, o Projeto Pedagógico Institucional com os projetos pedagógicos dos cursos, a fim de proporcionar procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, promovem um controle frequente quanto a eficácia da IES e permitem intervenções com o intuito de melhoria ou manutenção da qualidade.
9. Políticas de atendimento aos estudantes.	As políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes; a participação dos estudantes em atividades de ensino, iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil, acrescido do acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada, promovem formas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/ abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas.
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	Políticas de captação e alocação de recursos, direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão promovem a sustentabilidade financeira da instituição e a constante oferta baseada em princípios e com foco na qualidade.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado na Lei nº 10.861/2004 – Art. 3º

O Quadro 10 apresenta as dimensões e sua importância quanto ao conceito de qualidade, essas são consideradas durante o todo processo avaliativo e tem a finalidade de contemplar a IES como um todo. Em 2014, por meio da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n.º 65, as dimensões foram reorganizadas em 5 eixos avaliativos.

Que são:

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional Dimensão 8: Planejamento e Avaliação.
- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição.
- Eixo 3: Políticas Acadêmicas Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
- Eixo 4: Políticas de Gestão Dimensão 5: Políticas de Pessoal Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
- Eixo 5: Infraestrutura Física 4 Dimensão 7: Infraestrutura Física.

A compilação dos dados pertinentes às dimensões em eixos foi pensada de forma a facilitar sua leitura e interpretação. Estes deverão estar inclusos no Relatório de Autoavaliação e, conforme Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n.º 65, será submetido por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de três anos, assim distribuídos: “até 31 de março de 2016 – 1º relatório parcial; até 31 de março de 2017 – 2º relatório parcial e até 31 de março de 2018 – relatório integral”.

Será evidenciado durante esta pesquisa o processo de autoavaliação institucional, visto de tratar do foco de estudo durante a execução do trabalho.

3.2.1 A Autoavaliação Institucional

É o ponto de partida para o processo de avaliação de uma IES. A responsabilidade por todo o processo pertence à instituição e tem como objetivo a busca efetiva pela participação da comunidade interna e externa. SINAES (2009, p. 113), coloca como finalidade da autoavaliação ter “um caráter educativo, de melhora e de autorregulação, com a finalidade de “compreender a cultura e a vida de cada instituição em suas múltiplas manifestações”.

A Avaliação interna ou Autoavaliação é realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, independentemente se pública ou privada, as IES deverão constituir sua CPA com a finalidade de conduzir os processos de avaliação internos da instituição. Eles terão como base as “Diretrizes para a Avaliação das instituições de Educação Superior” e como norteador o “Roteiro de autoavaliação institucional”, da CONAES. O processo compreende três etapas que correspondem ao planejamento, desenvolvimento e consolidação, conforme figura 4.

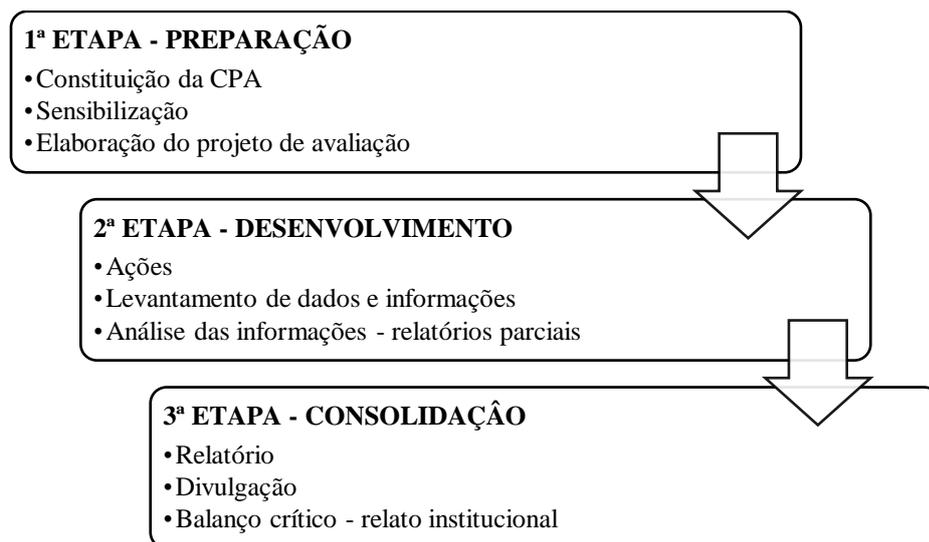


Figura 4 – Etapas da autoavaliação institucional
Fonte: Brasil (2004, p. 26).

A 1ª etapa formaliza a constituição da CPA, e, de acordo com a Lei n.º 10.681/2004, a comissão deverá ser formada por representantes dos docentes, técnico-administrativos, discentes da IES e, também, da sociedade civil. Sua constituição está estabelecida na Portaria n.º 2.051/ 2004 – Art. 7º, § 2º:

a forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA deverão ser objeto de regulamentação própria, a ser aprovada pelo órgão colegiado máximo de cada instituição de educação superior, observando-se as seguintes diretrizes: I – necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados; II – ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades.

Apresentam-se pela CONAES (BRASIL, 2004b) ressalvas quanto à complexidade dos trabalhos realizados pela CPA, pois estes exigem dedicação, conhecimento aprofundado da instituição e constituem trabalho voluntário. A sensibilização e a formulação do projeto também são evidenciadas nessa etapa, e tidos como desafios, pois a CPA precisa trabalhá-los não como mera legislação, mas a fim de que a importância da participação no processo de avaliação se torne hábito cultural da instituição e “cabe a ele gerar as características de comparabilidade entre todas as IES do sistema ao longo da sua implementação.” (p. 11).

O “desenvolvimento”, tratado na 2ª etapa, remete a busca pela efetividade entre as ações e metodologias escolhidas, em conjunto a aplicação e controle durante o

processo. Para que isso ocorra, algumas ações são desenvolvidas de forma que o processo aconteça e resulte nas considerações necessárias, tais como:

- implementação dos procedimentos de coleta e análise das informações, conforme definida no Projeto de Avaliação SINAES, em consonância com as proposições contidas no documento Orientações Gerais;
- elaborar relatórios parciais relativos às diferentes etapas de autoavaliação e avaliação externa, definidas no projeto de Avaliação SINAES da IES;
- integrar com os demais instrumentos de avaliação do SINAES;
- detalhar a avaliação externa, em sintonia com as orientações da CONAES;
- elaborar relatórios parciais ou finais da avaliação interna e externa;
- revisar o Projeto de Avaliação SINAES da IES e replanejar as atividades para a continuidade do processo de avaliação SINAES. (BRASIL 2004b, p. 12-13).

Na 3ª etapa, os resultados são consolidados e há a elaboração de relatório, expresso com clareza, viabilizando à comunidade acadêmica, aos avaliadores externos e à sociedade o resultado das discussões, das análises dos dados e interpretação das informações, sendo desejável que contenha sugestões a serem desenvolvidas pela IES para minimizar seus pontos fracos e potencializar os fortes.

O relatório, conforme Nota Técnica Inep/Daes/Conaes n.º 65, deverá apresentar cinco tópicos: na Introdução que deverá conter “os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação, bem como o ano a que se refere, relatando se o relatório é parcial ou integral, conforme esta nota técnica”; a Metodologia que, descreverá os instrumentos, pessoas envolvidas e processo de análise das informações coletadas; o Desenvolvimento que terá como responsabilidade consolidar as informações que metrificam os eixos/ dimensões tendo como base o PDI e missão da IES; o conteúdo do tópico Análise dos dados e informações que se responsabilizará em apresentar o diagnóstico dos dados, com a finalidade de planejar e executar ações de melhorias e por último, essas incluídas no tópico Ações com base na análise.

Sendo um processo contínuo, foi estabelecido pela CONAES como uma diretriz final para as etapas mencionadas:

a avaliação institucional precisa ser um momento crucial de exposição pública da instituição e de comunicação transparente com a comunidade interna e externa. Essa interação deve produzir um dos insumos mais preciosos dos processos avaliativos, capaz de fertilizar, por meio da autoconsciência valorativa, a capacidade da instituição de planejar-se para o futuro com maior qualidade acadêmica e pertinência social. (BRASIL, 2004c, p. 27).

Sendo assim, a autoavaliação proporcionará à IES seu autoconhecimento, e utilizando a abordagem apresentada em BRASIL (2009, p. 85), que “a avaliação constitui,

assim, segundo amplo entendimento das entidades, um importante instrumento para identificar problemas, corrigir erros e introduzir as mudanças que signifiquem melhoria da qualidade”. Este trabalho busca analisar os resultados obtidos à luz da competência profissional.

Entendemos a autoavaliação como um processo contínuo por meio do qual a instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. A autoavaliação, executada pela CPA, traz como envolvidos no processo de pesquisa e coleta de informações todos os membros da comunidade, em seus diversos segmentos, via diálogo com a comunidade acadêmica e a sociedade civil organizada. Situação que será tratada no capítulo seguinte.

4 EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI: a importância da competência para os quatro pilares da educação

O processo de formação docente não pode limitar-se apenas ao crescimento pessoal e ao aperfeiçoamento profissional, deve estar atento às transformações das culturas discentes e das culturas institucionais, pois é na articulação com essas outras culturas que o professor terá elementos para dinamizar a sua ação pedagógica. (PONTES, 2012 p. 90).

Neste capítulo apresenta-se reflexões sobre a educação para a sociedade do Século XXI, apontada por Delors (2008, p. 16), que almeja “uma contribuição essencial para a busca de um mundo mais habitável e mais justo”. Uma discussão envolvendo os quatro pilares da educação — aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver juntos, que diretamente influenciam as habilidades, conhecimentos e atitudes do docente e indiretamente o ambiente escolar.

Conforme Ianni (2004), essa influência foi tal que a instituição de ensino, não somente a privada como também a pública, passou a ser organizada e administrada segundo a lógica da empresa, corporação ou conglomerado. Adaptações necessárias frente às mudanças mundiais, que exigiram uma nova organização administrativo-pedagógica por parte da IES.

Alterações necessárias, justificadas por Silva (2008), devido à mudança nos requisitos de qualificação para o mercado profissional, na qual a formação técnica deixa de ser a única base para dar vazão à relação intrapessoal e relações interpessoais, trazendo uma perspectiva nova para a educação do século XXI.

4.1 SÉCULO XXI: OS QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO

Consoante Delors (1998), a educação orienta-se com a missão de elevar o pensamento e o espírito do indivíduo, que deverá ser focado no todo, não como um mero participante, mas assumindo seu papel de construtor. E, para que isso aconteça, são necessários aspectos fundamentais como: as exigências de ordem científica e técnica, o autoconhecimento e a consciência do meio ambiente, e a construção de capacidades que permitam orientar a ação de cada um, como membro de uma família, cidadão ou como um produtivo membro da sociedade.

Os quatro pilares da educação, conforme Figura 5, elaborados por Jacques Delors⁹(1998), publicados no relatório “Educação: um tesouro a descobrir”, abordam aprendizados importantes com o objetivo de desenvolver o aluno tanto socialmente quanto cognitivamente, não há somente uma formação impulsionada para o mercado de trabalho, mas mediação para a humanização e inserção no meio social, desenvolvendo habilidades necessárias para se tornarem cidadãos preparados para as adversidades.

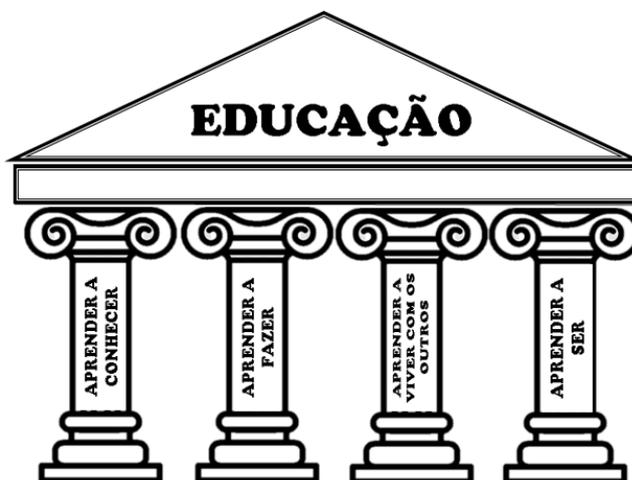


Figura 5 – Educação do Século XXI: 4 pilares da educação
Fonte: Adaptado pela autora de Delors (1998).

Juntos, os pilares - aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, e, finalmente, aprender a ser - são itens fundamentais ao conceito educacional. Visam uma prática pedagógica com o foco na formação contínua e na construção da educação proposta para o século XXI.

4.1.1 Primeiro pilar: aprender a conhecer

Ao abordar a questão do aprender a conhecer, Delors (1998) tem como prioridade a internalização do conhecimento. Esse não absorvido superficialmente, mas oriundo da construção e reconstrução de algo motivado pela curiosidade e pela autonomia. Traz a participação ativa na sociedade pelo indivíduo trará como benefício a continuidade da aprendizagem, esse processo deve ser planejado e estruturado ao longo da vida, desenvolvendo a habilidade crítica do aluno.

⁹ Jacques Lucien Jean Delors, economista e político francês, estudou Economia na Sorbonne. Foi professor visitante na Universidade Paris-Dauphine (1974-1979) e na Escola Nacional de Administração (França). De 1992 a 1996, presidiu a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, da UNESCO.

Para os mediadores, esse pilar apresenta-se como desafio, abordando a necessidade de motivar essa formação, pois é preciso despertar, em cada aluno, a “sede de conhecimento”, a capacidade de aprender cada vez mais e melhor, ajudando-o a desenvolver contextos intelectuais e cognitivos que lhe permitam construir sua própria criticidade.

Nesse olhar, o mediador não pode ficar fechado em sua própria ciência, mas na abertura a outros campos de conhecimento, proporcionando ao aluno a possibilidade de reinventar o futuro utilizando o que é oferecido por intermédio da modernidade. Afirma Delors (1998, p. 92): “o processo de aprendizagem do conhecimento nunca está acabado, e pode enriquecer-se com qualquer experiência [...] liga-se cada vez mais à experiência do trabalho”, apresentando que, com base no conhecimento adquirido, a execução prática deverá ser sequenciada e desmaterializada por meios interpessoais.

4.1.2 Segundo pilar: aprender a fazer

A globalização trouxe nova perspectiva educacional, o indivíduo recebe inúmeras informações, verdadeiras ou não, e precisa estar preparado para analisar e estabelecer posicionamentos. O conhecimento adquirido precisa ser colocado em prática desenvolvendo mecanismos de comunicação e criticidade, mutáveis e eficazes, se adequando às qualificações exigidas pelo mercado.

Os empregadores substituem, cada vez mais, a exigência de uma qualificação ainda muito ligada, a seu ver, à ideia de competência material, pela exigência de uma competência que se apresenta como uma espécie de coquetel individual, combinando a qualificação, em sentido estrito, adquirida pela formação técnica e profissional, o comportamento social, a aptidão para o trabalho em equipe, a capacidade de iniciativa, o gosto pelo risco. (DELORS, 1998, p. 94).

O “Aprender a fazer” envolve uma série de técnicas a serem trabalhadas, não apenas reter e transmitir informação, mas também interpretar e proporcionar “o despertar de alguém para a criatividade e construção do trabalho” (SCHERER, 2012, p. 989). Não há separação entre as habilidades técnicas e as humanas, as relações interpessoais devem ser constantes, e, para tal, são necessárias aptidões para solucionar conflitos e estabelecer parcerias mesmo em situações de desenvolvimento e incertezas. A formação profissional tem que preparar o aluno para as decisões que serão apresentadas na rotina do trabalho.

4.1.3 Terceiro pilar: aprender a viver juntos ou conviver

É um processo contínuo, que entra em contradição com as vertentes sociais individualistas e discriminatórias presentes na sociedade, uma análise presente na descrição de Delors (1998, p. 97) quando afirma que a “tarefa é árdua porque, naturalmente, os seres humanos têm a tendência de supervalorizar as suas qualidades e as do grupo a que pertencem, e a alimentar preconceitos em relação aos outros”.

Frente essa realidade, a formação educacional tem a missão de trabalhar a descoberta e a empatia entre as pessoas. Numa educação ao longo da vida que permeia a sobrevivência, pautada na constante resolução de conflitos. Uma situação contrária à competição acirrada que permeia uma sociedade que prioriza o sucesso individual, posicionada por “uma guerra econômica implacável [...], uma tensão entre os mais e os menos favorecidos, que divide os países do mundo e exacerba as rivalidades históricas” (p. 79).

Para uma formação que evidencie a descoberta do outro, é preciso a quebra de paradigmas e a construção do novo. Essa ruptura acrescida do “trabalho e diálogo com o professor ajudam a desenvolver o sentido crítico do aluno” (DELORS, 1998, p. 157), proporciona a formalização de uma formação pessoal não somente crítica e autônoma, mas responsável e solidária.

4.1.4 Quarto pilar: aprender a ser

A pessoa está inserida num ambiente cultural que estipula valores, crenças e hábitos com a finalidade de inclusão ou exclusão do meio. Esses são passados hereditariamente como rituais, histórias e aspirações moldando e contribuindo para uma formação moral e ética.

A escola, descreve Delors (1998, p. 100), ao receber todos esses seres, com sua formulação de juízo e autonomia intelectual, tem como trabalho “conferir a todos [...] a liberdade de pensamento, o discernimento, os sentimentos e a imaginação de que necessitam para desenvolver os seus talentos e permanecerem, tanto quanto possível, donos de seus próprios destinos.” Essa maturação da personalidade é despertada pelo conhecimento de si mesmo para, posteriormente, relacionar-se ao outro.

Os desafios propostos pela educação ao longo da vida inspiraram novas políticas educacionais com vistas a reformas educativas que influenciam, diretamente, a atuação

profissional do docente. Alterações que tendem para uma perspectiva que todos possam se beneficiar das oportunidades, com competência e habilidade de interação, baseados nos preceitos do respeito e da pluralidade, não negligenciando nenhuma de suas potencialidades individuais.

Assim, no gerenciamento das atividades da sala de aula, não estão presentes somente o ensino, e sim a formação de modo integral do aluno. Tendo o trabalho do professor que assumir outra dimensão, conforme argumentação de Vasconcellos (2007, p. 6),

“[...] se por professor entendemos aquele sujeito que está inserido no processo de humanização, que faz a educação por meio do ensino, que está implicado na tarefa de propiciar a apropriação crítica, criativa, duradoura e significativa da herança cultural (em termos conceituais, procedimentais e atitudinais)”.

Pode-se perceber que a complexidade da competência exigida para a execução de tantas responsabilidades não está centralizada, somente, no “saber fazer”, mas na confiança pessoal do professor em exercer com perícia, influenciando o meio educacional positivamente.

Mudanças que influenciam o resgate do valor social que representa a pessoa do docente, a junção do conhecimento, formação e influências pessoais, a relevância dispensada à segurança com que sua autoridade docente se funde a sua visão de competência profissional. O professor que não leve a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. “A incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor”. (FREIRE, 1997, p. 102-103).

A confiança docente é entendida por Bandura (1986; 1997, *apud* MASOTTI, 2014, p. 1) como autoeficácia, e “está relacionada às crenças das pessoas na capacidade para organizar e executar determinadas atividades, assim como elaborar planos de ação. Dessa forma, refere-se à confiança que os sujeitos possuem, devido a entenderem que são capazes no que diz respeito à realização de ações em domínios específicos”.

Assim, de acordo com Silva (2008), há uma mudança nos requisitos de qualificação para a formação profissional, a técnica deixa de ser a única base para dar vazão às relações interpessoais, modificando conceitos inerentes à competência profissional.

Fleury e Fleury (2001) definem competência como ação efetiva e ponderada, ligada à transferência de conhecimentos que proporcione o desenvolvimento humano e econômico do local. Ela não está ligada, somente, a tecnologias desenvolvidas por

pesquisa ou pautadas em estudos complexos, mas também a vivências cognitivas associadas ao conhecimento técnico, envolvendo tecnologias e o ser humano.

A competência ampliou seu significado pautado somente na formação do perfil profissional do indivíduo, que envolve especificidades pessoais como o desenvolvimento de habilidades e atitudes que permitem a articulação da teoria com a prática e a experiência do exercício profissional, para uma construção de conhecimentos ao longo da vida que proporcionam reflexões para o mapeamento e tomada de decisões acerca dos problemas do cotidiano social e profissional. Elas incluem o processo complexo de enfrentamento de uma realidade cultural, mutável e histórica.

Definição conivente com às propostas apresentadas por Delors como fundamentais para uma educação que assume o papel de construtora, visto que o docente precisa adaptar sua cultura profissional, integrando habilidades e conhecimentos que nortearão uma práxis como estratégia multidimensional, promovendo o desenvolvimento das pessoas, através de processos que promovam a reflexão e autonomia.

Essa adaptação, também, é apresentada por Perrenoud (2001), quando define que as competências não devem ser consideradas como um meio, mas como resultado das adaptações às variáveis as quais o indivíduo é submetido. Essas novas competências são exteriorizadas de forma progressiva para que o docente possa sobressair às expectativas apresentadas pela sociedade sem deixar de evidenciar a virtude, a diversidade e emoção humana.

Perrenoud (2001, p. 9), afirma que a existência dos saberes presentes na prática docente, mas questiona a competência, visto que a conceitua como “a capacidade de agir de uma forma relativamente eficaz em uma família de situações”. Descreve um professor com habilidades disciplinares, que valoriza o conteúdo a ser ensinado e menospreza a forma como ele será repassado; um profissional que não assimila como veracidade a competência como um indicador de qualidade, pois a associa ao neoliberalismo e, respectivamente, à predileção da economia à cultura; e outros com uma visão holística que compreendem a reflexão sobre suas competências como uma sobrevivência em sala de aula.

Em tempo, o autor defende que a preocupação com as competências trará uma maior eficácia ao sistema educativo, uma formação baseada na realidade da prática, relacionada tanto a didáticas pontuais, baseadas nas ciências cognitivas, quanto a enfoques transversais. E conclui que “para formar professores mais competentes, aliando

uma postura reflexiva e uma forte implicação crítica para o desenvolvimento da sociedade, é necessário desenvolver a profissionalização do professor” (PERRENOUD, 2001, p. 9).

Para que isso aconteça, é preciso que haja ponderação entre professores, diretores e políticos, a fim de que os processos avaliativos governamentais sejam utilizados não só como prestação de contas, mas “como movimento rumo à profissionalização e à prática reflexiva” (p. 9).

Trabalhar a competência com base em Perrenoud¹⁰ (1999, p. 151) significa adotá-la como efeito das relações e “adaptação do homem às suas condições de existência”. E, abordando o conceito educacional, é preciso “mapear as possibilidades e limites” do educador, a fim de buscar o “desenvolvimento das competências não desenvolvidas” ou “adequá-las aos usos a que se destinam”.

Ao utilizar como paralelo a competência, aproximando as dimensões de uma proposta didática, o relatório disponibilizado pela CPA institucional promove o desenvolvimento da autoconsciência institucional educativa. Uma análise que relaciona a instituição como “um ator coletivo no sistema de ensino e enquanto um direcionador do movimento dos educadores no sentido da profissionalização e da prática reflexiva sobre seu próprio fazer” (p. 153), que atrelada a junção da análise das dez dimensões do SINAES e permite avaliação da qualidade geral do serviço por ela ofertado.

4.1.5 As Competências apresentadas por Philippe Perrenoud sob o olhar das Dimensões previstas na Lei 10.861/2004

As competências abordadas por Perrenoud (2002, p. 15) são baseadas numa educação com “professores reflexivos e críticos, intelectuais e artesãos, profissionais e humanistas”, e

[...] estão ligadas a uma visão da escola que visa a democratizar o acesso aos saberes, a desenvolver a autonomia dos sujeitos, seu senso crítico, suas competências de atores sociais, sua capacidade de construir e defender um determinado ponto de vista. Esses princípios passam pelo reconhecimento da autonomia e da responsabilidade profissionais dos professores, tanto individual quanto coletivamente.

¹⁰ Philippe Perrenoud é um sociólogo suíço que é uma referência essencial para os educadores em virtude de suas ideias pioneiras sobre a profissionalização de professores e a avaliação de alunos. Perrenoud é doutor em sociologia e antropologia, professor da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Genebra e diretor do Laboratório de Pesquisas sobre a Inovação na Formação e na Educação (Life), também em Genebra. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Philippe_Perrenoud)

Princípios delimitados por critérios, conforme apreciação de Perrenoud (2002), que abordam educação ao longo da vida, com vista ao global, com mediação para a humanização e inserção no meio social, promovendo habilidades necessárias para a formação de cidadãos preparados para as adversidades do mercado.

1. “Uma transposição didática baseada na análise das práticas e em suas transformações”. (PERRENOUD, 2002, p. 16)

Não há mecanismos legais que obriguem a adaptação do plano de formação às realidades das profissões, mas, para que as práticas possam evoluir, é importante oferecer “uma imagem realista dos problemas que eles precisam resolver todos os dias, dos dilemas que enfrentam, das decisões que tomam, dos gestos profissionais que realizam” (p. 17), para, assim, encontrar “a justa distância entre o que é feito cotidianamente e os conteúdos e objetivos da formação” (p. 18).

2. “Um referencial de competências que identifique os saberes e as capacidades necessários”. (PERRENOUD, 2002, p. 16)

A competência profissional não deve ser alcançada somente na resolução de problemas ou efetividade da carreira. Durante o processo de formação, esses saberes devem ser desenvolvidos para que haja formação de profissionais mais reflexivos, aptos a “enfrentar uma família de situações análogas, mobilizando de uma forma correta, rápida, pertinente e criativa, múltiplos recursos cognitivos” (p. 19).

3. “Um plano de formação organizado em torno das competências”. (PERRENOUD, 2002, p. 16)

Há conflito entre a prática e o programa de formação com base no ponto de visto das competências, visto que o segundo acaba por contaminar o primeiro por meio de inúmeras definições teóricas, os chamados “saberes incontornáveis”, dirimindo acumulação de conteúdo, nos planos de formação, que somente se “justificam pela tradição, pela autoridade ou pela influência de um determinado grupo de pressão” (p. 20). Assim, defende Perrenoud (2002, p. 20), ao atribuir os objetivos que devem pertencer ao plano de forma que as competências deem gerência à formação:

- estipular as competências visadas pela formação profissional de forma ampla, levando em conta a prática reflexiva, o envolvimento crítico e a identidade.
- Identificar rigorosamente os recursos cognitivos e, por consequência, os aportes necessários.
- Não inserir nada nos programas que não se justifique com relação aos objetivos finais.

- Não se contentar mais com justificativas vagas, como “Isso não pode prejudicar”, “Isso enriquece a cultura geral” ou “O curso sempre foi ministrado desse jeito”.

4. “Uma aprendizagem por problemas, um procedimento clínico”. (PERRENOUD, 2002, p. 16)

O autor defende o aluno como construtor de sua prática. As aulas são direcionadas a fim de que os alunos trabalhem com suas observações e utilizem seus “aportes teóricos e metodológicos em função das necessidades e demandas” (p. 20), contextualizando o aprendizado e construindo novos saberes e competências.

5. “Uma verdadeira articulação entre a teoria e a prática”. (PERRENOUD, 2002, p. 16)

É necessário que a formação teórica e a prática sejam compatíveis entre si. Para que isso se torne possível, não é preciso que todas as instituições trabalhem de forma equiparada, mas que todos os formadores:

- sintam-se igualmente responsáveis pela articulação teoria-prática e trabalhem por ela, cada um à sua maneira;
- tenham a sensação de contribuir para a construção dos mesmos saberes e competências. (PERRENOUD, 2002, p. 23).

6. “Uma organização modular e diferenciada”. (PERRENOUD, 2002, p. 16)

A organização modular deve ser pensada de maneira coerente, mediando o aluno para construção de suas competências, com o desafio de manter a coerência durante o percurso do aprendizado, favorecendo o trabalho em equipe dos formadores, permitindo que a teoria e a prática criem congruência.

7. “Uma avaliação formativa baseada na análise do trabalho”. (PERRENOUD, 2002, p. 16)

A avaliação não deve ser um processo punitivo, mas formativo. Uma regulação da aprendizagem cujo fim desenvolva as competências de todos os atores envolvidos. Nesse sentido apresenta Perrenoud (2002, p. 26) características que devem ser evidenciadas no processo:

a avaliação só inclui tarefas contextualizadas. A avaliação refere-se a problemas complexos. A avaliação deve contribuir para que os estudantes desenvolvam mais suas competências. A avaliação exige a utilização funcional de conhecimentos disciplinares. A tarefa e suas exigências devem ser conhecidas antes da situação de avaliação. A avaliação exige uma certa forma de colaboração entre pares. A correção leva em conta as estratégias cognitivas e metacognitivas utilizadas pelos alunos. A correção só considera erros importantes na ótica da construção das competências. A autoavaliação faz parte da avaliação.

Perrenoud (2002) descreve a importância da avaliação no desenvolvimento da criticidade, maturidade e responsabilidade do indivíduo. A autoavaliação é o reconhecimento de si mesmo, um momento de reflexão. Nesse há o levantamento dos pontos positivos e daqueles que precisam ser aprimorados, com vistas a construção de sua inteligência emocional que irá auxiliar na definição de metas realistas e na melhora de sua autoeficácia.

8. “Tempos e dispositivos de integração e de mobilização das aquisições”. (PERRENOUD, 2002, p. 16)

Entender os sentidos, que denotam da noção de integração, pode favorecer tanto o relacionamento da interdisciplinaridade quanto a incorporação dos saberes teóricos nas práticas integradoras. Assim, de acordo com a explicação de Perrenoud, “parece oportuno considerar, durante o curso, unidades de integração, segmentadas (por exemplo, um seminário de análise de práticas ou de acompanhamento de estágios longos) ou compactas, [...] ou por meio de projetos. (2002, p. 27)”.

9. “Uma parceria negociada com os profissionais”. (PERRENOUD, 2002, p. 16)

Não é possível pretender uma transposição didática próxima das práticas, trabalhar a transferência e a integração, adotar um procedimento clínico, aprender por meio de problemas e articular teoria e prática sem construir uma forte parceria entre a instituição de formação dos professores e as atividades de campo. (PERRENOUD, 2002, p. 27).

Já Perrenoud, define como transposição didática a essência do ensinar, ou seja, a ação de “fabricar artesanalmente os saberes, tornando-os ensináveis, exercitáveis, e passíveis de avaliação no quadro de uma turma, de um ano, de um horário, de um sistema de comunicação e trabalho” (1993, p. 25). Para ele, essa é uma “tradução pragmática dos saberes para atividades e situações didáticas”, que surge como uma resposta ou reação às situações reais de sala de aula. (p. 26).

As competências abordadas anteriormente somente conseguem ser efetivas quando as parcerias entre o sistema educacional (empresas) que proporciona a prática, a instituição escolar e os professores trabalham com base nas ações conjuntas, com o objetivo da formação do aluno.

10. “Uma divisão dos saberes favorável à sua mobilização no trabalho”. (PERRENOUD, 2002, p. 16)

O separatismo existente entre os cursos de ciências sociais e humanas, criaram uma segmentação curricular. Deve-se evitar essa total fragmentação e utilizar esses espaços para apropriação e construção do conhecimento.

E, conciliando os critérios com os desafios educacionais propostos para esse século, as IES mobilizam recursos humanos, materiais, cognitivos e psicológicos buscando a competência necessária para o ensino pautado na qualidade. Competências apresentadas por Perrenoud que caminham entre o conhecimento, os esquemas de ação e adaptação ao contexto vivido.

Quadro 11 – 10 Novas Competências para Ensinar

Competência	Descrição
Organizar e dirigir situações de aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer, para determinada disciplina, os conteúdos a serem ensinados e sua tradução em objetivos de aprendizagem. • Trabalhar o ensino a partir das representações dos alunos. • Trabalhar a metodologia a partir dos erros e dos obstáculos à aprendizagem. • Construir e planejar dispositivos e sequências didáticas. • Envolver os alunos em atividades de pesquisa, em projetos de conhecimento.
Administrar a progressão das aprendizagens	<ul style="list-style-type: none"> • Conceber e administrar situações-problema ajustadas ao nível e às possibilidades dos alunos. • Adquirir uma visão longitudinal dos objetivos do ensino. • Estabelecer laços com as teorias subjacentes às atividades de aprendizagem. • Observar e avaliar os alunos em situações de aprendizagem, de acordo com uma abordagem formativa. • Fazer balanços periódicos de competências e tomar decisões de progressão. • Rumo a ciclos de aprendizagem.
Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação.	<ul style="list-style-type: none"> • Administrar a heterogeneidade no âmbito de uma turma. • Abrir, ampliar a gestão de classe para um espaço mais vasto. • Fornecer apoio integrado, trabalhar com alunos portadores de grandes dificuldades. • Desenvolver a cooperação entre os alunos e certas formas simples de ensino mútuo.
Envolver os alunos em sua aprendizagem e em seu trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Suscitar o desejo de aprender, explicitar a relação com o saber, o sentido do trabalho escolar e desenvolver na criança a capacidade de autoavaliação. • Oferecer atividades opcionais de formação. • Favorecer a definição de um modo pessoal do aluno.
Trabalhar em equipe	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar um projeto de equipe, representações comuns. • Dirigir um grupo de trabalho, conduzir reuniões. • Formar e renovar uma equipe pedagógica.

	<ul style="list-style-type: none"> • Enfrentar e analisar, em conjunto, situações complexas, práticas e problemas profissionais. • Administrar crises ou conflitos interpessoais.
Participar da Administração da Escola	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar, negociar um projeto da instituição. • Administrar os recursos da escola. • Coordenar, dirigir uma escola com todos os seus parceiros. • Organizar e fazer evoluir, no âmbito da escola, a participação dos alunos. • Competências para trabalhar em ciclos de aprendizagem.
Informar e Envolver os pais	<ul style="list-style-type: none"> • Dirigir reuniões de informação e de debate e fazer entrevistas. • Envolver os Pais na Construção dos Saberes.
Utilizar Novas Tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar editores de textos. • Explorar as potencialidades didáticas dos programas em relação aos objetivos do ensino. • Comunicar-se à distância por meio da telemática. • Utilizar as ferramentas multimídias no ensino.
Enfrentar os Deveres e os Dilemas Éticos da Profissão	<ul style="list-style-type: none"> • Prevenir a violência na escola e fora dela. • Lutar contra os preconceitos e as discriminações sexuais, étnicas e sociais. • Participar da criação de regras da vida comum referentes à disciplina na escola, às sanções e à apreciação da conduta. • Analisar a relação pedagógica, a autoridade e a comunicação em aula. • Desenvolver o senso de responsabilidade, a solidariedade e o sentimento de justiça.
Administrar sua própria formação contínua	<ul style="list-style-type: none"> • Seria importante que cada vez mais professores se sentissem responsáveis pela política de formação contínua e intervissem individual ou coletivamente nos processos de decisão.

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com Perrenoud (2000, p. 25-169).

As competências mencionadas no Quadro 11, ao serem trabalhadas paralelamente aos eixos estabelecidos pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n.º 065, conforme o Quadro 12, estabelecem um diagnóstico particular que evidencia uma IES reflexiva e, conforme defende Perrenoud (2002, p. 15), que busca “democratizar o acesso aos saberes, desenvolver a autonomia dos sujeitos, seu senso crítico, suas competências de atores sociais, sua capacidade de construir e defender seu ponto de vista”, situação também presente na Lei n.º 10.861/2004 – Art. 1º, quando define a finalidade do SINAES.

O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das

instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Quadro 12 – SINAES/ Eixos versus Competências para ensinar de Perrenoud

EIXOS/ DIMENSÕES DO SINAES	COMPETÊNCIAS PARA ENSINAR DE PERRENOUD
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	
Dimensão 8: Planejamento e Avaliação	Organizar e dirigir situações de aprendizagem.
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	
Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	Participar da Administração da Escola.
Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição	Dilemas Éticos da Profissão.
Eixo 3: Políticas Acadêmicas	
Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	Administrar a progressão das aprendizagens.
Dimensão 4: comunicação com a Sociedade	Informar e envolver os pais.
Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes	Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação.
Eixo 4: Políticas de Gestão	
Dimensão 5: Políticas de Pessoal	Administrar sua própria formação contínua.
Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição	Envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho;
Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira	Trabalhar em equipe.
Eixo 5: Infraestrutura Física	
Dimensão 7: Infraestrutura Física	Utilizar novas tecnologias.

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 12, melhor delineado nos tópicos a seguir, traz nova abordagem de reflexão às propostas para a educação do século XXI, que corroboram as exigências educacionais que permitem orientar a ação do aluno, como membro de uma família, cidadão ou como um produtivo membro da sociedade, que é defendida por Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 9), quando expressam que “a pedagogia das competências e estruturas de formação flexíveis, [...] preparam o indivíduo não mais para o emprego, mas para a empregabilidade”, visando a uma formação ao longo da vida que atenda aos anseios do mercado do trabalho.

O mercado foi transformado pela concorrência e, com isso, as organizações passaram a buscar uma melhor utilização de seus recursos, com objetivo de diferenciação estratégica e vantagem competitiva. O talento humano, um dos recursos mais procurado pelas organizações, transpassa o conhecimento técnico e cria profissionais que podem ser descritos de acordo com Campos *et al* (2008, p. 164) como capazes de “serem transferíveis para diferentes campos de atuação; serem multifuncionais e

multidimensionais; e requererem grande habilidade cognitiva, o que envolve reflexão e processos mentais”.

Para atender essa nova vertente, a IES deve desenvolver competências que integrem suas dimensões institucionais à realidade atual dos mercados de trabalho e contemplem a eficiência, a eficácia e a efetividade produtiva.

4.1.5.1 Eixo 1: Planejamento e avaliação institucional *versus* competência: organizar e dirigir situações de aprendizagem

Na competência descrita como organizar e dirigir situações de aprendizagem, Perrenoud (2000) pondera sobre o conhecimento e a assimilação dos conteúdos pelos alunos. Apresenta conceito amplo sobre a arte de ensinar, pois a instrução não pode ser centralizada somente na teoria, mas deve ser feito planejamento com a finalidade de relacionar os conteúdos com o perfil de formação proposto para o aluno. Também descreve a importância da avaliação durante todo o processo, pois “aprender não é primeiramente memorizar, estocar informações, mas reestruturar seu sistema de compreensão do mundo”. (PERRENOUD, 2000, p. 29).

Pelo SINAES a dimensão 8 que contempla, segundo a Lei nº 10.861/2004 – Art. 3º, o “planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional”, traz perspectiva semelhante, visto que envolve toda a Teoria de Aplicação da Autoavaliação acrescida à visão institucional e das pessoas envolvidas. A elaboração do relatório proporcionará planejamento que busca uma reestruturação do sistema, a fim de adequar o processo educacional às necessidades técnicas e humanas presentes no mundo do trabalho.

O processo de avaliação também está presente nas duas situações, pois é importante “trabalhar a partir das concepções dos alunos, dialogar com elas, fazer com que sejam avaliadas para aproximá-las dos conhecimentos científicos a serem ensinados”. Perrenoud (2000, p. 29), busca, assim, a um ensino de qualidade que proporcione ao aluno uma visão crítica dos conceitos e aproximação de suas necessidades.

4.1.5.2 Eixo 2: Desenvolvimento institucional *versus* competências: participar da administração da escola e enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão

O Eixo 2 engloba a dimensão 1: missão e plano de desenvolvimento institucional e a Dimensão 3: responsabilidade social da instituição.

A dimensão 1 tem como indicador o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e sua coerência com a missão e as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão, uma representação da IES metrificada por metas e estratégias que visam a aproximação da instituição com a comunidade interna e externa. Fato que se assemelha ao que Perrenoud (2000, p. 95) descreve como: “elaborar, negociar um projeto de instituição; administrar os recursos da escola; coordenar, dirigir uma escola com todos os seus parceiros; organizar e fazer evoluir, no âmbito da escola, a participação dos alunos”. São pontos a serem desenvolvidos quando se aborda a competência participar da administração da escola e, para tal, é necessária aproximação da comunidade educativa.

No Eixo 2, que descreve o “Desenvolvimento Institucional”, também há os preceitos da responsabilidade social da IES, dimensão 3, e é descrita conforme Lei 10.861/2004, “no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural”, que, similarmente à competência “deveres e os dilemas éticos da profissão”, trazem para a instituição o dever de “enfrentar abertamente a contradição entre os valores [...], pois em uma sociedade em crise e que tem vergonha de si mesma, a educação é um exercício de equilíbrio”. (PERRENOUD, 2000, p. 129).

4.1.5.3 Eixo 3: Políticas acadêmicas *versus* competências: administrar a progressão das aprendizagens; informar e envolver os pais/ comunidade e conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação

De acordo com Brasil (2009), a tríade ensino, pesquisa e extensão é a base de sustentação para a manutenção da qualidade na IES, sua indissociabilidade promove a formação de um universitário autônomo, competente e ético. As políticas acadêmicas devem promover a Dimensão 2 que trata das políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão, de forma que sua progressão favoreça o aprendizado do aluno. Equiparando-a à competência “administrar a progressão das aprendizagens”, temos a apreciação de Perrenoud (2000) que apresenta um aprendizado individual e dinâmico num ambiente

intrinsecamente bem concebido e operante. Quando o aluno acredita na dinâmica institucional, participará, ativamente, de sua operacionalização, de forma contributiva com vistas ao progresso do conhecimento e competências serão desenvolvidas numa perspectiva de longo prazo, sem programação específica ou engessamento educacional.

A Dimensão 4, que trata da comunicação com a sociedade, traz como legado uma participação ativa da comunidade. Ela deve estar presente nas tomadas de decisão da IES, pois a formação recebida terá influência direta em seu meio e por isso a comunicação deverá levantar questionamentos e provocar melhorias educacionais, socioeconômicas e culturais. A competência “informar e envolver os pais” é explicada por Perrenoud (2000, p. 109) como uma forma de adquirir “três componentes [...]: dirigir reuniões de informação e de debate, fazer entrevistas e envolver os pais na construção dos saberes”, basicamente a essência para que a sociedade se aproxime, efetivamente, da IES.

Já a Dimensão 9 apresenta a política de atendimento aos discentes e conforme Brasil (2009), visa o acesso, seleção e permanência de estudantes. Essas possibilidades devem ser pautadas na inclusão, nas particularidades de cada aluno e no desenvolvimento de suas competências específicas. Para Perrenoud (2000), é importante “administrar a heterogeneidade [...]; abrir, ampliar a gestão da classe [...]; fornecer apoio integrado, trabalhar com alunos portadores de dificuldades; desenvolver a cooperação [...] e certas formas simples de ensino mútuo” (p. 57), desenvolvendo, assim, a competência “conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação”, que permitirá uma nova vertente de apropriação da dimensão 9.

4.5.1.4 Eixo 4: Políticas de gestão *versus* competências: administrar sua própria formação contínua; envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho e administrar sua própria formação contínua

A Dimensão 5, que trata das políticas de pessoal, estabelece as considerações necessárias a fim de que aconteçam processos de aperfeiçoamento, desenvolvimento e qualidade de vida no trabalho para aqueles que pertencem ao quadro de servidores da IES. Essa situação defendida é por Perrenoud (2000, p. 155) ao mencionar a competência “administrar sua própria formação contínua”, visto que esta não exterioriza somente práticas pessoais, mas defende programa pessoal de formação contínua, um projeto de formação comum com os colegas e o envolvimento das ações educativas para “a

construção, senão de competências inteiramente novas, pelo menos de competências que se tornam necessárias na maior parte das instituições.”

A organização e a gestão da Instituição correspondem à Dimensão 6, um conceito defendido por BRASIL (2009) que representa o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios. É um trabalho, evidenciado pela competência “envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho”, que propicia ao aluno o entendimento e participação ativa das condutas inerentes à instituição. Conforme Perrenoud (2000, p. 69): “favorecer a definição de um projeto pessoal ao aluno; [...] explicitar a relação com o saber, o sentido do trabalho escolar e desenvolver [...] o sentido de autoavaliação.”

A Dimensão 10 trata da sustentabilidade financeira, ou seja, da busca da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. Na competência trabalhar em equipe, Perrenoud (2000, p. 69) elenca uma série de razões, praticamente ligadas à crescente complexidade do trabalho no ambiente escolar, entre eles a captação e alocação de recursos, o direcionamento de aplicação desses recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão que promoverão essa sustentabilidade e a constante oferta baseada em princípios e com foco na qualidade.

Para que a instituição consiga definir iniciativas estratégicas para o alcance das metas, a coesão de objetivos e o engajamento dos colaboradores/ partes interessadas (*stakeholders*) devem ser contempladas. É importante a criação de ambiente confortável, a fim de manter a integridade institucional e o foco em criar e oferecer proposta de valor pautada na continuidade e qualidade.

4.5.1.5 Eixo 5: Infraestrutura física versus competência: utilização de novas tecnologias

A adequação da infraestrutura da instituição e implantação de políticas institucionais para manutenção, otimização, segurança, estímulo à utilização e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras promovem um melhor aproveitamento quanto às atividades de ensino, pesquisa e extensão da IES. Perrenoud (2000, p. 126) confirma a importância em dominar as novas tecnologias de informação para que o exercício docente atenda todos os níveis, proporcionando “em termos de

análise rigorosa da ligação entre tecnologias, de uma parte, e operações mentais, aprendizagens, construção de competências, de outra.”

Nessa nova perspectiva, que faz um paralelo entre as dimensões e a Teoria das Competências, há abordagem diferente para a avaliação dos dados obtidos pela autoavaliação institucional. Uma avaliação, conforme Perrenoud (2008, s/p), que luta “abertamente contra a tentação da escola de ensinar por ensinar, de marginalizar as referências às situações da vida e de não reservar tempo para treinar a mobilização dos saberes para situações complexas.”

Essa mobilização dos saberes ao longo da vida, com objetivos sociais e reconhecimento de competências, criando acesso e permanência favoráveis que buscam a “democratização do conhecimento científico e tecnológico e valorização do conhecimento popular”. De acordo com Silva (2009, p. 11), se assemelha à identidade institucional evidenciada na Lei 11.892, publicada em 29/12/2008 que dispõe sobre a criação do Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, instituições que buscam, em todas as suas modalidades, um exercício educacional pautado não somente no peso dos conteúdos disciplinares, mas voltado para a formação geral acompanhada dos objetivos da formação profissional.

No capítulo a seguir será abordado o objeto de pesquisa, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. O capítulo cinco trata dessa autarquia federal, instituída em 29 de dezembro de 2008 pela Lei n.º 11.892, que atende, de forma verticalizada ao meio educacional, atuando em todos os níveis e modalidades da educação profissional com vistas a transformação humana e da realidade brasileira.

5 A AUTOAVALIAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

A proposta dos institutos federais entende a educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana. É nesse sentido que deve ser pensada segundo as exigências do mundo atual, concorrendo para alterar positivamente a realidade brasileira. (SILVA, 2009, p. 10).

Silva (2009) apresenta a definição de rede como um coletivo de instituições organizadas e estruturadas que possuem uma inter-relação social. Baseadas na Lei n.º 11.892/2008, são dotadas de metas semelhantes e preceitos de colaboração mútua, com a finalidade do desenvolvimento socioeconômico regional. Seus processos formativos são associados à formação profissional, pautados na indissociabilidade entre a prática e a teoria. Possuem formação integral do aluno, pois consideram que “o desenvolvimento científico e tecnológico está associado ao desenvolvimento econômico, político e social” do indivíduo. (p. 17).

5.1 INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA BRASILEIRA

O prelúdio da criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) data de 1909, com a implantação das Escolas de Aprendizes Artífices (EAA)¹¹, pelo então presidente Nilo Peçanha, como afirmam Fonseca (1961), Cunha (2005), Manfredi (2002).

De acordo com Queluz (2010, p. 33),

as Escolas de Aprendizes Artífices seriam para o Ministro um amparo aos menores “contra qualquer espécie de exploração que sobre ele se possa exercer”, ou seja, seriam instituições voltadas para a preservação da infância. Enfatizaria também o papel dessas escolas na formação de mão de obra qualificada para a indústria. O Decreto 7.566/1909 estabelecia que o processo de formação deste jovem operário, que “dignificasse a pobreza”, deveria dar-se em uma instituição que ministrasse o “ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício”. As oficinas para o aprendizado de trabalho manual ou mecânico deveriam ser no número máximo de cinco, escolhidas dentro dos interesses do estado e das indústrias locais.

¹¹ Decreto n.7566, de 23 de setembro de 1909, do então Presidente da República Nilo Peçanha.

Com o fim da escravidão, era preciso suprir a defasagem produtiva, situação conturbada na época, pois o trabalho manual não era visto como pertencente às classes dignas, mas sim, considerado degradante. Para dar prosseguimento ao progresso, era necessária a intervenção governamental, criando paradigmas, vislumbrando nova concepção de trabalho e firmando novas relações com objetivo de promover uma cidadania que trazia o entendimento de que eram “como homens livres que podem vender ou comprar no mercado a força de trabalho, ou seja, como a participação no mundo do trabalho” (QUELUZ, 2010, p. 41).

Mas sua maior expressividade revelou-se na década de 1930 em decorrência do desenvolvimento industrial, oriundo da necessidade de capital humano especializado. Essa abordagem ameniza a essência funcional da educação profissional da época, voltada para o assistencialismo, tendo como finalidade a “formação de operários e contramestres, mediante ensino prático e conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício” (CUNHA, 2000, p.63).

Com a Reforma Francisco Campos, há a criação de um sistema de ensino organizado em secundário¹², comercial e superior, o ensino profissional somente pela Constituição de 1937 é absorvido como dever do Estado, sendo sua curricularização paralela ao ensino secundário.

Com a Constituição de 1937, à luz do Estado Novo, propõem-se algumas mudanças na educação profissional, dentre elas: o ensino secundário fica destinado à formação das elites e o ensino profissional, para o proletariado, conforme Romanelli (2005, p. 153) “[...] oficializando o ensino profissional, como ensino destinado aos pobres, estava o Estado cometendo um ato lesivo aos princípios democráticos; estava o Estado instituindo oficialmente a discriminação social, através da escola”.

Por meio das Leis Orgânicas¹³(Decretos-lei), na década de 1940, temos a Reforma de Capanema que se institui no período ditatorial do Governo de Getúlio Vargas, provocando dicotomias e favorecimentos no âmbito educacional brasileiro.

Foi um período em que a dualidade na educação se expressava, na medida em que os egressos da educação média profissionalizante só tinham acesso ao Ensino Superior, na mesma carreira, não podendo escolher outra, e até mesmo este acesso restrito era extremamente dificultado, o que fazia com que poucos

¹² “Até então exclusivamente propedêutico, passa a contar com currículo seriado e oferta em dois ciclos, o fundamental e o complementar e sua conclusão é posta como exigência para ingresso no Ensino Superior” (AMORIN, 2013, p.35).

¹³ 1. Lei Orgânica do Ensino Industrial – Decreto-lei 4.073 de 30/01/42. 2. Lei Orgânica do Ensino Secundário – Decreto-lei 4.244 de 09/04/42. 3. Lei Orgânica do Ensino Comercial – Decreto-lei 6.141 de 28/12/43.

alunos tivessem oportunidade de cursar o Ensino Superior. Por outro lado, os alunos que terminavam o secundário, podiam prosseguir ao superior, sem restrição alguma. (OTRANTO, PAMPLONA, 2008, p. 13).

Foi uma época de separações, a classe elitizada com acesso ao nível médio secundário com possibilidades reais de seguir para o curso superior e o nível médio profissionalizante voltado para a classe menos favorecida. Enfim, uma educação profissionalizante podendo ser assim resumida: “a quatro decretos que organizavam os ramos da economia englobando os cursos Industrial, Comercial e Agrícola, e, ainda, o curso Normal que possuía uma característica diversa, pois se destinava à formação de professoras (mulheres) e era elitista em termos de seleção”, situação descrita por Otranto e Pamplona (2008, p. 14).

Como visto, o avanço da educação no sentido de sua democratização é lento e sofre influências da sociedade. Sociedades duais propiciam e fortalecem sistemas duais de ensino, assim, a dicotomia da sociedade brasileira foi reforçada pelas diferentes reformas de ensino da época em análise. A educação profissional, pensada e criada para os desprovidos da sorte, manteve esse viés durante todo o período do estudo, levando-nos à conclusão de que através dela se perpetuavam as relações sociais de submissão e contensão das classes trabalhadoras impedindo-a de chegar aos níveis mais altos do ensino. Em vez de buscar a eliminação das barreiras de acesso, elas eram cuidadosamente pensadas para manter privilégios. (OTRANTO; PAMPLONA, 2008, p. 15).

Nesse período, temos o embate entre os “Pioneiros da Escola Nova¹⁴” e os intelectuais católicos, com foco no ensino público e no ensino privado, respectivamente. Também há a transformação das AEEs em escolas técnicas e industriais com objetivo de formação equivalente ao secundário e a criação do Sistema “S”¹⁵ que tem por base qualificar para a indústria e comércio. (AMORIM, 2013).

¹⁴ Ao defender uma educação pública, laica, gratuita e obrigatória e ao opor-se ao centralismo estéril, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova expunha a fratura no campo educacional, desviando-se das propostas abraçadas por Francisco Campos e por um contingente de educadores católicos, como o ensino religioso facultativo nas escolas públicas do país, já instituído pelo Decreto n.º 19.941 em 30 de abril de 1931”. (VIDAL, 2013, p. 583).

¹⁵ O Sistema “S” abarca um conjunto de nove organizações que objetivam o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica para empresas e seus empregados. (NIQUITO, ELI, RIBEIRO, 2018, p. 197).



Figura 6 – Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932)

Fonte: (<http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/passado/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova-1932/143>)

A década de 1950 é decisiva para a Rede Federal, há a transformação das escolas técnicas em autarquias¹⁶ que passam a ter autonomia administrativa, didática e financeira, embora subordinadas ao MEC. Também é considerado um período de abertura democrática, pois: vários projetos sociais-educacionais¹⁷ são financiados pelo governo federal e há a criação da Constituição de 1961 em conjunto à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) do mesmo ano, que trazem a prerrogativa do direito de todos à educação. Mas, após o ano de 1964¹⁸, novamente o direito à educação foi sancionado, afirma AMORIM (2013).

Nos anos 1960, em conformidade com a Reforma Universitária de 1968, foram criadas novas vertentes de cursos superiores, o que estava atrelado ao bacharelado passou, também, a formar tecnólogos, esses, cursos com duração de três anos com a finalidade de suprir o preparo dos quadros técnicos do processo produtivo, o bacharel assume uma postura mais generalista, enquanto o tecnólogo mais especializado com uma formação menos diversa.

Os cursos Superiores de Tecnologia são cursos de graduação com características especiais, bem distintos dos tradicionais e, por serem de graduação, deverão obedecer a Diretrizes Curriculares Nacionais a serem aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. (BRASIL, 2001, p. 14).

Para criar uma distinção entre os cursos técnicos e os de tecnologia, são feitas as seguintes considerações, de acordo com Cortelazzo (2012): os primeiros são voltados para formação de nível médio e se estendem às modalidades integrado, concomitante,

¹⁶ (Lei n.º 3.552 de 16 de fevereiro de 1959, regulamentada pelo Decreto nº 47.038 de 16 de novembro do mesmo ano).

¹⁷ Campanha de Educação de Adultos, o Programa Nacional de Alfabetização e o Movimento de Educação de Base (MEB).

¹⁸ O golpe de Estado ocorrido, no Brasil, no ano de 1964 marca o início de vinte anos de ditadura militar.

subsequente, servindo como intermédio entre o médio e o superior; já os outros são cursos superiores que, obrigatoriamente, desenvolvem conhecimento novo, com foco na inovação e sustentabilidade.

Essa situação culmina, na década de 1970, na transformação das escolas técnicas federais de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro em Centros Federais de Educação Tecnológica, instituições com a essência em uma formação verticalizada com um vínculo propulsor com o mercado do trabalho. Nesse período a “esquerda” assumiu a proposta da “escola igualitária” de Gramsci (DORE SOARES, 1999).

Para Gramsci, a escola deveria ser única, no sentido de dar a todos oportunidades iguais de formação, e diversa no sentido de propiciar diferentes possibilidades de formação. [...] Significa adquirir uma formação que propicie a todos alcançar o nível mais elevado do pensamento humano, conquistando capacidades para exercer a crítica do mundo em que vivem e, ao mesmo tempo, serem capazes de dirigir, de governar (AMORIM et al., 2011, p.12).

Com a Constituição de 1988, a democratização do ensino e sua oferta gratuita se tornam possibilidades, e várias situações podem ser mencionadas: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) o Decreto n.º 2.208/97¹⁹.

A educação profissional sofre uma estruturação, sendo operacionalizada em três situações: básico (cursos de formação profissional, disponibilizados a toda população, independente da escolaridade), técnico (cursos complementares ao Ensino Médio, sendo vinculados à sua conclusão), tecnológico (cursos superiores de graduação ou pós-graduação). Essa estruturação, conforme (BRANDÃO, 2012 p. 66),

[...] foi implementada logo após a sanção da nova LDB (Lei 9.394/96), por meio da edição do Decreto n.º 2.208/97, sob a influência das determinações teóricas do Banco Mundial para essa modalidade de ensino, e no caso dos países da América Latina, [...] da Comissão Econômica para a América Latina e Caraíbas (CEPAL).

Resumindo, é uma época que não conseguiu eliminar a dualidade existente no meio educacional, ao contrário, reforçou o separatismo elitista ofertando uma educação geral e uma educação para o trabalho. (AMORIM, 2013). Somente a partir dos anos 2000, com o governo Lula, houve iniciativa de unificação educacional com a criação dos Institutos Federais (IF) e ampliação da Rede Federal.

¹⁹ Cita a determinação da obrigatoriedade de independência entre ensino técnico e ensino médio.

Quando entrou em vigor a Lei n.º 11.195 de 18 de novembro de 2005, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica ganhou força, pois deu autonomia a essas instituições, desvinculando-as da obrigação de estarem ligadas a outras autarquias federais pré-existentes. Essa situação foi possível com a alteração da expressão “somente” por “preferencialmente, no § 5º do artigo 3º.

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, **somente** poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

Lei n.º 11.195/05,

Art. 1º O § 5º do art. 3º da Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, **preferencialmente**, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

A expansão da Rede Federal passou por três fases, caracterizadas no Quadro 13.

Quadro 13 – Expansão da Rede Federal: Fases

FASE	PERÍODO	PARTICULARIDADES
FASE I	2005 – 2007	Implantar Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica nos estados ainda desprovidos destas instituições além de outras unidades, preferencialmente, em periferias de grandes centros urbanos e em municípios interioranos, distantes de centros urbanos, em que os cursos estejam articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho.
FASE II	2007 – 2010	<i>Slogan</i> “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país” Instalação de 150 novas unidades de ensino, que somadas a outras 64 já contabilizadas na Fase I, atingiriam o total de 214.
FASE III	2011 – 2020	“[...] a implantação de 60 novas unidades de ensino a cada ano, durante a vigência do próximo Plano Nacional de Educação (2011 a 2020), levando a Rede Federal à configuração de 1000 unidades até o final da década”. Criação do PRONATEC

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com (MEC/SETEC, 2011).

A expansão da Rede Federal, por meio da RFEPT, teve início com Decreto n.º 6.095, de 24 de abril de 2007, que estabeleceu as primeiras diretrizes e fundamentos para o processo de integração. E consolidou-se por meio da Lei n.º 11.892, 29 de dezembro de 2008, quando praticamente todas as instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) passariam a se constituir em IFs, pertencendo à RFEPT, conforme Figura 8.

A estrutura dos Institutos Federais apresentar-se-iam como instituições pluricurriculares e multi*Campi* (reitoria, *Campus*, *Campus* avançado, polos de inovação e polos de educação a distância). A oferta principal estava centrada na educação profissional e tecnológica (EPT) em todos os seus níveis, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação *stricto sensu*.

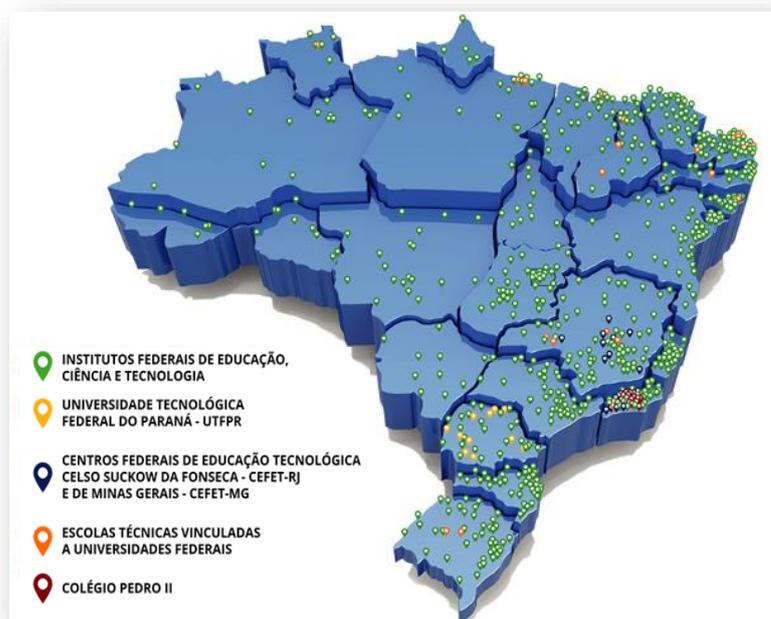


Figura 7 – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
Fonte: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>

Com base na Lei n.º 11.892, (BRASIL, 2008) foram definidos os seguintes objetivos às instituições que integrariam a RFEPT:

I – Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II – Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III – Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV – Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V – Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI – Ministrar em nível de educação superior:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Ao analisar os objetivos impostos à Educação profissional tecnológica, os quais destacamos: o propósito de promover o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico local, a democratização do ensino desde o propedêutico à pesquisa e extensão, a preocupação com a permanência e êxito do alunado e sua inserção no mercado de trabalho, percebemos os desafios para sua assertividade e consolidação como forma de produção científica e tecnológica nacional. (PONTES, 2012 p. 79-80).

5.2 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) teve seu início pela Lei 11.892, publicada em 29/12/2008, com a unificação das escolas agrotécnicas federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho. É uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, que atende aos princípios de sua criação, que busca oferta de ensino gratuito e de qualidade nos segmentos técnico, profissional e superior.

A região sul-mineira é o foco de sua atuação e, atualmente, é composto pela Reitoria que se localiza, estrategicamente, na cidade de Pouso Alegre e pelos *Campi* espalhados em seu entorno: *Campus* Inconfidentes; *Campus* Machado; *Campus* Muzambinho, *Campus* Poços de Caldas; *Campus* Passos, *Campus* Pouso Alegre; *Campus* Avançado Três Corações e *Campus* Avançado Carmo de Minas, mais bem observados da Figura 8.

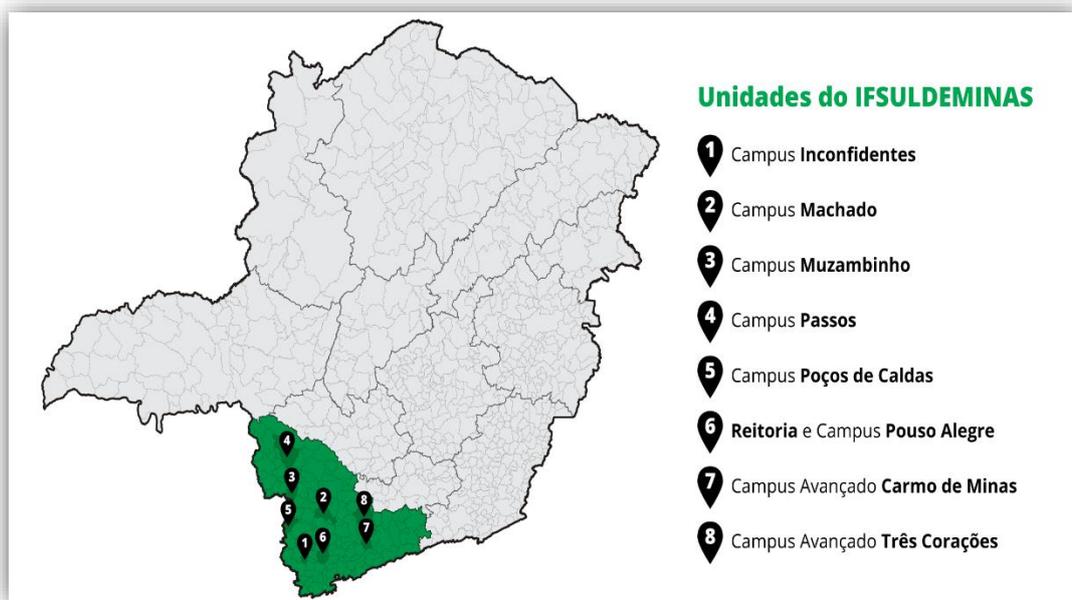


Figura 8 – Unidades do IFSULDEMINAS
 Fonte: Portal Institucional²⁰.

Os *Campi* relacionam-se à sociedade, embasados no compromisso institucional, evidenciado na Missão:

promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais. (IFSULDEMINAS, 2018, p. 17).

E, no motivo de criação dos institutos, contemplado pela Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008, art. 2.º, § 2.º):

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multi*Campi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas [...] instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.

A abertura de cursos é regimentada pelas resoluções aprovadas pelo Conselho Superior (CONSUP), garantindo o cumprimento das exigências legais, respeitando a verticalização do ensino e priorizando o compromisso com a missão institucional. As ofertas são distribuídas entre os *Campi* e atendem os tipos e modalidades apresentadas no Quadro 14.

²⁰ Disponível em: <<https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/o-instituto>>.

Quadro 14 – Tipos e modalidades de cursos ofertados pelo IFSULDEMINAS

TIPOS	MODALIDADES
Profissionalizantes	Integrado
	Concomitante
	Subsequente
	Proeja
Superiores	Tecnologia
	Licenciaturas
	Bacharelados

Fonte: (IFSULDEMINAS, 2018, p. 26).

Desmembrando as modalidades apresentadas no quadro 10, de acordo com o Relatório de Gestão 2018, as modalidades ofertadas ficaram, assim, distribuídas, em termos percentuais, conforme Figura 9:

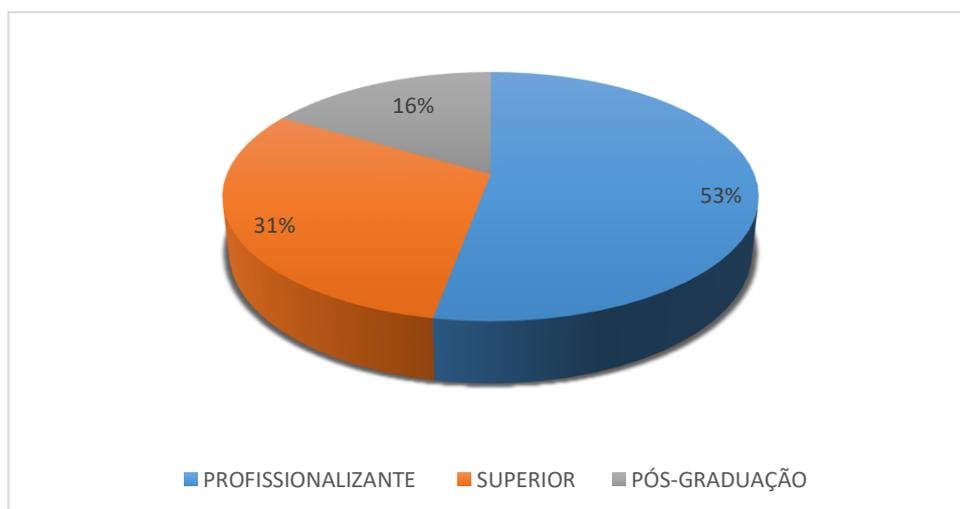


Figura 9 – IFSULDEMINAS: Modalidades oferecidas
 Fonte: Adaptado pela autora com base em IFSULDEMINAS (2018, p. 26-28)

As modalidades também podem ser visualizadas entre os *Campi*, os dados aparecem em quantitativos de oferta.

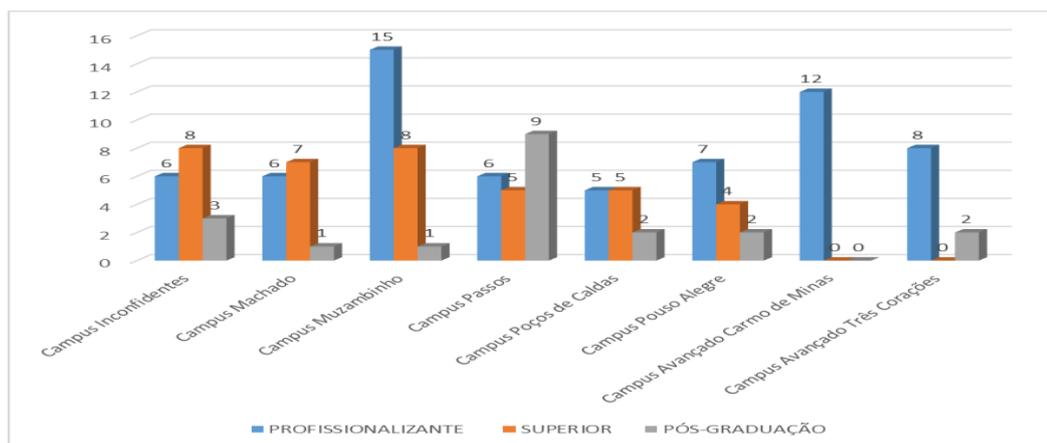


Figura 10 – IFSULDEMINAS: Modalidades por *Campi*
 Fonte: Adaptação das tabelas em gráfico pela autora, com base em IFSULDEMINAS (2018, p. 26-28)

Essa verticalização do ensino, conforme Figura 10, somente é possível em virtude da lei de criação, pois responsabiliza os institutos em oferecer cursos superiores ligados às áreas em que são oferecidos os cursos técnicos de nível médio.

No Decreto n.º 9.235/ 2017, são estabelecidas as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu* no sistema federal de ensino. O Art. 15 § 4º determina que “as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são equiparadas às universidades federais para efeito de regulação, supervisão e avaliação, nos termos da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008”. Sendo assim todo o processo de avaliação institucional, descrito no SINAES, irá desenvolver-se no IFSULDEMINAS.

5.2.1 A autoavaliação no IFSULDEMINAS

Em conformidade com sua autarquia educacional formada por *multiCampi*, o IFSULDEMINAS possui autonomia administrativa e pedagógica que visa a uma prestação de serviços pertencentes à educação profissional, técnica de nível médio e superior, com vistas a fortalecer o arranjo produtivo e cultura local.

Coordenados por uma reitoria estruturada, os *Campi* procuram ofertar uma prestação de serviços educacionais de qualidade, baseados no tripé ensino, pesquisa e extensão. Eles são monitorados pelas Pró-Reitorias possuem competência e autonomia para estruturar suas respectivas áreas.

O monitoramento interno dos cursos superiores é realizado pela Comissão Própria de Acompanhamento (CPA). Ela é prevista no Art. 11 da Lei n.º. 10.861, de 14 de abril de 2004, regulamentada pela Portaria n.º. 2051, de 19 de julho de 2004, do Ministério da Educação e regida internamente pela Resolução n.º 114, de 20 de dezembro de 2018.

A CPA institucional conforme Resolução n.º 114/2018 está vinculada à Reitoria e integra o SINAES. Possui, de acordo com o Art. 2, autonomia “em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior e para fins de suporte administrativo, a CPA ficará vinculada à Diretoria de Desenvolvimento Institucional e a Pró-Reitoria de Ensino”.

Sua existência está pautada em garantir o planejamento, execução e controle do processo avaliativo interno e da apresentação desses dados ao CONAES. Sua composição obedece aos seguintes parâmetros, segundo a Resolução n.º 114/2018:

I. Nos *Campi*, a Comissão Local de Avaliação deverá apresentar a seguinte composição:

a) Representantes do corpo docente, sendo 02 (dois) titulares e 1 (um) suplente;

b) Representantes do corpo técnico-administrativo, sendo 02 (dois) titulares e 1 (um) suplente;

c) Representantes do corpo discente, sendo 01 (um) titular e 1 (um) suplente.

d) Representantes da sociedade civil organizada, sendo 01 (um) titular e 1 (um) suplente.

Art. 5º. A Comissão Local de Avaliação apresentará a seguinte estrutura:

I. Coordenadoria e vice-coordenadoria;

II. Secretaria.

III. Membros

Art. 6º. A Comissão Própria de Avaliação Institucional deverá apresentar a seguinte composição:

I. Coordenadores das Comissões Locais de Avaliação, tendo como suplente seu vice;

II. Representantes do corpo discente sendo 01 (um) titular e 1 (um) suplente escolhidos entres os representantes desse segmento nas Comissões Locais.

III. Representantes da sociedade civil organizada, sendo 01 (um) titular e 1 (um) suplente, escolhidos entres os representantes da sociedade civil organizada das Comissões Locais.

Art. 7º. A Comissão Própria de Avaliação Institucional, de natureza normativa e deliberativa, apresentará a seguinte estrutura:

I. Presidência e vice-presidente da CPA;

II. Secretaria administrativa;

III. Membros.

A escolha dos membros é feita de forma democrática por meio de eleições de caráter sigiloso e a indicação dos representantes da sociedade feita civil organizada é feita pelos Diretores Gerais dos *Campi*. O processo de autoavaliação segue as etapas de preparação, desenvolvimento e consolidação. Os relatórios são construídos a fim de fornecer informações relevantes que buscam a melhoria da qualidade educacional e, também, visam à sensibilização por parte da comunidade escolar da vital importância de se estabelecer essa cultura avaliativa.

A identificação dos pontos frágeis e das fortalezas institucionais produzem um paralelo regulatório que auxilia a IES a enfrentar aos desafios, a globalização que não influenciou, somente, a economia, mas criou ideias, padrões de valores e estigmas culturais, reestruturando novas exigências no mundo do trabalho.

Acrescentamos que é importante reflexão sobre a dinâmica pedagógica e administrativa das instituições que atuam nessa modalidade de ensino. Afinal, como expõe Pontes (2012), esse enfrentamento promoverá a construção e o ressignificado do processo educacional: embasados em análise, reflexão, intervenção crítica e criativa da atividade.

6 ANÁLISES E DISCUSSÕES

[...] O pesquisador deve estar sempre atento à acuidade e veracidade das informações que vai obtendo, ou melhor, construindo. Que ele coloque nessa construção toda a sua inteligência, habilidade técnica e uma dose de paixão para temperar (e manter a têmpera!). (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 90)

Neste capítulo serão descritos os pontos positivos e negativos apontados no paralelo entre as dimensões da Lei nº 10.861/2004 e as competências preconizadas por Perrenoud, além da análise dos relatórios da autoavaliação institucional do IFSULDEMINAS, referente ao período de 2014 a 2018. Elas serão relacionadas às competências definidas por Perrenoud e mapeadas, a fim de que possam ser observados seus resultados durante o período pesquisado.

6.1 NOVAS REFLEXÕES PARA AS DIMENSÕES DA LEI Nº 10.861/2004

Ao estabelecer as similaridades entre as competências apresentadas por Perrenoud e as dimensões pertencentes à autoavaliação institucional, podem-se perceber pontos elencados que favorecem o melhor entendimento quanto aos benefícios trazidos para a melhoria da qualidade da educação, com foco no aprendizado do aluno. Um aprendizado baseado nas perspectivas apresentadas para a educação do Século XXI que permeiam entre a individualidade, formação e conhecimento.

Os Quadros de 15 a 24 apresentam as definições das dimensões e das competências permitindo uma reflexão sobre a complementação de ações e direções oriundas da nova percepção das dimensões, enquanto um ensino por competências, da autoavaliação.

Quadro 15 - Dimensão 1 e competência (análise)

Dimensão 1	Características	Competência	Características	Similaridade
Missão e Plano de Desenvolvimento.	Assim como a Missão apresenta a essência da organização, o motivo de sua existência e envolvimento das pessoas interessadas, o PDI a transforma em indicadores e metas a serem alcançadas.	Participar da administração da escola.	<ul style="list-style-type: none">• Elaborar, negociar um projeto da instituição.• Administrar os recursos da escola.• Coordenar, dirigir uma escola com todos os seus parceiros.• Organizar e fazer evoluir, no âmbito da escola, a	Planejamento interno com a participação da comunidade.

			participação dos alunos. • Competências para trabalhar em ciclos de aprendizagem.	
--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, baseado na Lei nº 10.861/2004 e Perrenoud (2000, p. 25-169).

Ao analisar o Quadro 15 percebe-se uma formalidade tratada pela lei quanto à elaboração e conhecimento por parte da comunidade acadêmica, do conteúdo dos documentos, a competência traz essa necessidade acrescida da interiorização do participante nas atividades práticas da instituição. Essa situação proporciona que esse conteúdo possa ser analisado, discutido e adaptado estabelecendo um vínculo real entre a vivência institucional e a do aluno.

Quadro 16 - Dimensão 2 e competência (análise)

Dimensão 2	Características	Competência	Características	Similaridade
Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.	O tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui um eixo fundamental para a manutenção da qualidade das IES, visto que sua indissociabilidade é um princípio orientador de qualidade e produção universitária, formando universitário autônomo, competente e ético.	Administrar a progressão das aprendizagens.	<ul style="list-style-type: none"> • Conceber e administrar situações-problema ajustadas ao nível e às possibilidades dos alunos. • Adquirir uma visão longitudinal dos objetivos do ensino. • Estabelecer laços com as teorias subjacentes às atividades de aprendizagem. • Observar e avaliar os alunos em situações de aprendizagem, de acordo com uma abordagem formativa. • Fazer balanços periódicos de competências e tomar decisões de progressão. • Rumo a ciclos de aprendizagem. 	Individualidade do aluno.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado na Lei nº 10.861/2004 e Perrenoud (2000, p. 25-169).

Há uma complexidade de informações trazidas na dimensão 2 - políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. O tripé educacional traz um direcionamento para situações ligadas à educação/ formação técnica e pessoal e, pela relação dos membros com a comunidade local por meio de ações extensionistas e pesquisas que viabilizam a melhoria da qualidade socioeconômica da região.

Na lei há uma síntese quanto aos conceitos de trabalho, já a competência consegue desmembrar proporcionando uma visão mais clara quanto à relação que deve ser estabelecida entre o tripé educacional e a formação do aluno. Há a presença de objetivos que podem servir como indicadores visando controlar o processo, possibilitando intervenções durante a execução para minimizar riscos e insucessos.

Quadro 17 - Dimensão 3 e competência (análise)

Dimensão 3	Características	Competência	Características	Similaridade
Responsabilidade social da Instituição.	Conceito que ultrapassa o assistencialismo (antes foco das universidades). Deve ser manifestada no respeito ao educando para prosseguir com seus estudos, buscar uma qualificação para o mercado de trabalho, enriquecimento cultural e de conhecimentos. Também deve oportunizar ações no campo da responsabilidade social, mais coerentes com seu papel enquanto instituição educativa, para promover uma sociedade justa e equânime.	Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão.	<ul style="list-style-type: none"> • Prevenir a violência na escola e fora dela. • Lutar contra os preconceitos e as discriminações sexuais, étnicas e sociais. • Participar da criação de regras da vida comum referentes à disciplina na escola, às sanções e à apreciação da conduta. • Analisar a relação pedagógica, a autoridade e a comunicação em aula. • Desenvolver o senso de responsabilidade, a solidariedade e o sentimento de justiça. 	Inclusão, defesa dos valores e equilíbrio.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado na Lei nº 10.861/2004 e Perrenoud (2000, p. 25-169).

O Quadro 17 traz a missão da Instituição, enquanto formadora, frente aos pré-conceitos que permeiam a sociedade. Tanto a lei quanto a competência apresentam

situações pontuais que trazem para o meio um cidadão empático, resiliente, que tem conhecimento sobre as injustiças existentes e que luta para que a igualdade seja alcançada. Traz para a formação do aluno uma posição de não omissão, e para a instituição a necessidade de desenvolver a criticidade e o olhar coletivo.

Quadro 18 - Dimensão 4 e competência (análise)

Dimensão 4	Características	Competência	Características	Similaridade
Comunicação com a sociedade.	Proporciona uma aproximação efetiva entre a IES e a sociedade, identificando as formas de participação ativa da sociedade na vida acadêmica e vice-versa.	Informar e envolver os pais/comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Dirigir reuniões de informação e de debate e fazer entrevistas. • Envolver os pais/comunidade na construção dos saberes. 	Participação da comunidade escolar.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado na Lei nº 10.861/2004 e Perrenoud (2000, p. 25-169).

No Quadro 18 observamos a relação que deve ser estabelecida com a comunidade, não só como ouvinte pelo entendimento da lei, mas promovendo discussões. Pela dimensão subentendesse que a comunidade deve estar ciente dos acontecimentos na IES, mas a competência traz a sociedade como parceira na construção do processo educativo. Uma parceria positiva que influencia na efetividade de todas as outras dimensões, buscando a qualidade no ensino superior. Com este olhar externo, a IES pode complementar suas estratégias, corrigir de seus erros e atingir a expectativa da comunidade acadêmica.

Quadro 19 - Dimensão 5 e competência (análise)

Dimensão 5	Características	Competência	Características	Similaridade
Políticas de pessoal.	A avaliação do clima organização da IES permite analisar os aspectos positivos e negativos percebidos na instituição. A positividade do clima organizacional gera grandes benefícios que proporcionam um ambiente propício para a	Administrar sua própria formação contínua.	<ul style="list-style-type: none"> • Seria importante que cada vez mais professores se sentissem responsáveis pela política de formação contínua e interviessem individual ou coletivamente nos processos de decisão. 	Desenvolvimento e formação continuada.

	valorização pessoal e profissional dos servidores; resultados diferenciados e criatividade nos processos de gestão.			
--	---	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, baseado na Lei nº 10.861/2004 e Perrenoud (2000, p. 25-169).

O Quadro 19 traz pelo olhar da competência a participação do profissional na busca pela continuidade de sua formação. Tira da IES a responsabilidade total de atingir a dimensão - políticas de pessoal, com oferta e imposição quanto à participação. O benefício em trazer também a responsabilidade para o profissional é a efetividade quanto a realização de capacitações, treinamentos etc. Essa troca possibilita formações necessárias e não somente cumprimento de atividade.

Quadro 20 - Dimensão 6 e competência (análise)

Dimensão 6	Características	Competência	Características	Similaridade
Organização e gestão da Instituição.	A representação dos grupos envolvidos, tanto interno quanto externo nos processos de decisão das IES, permite que haja equilíbrio e que as decisões sejam voltadas ao atendimento de um interesse coletivo a partir do consenso. Legitimando uma democracia que balanceie ganhos e perdas com vistas a formação da criticidade de cidadãos e manutenção de relações.	Envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> • Suscitar o desejo de aprender, explicitar a relação com o saber, o sentido do trabalho escolar e desenvolver na criança a capacidade de autoavaliação. • Oferecer atividades opcionais de formação. • Favorecer a definição de um modo pessoal do aluno. 	Representatividade dos colegiados e conselhos escolares.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado na Lei nº 10.861/2004 e Perrenoud (2000, p. 25-169).

O Quadro 20 nos traz a reflexão sobre a ação dos órgãos representativos na IES. Tanto a dimensão quanto a competência proporcionam o entendimento quanto a importância deste processo democrático para a instituição. Ao participar das decisões

institucionais, o aluno desenvolve a criticidade, a responsabilidade sobre suas escolhas e uma visão holística da instituição, já a IES ao permitir a aproximação dos alunos, melhora suas relações e, mentem a efetividade quando aos anseios e expectativas dos estudantes.

Quadro 21 - Dimensão 7 e competência (análise)

Dimensão 7	Características	Competência	Características	Similaridade
Infraestrutura Física.	A adequação da infraestrutura da instituição, motivadas por políticas institucionais de conservação, atualização, segurança, de estímulo à utilização e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras promovem um melhor aproveitamento quanto às atividades de ensino, pesquisa e extensão das IES.	Utilizar novas tecnologias.	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar editores de textos. • Explorar as potencialidades didáticas dos programas em relação aos objetivos do ensino. • Comunicar-se à distância por meio da telemática. • Utilizar as ferramentas multimídias no ensino. 	Adequação da estrutura e práticas pedagógicas inovadoras.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado na Lei nº 10.861/2004 e Perrenoud (2000, p. 25-169).

Como pode ser observado no Quadro 21 tanto a lei quanto a especificação da competência trazem não só a estrutura, mas também sua utilização. Percebe-se a ênfase na parte estrutural pela designação da dimensão como – infraestrutura física. Utilizando a competência como base, tem-se a importância de como essa infraestrutura está sendo utilizada a fim de ser uma ponte no processo pedagógico. Traz assim, novas reflexões sobre a formulação das questões durante o processo de avaliação na instituição, trabalhando não só o bem físico, mas o bem como potencial didático.

Quadro 22 - Dimensão 8 e competência (análise)

Dimensão 8	Características	Competência	Características	Similaridade
Planejamento e Avaliação.	Adequar, buscando a efetividade do planejamento geral da instituição, o Projeto Pedagógico Institucional com os projetos pedagógicos dos	Organizar e dirigir situações de aprendizagem.	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer, para determinada disciplina, os conteúdos a serem ensinados e sua tradução em objetivos de aprendizagem. 	Planejamento e importância do processo avaliativo.

	<p>cursos, a fim de proporcionar procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, promovem um controle frequente quanto a eficácia da IES e permitem intervenções com o intuito de melhoria ou manutenção da qualidade.</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar o ensino a partir das representações dos alunos. • Trabalhar a metodologia a partir dos erros e dos obstáculos à aprendizagem. • Construir e planejar dispositivos e sequências didáticas. • Envolver os alunos em atividades de pesquisa, em projetos de conhecimento. 	
--	---	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, baseado na Lei nº 10.861/2004 e Perrenoud (2000, p. 25-169).

O conceito trazido pela competência, no Quadro 22, possibilita uma reflexão sobre a importância do estudo dos erros durante o processo, da conscientização e conhecimento sobre o significado do processo e o que ele representa tanto para a IES quanto para o aluno. Para a apresentação de ações de melhoria, abre a oportunidade da participação do aluno propiciando novo olhar resolutivo.

Quadro 23 - Dimensão 9 e competência (análise)

Dimensão 9	Características	Competência	Características	Similaridade
Política de atendimento aos discentes.	As políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes; a participação dos estudantes em atividades de ensino, iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil, crescimento do acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada, promovem formas de estudos e análises dos dados sobre	Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação.	<ul style="list-style-type: none"> • Administrar a heterogeneidade no âmbito de uma turma. • Abrir, ampliar a gestão de classe para um espaço mais vasto. • Fornecer apoio integrado, trabalhar com alunos portadores de grandes dificuldades. • Desenvolver a cooperação entre os alunos e certas formas simples de ensino mútuo. 	Acesso, permanência e êxito dos alunos.

	ingressantes, evasão/ abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas.			
--	---	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, baseado na Lei nº 10.861/2004 e Perrenoud (2000, p. 25-169).

No Quadro 23 temos a dimensão 9 que apresenta o acesso, permanência e êxito dos alunos. A competência que traz à similaridade humaniza o conceito apresentado pela dimensão, trazendo a individualidade, o auxílio mútuo e não só uma necessidade de manter números ou uma impessoalidade voltada para resultados.

Quadro 24 - Dimensão 10 e competência (análise)

Dimensão 10	Características	Competência	Características	Similaridade
Sustentabilidade financeira.	Políticas de captação e alocação de recursos, direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão promovem a sustentabilidade financeira da instituição e a constante oferta baseada em princípios e com foco na qualidade.	Trabalhar em equipe.	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar um projeto de equipe, representações comuns. • Dirigir um grupo de trabalho, conduzir reuniões. • Formar e renovar uma equipe pedagógica. • Enfrentar e analisar, em conjunto, situações complexas, práticas e problemas profissionais. • Administrar crises ou conflitos interpessoais. 	Continuidade da oferta através da captação e alocação de recursos.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado na Lei nº 10.861/2004 e Perrenoud (2000, p. 25-169).

O Quadro 24 traz a dimensão 10 – sustentabilidade financeira, uma das situações mais complexas existente numa IES. A responsabilidade trazida pela competência, divide o enfrentamento e, traz novas perspectivas de trabalho que evidenciam a resolução de problemas em conformidade e não, julgamentos e críticas à distância. Um trabalho que promove a aproximação entre os pares e não oposições que prejudicam a funcionalidade da instituição.

Após análise da descrição das dimensões apresentadas na Lei 10861/2004 e da descrição apresentada por Perrenoud quanto às competências, foi possível analisar os relatórios de autoavaliação, período 2014 a 2018, pertencentes ao IFSULDEMINAS pelo olhar das competências.

6.2 OS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Conforme delimitado na introdução deste trabalho, os relatórios apresentados pela CPA do IFSULDEMINAS referente ao período de 2014 a 2018, serviram como base documental a fim de estabelecer parâmetros de discussão frente às competências definidas por Perrenoud. Nos tópicos a seguir serão desmembrados os pontos elencados como fortes e fracos de acordo com o ano correspondente.

Pode ser observado que os relatórios que se referem aos anos de 2014 e 2018 apresentam resultados que compreendem todas as dimensões apresentadas na Lei nº 10.861/2004, já nos anos de 2015, 2016 e 2017 as dimensões foram divididas quanto à aplicação ficando descritas, conforme Tabela 2:

Tabela 2 - Distribuição das dimensões avaliadas de 2015 a 2017

<i>ANO</i>	<i>DIMENSÕES</i>
2015	2, 5 e 9
2016	1, 6 e 7
2017	3, 4, 8 e 10

Fonte: IFSULDEMINAS (2018, p. 2)

Para comparação dos pontos fortes e fracos apresentados nos relatórios, optou-se por fazer um paralelo entre os anos analisados. É perceptível a apresentação de proposições não similares, visto que durante o período, o processo de autoavaliação foi melhor estruturado tanto no planejamento quanto na devolutiva dos resultados.

Os pontos foram elencados nos relatórios como dimensões, mas atendendo ao objetivo deste trabalho, serão apresentados e discutidos como competências a fim de estabelecerem uma linguagem mais próxima do ensino-aprendizagem. Para comparação serão apresentadas somente as proposições que aparecem nos três relatórios de finalização da autoavaliação institucional.

Quadro 25 - Competência: participar da administração da escola no período de 2014 a 2018

Competência	2014		2015, 2016, 2017		2018	
	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Participar da Administração da Escola	<p>Conhecimento da Missão Institucional;</p> <p>Conhecimento do Projeto Pedagógico do curso;</p> <p>Conhecimentos dos cursos ofertados.</p>	<p>Pouco conhecimento sobre o PDI;</p> <p>Baixa participação no processo de elaboração do PDI;</p> <p>Falta de divulgação do PDI aos alunos.</p>	<p>Utilização do PDI como ferramenta de gestão.</p>	<p>Pouco conhecimento sobre o PDI;</p> <p>Pouco conhecimento sobre o Projeto Pedagógico Institucional.</p>	<p>Atividades são pautadas na Missão;</p> <p>Conhecimento pelos docentes e técnicos do PDI.</p>	<p>Os discentes sabem da existência, mas não conhecem o PDI.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, baseada nos Relatórios de autoavaliação do IFSULDEMINAS 2014 – 2018.

A competência – participar da administração da escola - é apresentada no Quadro 25 elencando-se seus pontos fortes e fracos no período pesquisado. Há uma constância quanto aos elementos destacados: missão, projeto pedagógico e PDI, mas o PDI ainda aparece no último ano com uma problemática que precisa ser analisada.

O documento é de vital importância para a adequação da instituição aos objetivos, metas e ações, que condizem com as expectativas da comunidade acadêmica. Ao atribuir desconhecimento do documento por parte dos discentes, delimita-se sua participação na construção, controle e sugestões durante o período de aplicação, acarretando a não participação por completo desse aluno na construção de sua aprendizagem ou numa possibilidade de educação ao longo da vida, propostas para a educação do século XXI.

Quadro 26 - Competência: administrar a progressão de aprendizagens no período de 2014 a 2018

Competência	2014		2015, 2016, 2017		2018	
	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Administrar a progressão das aprendizagens	<p>Crescente participação em projetos de pesquisa;</p> <p>Participação e atividades complementares;</p> <p>Instrumentos e técnicas de avaliação diversificada;</p> <p>Atuação em suas respectivas áreas de formação;</p>	<p>Atuação da gestão geral do IFSULDEMINAS;</p> <p>Pouca clareza sobre as responsabilidades de cada setor;</p> <p>Não há demonstração das pesquisas para a sociedade;</p> <p>Políticas e mecanismos de incentivo à pesquisa;</p>	<p>Oferta de cursos privilegiando a verticalização do ensino;</p> <p>Consulta pública para a abertura de cursos;</p> <p>Institucionalização da EaD;</p> <p>Editais de fomento;</p> <p>Melhoria da pesquisa.</p>	<p>Sistema informatizado de protocolo e gerência de informações;</p> <p>Melhorar algumas especificações nos projetos pedagógicos dos cursos;</p> <p>Implantação da carga horária EaD nos cursos;</p>	<p>Conhecimento dos Projeto Pedagógico do curso;</p> <p>Práticas profissionais compatíveis com o curso;</p> <p>O curso, a coordenação e docentes correspondem às expectativas dos alunos.</p>	<p>Menos de 50% dos representantes participaram de projetos de ensino, pesquisa e extensão;</p> <p>Desconhecimento dos alunos com relação ao ENADE.</p>

	<p>Sistema favorável para concessão de bolsas;</p> <p>Processo benéfico de iniciação científica;</p> <p>Participação em palestras, congressos, eventos e atividades extracurriculares;</p> <p>Acompanhamento das atividades durante o curso;</p> <p>Disponibilidade para orientação e esclarecimento de dúvidas.</p>	<p>As atividades de extensão são insatisfatórias;</p> <p>Não há trabalho interdisciplinar;</p> <p>Insatisfação quanto ao acervo da biblioteca;</p> <p>Falta de apoio e orientação pedagógica para os docentes;</p> <p>Disponibilidade de tempo do professor para orientação;</p>		<p>Programas de acompanhamento aos egressos;</p> <p>Publicação de periódicos científicos;</p> <p>Consultas a demandas comunitárias.</p>		
--	--	--	--	---	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, baseada nos Relatórios de autoavaliação do IFSULDEMINAS 2014 – 2018.

O Quadro 26 traz para a discussão os pontos positivos e negativos referentes à competência – administrar a progressão das aprendizagens. O processo de aprendizagem na instituição permeia pelo tripé ensino-pesquisa-extensão, e pode ser observado durante a análise do período, a complexidade de pontuações que são destacadas a cada ano pelos respondentes dos relatórios de autoavaliação. Complexidade que vai desde a oferta, verticalização, modalidades, participação dos atores envolvidos, interdisciplinaridade, práticas até o envolvimento do próprio discente.

Um teor de discussão que traz um sentimento de satisfação frente ao crescimento do conhecimento e crítica quanto à temática educação. Há uma abertura interna e externa que promove novas perspectivas educacionais e, inteirada desse fato, a comunidade acadêmica não se satisfaz com o que é apresentado, há uma cobrança não só para uma melhor oferta vinda da instituição, mas também pelo desempenho do discente quanto à participação.

Uma competência que não pode alcançar o limite da satisfação plena, pois as áreas que à compõe estão em constante processo de renovação, adaptando-se às mudanças e necessidades mundiais. A busca por essa integralidade traz novas expectativas quanto à qualidade para a educação, pois essa insatisfação serve de ponte para novas pesquisas, novos processos, novos métodos.

Quadro 27 - Competência: enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão no período de 2014 a 2018

Competência	2014		2015, 2016, 2017		2018	
	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão	A importância da pesquisa e o impacto da extensão para a sociedade; Cursos em conformidade com a demanda regional; Serviços de segurança, limpeza e instalações.	Acessibilidade aos PcD's; Integração do <i>campus</i> com a comunidade; Preocupação com relação às questões ambientais; Participação da sociedade nas decisões; Desperdício de alimentos pelos estudantes.	Ações de acordo com o PDI.	As informações não chegam a todos; Contratação de profissionais para atendimentos especializados; Desenvolver melhor forma de ensino para PcD.	A influência das ações da instituição mobilizando melhor qualidade para a população.	Não se aplica.

Fonte: Elaborado pela autora, baseada nos Relatórios de autoavaliação do IFSULDEMINAS 2014 – 2018.

Ao trazer no Quadro 27, a competência – enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão, nos deparamos com a essência do terceiro pilar da educação - aprender a viver juntos ou conviver. Ao promover a inclusão interna-interna e interna-externa a instituição se depara com o conflito que permeia uma sociedade individualista, o sucesso individual.

Uma dimensão que ao ser analisada longe da competência, aparece presa a preceitos básicos como a educação formal, mas que mesmo não aparecendo no relatório com pontos negativos no último ano analisado, precisa ser reestruturada enquanto questionamento. Será que a instituição é plenamente incluyente, não há segregação, pré-conceitos? Todos os atores que estão inseridos correspondem às expectativas apresentadas na competência quando se amplia a responsabilidade social para a responsabilidade com o outro?

Uma reflexão que precisa ser visualizada ao se tratar também da relação pedagógica, da autoridade e da comunicação em aula, da prevenção da violência na escola e fora dela, da luta contra os preconceitos e as discriminações sexuais, étnicas, da participação quanto à criação de regras da vida comum referentes à disciplina na escola,

às sanções e à apreciação da conduta e no desenvolvimento do senso de responsabilidade, da solidariedade e do sentimento de justiça.

Quadro 28 - Competência: informar e envolver os pais/ comunidade no período de 2014 a 2018.

Competência	2014		2015, 2016, 2017		2018	
	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Informar e envolver os pais/ comunidade	Comunicação pelo <i>site</i> ; Informações visuais por murais, cartazes etc; Utilização do serviço de tecnologia na comunicação.	Falta de um jornal institucional; Dificuldade de encontrar informações.	Criação da Assessoria de Comunicação (ASCOM); Projetos que integram a comunidade e a instituição; Atendimento pela ouvidoria.	A comunicação com a comunidade é efêmera; Desconhecimento da existência da auditoria.	Não se aplica.	Ouvidoria.

Fonte: Elaborado pela autora, baseada nos Relatórios de autoavaliação do IFSULDEMINAS 2014 – 2018.

O não aparecimento no Quadro 28, ano 2018, de pontos fortes traz questionamentos pontuais quanto à efetividade e constância dos meios de comunicação trazidos nos anos anteriores. Muitos membros da comunidade ainda não possuem meios tecnológicos ou expertise para sua utilização, assim reflexões sobre reuniões físicas, chamadas públicas, talvez se façam necessárias, para melhorar a acessibilidade à informação.

Um envolvimento, conforme descrito na competência, que traz a participação da comunidade de modo geral na construção do saber, trazendo sua cultura, seus valores para exemplificação ou adaptação técnica.

Quadro 29 - Competência: administrar a própria formação contínua

Competência	2014		2015, 2016, 2017		2018	
	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Administrar sua própria formação contínua	Com relacionamento entre servidores; Motivação entre os servidores; Condições de trabalho favoráveis;	Não há estimulação para inovação nos processos de trabalho; Melhoria no apoio didático-pedagógico; Melhores oportunidades de	Crítérios para capacitação de docentes e técnicos; Liberação dos servidores para qualificação.	Programa de qualidade de vida no trabalho; Programa de treinamento interno;	As condições de trabalho, o apoio para a qualificação, possibilidade de crescimento profissional, a responsabilidade dos servidores.	Não se aplica.

<p>Aptidão para exercer suas atividades;</p> <p>Conhecimento do plano de carreira;</p> <p>Conhecimento das rotinas e atividades do setor;</p> <p>Reconhecimento da importância do seu trabalho;</p> <p>Eficácia dos processos de trabalho.</p>	<p>desenvolvimento pessoal;</p> <p>Melhoria dos treinamentos e capacitações.</p>			<p>Indicadores para a gestão de pessoas;</p> <p>Programa de formação para atendimento a PcD's;</p> <p>Política de saúde e segurança no trabalho.</p>		
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, baseada nos Relatórios de autoavaliação do IFSULDEMINAS 2014 – 2018.

É perceptível pelo resultado da autoavaliação que os servidores estão satisfeitos com a condução e melhorias realizadas durante os anos, ao pontuar às políticas de pessoal. O Quadro 29 nos traz o anseio apresentado, durante o período estudado, quanto à treinamentos, capacitações, orientações etc.

A instituição se mostrou aberta aos pontos fracos quando foram suscitadas melhorias e, atendeu de imediato à expectativa dos servidores. Uma competência que se mostra bem desenvolvida, visto que há por parte dos interessados, sugestões e comprometimento, quanto à procura do conhecimento necessário para a realização de suas atribuições.

Quadro 30 - Competência: envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho

Competência	2014		2015, 2016, 2017		2018	
	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho	<p>Atuação dos colegiados e órgão estudantis;</p> <p>Serviços da coordenação e assistência ao educando;</p> <p>Clareza quanto às atribuições dos servidores;</p>	<p>Desconhecimentos dos regimentos;</p> <p>Atuação das Pró-reitorias;</p> <p>Protocolo de documentos;</p> <p>Atendimento da direção-geral;</p> <p>Assistência médica em emergências;</p>	<p>Avaliação positiva quanto à parte estrutural, equipamentos, segurança, limpeza, acesso e biblioteca.</p>	<p>Melhoria do ambiente físico dos locais (ventilação, iluminação);</p> <p>Acervo da biblioteca;</p> <p>Serviços de tecnologia de informação;</p> <p>Orientações no caso de</p>	Não se aplica.	<p>Tanto o organograma quanto os procedimentos administrativos não são conhecidos pela maioria dos servidores respondentes.</p>

	Qualidade dos equipamentos, limpeza, assistência médica, cantina.	Participação da comunidade nas decisões; Meio de transporte.		incêndio e acidentes; EPI's; Qualidade no atendimento da cantina, enfermaria, da direção-geral, coordenações e meios de transporte.		
--	---	---	--	---	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, baseada nos Relatórios de autoavaliação do IFSULDEMINAS 2014 – 2018.

Pode ser visualizado no Quadro 30 a preocupação quanto ao envolvimento dos alunos no início do período estudado. Nos outros períodos as menções estão intimamente ligadas à qualidade estrutural, técnica e humana.

Não aparece nos períodos 2015-2017 e 2018 a preocupação com participação dos diretórios estudantis e, a pontuação no período 2015-2017 quanto ao atendimento pela gestão como um ponto franco, estabelece uma não relação de cordialidade, trazendo uma prerrogativa de afastamento da gestão com relação aos discentes.

A competência, em questão, propicia ao aluno o entendimento e participação ativa das condutas inerentes à instituição, esse afastamento desvencilha a construção por parte do aluno do seu aprendizado. Indo contra às pontuações apresentadas como imprescindíveis para a educação do século XXI.

Quadro 31 - Competência: usar novas tecnologias no período de 2014 a 2018

Competência	2014		2015, 2016, 2017		2018	
	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Utilizar novas tecnologias	Condições físicas e higiênicas das instalações sanitárias; As salas de aula, sala de professores e disponibilidade e qualidade dos equipamentos audiovisuais disponibilidade de materiais didáticos;	O ambiente físico dos laboratórios de aulas práticas, assim como equipamentos e laboratórios disponíveis para o desenvolvimento da pesquisa e/ou inovação e equipamentos de informática; A disponibilidade e	Construção do prédio da Reitoria.	Não conseguir cumprir com a ampliação em 66% o quantitativo de instalações físicas totais do IFSULDEMINAS; Não conseguir cumprir com a ampliação 62% o quantitativo de instalações físicas pedagógicas (apenas salas de	Efetividade dos equipamentos de informática; Espaço físico de necessidade da comunidade acadêmica; A limpeza do Campus.	Não se aplica.

	<p>O acesso a equipamentos de comunicação e informação, informática e internet;</p> <p>Os serviços de limpeza e segurança.</p>	<p>condições dos equipamentos de proteção individual;</p> <p>Acervo da biblioteca;</p> <p>As condições de acesso para portadores de necessidades especiais;</p> <p>A infraestrutura de prevenção de incêndio e acidentes de trabalho;</p> <p>Os serviços de transporte.</p>		<p>aula mais laboratórios);</p> <p>Aperfeiçoar a operação do software Sistema de Monitoramento de Obras do Governo Federal (SIMECObras) de modo que o sistema espelhe as instalações físicas prontas e em construção;</p> <p>Criar indicadores de adequação entre as instalações físicas e as demandas da comunidade escolar;</p> <p>Incluir os parâmetros de acessibilidade da Norma Técnica Brasileira nº 9050, de 31 de março de 2004, quando especificar a aquisição de edificações e mobiliários.</p>	<p>Serviços prestados pela biblioteca;</p> <p>As questões que envolvem a facilidade de acesso, segurança, manutenção, conservação das condições físicas e a acessibilidade;</p> <p>O ambiente para aulas, recursos instrucionais, adequação dos laboratórios ao quantitativo de alunos, livros básicos e periódicos disponíveis na biblioteca;</p> <p>As instalações e serviços prestados pela cantina.</p>	
--	--	---	--	--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora, baseada nos Relatórios de autoavaliação do IFSULDEMINAS 2014 – 2018.

Ao analisar o Quadro 31 pelo olhar das competências trazidas por Perrenoud temos uma nova atribuição ao conceito desenvolvido para a dimensão. Pelo olhar da autoavaliação institucional atribuiu-se o conceito estrutural, mas já pela competência temos a utilização desse meio acrescido de práticas inovadoras, a fim de promover um elo visando a busca por uma educação pautada na qualidade.

Uma reflexão que busca explorar as potencialidades didáticas estruturais da instituição, em relação aos objetivos do ensino, transformando-os em ferramentas didáticas e de aprendizado constante.

Quadro 32 - Competência: organizar e dirigir situações de aprendizagem no período de 2014 a 2018

Competência	2014		2015, 2016, 2017		2018	
	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Organizar e dirigir situações de aprendizagem	Não se aplica.	<p>Atuação da CPA no Campus quanto a motivar dos docentes a participação no processo de avaliação institucional;</p> <p>Atuação da CPA no Campus quanto a publicação dos resultados da avaliação institucional;</p> <p>Divulgação dos resultados da avaliação;</p> <p>Motivação pela CPA para a participação na avaliação.</p>	O trabalho da CPA e a atualização dos questionários de avaliação.	<p>Muitos entrevistados ainda desconhecem o trabalho realizado pela CPA;</p> <p>Muitos entrevistados não souberam responder ou não possuem conhecimento sobre o assunto quando se trata do planejamento e ações a partir dos resultados das avaliações;</p> <p>Necessidade de melhorar a divulgação e discussão dos dados e dos resultados da avaliação institucional com a comunidade acadêmica;</p> <p>Realizar a conscientização da comunidade, conduzindo o processo avaliativo com maior transparência, envolvendo a comunidade no processo e buscando que a avaliação produza os resultados esperados.</p>	<p>Consciência da importância dos resultados da autoavaliação;</p> <p>Aproximadamente 50% dos respondentes consideram que os resultados são utilizados para planejamento e ações;</p> <p>A divulgação dos resultados foi considerada como esperado.</p>	Não se aplica.

Fonte: Elaborado pela autora, baseada nos Relatórios de autoavaliação do IFSULDEMINAS 2014 – 2018.

Pode-se perceber no Quadro 32 a melhora do processo de planejamento e avaliação da instituição. Mas, a afirmativa apresentada no relatório, de que somente 50%

dos respondentes estavam convencidos de que a utilização das informações tem sido aproveitada para futuros planejamentos e ações, deve ser levada em consideração para um planejamento futuro. A participação da comunidade acadêmica e o acreditar no processo, traz transparência e credibilidade à IES.

Um resultado real e sua utilização contribuem para um melhor engajamento quanto a participação no processo de autoavaliação e subsídios para ações verdadeiramente direcionadas. Conforme a competência é preciso trabalhar a partir dos erros, construir mecanismo mais eficazes, envolvendo os integrantes em projetos que exemplifiquem novos planejamentos, novos processos, viabilizando assim, os objetivos que precisam ser alcançados.

Quadro 33 - Competência: conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação no período de 2014 a 2018

Competência	2014		2015, 2016, 2017		2018	
	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação	<p>Qualidade da política de atendimento ao estudante na instituição;</p> <p>Serviços prestados ao estudante pelos setores;</p> <p>Conhecimento dos serviços prestados pela Coordenação Geral de Apoio ao Educando (CGAE);</p> <p>Disponibilização de horário de atendimento aos alunos fora da sala de aula;</p> <p>Disponibilidade professor para orientação e esclarecimentos de dúvidas fora de sala de aula;</p> <p>Relacionamento com os alunos;</p> <p>Comprometimento com as atividades extracurriculares.</p>	<p>Qualidade dos serviços do setor de alimentação e nutrição;</p> <p>Meio de transporte e deslocamento de alunos;</p> <p>Atendimento pela Direção Geral do Campus;</p> <p>Atendimento pela Coordenação Geral de Ensino (CGE);</p> <p>Atendimento pela Coordenação Geral de atendimento ao educando (CGAE);</p> <p>Atendimento pelo DDE (Departamento de Desenvolvimento Educacional);</p> <p>Quanto atendimento de modo geral do Coordenador do Curso.</p>	<p>Instituição do programa de ações inclusivas;</p> <p>Instituição da política de assistência estudantil;</p> <p>Agilidade quanto ao acesso dos discentes ao auxílio estudantil e outros procedimentos de atendimento aos discentes;</p> <p>Serviço de atendimento psicopedagógico.</p>	<p>Acompanhamento do desempenho acadêmico dos beneficiados pelos procedimentos de atendimento aos discentes, inclusive através de visitas familiares;</p> <p>Parcerias com redes municipais ou regionais de assistência social;</p> <p>Ampliação a equipe dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais, incluindo profissionais interdisciplinares como pedagogos e intérpretes de LIBRAS;</p> <p>Instalação, em cada Campus, pelo menos uma sala de informática que não se confunda com laboratório de curso de informática e que fique aberta</p>	<p>Assistência à saúde;</p> <p>Apoio às pessoas com necessidades especiais;</p> <p>Auxílio EVACT;</p> <p>Programa de mobilidade;</p> <p>Assistência pedagógica;</p> <p>Incentivo ao esporte, lazer e cultura;</p> <p>Serviço social;</p> <p>Inclusão digital;</p> <p>Programa de acessibilidade;</p> <p>Divulgação dos programas.</p>	<p>Não se aplica.</p>

				<p>exclusivamente para o público em geral por 15 horas diárias;</p> <p>Aquisição de equipamentos de tecnologia assistiva (impressa Braille, lupas manuais, leitor de tela de computador, lupa eletrônica, impressora 3D, teclados e mouses acessíveis, cadeiras de rodas, mobiliário escolar acessível etc.);</p> <p>Capacitação dos servidores (inclusive os terceirizados) para atender pessoas com necessidades especiais;</p> <p>Construção de uma sala de recursos multifuncionais em cada campus para atendimento educacional especializado, em atenção ao Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009;</p> <p>Atingir índice de eficiência acadêmica de 90%;</p> <p>Consolidação de dados do projeto de prevenção da evasão escolar e propor plano de ações para reduzir a evasão escolar;</p> <p>Construção do centro de equoterapia do Campus Machado.</p>		
--	--	--	--	---	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, baseado nos Relatórios de autoavaliação do IFSULDEMINAS 2014 – 2018.

O Quadro 33 evidencia a preocupação da instituição com o acesso, permanência e êxito dos alunos. Os pontos que demonstram a fragilidade da instituição são trabalhados ano a ano possibilitando melhoria visível e aparente reconhecimentos pela comunidade acadêmica.

As ações viabilizadas durante o período demonstram o cuidado da instituição para com a heterogeneidade, as dificuldades individuais e com o desenvolvimento da cooperação entre os alunos e certas formas simples de ensino mútuo.

Quadro 34 - Competência: trabalhar em equipe no período de 2014 a 2018

Competência	2014		2015, 2016, 2017		2018	
	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Trabalhar em equipe	Adequação dos recursos financeiros às reais demandas do Campus.	Dependência de previsão orçamentária.	Os procedimentos relativos à política de orçamento e finanças encontram-se dentro dos padrões de normalidade. As políticas de logística sustentável são consideradas dentro dos padrões de normalidade. Sobre a política de aplicações de recursos para os programas de ensino pesquisa e extensão, a aplicação dos recursos se apresentam dentro das normalidades.	Os procedimentos são poucos conhecidos, principalmente a elaboração das previsões orçamentárias; Unificação dos procedimentos de execução orçamentária e financeira através de sistema eletrônico comum a todas as unidades do IFSULDEMINAS; Implementação de um Plano de Logística Sustentável; Criação de um sistema de coleta de dados de captação de recursos externos; Falta de transparência com a aplicação dos recursos e com a indefinição de um fluxo para o processo de compras.	Eficiência quanto a aplicação dos recursos.	Não se aplica.

Fonte: Elaborado pela autora, baseada nos Relatórios de autoavaliação do IFSULDEMINAS 2014 – 2018.

A aplicação dos recursos de uma instituição, geralmente gera discussão entre os membros, pois é preciso enfrentar e analisar, em conjunto, situações complexas, práticas e problemas profissionais, administrando crises ou conflitos interpessoais com o foco na melhor aplicação dos recursos institucionais.

Percebe-se pelo Quadro 34 os impasses apresentados durante o período e a adequação das necessidades frente uma participação ativa e responsável da comunidade acadêmica.

Após análise individual dos períodos e competências, a seguir, no Quadro 35, são apresentadas as informações dos relatórios quanto a potencialidades e fragilidades compiladas, em comparação com as competências definidas por Perrenoud. As dimensões representadas pelas competências que tiveram somente potencialidades estarão em verde e aquelas que apresentaram alguma fragilidade, merecendo maior atenção quanto a análise, aparecerão em vermelho.

Quadro 35 - Relatórios de autoavaliação 2014 - 2018: comparativo das potencialidades e fragilidades quanto às competências definidas por Perrenoud

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional					
Dimensão 8: Planejamento e Avaliação			Competência de Perrenoud: Organizar e dirigir situações de aprendizagem.		
2014		2015 / 2016 / 2017		2018	
Potencialidade	Fragilidade	Potencialidade	Fragilidade	Potencialidade	Fragilidade
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional					
Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)			Competência de Perrenoud: Participar da Administração da Escola.		
2014		2015 / 2016 / 2017		2018	
Potencialidade	Fragilidade	Potencialidade	Fragilidade	Potencialidade	Fragilidade
Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição			Competência de Perrenoud: Dilemas Éticos da Profissão.		
2014		2015 / 2016 / 2017		2018	
Potencialidade	Fragilidade	Potencialidade	Fragilidade	Potencialidade	Fragilidade
Eixo 3: Políticas Acadêmicas					
Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão			Competência de Perrenoud: Administrar a progressão das aprendizagens.		
2014		2015 / 2016 / 2017		2018	
Potencialidade	Fragilidade	Potencialidade	Fragilidade	Potencialidade	Fragilidade
Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade			Competência de Perrenoud: Informar e envolver os pais/ comunidade acadêmica.		
2014		2015 / 2016 / 2017		2018	
Potencialidade	Fragilidade	Potencialidade	Fragilidade	Potencialidade	Fragilidade
Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes			Competência de Perrenoud: Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação.		
2014		2015 / 2016 / 2017		2018	
Potencialidade	Fragilidade	Potencialidade	Fragilidade	Potencialidade	Fragilidade
Eixo 4: Políticas de Gestão					
Dimensão 5: Políticas de Pessoal			Competência de Perrenoud: Administrar sua própria formação contínua.		
2014		2015 / 2016 / 2017		2018	
Potencialidade	Fragilidade	Potencialidade	Fragilidade	Potencialidade	Fragilidade
Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição			Competência de Perrenoud:		

	Envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho			
2014		2015 / 2016 / 2017		2018
Potencialidade	Fragilidade	Potencialidade	Fragilidade	Potencialidade Fragilidade
Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira		Competência de Perrenoud: Trabalhar em equipe.		
2014		2015 / 2016 / 2017		2018
Potencialidade	Fragilidade	Potencialidade	Fragilidade	Potencialidade Fragilidade
Eixo 5: Infraestrutura Física				
Dimensão 7: Infraestrutura Física		Competência de Perrenoud: Utilizar novas tecnologias.		
2014		2015 / 2016 / 2017		2018
Potencialidade	Fragilidade	Potencialidade	Fragilidade	Potencialidade Fragilidade

Fonte: Elaborado pela autora.

Pode ser observado no Quadro 35 que algumas competências durante o período de 2014 a 2018 tiveram uma evolução positiva, essas foram apresentadas no último relatório analisado somente com potencialidades, podemos citá-las: organizar e dirigir situações de aprendizagem; dilemas éticos da profissão; conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação; administrar sua própria formação contínua; trabalhar em equipe e utilizar novas tecnologias.

Há uma satisfação por parte daqueles que participaram como respondentes da autoavaliação institucional quanto a formação centrada nas particularidades do aluno, sua formação crítico social, valorização de suas competências individuais e aceitação e cooperação frente às diferenças. Os servidores participantes sentem-se motivados a ampliar seus conhecimentos, buscando novas metodologias educacionais e administrativas, proporcionando um trabalho educacional com vistas a qualidade e aproximação para com o aluno, um trabalho em equipe que propaga essa conscientização tanto entre os colegas profissionais quanto aos grupos de educandos.

Algumas competências permaneceram com potencialidades e fragilidades, são elas: participar da administração da escola e administrar a progressão das aprendizagens. A aproximação da equipe gestora com a comunidade acadêmica ainda apresenta pontos que precisam de melhoria, alguns movidos pelo desconhecimento quanto às propostas para um melhor desenvolvimento institucional outras focadas na abordagem dada aos conceitos e ações que englobam a tríade ensino-pesquisa-extensão.

E aquelas que requerem maior atenção, pois evidenciaram somente fragilidades, deixando de apresentar potencialidades antes evidenciadas nos relatórios anteriores: informar e envolver os pais/ comunidade acadêmica e envolver os alunos em suas

aprendizagens e em seu trabalho. A comunicação interna e externa tem sido um contratempo quanto a busca na efetividade formadora da instituição.

É perceptível a necessidade de se trabalhar a criação de mecanismos que estimulem competências que visam permitir o engajamento da comunidade. Situações que possibilitem disseminar o entendimento quanto aos procedimentos e decisões da instituição com relação às atividades administrativas e pedagógicas desenvolvidas, possibilitando a abertura na tomada de decisões e participação ativa no dia a dia educacional da instituição.

Ao analisar as dimensões pelas competências percebe-se que é preciso conscientizar e, assim contemplar com uma visão pedagógica, os requisitos que são abordados na autoavaliação institucional ampliando a visão dos respondentes. Com essa nova perspectiva será possível identificar com maior facilidade pontos que contemplem a melhoria esperada, também trará à comunidade de modo geral, o conceito de importância e consequências positivas de uma avaliação que condiz com a realidade, fato que irá proporcionar um maior engajamento e auxílio entre os interessados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, por meio deste trabalho, com base em uma breve análise histórica, evidenciar o paralelo entre os resultados apresentados pela autoavaliação do IFSULDEMINAS, no período compreendido entre 2014 e 2018, que podem ser visualizados no capítulo seis, com as competências evidenciadas por Philippe Perrenoud. Como objetivos específicos, pretendeu-se durante o capítulo dois estabelecer por meio da história brasileira o motivo da implantação de programas de controle para melhorar a qualidade do ensino superior; o capítulo quatro traz um paralelo entre os conceitos das dimensões do SINAES frente às competências definidas por Perrenoud com a finalidade de estabelecer similaridades; no capítulo que trata das análises e discussões relacionou-se os resultados da autoavaliação do IFSULDEMINAS disponibilizados no site institucional, no período compreendido entre 2014 e 2018; e, por fim, fez-se o mapeamento dos resultados de acordo com as competências evidenciadas por Philippe Perrenoud.

Ao longo do capítulo dois, abordaram-se assuntos que condizem com a história do Ensino Superior associados à realidade da implantação e expansão do acesso. Situações associadas ao aumento substancial do quantitativo de universidades e uma formação profissional com uma reprodução ideológica proposta pelo Estado, impulsionaram a regulação e o controle na modalidade descrita. Um desafio que deu início à construção de um sistema nacional de avaliação do Ensino Superior que atendesse às expectativas e trouxesse retorno. A linha do tempo desse sistema trouxe uma reflexão sobre erros e acertos que ocasionaram a criação do atual Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

O capítulo três iniciou argumentando sobre a resistência por parte dos profissionais da educação frente ao novo sistema regulatório, visto que o comparavam com a busca pela qualidade total que norteava a produção de bens e serviços no mercado empreendedor. Mas, pautado pela Lei 10.861/2004, o sistema trouxe fundamentos que vislumbravam as dimensões externas e internas, a integração em relação à estrutura, compromisso, relações, finalidades e resultados das IES.

Dividido em instrumentos, o sistema se entrelaça, durante sua execução, a fim de garantir, simultaneamente, a unidade do processo avaliativo em âmbito nacional e a especificidade de cada Instituição, vertentes estratégicas que contemplam análise dos

pontos forte e fracos (internamente) e das oportunidades e ameaças (externamente). Estes são desenvolvidos na seguinte cronologia: a autoavaliação institucional é considerada o ponto de partida para o processo de avaliação de uma IES, e tem como objetivo a busca efetiva pela participação da comunidade interna e externa; a avaliação externa realizada por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas *in loco* de comissões externas e a Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE), que pontua as habilidades adquiridas durante o processo de aprendizagem, decorrente da evolução do conhecimento e formulação de competências exigidas para uma boa inclusão no mercado profissional.

Observou-se, com base na Lei 10.861/2004, a importância das dimensões contempladas durante o processo avaliativo, atendendo às pontuações elencadas ainda no período de diagnóstico, antes mesmo da formulação do SINAES, pois, ao considerá-las como forma de respeitar a diversidade e as especificidades da IES, houve a ampliação do campo da avaliação quanto à temática, quanto ao universo institucional, quanto aos agentes, quanto aos objetivos e, principalmente quando a forma de utilizá-la para a melhoria da qualidade educacional, e que no caso, como proposta deste trabalho, uma análise utilizando a similaridade das dimensões pelo olhar das competências definidas por Perrenoud.

A competência foi o tema central do capítulo quatro. Numa reflexão sobre as propostas para a educação da sociedade do Século XXI, embasadas nas discussões que envolvem os pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver juntos, estabeleceu-se a influência quanto à necessidade de uma preocupação com as competências buscando maior eficácia ao sistema educativo. Visto que ao criar um paralelo entre as dimensões apresentadas pelo SINAES e as competências delimitadas por Perrenoud, oportunizou-se nova reflexão sobre os dados obtidos pelos relatórios de autoavaliação institucional.

Durante esse capítulo pode-se perceber o melhor entendimento das habilidades, conhecimentos e atitudes necessárias ao se falar da competência e não somente das dimensões, este entendimento possibilita maior facilidade em levantar suposições e promover atitudes com intuito de sanar questões ainda pendentes.

Por meio da história brasileira, foi possível estabelecer o motivo da implantação de programas de controle para melhorar a qualidade do ensino superior, pois com um aumento significativo de matrículas no ensino superior, foi necessário a contratação de

novos formadores, mas por conta da inflexibilidade e não exigências fundamentais, esses contratados não detinham formação para manter a qualidade do ensino.

Outro ponto, foi a procura pelo acesso e qualificação rápida por parte dos alunos, não se preocupando com a qualidade do aprendizado. E, acrescentamos aqui, as consequências econômicas trazidas para o país, pois essa baixa qualificação universitária afetou a produtividade econômica. Isso, devido a diminuição da capacidade profissional das pessoas que viabilizou o aumento do desemprego ocasionando uma precária qualidade de vida, que foi agravada pelos processos de globalização.

Após vários programas e com o reconhecimento trazido pela Constituição de 1988 quanto à importância da avaliação vinculada ao processo de melhoria do Ensino Superior, por meio da Lei 10861 de 14 de abril de 2004, formaliza-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que traz no primeiro momento a autoavaliação, com suas dimensões, de modo a respeitar a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas.

Estas dimensões foram comparadas às competências apresentadas por Perrenoud e similaridades foram evidenciadas, tais como: Dimensão 1 - Missão e Plano de Desenvolvimento/ Competência - participar da administração da escola/ Similaridade - planejamento interno com a participação da comunidade; Dimensão 2 - Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão/ Competência - administrar a progressão das aprendizagens/ Similaridade - individualidade do aluno; Dimensão 3 - Responsabilidade social da instituição/ Competência - enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão/ Similaridade - inclusão, defesa dos valores e equilíbrio; Dimensão 4 - Comunicação com a sociedade/ Competência - informar e envolver os pais/ comunidade/ Similaridade - participação da comunidade escolar; Dimensão 5 - Políticas de pessoal/ Competência - administrar sua própria formação contínua/ Similaridade - desenvolvimento e formação continuada; Dimensão 6 - Organização e gestão da instituição/ Competência - envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho/ Similaridade - representatividade dos colegiados e conselhos escolares; Dimensão 7 - Infraestrutura física/ Competência - utilizar novas tecnologias/ Similaridade - adequação da estrutura e práticas pedagógicas inovadoras; Dimensão 8 - Planejamento e avaliação/ Competência - organizar e dirigir situações de aprendizagem/ Similaridade - planejamento e importância do processo avaliativo; Dimensão 9 - Política de atendimento aos discentes/ Competência - conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação/ Similaridade - acesso, permanência e

êxito dos alunos e Dimensão 10 - Sustentabilidade financeira/ Competência - trabalhar em equipe/ Similaridade - continuidade da oferta através da captação e alocação de recursos.

Essas similaridades abriram novas reflexões quando permitiram a análise dos relatórios com base nas competências, evidenciando: a insatisfação da comunidade acadêmica incitando constante renovação no processo educacional; a amplitude do processo de inclusão e aceitação do outro; a participação da comunidade na construção do saber proposta pela IES; a importância da busca pelo conhecimento impulsionada pelo próprio educador; os benefícios trazidos quando há aproximação do corpo discente e da gestão da IES; a utilização da parte estrutural da IES com uma prática pedagógica inovadora e disseminação do saber; a positividade trazida por uma autoavaliação bem feita a fim de corrigir os erros e buscar a qualidade; as concessões, programas e procedimentos que visam manter a individualidade e a permanência de aluno na IES e, um trabalho de equipe dotado de um comportamento holístico que permite que a IES sobreviva aos obstáculos que podem ocorrer.

Com o mapeamento das competências pode-se concluir que ao analisar os relatórios apresentamos que as competências que estão ligadas a formação individual, cooperação mútua e ampliação do conhecimento tiveram melhora durante o período estudado; já aquelas ligadas ao conhecimento dos objetivos e metas, à transparência e aproximação da equipe de gestão tiveram potencialidades apresentadas, mas ainda precisam de intervenções em fragilidades elencadas nos relatórios. Mas, as competências que trazem como base a comunicação e engajamento social devem ser abordadas como desafios a fim de se construir um processo de proximidade e comprometimento entre a instituição e a comunidade que a compõe.

Por fim, cabe destacar algumas limitações, pois o estudo centrou somente em análise documental não sendo realizadas pesquisas entre membros da comunidade acadêmica que vivenciaram ou vivenciam as prerrogativas da autoavaliação institucional ou entre integrantes da CPA, isso por conta do cenário de pandemia da Covid-19 (SARS-CoV-2).

Espera-se que este trabalho promova reflexões acerca da importância da autoavaliação e do seu objetivo enquanto busca pela qualidade e, não somente como mecanismo de controle e punição aos educadores, que possa ser observada sua relação com os processos de ensino e com a busca por uma educação para todos.

Este estudo não esgota as possibilidades de investigações sobre essa temática e abre novas possibilidades de pesquisa, a fim de trazer estratégias que permitam estreitar os laços entre os processos avaliativos e a constância didático-pedagógica.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. M. T. **A organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no conjunto da educação profissional brasileira**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9AZGC8>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- AMORIM, M. M. T. et al. **Educação Profissional no Brasil e a Questão do Dualismo Escolar**. In: Anais do IV Seminário Científico Internacional Teoria Política do Socialismo. Marília-SP: UNESP, 15-18/08/2011.
- ANDRADE, N. L.; PENA, N. **Autoavaliação e a Comissão Própria de Avaliação (CPA) na educação superior**. In: PENA, N. (org.) Avaliação e Gestão da Qualidade da Educação Superior. 1.ed. Curitiba: Editora CVR, 2019. 310 p.
- AZEVEDO, F. et al. **O manifesto dos pioneiros da educação nova, 1932**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BORTOLANZA, J. **Trajetória do Ensino Superior brasileiro: uma busca da origem até a atualidade**. In: Colóquio Internacional de Gestão Universitária. XVII, 2017, Mar del Plata, Argentina. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 jul. 2020.
- BRANDÃO, C. F. **Apontamentos sobre a política educacional pública brasileira para a educação tecnológica e profissional nas últimas décadas**. In: ALMEIDA, I. B.; BATISTA, S. S. S. (org). Educação Tecnológica: reflexões, teorias e práticas. Jundiaí, Paco Editorial: 2012.
- BRASIL. Decreto n.º 9.235, 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#:~:text=FEDERAL%20DE%20ENSINO-,Art.,no%20sistema%20federal%20de%20ensino. Acesso em: 10 ago. 2020.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018**. – Brasília, DF: Inep, 2018. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/1476034. Acesso em: 17 abr. 2019.
- _____. Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004a. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. **Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior**. Brasília, 2004b. Disponível em: http://www.ceuma.br/cpa/downloads/Diretrizes_Avaliacao_IES.pdf. Acesso em: 07 set. 2020.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. **Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior**. Brasília, 2004c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/cohttp://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conaes_rel at2004.pdfnaes_rel at2004.pdf. Acesso em: 07 set. 2020.

_____. Lei n.º 11.892, 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Lei n.º 13.005, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 17 abr. 2019

_____. Lei n.º 11.892, publicada em 29 de dezembro de 2008. Aprova o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm#:~:text=Institui%20a%20Rede%20Federal%20de,Tecnologia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias. Acesso em: 17 abr. 2019

_____. Ministério da Educação. **SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**. 5.ed. Brasília, DF: Inep, 2009. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/SINAES++Sistema+Nacional+de+Avalia%C3%A7%C3%A3o+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Superior+Da+Concep%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0+Regulamenta%C3%A7%C3%A3o+5a+ed+amp/d98724bf-b529-4a88-a5f9-e62b9d6f9ebc?version=1.4>. Acesso em: 01 jul. 2020.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/ CES n.º 436, de 2 de abril de 2001. Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003- 2010. 2011**. Disponível em:

http://www.inmetro.gov.br/painelsetorial/palestras/Luiz_Augusto_Caldas_Pereira_Conc_e_pcoes_Diretrizes.PDF. Acesso em: 08 ago. 2020

_____. Ministério da Educação (MEC). Portaria n.º 1.164, de 17 de outubro de 2008. Aprova o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2995-port-1264-2008&Itemid=30192. Acesso: 04 set. 2020.

_____. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado** – 1995. Brasília, DF. 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019

BRESSER PEREIRA, L. C. **A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451998000300004&script=sci_arttext. Acesso em: 09 ago. 2020.

BRZEZINSKI, Iria. Tramitação e desdobramentos da LDB/1996: embates entre projetos antagônicos de sociedade e de educação. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 185-206, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462010000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 ago. 2020.

CAMPOS, K. C. L. *et al.* **Empregabilidade e competências: uma análise de universitários sob a ótica de gestores de recursos humanos**. Rev. Psicol., Organ. Trab., Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 159-183, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572008000200009&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 25 set. 2020.

CARVALHO, M. M. DE; WALTENBERG, F. D. **Desigualdade de oportunidades no acesso ao Ensino Superior no Brasil: uma comparação entre 2003 e 2013**. Econ. Apl., Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 369-396, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141380502015000200369&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 jul. 2020.

CAVALCANTE, J. F. **Educação Superior: conceitos, definições e classificações**, 2000. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/Educa%C3%A7%C3%A3o+superior+conceitos%2C+defini%C3%A7%C3%B5es+e+classifica%C3%A7%C3%B5es/378ec098-0d71-4465-bd54-45abbd17c53f?version=1.3>. Acesso em: 08 ago. 2020.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: J. Poupart, et al. (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

COUTINHO, L. C. S. C.; SANFELICE, J. L. **Da democratização à qualidade da Educação brasileira: processo histórico e algumas questões atuais**. In: SANFELICE, J. L.; SIQUELLI S. A. (org). *Desafios à democratização da Educação no Brasil contemporâneo*. 1. ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.

Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/images/e-book_univas.pdf.
Acesso em: 09 ago. 2020.

CUNHA, L. A. **Ensino Superior e universidade no Brasil**. In: 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2. ed. São Paulo: Unesp; Brasília: Flacso, 2005.

DARCY RIBEIRO. Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" Faculdade de Educação - UNICAMP (ed.). Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_darcy_ribeiro.htm.
Acesso em: 08 ago. 2020.

DELORS, J. (org.). Educação: um tesouro a descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. UNESCO: Publicação MEC, 1998. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por.
Acesso em: 22 jun. 2019.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES**. Avaliação (*Campinas*), Sorocaba, v. 15, n. 1, p. 195-224, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772010000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2003. 200p.

_____. Educação e Avaliação: técnica e ética. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 6, n. 3, 11, 2001. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1151>. Acesso em: 10 ago. 2020.

DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. (org.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DIAS, M. A. R. **UnB e comunicação nos anos 1970: acordo tácito, repressão e credibilidade acadêmica**. Brasília, DF: Ed. UnB, 2013.

DORE SOARES, R. **Formação de técnicos de nível superior no Brasil: do engenheiro de operação ao tecnólogo**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 1983.

_____. **Ensino Técnico no Brasil: 90 anos das Escolas Técnicas Federais**, 1999. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/83781188/DORE-SOARES-R-Ensino-Tecnico-no-Brasil-90-anos-das-Escolas-Tecnicas-Federais>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FAUSTO, B. **A revolução de 1930**, 2010. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1cGZCIMKJ13sVCLlj_1x1Rs81T1uAqY1M/view. Acesso em: 08 ago. 2020.

FERREIRA, A. **Autoavaliação institucional**: a realidade da CPA na prática do SINAES. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará, 2013. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/5514/6/Dissertacao_AutoavaliacaoInstitucionalRealidade.pdf.txt8. Acesso em: 15 jul. 2020.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. **RAC**, Edição Especial 2001, p. 183-196. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v5nspe/v5nspea10.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M.N. **Educação Profissional e Desenvolvimento**, 2005, Disponível em: [https://servicos.educacao.rs.gov.br/pse/binary/down_sem/DownloadServlet?arquivo=xtos/Palestra%20Gaudencio%20Frigotto\[1\].pdf](https://servicos.educacao.rs.gov.br/pse/binary/down_sem/DownloadServlet?arquivo=xtos/Palestra%20Gaudencio%20Frigotto[1].pdf). Acesso em: 25 set. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IFSULDEMINAS. **Relatório de Gestão 2018**. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/auditoria/relatoriodegestao/Relatorio_Gestao_-_Exercicio_2018.pdf. Acesso em 19 set. 2020.

_____. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2014**. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/orgaos_colegiados_e_comissoes/cpa/RelatorioFinalCPA_IFSULDEMINAS_2014.pdf. Acesso em 19 set. 2020.

_____. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2015**. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/orgaos_colegiados_e_comissoes/cpa/relatorioCPA.pdf. Acesso em 19 set. 2020.

_____. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2016**. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/orgaos_colegiados_e_comissoes/cpa/Relatorio_CPA__IFSULDEMINAS_2017.pdf. Acesso em 19 set. 2020.

_____. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2017**. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/orgaos_colegiados_e_comissoes/cpa/Relatorio2017_com_anexos.pdf. Acesso em 19 set. 2020.

_____. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2018**. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/orgaos_colegiados_e_comissoes/cpa/Relat%C3%B3rio_de_Autoavalia%C3%A7%C3%A3o_Institucional_2019.pdf. Acesso em 19 set. 2020.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, A. C. P. **Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais.** 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 jul. 2020.

MARTINS, C. B.; VIEIRA, M. M (org.). **Educação superior e os desafios no novo século: contextos e diálogos Brasil- Portugal.** Brasília: Editora UNB, 2017.

MASOTTI, D. R. Autoeficácia e autorregulação acadêmica contribuindo para a previsão da evasão escolar. **Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/1857>. Acesso em: 30 jun. 2019.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**, 2000. Disponível em: <http://projetosntenoite.pbworks.com/w/file/57899807/MORAN-Novas%20Tecnologias%20e%20Media%C3%A7%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gica.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

NEVES, C. E. B.; RAIZER, L.; FACHINETTO, R. F. **Acesso, expansão e igualdade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira.** Sociologias, Porto Alegre, n. 17, p. 124-157, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222007000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 jul. 2020.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA CULTURA - Unesco. **Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (Conferência de Jomtien).** Tailândia: Unesco, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 09 ago. 2020.

OTRANTO, C. R.; PAMPLONA, R. M. **Educação profissional do Brasil império à Reforma Capanema: dicotomia na educação e na sociedade brasileira.** In: V Anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação, Aracajú, 2008. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/873.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020

PENA, N. (org.) **Avaliação e Gestão da Qualidade da Educação Superior.** 1.ed. Curitiba: Editora CVR, 2019. 310 p.

PERRENOUD, P. **Profissionalização do professor e desenvolvimento de ciclos de aprendizagem.** Tradução por Neide Luzia de Rezende. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/n108/a01n108.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2020.

_____. **Dez novas competências para uma nova profissão.** In Pátio. Revista pedagógica, Porto Alegre, 2001. Disponível em: http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_2001/2001_23.html. Acesso em: 28 ago. 2020.

_____. **As Competências para Ensinar no Século XXI: A Formação dos Professores e o Desafio da Avaliação.** Philippe Perrenoud, Monica Gather Thurler, Lino Macedo Nilson Jose Machado e Cristina Dias Alessandrini; Trad. Claudia Schilling e Fatima

Murad, Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. Disponível em: <https://statics-americanas.b2w.io/sherlock/books/firstChapter/189081.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

_____. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

_____. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

PONTES, A. **Sobre os professores da educação tecnológica: dos saberes constituídos aos saberes desejados**. In: ALMEIDA, I. B.; BATISTA, S. S. S. (org). Educação Tecnológica: reflexões, teorias e práticas. Jundiaí, Paco Editorial: 2012.

QUELUZ, G. L. Escola de aprendizes e artífices do paraná (1909-1930). **Tecnol. & Hum**, ano 24, n. 39, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/rth/article/viewFile/6258/3909>. Acesso em: 16 jul. 2020.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global, 2014. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Povo-Brasileiro-Forma%C3%A7%C3%A3o-Sentido-Brasil/dp/8526022253>. Acesso: 08 ago. 2020.

_____. **A revolução educacional do Rio**. Módulo/Arquitetura e Arte, n. 91, p. 28, 1986.

ROMANELLI, G. **Autoridade e poder na família**. In: Carvalho, M. Família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2005.

SALATA, A. **Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso?** 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702018000200219&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 jul. 2020.

SAMPAIO, H. **Evolução do Ensino Superior brasileiro, 1808-1990**. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>. Acesso: 06 jul. 2020.

SCHERER, Z. A. P.; SCHERER, E. A.. Identificação dos pilares da educação na disciplina integralidade no cuidado à saúde. **Rev. esc. enferm.** USP, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 985-993, 2012 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S008062342012000400029&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 jul. 2020

SILVA, C. J. R. (org.) **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Natal: IFRN, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&category_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 set. 2020.

SILVA, K. S. **A autoavaliação e gestão institucional na visão da comissão própria de avaliação de IES privadas**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3997/1/Kelli%20Savi%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SILVA, L. R. **Unesco: Os quatro pilares da “educação pós-moderna”**. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/download/5272/4689/>. Acesso em: 25 jun. 2019.

SGUISSARDI, V. **Reforma universitária no Brasil - 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro**. Educ. Soc. [online]. 2006, vol.27, n.96, pp.1021-1056. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a18v2796.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. Efeitos de escolas e municípios na qualidade do ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Campinas: Autores Associados, v. 43, n. 149, p. 492-517, 2013.

TARDIF, M. **Lugar e sentido dos conhecimentos universitários na formação dos profissionais do ensino**. In: GARRIDO, S. L.; CUNHA, M. I.; MARTINI, J. G. (Org.). Os rumos da educação superior. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

_____. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

THIVES JR, J. J. **Competências para dimensões do sistema nacional de avaliação da educação superior – SINAES**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/90443/241079.pdf?sequence=1>. Acesso em: 07 set. 2020.

VASCONCELLOS, C. S. Competência docente na perspectiva de Paulo Freire. **Revista de Educação AEC**, n. 143, p. 66-78, abr./jun. 2007. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia2/a_competencdocen.pdf. Acesso em: 30 jun. 2019.

VERHINE, R. E. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do SINAES. **Avaliação**, v. 20, n. 3, p. 603-619, nov. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v20n3/1414-4077-aval-20-03-00603.pdf>. Acesso em: 04 set. 2020.

VIDAL, D. G. **80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate**. In: Educação Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577-588, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/aop1177.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019.

ZAINKO, M. A. S. **Educação superior, democracia e desenvolvimento humano sustentável**. In: ZAINKO, M. A. S.; GISI, M. L. Políticas e gestão da educação superior. Curitiba: Champagnat, 2003. 266p.

ZAINKO, M. A. S.; COELHO, R. H. N. **Avaliação e Reformas da Educação Superior no Brasil**. In: EYNG, A. M.; GISI, M. L. (org.). Políticas e gestão da educação superior: desafios e perspectivas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

APÊNDICE A - Relatório de Autoavaliação Institucional – 2014

Conforme Relatório de Autoavaliação Institucional 2014, (IFSULDEMINAS, 2014, p. 2), foi deliberado pela CPA Institucional que cada *Campus* teria autonomia para a elaboração do seu relatório desde que fossem seguidas as dimensões previstas na Lei nº 10.861/2004. Sendo assim, a apresentação dos resultados ficou delimitada por unidade institucional do IFSULDEMINAS.

Quadro 36 - Relatório de autoavaliação 2014: potencialidades e fragilidades por Campus

CAMPUS INCONFIDENTES		
Participantes: comunidade escolar (docentes, técnico administrativos e discentes)		
<p>Os questionários contendo perguntas relacionadas às dimensões estabelecidas pelo SINAES foram aplicados de forma informatizada.</p> <p>Critérios:</p> <p><input type="checkbox"/> Potencialidades: quando o somatório de respostas “Ótimo” ou “Bom” foi superior a porcentagem média dos resultados, o item avaliado foi considerado uma potencialidade;</p> <p><input type="checkbox"/> Fragilidades: quando o somatório de respostas “Regular” ou “Ruim” foi superior a porcentagem média dos resultados, o item avaliado foi considerado uma fragilidade. No caso do somatório de respostas “Não tenho conhecimento” foi alta e/ou ao ser somado com as respostas “Regular” ou “Ruim” ultrapassou a condição de potencialidade o item foi considerado uma fragilidade.</p>		
DIMENSÃO	CONCLUSÃO	
	Potencialidade	Fragilidade
DIMENSÃO 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Pleno conhecimento da missão institucional. - Conhecimento satisfatório sobre os regimentos do IFSULDEMINAS. - Pleno conhecimento do projeto pedagógico dos cursos que atuam o que possibilita uma melhor formação dos discentes. <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Pleno conhecimento dos cursos ofertados pelo <i>Campus</i>. 	<p><u>Docentes</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Pouco conhecimento sobre o plano de desenvolvimento Institucional PDI do IFSULDEMINAS, bem como sobre o estatuto do IFSULDEMINAS. - Tiveram baixa participação na elaboração e definição do PDI. <p><u>Discentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - O PDI deve ser amplamente divulgado entre os alunos de todos os cursos.

DIMENSÃO 2: A política para o Ensino, a Pós-graduação, a Pesquisa, a Extensão e as respectivas formas de operacionalização	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentam crescente participação em projetos de pesquisa - Há pleno conhecimento do projeto pedagógico do curso em que atuam, apresentam o plano de ensino e ementa da disciplina para os alunos no início do semestre, entregam as notas pontualmente nos prazos estabelecidos, mantém um clima de respeito mútuo, com atenção e trabalho produtivo, utilizam técnicas e recursos didáticos diversificados para ajudar na compreensão e fixação do conteúdo a ser lecionado e mantém atualizado o conteúdo programático da disciplina. - Participam de atividades complementares promovidas pelo curso, cumprem o programa proposto do início da disciplina, indicam outros materiais para complementação das aulas, estabelecem de forma clara os critérios de avaliação com suas respectivas pontuações, incentivam os alunos a participação em projetos de pesquisa e extensão e divulgam os resultados em tempo hábil para corrigir possíveis falhas de aprendizagem. - Utiliza-se de instrumentos e técnicas de avaliação diversificada, promovem a avaliação contínua. - A avaliação do trabalho em equipe no ambiente em que atua é satisfatória e tem a oportunidade de expor ideias no ambiente em que atua. - Atuam em suas respectivas áreas de formação - Os órgãos colegiados são atuantes. - Cumprem os dispositivos estatutários e regimentais dos órgãos colegiados e comissões. <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhecem os cursos ofertados pelo IFSULDEMINAS <i>Campus</i> Inconfidentes, conhecem ainda os serviços prestados pela Coordenação Geral de Apoio ao Estudante e avaliam a política de atendimento ao estudante satisfatória, bem como que os serviços prestados ao estudante no setor de atuam. <p><u>Discentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Os sistemas de bolsas dos discentes de forma geral foram considerados satisfatórios, exceto para 2º Período de Biologia, 8º Período de EAG, o 4º Período de EAL, o 5º e o 6º Período de Gestão Ambiental, o 2º e o 6º Período de Matemática e para 4º Período de Redes. O 4º Período de Biologia, o 2º Período de EAG e o 6º Período de 	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A atuação do Reitor, da pró-reitoria de Ensino e da pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação foram insatisfatórias, não atendendo as expectativas do <i>Campus</i>. - Existe pouca clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração do IFSULDEMINAS. - As atividades de pesquisa são uma das áreas que merecem mais atenção e que representam maior fragilidade no <i>Campus</i>. Elas devem ser revistas, reforçando o apoio para a elaboração/redação de projetos de pesquisa e publicação de artigos em periódicos, na busca, redação e registros de estudos oriundos de inovação tecnológica e equipar laboratórios para o desenvolvimento da pesquisa. - As pesquisas realizadas no IFSULDEMINAS não demonstram importância para a sociedade. - As políticas e mecanismos de incentivo a participação de alunos nas atividades de pesquisa é considerada insatisfatória, bem como a integração entre a pesquisa e a extensão realizadas no IFSULDEMINAS. - Existe pouco conhecimento a respeito das políticas e mecanismos de incentivo à pesquisa no IFSULDEMINAS. - As atividades de extensão realizadas no <i>Campus</i> e no IFSULDEMINAS são consideradas insatisfatórias. - Apoio institucional para projetos de extensão sem financiamento externo é insatisfatório, bem como as Normas de aprovação e o acompanhamento dos projetos de extensão no IFSULDEMINAS devem ser melhoradas. - A participação dos docentes em eventos ou em projetos de extensão é pequena, sendo que o impacto das atividades de extensão que são desenvolvidas no IFSULDEMINAS para a sociedade e para o ensino na instituição não é representativa.

<p>Redes não possuem conhecimento sobre o assunto, representando também uma fragilidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A iniciação científica foi apontada pela maioria dos alunos como uma potencialidade, exceto para 2º Período de Biologia, o 2º Período de EAC, o 8º Período de EAC, o 6º Período de Gestão Ambiental, o 4º Período de Matemática e o 4º e 6º Período de Redes. Além disso, o 4º e o 8º Período de Biologia, o 5º Período de Gestão Ambiental e o 2º Período de Matemática alegaram não possuir conhecimento sobre o tema, representando assim uma fragilidade nestes períodos. - A sala de estudos da biblioteca foi considerada pela maior parte dos alunos satisfatória. No entanto, para o 2º período de EAG, 3º, 5º e 6º Período de Gestão Ambiental e para o 4º Período de Matemática ela considerada insatisfatória. Os 2º, 4º e 8º Período de Biologia e o 4º Período de redes informaram que não possuem conhecimento sobre o local. - Quanto a Participação em palestras, congressos, eventos e atividades extracurriculares a maior parte dos discentes declararam ser satisfatórios, mas para o 2º, 6º e o 8º Período de EAC, para 4º Período de EAL, para 5º e 6º Períodos de Gestão Ambiental, para o 4º e 6º Período de Matemática e para o curso de Redes a participação deve ser melhorada - Quanto ao Atendimento à formação profissional prevista os discentes consideraram satisfatório, entretanto o 4º Período de EAL, 3º e 5º Período de Gestão Ambiental, o 2º e o 8º Período de matemática e o 4º Período de redes apresentaram insatisfação. - Questionados sobre o Atendimento ao curso sobre as suas expectativas os discentes demonstraram satisfação, entretanto o 2º e o 4º período de biologia, o curso de gestão ambiental e o 8º Período de matemática apresentaram que suas expectativas não foram atendidas ou não estão sendo atendidas. - Atendimento as necessidades de qualificação dos alunos, pelas atividades acadêmicas foi considerada satisfatória, exceto para os cursos de matemática, gestão ambiental e EAC. - A adequação a matriz curricular foi considerada satisfatória, exceto para os períodos iniciais de biologia e para os períodos finais de Redes e integralmente para curso de Gestão Ambiental. - Os Critérios de seleção para ingresso no curso foi considerado satisfatório, exceto para o curso de Gestão ambiental. - O acompanhamento das atividades do curso foi considerado satisfatório, exceto para os cursos de engenharia e Matemática. 	<ul style="list-style-type: none"> - Existe baixo conhecimento sobre os objetivos institucionais em relação à extensão. - A relação entre as pesquisas desenvolvidas e as áreas de interesses dos cursos, como também a relação entre a extensão com as pesquisas e as atividades de ensino no IFSULDEMINAS são insatisfatórias. - Os mecanismos de estímulo à realização de programas, projetos, cursos e prestação de serviços e articulação entre a extensão e os órgãos de fomento à extensão, são considerados insatisfatórios. - No que tange a área pedagógica, a carga horária foi considerada inadequada à docência e ao apoio e orientação didático-pedagógicos. - O trabalho interdisciplinar não é viabilizado. - Os docentes relataram que não visitam a biblioteca regularmente para a verificação e atualização do acervo. - A qualidade e quantidade do acervo bibliográfico devem ser melhoradas, com apoio dos docentes e a direção pedagógica do <i>Campus</i>. - Os docentes desconhecem os diversos setores do <i>Campus</i>, bem como e as atividades realizadas por eles. Não existe clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração do <i>Campus</i>. - Existe insatisfação entre os docentes também em relação ao apoio e orientação didático-pedagógicos, bem com quanto a disponibilidade de materiais didáticos. <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Deve ser revisto as políticas e mecanismos de incentivo à pesquisa e pós-graduação no <i>Campus</i>, assim como, a participação e desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação por parte dos técnico-administrativos do <i>Campus</i>. - Deve ser revisto as políticas e mecanismos de incentivo à extensão e inovação no <i>Campus</i>, assim como, a participação e desenvolvimento da extensão e inovação por parte dos técnicos administrativos do <i>Campus</i>. <p><u>Discentes:</u></p>
--	--

	<p>- A disponibilidade para orientação e esclarecimentos de dúvidas mostrou-se satisfatório de acordo com os discentes, necessitando de atenção no curso de EAG.</p>	<p>- Existe pouco conhecimentos sobre o sistema de bolsa de trabalho ofertado pelo IFSULDEMINAS.</p> <p>- O 6º Período de Biologia, o 4º Período EAC, o 4º e o 6º Período EAG, avaliaram o sistema de bolsa de trabalho como satisfatório, no entanto o 8º Período de EAG, o 6º Período de EAL, o 5º Período de Gestão Ambiental, e o 4º e o 8º Período de Matemática acreditam que o sistema deve ser melhorado.</p> <p>- O Acervo bibliográfico do Instituto foi considerado insatisfatório, exceto para o 2º, 6º e 8º Período de Biologia, para o 4º e 6º Período de EAC, para o 4º Período de EAL e de Gestão Ambiental, para o 2º Período de Redes e para o 6º Período de Matemática.</p> <p>- A participação em projetos e pesquisas da instituição foi considerada insatisfatória. Exceto para os cursos de biologia, EAG e EAL.</p> <p>- A facilidade p/ estágios dentro do <i>Campus</i> foi considerada insatisfatória, destaque para o curso de EAG que demonstrou satisfação. Por outro lado, à Facilidade p/ estágio fora do <i>Campus</i> foi considerada complicada, demonstrada pela insatisfação da maioria dos discentes, exceto para os cursos de EAC, EAG e o de Biologia.</p> <p>- O Mecanismo de avaliação da disciplina atendimento pela Direção foi considerado insatisfatória para os períodos finais de Biologia, EAG, exceto para o curso de EAC e Redes.</p> <p>- As participações nas tomadas de decisões referentes ao curso foram consideradas insatisfatórias, sendo os casos mais acentuados nos cursos de Gestão Ambiental, EAC, EAL, Matemática, Redes.</p> <p>- A disponibilidade de tempo do professor orientador de TCC foi considerada insatisfatória devido à falta de conhecimento dos discentes. No entanto, se considerarmos apenas os períodos finais dos cursos, apenas os cursos de EAG e Gestão ambiental apresentam insatisfação.</p> <p>- O incentivo à participação dos alunos em atividades de pesquisa, extensão e/ou culturais foram avaliados como uma fragilidade, sendo os casos mais</p>
--	--	---

		acentuados no curso de Matemática, EAG e Redes.
	Potencialidade	Fragilidade
DIMENSÃO 3: Responsabilidade social da instituição.	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A importância da pesquisa desenvolvida no IFSULDEMINAS, assim como o impacto das atividades de extensão para a sociedade são consideradas em desenvolvimento. - A Atuação dos órgãos colegiados bem como o cumprimento dos dispositivos estatutários e regimentais desses órgãos e comissões foram consideradas satisfatórias. <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Os cursos ofertados no <i>Campus</i> atendem à demanda regional. - A qualidade dos serviços do setor de alimentação e nutrição são considerados ótimos. - A Política de atendimento ao estudante é considerada boa. <p><u>Discentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Os serviços de segurança, de limpeza e instalações sanitárias são ótimos. 	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A acessibilidade a portadores de necessidades especiais deve ser revisto. - A participação e conhecimento no PDI deve ser estimulado. - Políticas de incentivo a participação dos alunos nas atividades de pesquisa deve ser melhorada. - O acervo da biblioteca e sala de estudos devem ser revistos. <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A integração entre o <i>Campus</i> e a comunidade é regular, assim como o papel do Instituto em relação ao desenvolvimento econômica e social. - A preocupação do Instituto em relação as questões ambientais são incipientes, assim como as práticas de incentivo à produção cultural implementadas no Instituto. - A importância das pesquisas desenvolvidas no <i>Campus</i> e o impacto das atividades de extensão e inovação desenvolvidas no <i>Campus</i> para a sociedade deve ser revista. <p>A acessibilidade a portadores de necessidades especiais deve ser revisto.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A participação dos técnicos nas práticas de extensão necessita ser impulsionada e incentivada. - Deve haver maior participação da sociedade nas tomadas de decisões. <p><u>Discentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A questão da acessibilidade a portadores de necessidades especiais deve ser revisto, de acordo com os discentes de todos os cursos. - Atividades esportivas e recreação são insatisfatórias. - Participação e conhecimento dos movimentos CA, DA, DCE deve ser intensificada. - O conhecimento do PDI é insatisfatório.

		<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo à participação dos alunos em atividades de pesquisa, extensão e ou culturais deve ser melhorado. - O desperdício de alimentos no restaurante estudantil deve ser evitado.
DIMENSÃO 4: Comunicação com a sociedade	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - O site do <i>Campus</i> e do IFSULDEMINAS atende as demandas de comunicação. - As formas de comunicação/informação visual por meio de murais, cartazes entre outros atendem as expectativas. - A utilização do serviço de tecnologia de informação e comunicação como mecanismos para garantir que o corpo social colabore com a tomada de decisões (internet e outros recursos) são considerados satisfatórios. <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A imagem do <i>Campus</i> na sociedade foi considerada satisfatória. - As formas de comunicação/informação visual por meio de murais, cartazes entre outros atendem as expectativas. <p><u>Discentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Acesso a internet é considerado bom. 	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Deve haver implantação do jornal e estação de rádio do <i>Campus</i> como meio de divulgação das atividades realizadas no âmbito de ensino, pesquisa e extensão. <p><u>Discentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - O acesso a comunicação deve ser melhorado.
DIMENSÃO 5: As políticas de pessoal	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Há um excelente relacionamento com os técnico-administrativos do <i>Campus</i>, entre a direção e coordenações de curso, entre docentes, com os estudantes, com o Coordenador Geral de Ensino (CGE), Coordenador Geral de Assistência ao Educando (CGAE) e com o Diretor de Desenvolvimento de Ensino (DDE). - Sentem-se motivados para o trabalho. - Consideram as condições gerais do local de trabalho, a oportunidade e condições de desenvolvimento pessoal no IFSULDEMINAS e aproveitamento de seu potencial no ambiente de trabalho satisfatório. - São capazes de identificar problemas no ambiente de trabalho. - Tem plena aptidão para exercer as atividades atribuídas e conhecem todas as rotinas e atividades desenvolvidas no setor em que trabalha. - As instruções e orientações recebidas para o desenvolvimento de suas atividades são consideradas satisfatórias. 	<p><u>Docente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Sentem-se desestimulados com o apoio para a inovação de processos e formas de trabalho. - Devem ser melhoradas as orientações sobre procedimentos em caso de acidentes. - O grau de preocupação com seus servidores deve ser melhorado. - O apoio e orientação didático-pedagógica não são considerados satisfatórios. <p><u>Técnico-administrativo:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - As oportunidades e condições de desenvolvimento pessoal no <i>Campus</i> devem ser melhoradas. - O relacionamento entre técnicos administrativos e docentes deve ser revisto.

	<p><u>Técnico-administrativo:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Têm pleno conhecimento do plano de carreira, normas e benefícios da categoria e do organograma do IFSULDEMINAS. - Consideram muito bom o aproveitamento de seu potencial no ambiente de trabalho e plenamente apto a exercer as atividades atribuídas, e estão motivados para o trabalho. - Conhecem plenamente todas as rotinas e atividades desenvolvidas no setor em que trabalha e se sentem motivados para o trabalho, bem como, conhecem os demais setores do <i>Campus</i> e as atividades realizadas por eles. - Reconhecem a importância, o funcionamento e a responsabilidade do departamento ao qual fazem parte. - Consideram satisfatórias as instruções e orientações recebidas para o desenvolvimento de suas atividades. - Têm um bom relacionamento entre técnico-administrativos e com os estudantes. - Consideram a assistência médica para situações de emergência satisfatórias. - Avaliam como satisfatória a eficácia do serviço de protocolo, fluxo e distribuição de documentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Os treinamentos ofertados pela Instituição devem ser melhorados e ampliados.
DIMENSÃO 6: Organização e gestão da instituição	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A estrutura administrativa do IFSULDEMINAS é bem conhecida. - A atuação dos Órgãos Colegiados é satisfatória. - Há disponibilidade e qualidade de equipamentos audiovisuais. - A organização e limpeza e segurança patrimonial atendem as expectativas dos docentes. - O ambiente para práticas esportivas é satisfatório. - As condições físicas e higiênicas das instalações sanitárias são satisfatórias. - Os serviços prestados pela Coordenação Geral de Apoio ao Educando são conhecidos e a qualidade do Setor de Alimentação e Nutrição é boa. - As competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração do <i>Campus</i> são claras. - A disponibilidade e qualidade de equipamentos de informática é satisfatória. <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A organização e limpeza dos setores diversos e das áreas externas do <i>Campus</i> são consideradas satisfatórias. 	<p>Docentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O conhecimento sobre os regimentos do IFSULDEMINAS bem como do estatuto são insatisfatórios, no entanto o conhecimento sobre os regimentos do <i>Campus</i> é satisfatório. - A atuação da Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Inovação, é considerada insatisfatória. - A atuação do Conselho Superior é insatisfatória. - A atuação da Reitoria e das Pró-Reitorias de Desenvolvimento Institucional e Administração e Planejamento não é adequada. - O protocolo, fluxo e distribuição de documentos no <i>Campus</i> são considerados insatisfatórios. - A participação da comunidade acadêmica nas tomadas de decisões é considerada insatisfatória.

<ul style="list-style-type: none"> - O protocolo, fluxo e distribuição de documentos no <i>Campus</i> são eficazes. - A assistência médica em casos de emergência e considerada satisfatória. - A segurança patrimonial é considerada satisfatória. - Os serviços prestados pela Coordenação Geral de Apoio ao Educando são de conhecimento dos técnico-administrativos. - A qualidade do serviço da cantina é considerada boa. - A atuação dos representantes técnico administrativos nos órgãos colegiados é considerada satisfatória. - O protocolo, fluxo e distribuição de documentos na Reitoria são considerados satisfatórios. - A qualidade dos serviços do setor de Alimentação e Nutrição é considerada muito boa pelos técnico-administrativos. - A avaliação da disponibilidade e condições dos equipamentos de proteção individual é satisfatória. - É de conhecimento por parte dos técnicos administrativos os diversos setores do <i>Campus</i> e suas atividades e o organograma. - Estão claras as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração do IFSULDEMINAS – <i>Campus</i> Inconfidentes. - Têm pleno conhecimento da importância, funcionamento e responsabilidade do Departamento em que fazem parte. - O atendimento do Setor de Recursos Humanos, NTI, Almoxarifado, Diretoria Geral e Chefia de Departamento é considerado satisfatório. - A organização e limpeza dos setores diversos e das áreas externas do <i>Campus</i> são consideradas adequadas. <p><u>Discentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Os serviços de limpeza e segurança estão satisfatórios para os estudantes de todos os cursos superiores. - Os DA, CA, DCE e/ou representante de turmas são atuantes na questão acadêmicocultural nos cursos de Tecnologia em Gestão Ambiental e Engenharia de Alimentos. - O atendimento pela Direção Geral do <i>Campus</i> é satisfatório pelos cursos de Engenharia Agrônômica e Engenharia de Alimentos. - O Diretório Acadêmico, Centro Acadêmico e/ou representante de turmas, quanto à divulgação dos resultados da avaliação institucional é atuante nos 	<ul style="list-style-type: none"> - O meio de transporte e descolamento de alunos para o <i>Campus</i> é considerado insatisfatório. - O protocolo, fluxo e distribuição de documentos na Reitoria deve ser melhorado. - A assistência médica para situações de emergência, no caso específico para docentes, de prevenção de incêndio e acidentes de trabalho devem ser revista pelo <i>Campus</i>. <p>Técnico-administrativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não foram apontadas fragilidades. <p>Discentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os DA, CA, DCE e/ou representantes de turmas não são atuantes na questão acadêmico-cultural nos cursos de Redes de Computadores, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências Biológicas, Engenharia de Agrimensura e Cartográfica e Engenharia Agrônômica. - O Diretório Acadêmico, Centro Acadêmico e/ou representante de turmas, quanto à divulgação dos resultados da avaliação institucional não é atuante nos cursos de Redes de Computadores, Licenciatura em Biologia, Engenharia de Alimentos e Engenharia Agrônômica. - O atendimento pela Direção Geral do <i>Campus</i> é insatisfatório para os cursos de Tecnologia em Gestão Ambiental, Licenciaturas em Ciências Biológicas e Matemática e Engenharia de Alimentos.
--	--

	<p> cursos de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, Tecnologia em Gestão Ambiental e Licenciatura em Matemática.</p> <p>- O atendimento pela Direção Geral do <i>Campus</i> é satisfatório para os cursos de Redes de Computadores, Engenharia de Agrimensura e Cartográfica e Engenharia Agrônômica.</p>	
DIMENSÃO 7: Infraestrutura física	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Condições físicas e higiênicas das instalações sanitárias são consideradas satisfatórias. - As salas de aula, sala de professores e disponibilidade e qualidade dos equipamentos audiovisuais disponibilidade de materiais didáticos são consideradas potencialidades. - O restaurante é considerado satisfatório. <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - O acesso a equipamentos de comunicação e informação, informática e internet é considerado satisfatório. - As condições das instalações sanitárias são satisfatórias. <p><u>Discentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A qualidade sanitária da cantina é satisfatória para todos os cursos superiores, exceto para a Tecnologia em Gestão Ambiental. - O horário de atendimento do restaurante é satisfatório. - A qualidade da comida do restaurante e o atendimento são satisfatórios na opinião de todos os cursos superiores. - As condições de acesso à internet nos laboratórios de informática são satisfatórias. - A mecanografia (Xerox), no quesito horário de funcionamento é muito bom na opinião de todos os cursos superiores. - A mecanografia (Xerox), no quesito qualidade de atendimento é satisfatório. - A mecanografia (Xerox), no quesito qualidade do material é satisfatória. - As instalações sanitárias (adequação e limpeza) são consideradas satisfatórias de acordo com os estudantes de todos os cursos superiores. - As salas de aulas são satisfatórias. - O serviço de limpeza está satisfatório na opinião de todos os cursos superiores. - O serviço de segurança está satisfatório 	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - O ambiente físico dos laboratórios de aulas práticas, assim como equipamentos e laboratórios disponíveis para o desenvolvimento da pesquisa e/ou inovação e equipamentos de informática são insatisfatórios. - A disponibilidade e condições dos equipamentos de proteção individual é precária. - A qualidade e quantidade do acervo da biblioteca devem ser revistos. - O estacionamento é considerado insatisfatório, assim como a infraestrutura de prevenção de incêndio e acidentes de trabalho. - A cantina pela avaliação dos docentes apresenta fragilidade. - As condições de acesso para portadores de necessidades especiais são insatisfatórias. <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades profissionais, ambiente físico dos setores diversos do <i>Campus</i> e estacionamento são insatisfatórias. - A infraestrutura de prevenção de incêndio e acidentes de trabalho apresentam fragilidades. - As condições de acesso para portadores de necessidades especiais apresentam fragilidades, assim como o acervo bibliográfico, instalações e acesso à biblioteca é apresentado como fragilidade. <p><u>Discentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - As áreas de atividades esportivas e de recreação são consideradas insatisfatórias para os estudantes. - Os serviços de transporte são considerados insatisfatório. - Devem ser melhoradas a disponibilidade e qualidade dos

		<p>Laboratórios de Informática para todos os cursos superiores.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acesso à internet deve ser melhorado. - Em relação aos recursos audiovisuais, são considerados fracos. - Os laboratórios de aulas práticas são insatisfatórios. - Necessidade de criação de salão de convivência. - Serviços de enfermaria são desconhecidos para a maioria.
DIMENSÃO 8: Planejamento e avaliação	Potencialidade	Fragilidade
	<ul style="list-style-type: none"> - A atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem atuação satisfatória para todos os discentes dos cursos superiores, exceto para os discentes do curso de Tecnologia em Redes de Computadores. - A atuação da CPA no <i>Campus</i> quanto a motivação dos alunos para participar do processo de avaliação institucional foi satisfatória para a maioria dos discentes dos cursos superiores. 	<ul style="list-style-type: none"> - A atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) pode ser melhorada de acordo com os estudantes do curso de Tecnologia em Redes de Computadores. - A divulgação dos resultados da avaliação institucional por parte da CPA deve ser melhorada, de acordo com todos os discentes de todos os cursos superiores.
DIMENSÃO 9: Políticas de atendimento aos estudantes	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A política de atendimento ao estudante é considerada satisfatória. - O conhecimento dos serviços prestados ao estudante pela Coordenação Geral de Apoio ao Educando é satisfatório. - A qualidade dos serviços do Setor de Alimentação e Nutrição e Restaurante Estudantil é muito boa. <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A política de atendimento ao estudante é considerada satisfatória. - A eficácia dos serviços prestados aos estudantes no setor que atua é satisfatória. - A assistência médica para situações de emergência é considerada satisfatória. - A qualidade dos serviços do Setor de Alimentação e Nutrição é excelente. - Os cursos ofertados pelo <i>Campus</i> atendem à demanda regional. <p><u>Discentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - O atendimento do restaurante é considerado bom. - O atendimento de CIEC é bom. 	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A qualidade dos serviços da cantina deve ser melhorada. - Deve ser revisto a condição de acesso à portadores de necessidades especiais. - A política e mecanismos de incentivos a participação de alunos nas atividades de pesquisa deve ser melhorado. - Melhorar a disponibilidade de materiais didáticos. <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A qualidade dos serviços da cantina deve ser melhorada. - Muitos desconhecem os serviços prestados pela Coordenação Geral de apoio ao Educando. - Os mecanismos de incentivo a pesquisa no IFSULDEMINAS são considerados fracos. - A política e mecanismos de extensão do <i>Campus</i> necessita melhoria. <p><u>Discentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Estimular projetos de iniciação científica

	<ul style="list-style-type: none"> - O atendimento pelo Departamento de Desenvolvimento Educacional (DDE) do <i>Campus</i> é satisfatório. - O atendimento pela Coordenação Geral de Ensino (CGE) do <i>Campus</i>, na opinião dos cursos é considerado satisfatório. - O atendimento dado pela Coordenação Geral de Assistência ao Educando (CGAE) é satisfatório. 	<ul style="list-style-type: none"> - A acessibilidade a portadores de necessidades especiais é insatisfatória. - O fomento financeiro (bolsas de iniciação científica, bolsa estágio remunerado, bolsa trabalho, auxílio moradia, transporte e alimentação) deve ser melhorado. - Áreas de atividades esportivas e de recreação são consideradas insatisfatórias pelos estudantes. - As atividades culturais são consideradas insatisfatórias. - A relação ao atendimento pela Direção Geral do <i>Campus</i> deve ser melhorada. - O atendimento pelo Departamento de Desenvolvimento Educacional (DDE) do <i>Campus</i> por algumas turmas precisa melhorar. - O atendimento pela Coordenação Geral de Ensino (CGE) do <i>Campus</i> por algumas turmas necessita melhorar. - A participação em palestras e eventos extracurriculares é considerado fraco. - A participação em projetos e pesquisa do <i>Campus</i> precisa ser melhorada. - A participação bem como os conhecimentos do CA, DA, DCE, Cooperativa e representante de turma necessita ser impulsionada. - O acesso a estágio dentro do <i>Campus</i> deve ser viabilizado. - O atendimento às necessidades de qualificação dos alunos pelas atividades acadêmicas é considerado insatisfatório. - Melhorar os mecanismos de avaliação das disciplinas pela direção geral do <i>Campus</i>.
DIMENSÃO 10: Sustentabilidade financeira	Potencialidade	Fragilidade
	<ul style="list-style-type: none"> - Adequação do nível de endividamento compatível com as disponibilidades orçamentárias. - Expressivo grau de acompanhamento e controle das receitas. - Controle de gastos, por meio da centralização das autorizações das compras. - Equipe com elevado conhecimento relacionada aos gastos públicos e contingenciamento de recursos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de desenvolver novos mecanismos de redução de gastos administrativos. - Acompanhamento de gastos para novas metas de demandas educacionais, administrativas e financeiras diante das necessidades e prioridades da instituição. - Contingenciamento provisório de um terço dos gastos administrativos, extensivos à todos os Ministérios (redução orçamentária de cerca de R\$

		1,9 bilhões de reais mensais, com base no Decreto Federal 8.389/2015), o que prevê limitações à execução das despesas mensais até o valor máximo de 1/18 avos do orçamento.
CAMPUS MACHADO		
Participantes: comunidade escolar (docentes, técnico administrativos e discentes)		
Os questionários contendo perguntas relacionadas às dimensões estabelecidas pelo SINAES foram aplicados de forma informatizada. Critérios:		
<input type="checkbox"/> Potencialidades: quando o somatório de respostas “Ótimo” ou “Bom” foi superior a porcentagem média dos resultados, o item avaliado foi considerado uma potencialidade; <input type="checkbox"/> Fragilidades: quando o somatório de respostas “Regular” ou “Ruim” foi superior a porcentagem média dos resultados, o item avaliado foi considerado uma fragilidade. No caso do somatório de respostas “Não tenho conhecimento” foi alta e/ou ao ser somado com as respostas “Regular” ou “Ruim” ultrapassou a condição de potencialidade o item foi considerado uma fragilidade.		
DIMENSÃO	CONCLUSÃO	
DIMENSÃO 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI	Potencialidade	Fragilidade
	<u>Docentes</u> Conhecimento da missão do IFSULDEMINAS. Conhecimento do PDI. Conhecimento sobre o projeto pedagógico do curso em que atua. <u>Técnico-administrativos</u> Conhecimento da missão, objetivos e políticas de ensino do IFSULDEMINAS. <u>Discentes</u> Conhecimento do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional). Conhecimento do PPC (proposta, objetivos, ementas e programas das disciplinas)	<u>Docentes</u> Participação na construção do PDI. <u>Técnico-administrativos</u> Verifica-se que grande parte dos TAE’s (Técnico Administrativo em Educação) desconhece o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e não participou de sua elaboração. Participação e conhecimento do regimento e resoluções dos conselhos. <u>Discentes de Tecnologia em Alimentos, Administração, Agronomia, Zootecnia</u> Conhecimento do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional)
DIMENSÃO 2: A política para o Ensino, a Pós-graduação, a Extensão e as respectivas formas de	Potencialidade	Fragilidade
	<u>Docentes:</u> Atuação do Reitor. Mecanismos de estímulo à realização de programas, projetos, cursos e prestação de serviços. Trabalho interdisciplinar. <ul style="list-style-type: none"> • Em relação à Pesquisa: Atuação da Pró-Reitoria de Pesquisa no <i>Campus</i> . Atividades de pesquisa no <i>Campus</i> . Equipamentos e laboratórios disponíveis para o desenvolvimento da pesquisa. Importância da pesquisa desenvolvida no IFSULDEMINAS para a sociedade.	<u>Docentes:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Em relação à Pesquisa: Apoio para a publicação de artigos em periódicos pagos <u>Técnico-administrativos</u> Nota-se que as políticas e mecanismos de incentivo à participação dos TAE’s nos projetos de pesquisa e de extensão são insuficientes. Não conhecem e não participam das práticas de extensão no <i>Campus</i> . Participação da comunidade na tomada de decisões.

<p>Apoio para elaboração de projetos de pesquisa. Participação em projetos de pesquisa.</p> <p>Políticas e mecanismos de incentivo à participação de alunos nas atividades de pesquisa. Integração entre pesquisa e extensão no IFSULDEMINAS.</p> <p>Relação entre as pesquisas e as áreas de interesse dos cursos.</p> <p>Conhecimento a respeito das políticas e mecanismos de incentivo à pesquisa no IFSULDEMINAS.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em relação à Extensão: <p>Atuação da Pró-Reitoria de Extensão no <i>Campus</i>.</p> <p>Atividades de extensão do IFSULDEMINAS.</p> <p>Apoio institucional para projetos de extensão sem financiamento externo.</p> <p>Participação em eventos ou projetos de extensão. Normas de aprovação dos projetos de extensão no IFSULDEMINAS.</p> <p>Impacto das atividades de extensão desenvolvidas no IFSULDEMINAS para a sociedade e para o ensino.</p> <p>Relação da extensão com as atividades do ensino no IFSULDEMINAS.</p> <p>Relação da extensão com as pesquisas desenvolvidas no IFSULDEMINAS.</p> <p>Conhecimento dos objetivos institucionais em relação à extensão.</p> <p>Acompanhamento dos projetos de extensão no IFSULDEMINAS.</p> <p>Articulação entre a extensão e os órgãos de fomento à extensão.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em relação ao Ensino: <p>Atuação da Pró-Reitoria de Ensino no <i>Campus</i>.</p> <p>Apresentação do Plano de Ensino e ementa da disciplina para alunos no início do curso.</p> <p>Pontualidade na entrega de notas/ resultados aos alunos.</p> <p>Manutenção de um clima de respeito mútuo, atenção e trabalho produtivo.</p> <p>Utilização de técnicas e recursos didáticos diversificados para ajudar na compreensão e fixação do conteúdo.</p> <p>Atualização do conteúdo programático da disciplina.</p> <p>Disponibilidade de horário para atendimento extraclasse aos alunos.</p>	<p><u>Discentes de Tecnologia em Alimentos, Administração</u></p> <p>Estágios (Participação em estágios dentro do <i>Campus</i> e participação em estágios fora do <i>Campus</i>).</p> <p><u>Discentes de Tecnologia em Alimentos</u></p> <p>Acompanhamento e participação no desenvolvimento dos planos de ensino;</p> <p>Participação de Projetos de Pesquisa e extensão;</p> <p><u>Discentes de Tecnologia em Alimentos, Zootecnia</u></p> <p>Atividades Culturais;</p> <p><u>Discentes de Tecnologia em Alimentos, Agronomia</u></p> <p>Participação acadêmica na tomada de decisões referentes ao curso;</p> <p>Utilização de bibliografia sugerida pelo curso</p> <p><u>Discentes de Tecnologia em Alimentos, Agronomia, Zootecnia</u></p> <p>Participação em atividades culturais e esportivas;</p> <p><u>Discentes de Tecnologia em Alimentos, Ciências Biológicas, Agronomia, Cafeicultura, Zootecnia</u></p> <p>Participação dos Movimentos ou atividades promovidas pelas entidades de representação estudantil (CA, DA, DCE e/ou representante de turma);</p> <p>Atuação do CA, DA, DCE e/ou representante de turma quanto às atividades acadêmico-culturais;</p> <p><u>Discentes de Cafeicultura, Zootecnia</u></p> <p>Fomento financeiro: Sistemas de Bolsas, Iniciação científica, Bolsa Trabalho, Bolsa estágio-remunerado, auxílio moradia, transporte, alimentação.</p>
---	---

	<p>Participação das atividades complementares promovidas pelo curso (reuniões, palestras, seminários e simpósios).</p> <p>Cumprimento do programa proposto no início do semestre.</p> <p>Indicação de leitura de livros, jornais, revistas e sites da internet complementares as aulas.</p> <p>Estabelecimento e apresentação de forma clara, dos critérios de avaliação da disciplina e as respectivas pontuações.</p> <p>Incentivo à participação dos alunos em projetos de pesquisa e extensão da instituição.</p> <p>Divulgação dos resultados a fim dos alunos corrigirem as possíveis falhas de aprendizagem.</p> <p>Troca de experiências didáticas com outros professores dos cursos.</p> <p>Utilização de instrumentos e técnicas de avaliação diversificados.</p> <p>Desenvolvimento de avaliação contínua.</p> <p>Visita a biblioteca regularmente para a verificação da atualização do acervo.</p> <p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Verifica-se que os servidores demonstraram conhecimento dos cursos ofertados, das políticas de ensino e das políticas, mecanismos de incentivo à pesquisa.</p> <p>Importância das pesquisas desenvolvida no <i>Campus</i> para a sociedade.</p> <p><u>Discentes</u></p> <p>Atendimento do Curso às expectativas dos alunos; Participação acadêmica na tomada de decisões referentes ao curso;</p> <p>Atuação do CA, DA, DCE e/ou representante de turma quanto às atividades acadêmico-culturais;</p> <p>Participação dos Movimentos ou atividades promovidas pelas entidades de representação estudantil (CA, DA, DCE e/ou representante de turma);</p> <p>Participação em palestras, congressos, eventos e atividades extras;</p> <p>Atendimento do curso à formação profissional prevista;</p> <p>Adequação da matriz curricular;</p> <p>Relacionamento docente para orientação e esclarecimento de dúvidas fora da sala de aula;</p> <p>Disponibilidade de tempo do professor orientador para atividades programadas (TCC, estágio e monitoria);</p>	
--	--	--

	<p>Critérios de seleção para ingresso no curso;</p> <p>Participação de Projetos de Pesquisa e extensão;</p> <p>Incentivo à participação dos alunos em atividades de pesquisa, extensão e/ou culturais);</p> <p>Atividades Culturais;</p> <p>Participação em atividades culturais e esportivas;</p> <p>Fomento financeiro: Sistemas de Bolsas, Iniciação científica, Bolsa Trabalho, Bolsa estágio-remunerado, auxílio moradia, transporte, alimentação;</p> <p>Participação em estágios dentro do <i>Campus</i>;</p> <p>Participação em estágios fora do <i>Campus</i>;</p> <p>Mecanismos de avaliação das disciplinas;</p> <p>Autoavaliação do aluno em relação aos aspectos: pontualidade, permanência, frequência às aulas,</p> <p>Utilização de bibliografia sugerida e busca por outras referências bibliográficas, habilidade para trabalhar em grupo, relacionamento com professores, nível de conhecimento de perfil profissional do curso; estudo sistemático do conteúdo da disciplina; atenção e envolvimento nas atividades na sala de aula, rendimento na disciplina; conhecimento anterior para acompanhar disciplinas; cumprimento de prazos;</p> <p>Acompanhamento e participação no desenvolvimento dos planos de ensino</p>	
DIMENSÃO 3: Responsabilidade social da instituição.	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes</u></p> <p>Importância da pesquisa desenvolvida no IFSULDEMINAS para a sociedade.</p> <p>Impacto das atividades de extensão desenvolvidas no IFSULDEMINAS para sociedade.</p> <p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Existência da integração entre o <i>Campus</i> e a comunidade, bem como o atendimento às demandas regionais expressa nos cursos ofertados e na promoção do desenvolvimento econômico, social e preservação ambiental. Impacto positivo na sociedade das atividades de pesquisa e extensão, assim como imagem do IFSULDEMINAS - <i>Campus</i> Machado na sociedade.</p>	<p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Fragilidade nas práticas de incentivo à produção cultural implementadas no <i>Campus</i> Machado.</p>
DIMENSÃO 4: Comunicação com a sociedade	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes</u></p> <p>Formas de comunicação/informação visual no <i>Campus</i> (murais, cartazes, etc).</p> <p>Jornal e estação de rádio do <i>Campus</i>.</p>	<p>Não se aplica.</p>

	<p>Site do <i>Campus</i> e do IFSULDEMINAS.</p> <p>Protocolo, fluxo e distribuição de documentos (malotes, entrega de correspondência, etc) no <i>Campus</i> e na reitoria.</p> <p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Protocolo, fluxo e distribuição de documentos (malotes, entrega de correspondência, etc).</p> <p>Formas de comunicação/informação visual no <i>Campus</i> (murais, cartazes, etc).</p> <p>Integração entre o <i>Campus</i> e a comunidade.</p> <p>Atendimento às demandas regionais expressa nos cursos ofertados e na promoção do desenvolvimento econômico e social e na geração de impactos positivos na sociedade por meio das atividades de pesquisa e extensão.</p> <p>Serviços de portaria.</p> <p>Imagem da Instituição diante da sociedade.</p> <p><u>Discentes</u></p> <p>Meios de Comunicação (Rádio, Jornal...)</p>	
<p>DIMENSÃO 5: As políticas de pessoal</p>	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes</u></p> <p>Satisfação dos servidores com as atividades que desenvolvem.</p> <p>Condições gerais do local de trabalho.</p> <p>Oportunidades e condições de desenvolvimento pessoal no IFSULDEMINAS.</p> <p>Aproveitamento de seu potencial no ambiente de trabalho.</p> <p>Estímulo e apoio para a inovação de processos e formas de trabalho.</p> <p>Aptidão para exercer as atividades atribuídas.</p> <p>Conhecimento de todas as rotinas e atividades desenvolvidas no setor em que trabalha.</p> <p>Motivação para o trabalho.</p> <p>Atuação dos professores em suas respectivas áreas de formação.</p> <p>Conhecimento sobre as políticas de pessoal e a carreira dos docentes.</p> <p>Atualização oferecida pela instituição, em questões didático-pedagógicas.</p> <p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Políticas de pessoal no que tange ao plano de carreira.</p> <p>Aproveitamento de seu potencial e aptidão no ambiente de trabalho.</p>	<p><u>Docentes</u></p> <p>Assistência médica para situações de emergência.</p>

	<p>Satisfação quanto aos treinamentos ofertados pela Instituição.</p> <p>Motivação para o trabalho.</p> <p>Oportunidades e condições de desenvolvimento pessoal e o relacionamento interpessoal, com professores, estudantes.</p> <p>Assistência médica para situações de emergência.</p> <p>Chefia do departamento em que os técnicos trabalham.</p>	
	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes</u></p> <p>Atuação do Reitor.</p> <p>Atuação da Pró- Reitoria de Administração e Planejamento.</p> <p>Conhecimento sobre o estatuto do IFSULDEMINAS.</p> <p>Conhecimento sobre os regimentos do IFSULDEMINAS.</p> <p>Conhecimento sobre a estrutura administrativa do IFSULDEMINAS.</p> <p>Atuação do conselho superior. Atuação dos Órgãos Colegiados.</p> <p>Participação da comunidade acadêmica nas tomadas de decisões.</p> <p>Cumprimento dos dispositivos estatutários e regimentais de órgãos colegiados e comissões.</p> <p>Clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração do IFSULDEMINAS - <i>Campus</i> Machado.</p> <p>Conhecimento da importância, funcionamento e responsabilidade do setor do qual o docente faz parte.</p> <p>Grau de autonomia dos órgãos colegiados que atuam no instituto (Sindicato, Conselho Superior e outros).</p> <p>Conhecimento a respeito das políticas e mecanismos de incentivo à pesquisa no IFSULDEMINAS.</p> <p>Relacionamento com os técnicos administrativos do <i>Campus</i>.</p> <p>Relacionamento entre a direção e coordenações de curso.</p> <p>Relacionamento com professores.</p> <p>Relacionamento com estudantes.</p> <p>Relacionamento com seu superior imediato.</p>	<p><u>Docentes</u></p> <p>Orientação sobre procedimentos em caso de acidentes.</p> <p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Conhecimento do Estatuto, Regimento e Resoluções dos Conselhos do IFSULDEMINAS – <i>Campus</i> Machado.</p> <p>Grau de envolvimento da comunidade escolar nos processos decisórios.</p> <p><u>Discentes de Tecnologia em Alimentos, Agronomia, Cafeicultura, Zootecnia</u></p> <p>Cantina (variedade e qualidade de produtos alimentícios);</p> <p><u>Discentes de Tecnologia em Alimentos, Administração, Agronomia</u></p> <p>Serviços de transporte externo.</p>

	<p>Relacionamento com Diretor de Desenvolvimento de Ensino – DDE.</p> <p>Relacionamento com Coordenação Geral de Ensino – CGE.</p> <p>Relacionamento com os coordenadores de curso que docente atua.</p> <p>Incentivo dos coordenadores dos cursos quanto à participação dos docentes nas decisões referentes ao curso.</p> <p>Contribuição do trabalho dos coordenadores para com os cursos.</p> <p>Disponibilidade dos coordenadores para atendimento dos docentes.</p> <p>Aproveitamento de seu potencial no ambiente de trabalho.</p> <p>Capacidade de identificar problemas no ambiente de trabalho.</p> <p>Grau de preocupação da instituição com seus servidores.</p> <p>Conhecimento de todas as rotinas e atividades desenvolvidas no setor em que trabalha.</p> <p>Instruções e orientações recebidas para o desenvolvimento de suas atividades.</p> <p>Conhecimento sobre os regimentos do <i>Campus</i>.</p> <p>Trabalho em equipe no ambiente em que atua.</p> <p>Oportunidade de expor ideias no ambiente em que atua.</p> <p>Atuação dos professores em suas respectivas áreas de formação.</p> <p>Adequação de carga horária de docência.</p> <p>Conhecimento do Código de Conduta e Ética.</p> <p>Apoio e orientação didático-pedagógicos.</p> <p>Atuação dos órgãos Colegiados.</p> <p>Participação da comunidade acadêmica nas tomadas de decisões.</p> <p>Cumprimento dos dispositivos estatutários e regimentais de órgãos colegiados e comissões.</p> <p>Clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração da IFSULDEMINAS - <i>Campus</i> Machado.</p> <p>Conhecimento sobre a importância, funcionamento e responsabilidade do Setor do qual faz parte.</p> <p>Grau de autonomia dos órgãos colegiados que atuam no Instituto (Sindicato, Conselho Superior e outros).</p> <p><u>Técnico-administrativos</u></p>	
--	---	--

	<p>Ampla conhecimento sobre os diversos setores do <i>Campus</i>, bem como as atividades por eles realizadas e a importância, funcionamento e responsabilidade do departamento do qual faz parte.</p> <p>Instruções e orientações recebidas para o desenvolvimento de suas atividades.</p> <p>Atendimento dos diversos departamentos, como também da Direção geral.</p> <p>Conhecimento da existência do organograma.</p> <p>Conhecimento da atuação dos pares nos órgãos colegiados.</p> <p><u>Discentes</u></p> <p>Secretaria Escolar (Qualidade serviços e atendimento);</p> <p>Biblioteca: Horário de funcionamento e Qualidade do Atendimento);</p> <p>Mecanografia (qualidade do atendimento);</p> <p>Cantina (atendimento, qualidade sanitária, variedade e qualidade dos produtos alimentícios);</p> <p>Enfermaria (horário e qualidade do atendimento);</p> <p>Mecanografia (horário de funcionamento);</p> <p>Serviços de Limpeza;</p> <p>Serviços de Transporte;</p> <p>Serviços de segurança;</p> <p>Zelo pelo patrimônio do <i>Campus</i>;</p> <p>Atendimento pela Direção Geral do <i>Campus</i>,</p> <p>Atendimento pela Coordenação Geral de Ensino (CGE),</p> <p>Atendimento pela Coordenação Geral de atendimento ao educando (CGAE).</p> <p>Atendimento pelo DDE (Departamento de Desenvolvimento Educacional).</p>	
<p>DIMENSÃO 7: Infraestrutura física</p>	<p>Potencialidade</p>	<p>Fragilidade</p>
	<p><u>Docentes</u></p> <p>Ambiente físico da sala de aula (iluminação, ventilação, espaço, mobiliário, etc).</p> <p>Ambiente físico dos laboratórios de aulas práticas (iluminação, ventilação, espaço, mobiliário, etc).</p> <p>Ambiente físico das salas de professores (iluminação, ventilação, espaço, mobiliário, etc).</p> <p>Disponibilidade e qualidade dos equipamentos audiovisuais.</p> <p>Disponibilidade e qualidade dos equipamentos de informática.</p>	<p><u>Docentes</u></p> <p>Quantidade do acervo da biblioteca em sua área de atuação.</p> <p>Estacionamento.</p> <p>Orientação sobre procedimentos em caso de acidentes.</p> <p>Cantina.</p> <p>Disponibilidade e condições dos equipamentos de proteção individual.</p> <p><u>Discentes de Tecnologia em Alimentos</u></p>

<p>Qualidade do acervo da biblioteca em sua área de atuação.</p> <p>Organização e limpeza.</p> <p>Infraestrutura de segurança pessoal e patrimonial.</p> <p>Infraestrutura de prevenção de incêndio e acidentes de trabalho.</p> <p>Restaurante estudantil.</p> <p>Disponibilidade de materiais didáticos.</p> <p>Ambiente para prática esportiva.</p> <p>Serviço de tecnologia de informação e comunicação como mecanismos para garantir que o corpo social colabore com a tomada de decisões (internet e outros recursos).</p> <p>Condições de acesso para portadores de necessidades especiais.</p> <p>Condições físicas e higiênicas das instalações sanitárias.</p> <p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Meios de transporte.</p> <p>Acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.</p> <p>Acervo bibliográfico, instalações e acesso a Biblioteca.</p> <p>Atendimento dos setores Almoxarifado, Protocolo, Recursos Humanos, NTI, Diretoria Geral. Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades profissionais.</p> <p>Ambiente físico dos setores.</p> <p>Equipamentos de comunicação e informação.</p> <p>Acesso aos equipamentos de informática e Internet.</p> <p>Condições de estacionamento.</p> <p>Organização e condições de limpeza.</p> <p>Infraestrutura de segurança pessoal, patrimonial prevenção de incêndio e acidentes de trabalho.</p> <p>Condições das instalações sanitárias.</p> <p>Serviços prestados pela cantina.</p> <p><u>Discentes</u></p> <p>Acessibilidade a portadores de necessidades especiais;</p> <p>Áreas de atividades esportivas e de recreação;</p> <p>Biblioteca (Acervo, acesso à internet, disponibilidade dos terminais, acessibilidade a portadores de necessidades educacionais especiais, Salas de Estudos, Ambientação);</p>	<p>Áreas de atividades esportivas e de recreação;</p> <p><u>Discentes de Tecnologia em Alimentos, Administração</u></p> <p>Instalações sanitárias (adequação e limpeza);</p> <p><u>Discentes de Tecnologia em Alimentos, Administração, Agronomia, Cafeicultura, Zootecnia</u></p> <p>Acesso à internet no <i>Campus</i> (salas de aulas, setores);</p> <p><u>Discentes de Tecnologia em Alimentos, Administração, Ciências Biológicas, Agronomia, Zootecnia</u></p> <p>Salão de Convivência.</p> <p><u>Discentes da Zootecnia</u></p> <p>Acessibilidade a portadores de necessidades especiais;</p> <p>Biblioteca (Acervo)</p>
--	---

	<p>Laboratórios de informática (acesso à internet, disponibilidade e qualidade);</p> <p>Acesso à internet no <i>Campus</i> (salas de aulas, setores);</p> <p>Mecanografia (Material e máquinas utilizadas);</p> <p>Recursos audiovisuais;</p> <p>Salas de aulas;</p> <p>Salão de Convivência;</p> <p>Instalações sanitárias (adequação e limpeza);</p> <p>Laboratórios para aulas práticas.</p>	
DIMENSÃO 8: Planejamento e avaliação	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes, discentes e técnico-administrativos</u></p> <p>Atuação da CPA no <i>Campus</i> quanto a motivar dos docentes a participação no processo de avaliação institucional.</p> <p>Atuação da CPA no <i>Campus</i> quanto a publicação dos resultados da avaliação institucional.</p>	<p><u>Discentes de Tecnologia em Alimentos</u></p> <p>Divulgação dos resultados da avaliação;</p> <p>Motivação pela CPA para a participação na avaliação.</p>
DIMENSÃO 9: Políticas de atendimento aos estudantes	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes</u></p> <p>Política de atendimento ao estudante na instituição.</p> <p>Serviços prestados ao estudante pelo setor que atua.</p> <p>Conhecimento dos serviços prestados pela Coordenação Geral de Apoio ao Educando (CGAE).</p> <p>Disponibilização de horário de atendimento aos alunos fora da sala de aula.</p> <p>Qualidade dos serviços do setor de alimentação e nutrição.</p> <p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Qualidade da política de atendimento ao estudante expressa pelos serviços prestados pela Instituição, pelo setor que atual e em particular pela Coordenação Geral de Apoio ao Educando.</p> <p>Qualidade dos serviços do setor de alimentação e nutrição.</p> <p><u>Discentes</u></p> <p>Atendimento pela Direção Geral do <i>Campus</i>;</p> <p>Atendimento pela Coordenação Geral de Ensino (CGE); Atendimento pela Coordenação Geral de atendimento ao educando (CGAE); Atendimento pelo DDE (Departamento de Desenvolvimento Educacional).</p> <p>Disponibilidade professor para orientação e esclarecimentos de dúvidas fora de sala de aula;</p>	<p><u>Docentes</u></p> <p>Meio de transporte e deslocamento de alunos.</p> <p><u>Discentes de Tecnologia em Alimentos</u></p> <p>Incentivo à participação dos alunos em atividades de pesquisa, extensão e/ou culturais);</p> <p>Atendimento pelo DDE (Departamento de Desenvolvimento Educacional).</p>

	Quanto ao Coordenador do Curso: Atuação como mediador em situações de conflito e/ou dificuldades entre o professor/aluno; Relacionamento com os alunos; Comprometimento com as atividades extracurriculares; Acompanhamento das atividades do curso; Incentivo à participação dos alunos em atividades de pesquisa, extensão e/ou culturais; Disponibilidade para orientação e esclarecimento de dúvidas.	
DIMENSÃO 10: Sustentabilidade financeira	Potencialidade	Fragilidade
	Adequação dos recursos financeiros as reais demandas do <i>Campus</i> .	Dependência de previsão orçamentária.
CAMPUS MUZAMBINHO		
Participantes: comunidade escolar (docentes, técnico administrativos e discentes)		
Os questionários contendo perguntas relacionadas às dimensões estabelecidas pelo SINAES foram aplicados de forma informatizada. Critérios:		
<input type="checkbox"/> Potencialidades: quando o somatório de respostas “Ótimo” ou “Bom” foi superior a porcentagem média dos resultados, o item avaliado foi considerado uma potencialidade; <input type="checkbox"/> Fragilidades: quando o somatório de respostas “Regular” ou “Ruim” foi superior a porcentagem média dos resultados, o item avaliado foi considerado uma fragilidade. No caso do somatório de respostas “Não tenho conhecimento” foi alta e/ou ao ser somado com as respostas “Regular” ou “Ruim” ultrapassou a condição de potencialidade o item foi considerado uma fragilidade.		
<small>DIMENSÃO</small>	CONCLUSÃO	
DIMENSÃO 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI	Potencialidade	Fragilidade
	Docentes: - Pleno conhecimento da missão institucional. - Conhecimento satisfatório sobre os regimentos do IFSULDEMINAS. - Pleno conhecimento do projeto pedagógico dos cursos que atuam o que possibilita uma melhor formação dos discentes. Técnico-administrativos: - Pleno conhecimento dos cursos ofertados pelo <i>Campus</i> .	Docentes - Pouco conhecimento sobre o plano de desenvolvimento Institucional PDI do IFSULDEMINAS, bem como sobre o estatuto do IFSULDEMINAS. - Tiveram baixa participação na elaboração e definição do PDI. Discentes: - O PDI deve ser amplamente divulgado entre os alunos de todos os cursos.

DIMENSÃO 2: A política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-graduação, a Extensão e as respectivas formas de operacionalização	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentam crescente participação em projetos de pesquisa - Há pleno conhecimento do projeto pedagógico do curso em que atuam, apresentam o plano de ensino e ementa da disciplina para os alunos no início do semestre, entregam as notas pontualmente nos prazos estabelecidos, mantém um clima de respeito mútuo, com atenção e trabalho produtivo, utilizam técnicas e recursos didáticos diversificados para ajudar na compreensão e fixação do conteúdo a ser lecionado e mantém atualizado o conteúdo programático da disciplina. - Participam de atividades complementares promovidas pelo curso, cumprem o programa proposto do início da disciplina, indicam outros materiais para complementação das aulas, estabelecem de forma clara os critérios de avaliação com suas respectivas pontuações, incentivam os alunos a participação em projetos de pesquisa e extensão e divulgam os resultados em tempo hábil para corrigir possíveis falhas de aprendizagem. - Utiliza-se de instrumentos e técnicas de avaliação diversificada, promovem a avaliação contínua. - A avaliação do trabalho em equipe no ambiente em que atua é satisfatória e tem a oportunidade de expor ideias no ambiente em que atua. - Atuam em suas respectivas áreas de formação - Os órgãos colegiados são atuantes. - Cumprem os dispositivos estatutários e regimentais dos órgãos colegiados e comissões. <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhecem os cursos ofertados pelo IFSULDEMINAS <i>Campus</i> Inconfidentes, conhecem ainda os serviços prestados pela Coordenação Geral de Apoio ao Educando e avaliam a política de atendimento ao estudante satisfatória, bem como que os serviços prestados ao estudante no setor de atuam. <p><u>Discentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Os sistemas de bolsas dos discentes de forma geral foram considerados satisfatórios, exceto para 2º Período de Biologia, 8º Período de EAG, o 4º Período de EAL, o 5º e o 6º Período de Gestão Ambiental, o 2º e o 6º Período de Matemática e para 4º Período de Redes. O 4º Período de Biologia, o 2º Período de EAG e o 6º Período de 	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A atuação do Reitor, da pró-reitoria de Ensino e da pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação foram insatisfatórias, não atendendo as expectativas do <i>Campus</i>. - Existe pouca clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração do IFSULDEMINAS. - As atividades de pesquisa são uma das áreas que merecem mais atenção e que representam maior fragilidade no <i>Campus</i>. Elas devem ser revistas, reforçando o apoio para a elaboração/redação de projetos de pesquisa e publicação de artigos em periódicos, na busca, redação e registros de estudos oriundos de inovação tecnológica e equipar laboratórios para o desenvolvimento da pesquisa. - As pesquisas realizadas no IFSULDEMINAS não demonstram importância para a sociedade. - As políticas e mecanismos de incentivo a participação de alunos nas atividades de pesquisa é considerada insatisfatória, bem como a integração entre a pesquisa e a extensão realizadas no IFSULDEMINAS. - Existe pouco conhecimento a respeito das políticas e mecanismos de incentivo à pesquisa no IFSULDEMINAS. - As atividades de extensão realizadas no <i>Campus</i> e no IFSULDEMINAS são consideradas insatisfatórias. - Apoio institucional para projetos de extensão sem financiamento externo é insatisfatório, bem como as Normas de aprovação e o acompanhamento dos projetos de extensão no IFSULDEMINAS devem ser melhoradas. - A participação dos docentes em eventos ou em projetos de extensão é pequena, sendo que o impacto das atividades de extensão que são desenvolvidas no IFSULDEMINAS para a sociedade e para o ensino na instituição não é representativa.

<p>Redes não possuem conhecimento sobre o assunto, representando também uma fragilidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A iniciação científica foi apontada pela maioria dos alunos como uma potencialidade, exceto para 2º Período de Biologia, o 2º Período de EAC, o 8º Período de EAC, o 6º Período de Gestão Ambiental, o 4º Período de Matemática e o 4º e 6º Período de Redes. Além disso, o 4º e o 8º Período de Biologia, o 5º Período de Gestão Ambiental e o 2º Período de Matemática alegaram não possuir conhecimento sobre o tema, representando assim uma fragilidade nestes períodos. - A sala de estudos da biblioteca foi considerada pela maior parte dos alunos satisfatória. No entanto, para o 2º período de EAG, 3º, 5º e 6º Período de Gestão Ambiental e para o 4º Período de Matemática ela considerada insatisfatória. Os 2º, 4º e 8º Período de Biologia e o 4º Período de redes informaram que não possuem conhecimento sobre o local. - Quanto a Participação em palestras, congressos, eventos e atividades extracurriculares a maior parte dos discentes declararam ser satisfatórios, mas para o 2º, 6º e o 8º Período de EAC, para 4º Período de EAL, para 5º e 6º Períodos de Gestão Ambiental, para o 4º e 6º Período de Matemática e para o curso de Redes a participação deve ser melhorada - Quanto ao Atendimento à formação profissional prevista os discentes consideraram satisfatório, entretanto o 4º Período de EAL, 3º e 5º Período de Gestão Ambiental, o 2º e o 8º Período de matemática e o 4º Período de redes apresentaram insatisfação. - Questionados sobre o Atendimento ao curso sobre as suas expectativas os discentes demonstraram satisfação, entretanto o 2º e o 4º período de biologia, o curso de gestão ambiental e o 8º Período de matemática apresentaram que suas expectativas não foram atendidas ou não estão sendo atendidas. - Atendimento as necessidades de qualificação dos alunos, pelas atividades acadêmicas foi considerada satisfatória, exceto para os cursos de matemática, gestão ambiental e EAC. - A adequação a matriz curricular foi considerada satisfatória, exceto para os períodos iniciais de biologia e para os períodos finais de Redes e integralmente para curso de Gestão Ambiental. - Os Critérios de seleção para ingresso no curso foi considerado satisfatório, exceto para o curso de Gestão ambiental. - O acompanhamento das atividades do curso foi considerado satisfatório, exceto para os cursos de engenharia e Matemática. 	<ul style="list-style-type: none"> - Existe baixo conhecimento sobre os objetivos institucionais em relação à extensão. - A relação entre as pesquisas desenvolvidas e as áreas de interesses dos cursos, como também a relação entre a extensão com as pesquisas e as atividades de ensino no IFSULDEMINAS são insatisfatórias. - Os mecanismos de estímulo à realização de programas, projetos, cursos e prestação de serviços e articulação entre a extensão e os órgãos de fomento à extensão, são considerados insatisfatórios. - No que tange a área pedagógica, a carga horária foi considerada inadequada à docência e ao apoio e orientação didático-pedagógicos. - O trabalho interdisciplinar não é viabilizado. - Os docentes relataram que não visitam a biblioteca regularmente para a verificação e atualização do acervo. - A qualidade e quantidade do acervo bibliográfico devem ser melhoradas, com apoio dos docentes e a direção pedagógica do <i>Campus</i>. - Os docentes desconhecem os diversos setores do <i>Campus</i>, bem como e as atividades realizadas por eles. Não existe clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração do <i>Campus</i>. - Existe insatisfação entre os docentes também em relação ao apoio e orientação didático-pedagógicos, bem com quanto a disponibilidade de materiais didáticos. <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Deve ser revisto as políticas e mecanismos de incentivo à pesquisa e pós-graduação no <i>Campus</i>, assim como, a participação e desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação por parte dos técnico-administrativos do <i>Campus</i>. - Deve ser revisto as políticas e mecanismos de incentivo à extensão e inovação no <i>Campus</i>, assim como, a participação e desenvolvimento da extensão e inovação por parte dos técnicos administrativos do <i>Campus</i>. <p><u>Discentes:</u></p>
--	--

	<p>- A disponibilidade para orientação e esclarecimentos de dúvidas mostrou-se satisfatório de acordo com os discentes, necessitando de atenção no curso de EAG.</p>	<p>- Existe pouco conhecimentos sobre o sistema de bolsa de trabalho ofertado pelo IFSULDEMINAS.</p> <p>- O 6º Período de Biologia, o 4º Período EAC, o 4º e o 6º Período EAG, avaliaram o sistema de bolsa de trabalho como satisfatório, no entanto o 8º Período de EAG, o 6º Período de EAL, o 5º Período de Gestão Ambiental, e o 4º e o 8º Período de Matemática acreditam que o sistema deve ser melhorado.</p> <p>- O Acervo bibliográfico do Instituto foi considerado insatisfatório, exceto para o 2º, 6º e 8º Período de Biologia, para o 4º e 6º Período de EAC, para o 4º Período de EAL e de Gestão Ambiental, para o 2º Período de Redes e para o 6º Período de Matemática.</p> <p>- A participação em projetos e pesquisas da instituição foi considerada insatisfatória. Exceto para os cursos de biologia, EAG e EAL.</p> <p>- A facilidade p/ estágios dentro do <i>Campus</i> foi considerada insatisfatória, destaque para o curso de EAG que demonstrou satisfação. Por outro lado, à Facilidade p/ estágio fora do <i>Campus</i> foi considerada complicada, demonstrada pela insatisfação da maioria dos discentes, exceto para os cursos de EAC, EAG e o de Biologia.</p> <p>- O Mecanismo de avaliação da disciplina atendimento pela Direção foi considerado insatisfatória para os períodos finais de Biologia, EAG, exceto para o curso de EAC e Redes.</p> <p>- As participações nas tomadas de decisões referentes ao curso foram consideradas insatisfatórias, sendo os casos mais acentuados nos cursos de Gestão Ambiental, EAC, EAL, Matemática, Redes.</p> <p>- A disponibilidade de tempo do professor orientador de TCC foi considerada insatisfatória devido à falta de conhecimento dos discentes. No entanto, se considerarmos apenas os períodos finais dos cursos, apenas os cursos de EAG e Gestão ambiental apresentam insatisfação.</p> <p>- O incentivo à participação dos alunos em atividades de pesquisa, extensão e/ou culturais foram avaliados como uma fragilidade, sendo os casos mais</p>
--	--	---

		acentuados no curso de Matemática, EAG e Redes.
	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A importância da pesquisa desenvolvida no IFSULDEMINAS, assim como o impacto das atividades de extensão para a sociedade são consideradas em desenvolvimento. - A Atuação dos órgãos colegiados bem como o cumprimento dos dispositivos estatutários e regimentais desses órgãos e comissões foram consideradas satisfatórias. <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Os cursos ofertados no <i>Campus</i> atendem a demanda regional. - A qualidade dos serviços do setor de alimentação e nutrição são considerados ótimos. - A Política de atendimento ao estudante é considerada boa. <p><u>Discentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Os serviços de segurança, de limpeza e instalações sanitárias são ótimos. 	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A acessibilidade a portadores de necessidades especiais deve ser revisto. - A participação e conhecimento no PDI deve ser estimulado. - Políticas de incentivo a participação dos alunos nas atividades de pesquisa deve ser melhorada. - O acervo da biblioteca e sala de estudos devem ser revistos. <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A integração entre o <i>Campus</i> e a comunidade é regular, assim como o papel do Instituto em relação ao desenvolvimento econômica e social. - A preocupação do Instituto em relação as questões ambientais são incipientes, assim como as práticas de incentivo à produção cultural implementadas no Instituto. - A importância das pesquisas desenvolvidas no <i>Campus</i> e o impacto das atividades de extensão e inovação desenvolvidas no <i>Campus</i> para a sociedade deve ser revista. <p>A acessibilidade a portadores de necessidades especiais deve ser revisto.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A participação dos técnicos nas práticas de extensão necessita ser impulsionada e incentivada. - Deve haver maior participação da sociedade nas tomadas de decisões. <p><u>Discentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A questão da acessibilidade a portadores de necessidades especiais deve ser revisto, de acordo com os discentes de todos os cursos. - Atividades esportivas e recreação são insatisfatórias. - Participação e conhecimento dos movimentos CA, DA, DCE deve ser intensificada. - O conhecimento do PDI é insatisfatório.

DIMENSÃO 3:
Responsabilidade social da instituição.

		<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo à participação dos alunos em atividades de pesquisa, extensão e ou culturais deve ser melhorado. - O desperdício de alimentos no restaurante estudantil deve ser evitado.
DIMENSÃO 4: Comunicação com a sociedade	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - O site do <i>Campus</i> e do IFSULDEMINAS atendem as demandas de comunicação. - As formas de comunicação/informação visual por meio de murais, cartazes entre outros atendem as expectativas. - A utilização do serviço de tecnologia de informação e comunicação como mecanismos para garantir que o corpo social colabore com a tomada de decisões (internet e outros recursos) são considerados satisfatórios. <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A imagem do <i>Campus</i> na sociedade foi considerada satisfatória. - As formas de comunicação/informação visual por meio de murais, cartazes entre outros atendem as expectativas. <p><u>Discentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Acesso à internet é considerado bom. 	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Deve haver implantação do jornal e estação de rádio do <i>Campus</i> como meio de divulgação das atividades realizadas no âmbito de ensino, pesquisa e extensão. <p><u>Discentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - O acesso a comunicação deve ser melhorado.
DIMENSÃO 5: As políticas de pessoal	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Há um excelente relacionamento com os técnico-administrativos do <i>Campus</i>, entre a direção e coordenações de curso, entre docentes, com os estudantes, com o Coordenador Geral de Ensino (CGE), Coordenador Geral de Assistência ao Educando (CGAE) e com o Diretor de Desenvolvimento de Ensino (DDE). - Sentem-se motivados para o trabalho. - Consideram as condições gerais do local de trabalho, a oportunidade e condições de desenvolvimento pessoal no IFSULDEMINAS e aproveitamento de seu potencial no ambiente de trabalho satisfatório. - São capazes de identificar problemas no ambiente de trabalho. - Tem plena aptidão para exercer as atividades atribuídas e conhecem todas as rotinas e atividades desenvolvidas no setor em que trabalha. - As instruções e orientações recebidas para o desenvolvimento de suas atividades são consideradas satisfatórias. 	<p><u>Docente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Sentem-se desestimulados com o apoio para a inovação de processos e formas de trabalho. - Deve ser melhorado as orientações sobre procedimentos em caso de acidentes. - O grau de preocupação com seus servidores deve ser melhorado. - O apoio e orientação didático-pedagógica não são considerados satisfatórios. <p><u>Técnico-administrativo:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - As oportunidades e condições de desenvolvimento pessoal no <i>Campus</i> devem ser melhoradas. - O relacionamento entre técnicos administrativos e docentes deve ser revisto.

	<p><u>Técnico-administrativo:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Têm pleno conhecimento do plano de carreira, normas e benefícios da categoria e do organograma do IFSULDEMINAS. - Consideram muito bom o aproveitamento de seu potencial no ambiente de trabalho e plenamente apto a exercer as atividades atribuídas, e estão motivados para o trabalho. - Conhecem plenamente todas as rotinas e atividades desenvolvidas no setor em que trabalha e se sentem motivados para o trabalho, bem como, conhecem os demais setores do <i>Campus</i> e as atividades realizadas por eles. - Reconhecem a importância, o funcionamento e a responsabilidade do departamento ao qual fazem parte. - Consideram satisfatórias as instruções e orientações recebidas para o desenvolvimento de suas atividades. - Têm um bom relacionamento entre técnico-administrativos e com os estudantes. - Consideram a assistência médica para situações de emergência satisfatórias. - Avaliam como satisfatória a eficácia do serviço de protocolo, fluxo e distribuição de documentos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Os treinamentos ofertados pela Instituição devem ser melhorados e ampliados.
DIMENSÃO 6: Organização e gestão da instituição	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A estrutura administrativa do IFSULDEMINAS é bem conhecida. - A atuação dos Órgãos Colegiados é satisfatória. - Há disponibilidade e qualidade de equipamentos audiovisuais. - A organização e limpeza e segurança patrimonial atendem as expectativas dos docentes. - O ambiente para práticas esportivas é satisfatório. - As condições físicas e higiênicas das instalações sanitárias são satisfatórias. - Os serviços prestados pela Coordenação Geral de Apoio ao Educando são conhecidos e a qualidade do Setor de Alimentação e Nutrição é boa. - As competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração do <i>Campus</i> são claras. - A disponibilidade e qualidade de equipamentos de informática é satisfatória. <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A organização e limpeza dos setores diversos e das áreas externas do <i>Campus</i> são consideradas satisfatórias. 	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - O conhecimento sobre os regimentos do IFSULDEMINAS bem como do estatuto são insatisfatórios, no entanto o conhecimento sobre os regimentos do <i>Campus</i> é satisfatório. - A atuação da Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Inovação, é considerada insatisfatória. - A atuação do Conselho Superior é insatisfatória. - A atuação da Reitoria e das Pró-Reitorias de Desenvolvimento Institucional e Administração e Planejamento não é adequada. - O protocolo, fluxo e distribuição de documentos no <i>Campus</i> são considerados insatisfatórios. - A participação da comunidade acadêmica nas tomadas de decisões é considerada insatisfatória.

<ul style="list-style-type: none"> - O protocolo, fluxo e distribuição de documentos no <i>Campus</i> são eficazes. - A assistência médica em casos de emergência e considerada satisfatória. - A segurança patrimonial é considerada satisfatória. - Os serviços prestados pela Coordenação Geral de Apoio ao Educando são de conhecimento dos técnico-administrativos. - A qualidade do serviço da cantina é considerada boa. - A atuação dos representantes técnico administrativos nos órgãos colegiados é considerada satisfatória. - O protocolo, fluxo e distribuição de documentos na Reitoria são considerados satisfatórios. - A qualidade dos serviços do setor de Alimentação e Nutrição é considerada muito boa pelos técnico-administrativos. - A avaliação da disponibilidade e condições dos equipamentos de proteção individual é satisfatória. - É de conhecimento por parte dos técnicos administrativos os diversos setores do <i>Campus</i> e suas atividades e o organograma. - Estão claras as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração do IFSULDEMINAS – <i>Campus</i> Inconfidentes. - Têm pleno conhecimento da importância, funcionamento e responsabilidade do Departamento em que fazem parte. - O atendimento do Setor de Recursos Humanos, NTI, Almoxarifado, Diretoria Geral e Chefia de Departamento é considerado satisfatório. - A organização e limpeza dos setores diversos e das áreas externas do <i>Campus</i> são consideradas adequadas. <p><u>Discentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Os serviços de limpeza e segurança estão satisfatórios para os estudantes de todos os cursos superiores. - Os DA, CA, DCE e/ou representante de turmas são atuantes na questão acadêmicocultural nos cursos de Tecnologia em Gestão Ambiental e Engenharia de Alimentos. - O atendimento pela Direção Geral do <i>Campus</i> é satisfatório pelos cursos de Engenharia Agrônoma e Engenharia de Alimentos. - O Diretório Acadêmico, Centro Acadêmico e/ou representante de turmas, quanto à divulgação dos resultados da avaliação institucional é atuante nos 	<ul style="list-style-type: none"> - O meio de transporte e descolamento de alunos para o <i>Campus</i> é considerado insatisfatório. - O protocolo, fluxo e distribuição de documentos na Reitoria deve ser melhorado. - A assistência médica para situações de emergência, no caso específico para docentes, de prevenção de incêndio e acidentes de trabalho devem ser revista pelo <i>Campus</i>. <p>Técnico-administrativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não foram apontadas fragilidades. <p>Discentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os DA, CA, DCE e/ou representantes de turmas não são atuantes na questão acadêmico-cultural nos cursos de Redes de Computadores, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências Biológicas, Engenharia de Agrimensura e Cartográfica e Engenharia Agrônoma. - O Diretório Acadêmico, Centro Acadêmico e/ou representante de turmas, quanto à divulgação dos resultados da avaliação institucional não é atuante nos cursos de Redes de Computadores, Licenciatura em Biologia, Engenharia de Alimentos e Engenharia Agrônoma. - O atendimento pela Direção Geral do <i>Campus</i> é insatisfatório para os cursos de Tecnologia em Gestão Ambiental, Licenciaturas em Ciências Biológicas e Matemática e Engenharia de Alimentos.
--	--

	<p> cursos de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, Tecnologia em Gestão Ambiental e Licenciatura em Matemática.</p> <p>- O atendimento pela Direção Geral do <i>Campus</i> é satisfatório para os cursos de Redes de Computadores, Engenharia de Agrimensura e Cartográfica e Engenharia Agrônômica.</p>	
DIMENSÃO 7: Infraestrutura física	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Condições físicas e higiênicas das instalações sanitárias são consideradas satisfatórias. - As salas de aula, sala de professores e disponibilidade e qualidade dos equipamentos audiovisuais disponibilidade de materiais didáticos são consideradas potencialidades. - O restaurante é considerado satisfatório. <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - O acesso a equipamentos de comunicação e informação, informática e internet é considerado satisfatório. - As condições das instalações sanitárias são satisfatórias. <p><u>Discentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A qualidade sanitária da cantina é satisfatória para todos os cursos superiores, exceto para a Tecnologia em Gestão Ambiental. - O horário de atendimento do restaurante é satisfatório. - A qualidade da comida do restaurante e o atendimento são satisfatórios na opinião de todos os cursos superiores. - As condições de acesso à internet nos laboratórios de informática são satisfatórias. - A mecanografia (Xerox), no quesito horário de funcionamento é muito bom na opinião de todos os cursos superiores. - A mecanografia (Xerox), no quesito qualidade de atendimento é satisfatório. - A mecanografia (Xerox), no quesito qualidade do material é satisfatória. - As instalações sanitárias (adequação e limpeza) são consideradas satisfatórias de acordo com os estudantes de todos os cursos superiores. - As salas de aulas são satisfatórias. - O serviço de limpeza está satisfatório na opinião de todos os cursos superiores. - O serviço de segurança está satisfatório 	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - O ambiente físico dos laboratórios de aulas práticas, assim como equipamentos e laboratórios disponíveis para o desenvolvimento da pesquisa e/ou inovação e equipamentos de informática são insatisfatórios. - A disponibilidade e condições dos equipamentos de proteção individual é precária. - A qualidade e quantidade do acervo da biblioteca devem ser revistos. - O estacionamento é considerado insatisfatório, assim como a infraestrutura de prevenção de incêndio e acidentes de trabalho. - A cantina pela avaliação dos docentes apresenta fragilidade. - As condições de acesso para portadores de necessidades especiais são insatisfatórias. <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades profissionais, ambiente físico dos setores diversos do <i>Campus</i> e estacionamento são insatisfatórias. - A infraestrutura de prevenção de incêndio e acidentes de trabalho apresentam fragilidades. - As condições de acesso para portadores de necessidades especiais apresentam fragilidades, assim como o acervo bibliográfico, instalações e acesso à biblioteca é apresentado como fragilidade. <p><u>Discentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - As áreas de atividades esportivas e de recreação são consideradas insatisfatórias para os estudantes. - Os serviços de transporte são considerados insatisfatório. - Devem ser melhoradas a disponibilidade e qualidade dos

		<p>Laboratórios de Informática para todos os cursos superiores.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acesso à internet deve ser melhorado. - Em relação aos recursos audiovisuais, são considerados fracos. - Os laboratórios de aulas práticas são insatisfatórios. - Necessidade de criação de salão de convivência. - Serviços de enfermaria são desconhecidos para a maioria.
DIMENSÃO 8: Planejamento e avaliação	Potencialidade	Fragilidade
	<ul style="list-style-type: none"> - A atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem atuação satisfatória para todos os discentes dos cursos superiores, exceto para os discentes do curso de Tecnologia em Redes de Computadores. - A atuação da CPA no <i>Campus</i> quanto a motivação dos alunos para participar do processo de avaliação institucional foi satisfatória para a maioria dos discentes dos cursos superiores. 	<ul style="list-style-type: none"> - A atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) pode ser melhorada de acordo com os estudantes do curso de Tecnologia em Redes de Computadores. - A divulgação dos resultados da avaliação institucional por parte da CPA deve ser melhorada, de acordo com todos os discentes de todos os cursos superiores.
DIMENSÃO 9: Políticas de atendimento aos estudantes	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A política de atendimento ao estudante é considerada satisfatória. - O conhecimento dos serviços prestados ao estudante pela Coordenação Geral de Apoio ao Educando é satisfatório. - A qualidade dos serviços do Setor de Alimentação e Nutrição e Restaurante Estudantil é muito boa. <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A política de atendimento ao estudante é considerada satisfatória. - A eficácia dos serviços prestados aos estudantes no setor que atua é satisfatória. - A assistência médica para situações de emergência é considerada satisfatória. - A qualidade dos serviços do Setor de Alimentação e Nutrição é excelente. - Os cursos ofertados pelo <i>Campus</i> atendem à demanda regional. <p><u>Discentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - O atendimento do restaurante é considerado bom. - O atendimento de CIEC é bom. 	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A qualidade dos serviços da cantina deve ser melhorada. - Deve ser revisto a condição de acesso à portadores de necessidades especiais. - A política e mecanismos de incentivos a participação de alunos nas atividades de pesquisa deve ser melhorado. - Melhorar a disponibilidade de materiais didáticos. <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - A qualidade dos serviços da cantina deve ser melhorada. - Muitos desconhecem os serviços prestados pela Coordenação Geral de apoio ao Educando. - Os mecanismos de incentivo a pesquisa no IFSULDEMINAS são considerados fracos. - A política e mecanismos de extensão do <i>Campus</i> necessita melhoria. <p><u>Discentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Estimular projetos de iniciação científica

	<ul style="list-style-type: none"> - O atendimento pelo Departamento de Desenvolvimento Educacional (DDE) do <i>Campus</i> é satisfatório. - O atendimento pela Coordenação Geral de Ensino (CGE) do <i>Campus</i>, na opinião dos cursos é considerado satisfatório. - O atendimento dado pela Coordenação Geral de Assistência ao Educando (CGAE) é satisfatório. 	<ul style="list-style-type: none"> - A acessibilidade a portadores de necessidades especiais é insatisfatória. - O fomento financeiro (bolsas de iniciação científica, bolsa estágio remunerado, bolsa trabalho, auxílio moradia, transporte e alimentação) deve ser melhorado. - Áreas de atividades esportivas e de recreação são consideradas insatisfatórias pelos estudantes. - As atividades culturais são consideradas insatisfatórias. - A relação ao atendimento pela Direção Geral do <i>Campus</i> deve ser melhorada. - O atendimento pelo Departamento de Desenvolvimento Educacional (DDE) do <i>Campus</i> por algumas turmas precisa melhorar. - O atendimento pela Coordenação Geral de Ensino (CGE) do <i>Campus</i> por algumas turmas necessita melhorar. - A participação em palestras e eventos extracurriculares é considerado fraco. - A participação em projetos e pesquisa do <i>Campus</i> precisa ser melhorada. - A participação bem como os conhecimentos do CA, DA, DCE, Cooperativa e representante de turma necessita ser impulsionada. - O acesso a estágio dentro do <i>Campus</i> deve ser viabilizado. - O atendimento às necessidades de qualificação dos alunos pelas atividades acadêmicas é considerado insatisfatório. - Melhorar os mecanismos de avaliação das disciplinas pela direção geral do <i>Campus</i>.
DIMENSÃO 10: Sustentabilidade financeira	Potencialidade	Fragilidade
	<ul style="list-style-type: none"> - Adequação do nível de endividamento compatível com as disponibilidades orçamentárias. - Expressivo grau de acompanhamento e controle das receitas. - Controle de gastos, por meio da centralização das autorizações das compras. - Equipe com elevado conhecimento relacionada aos gastos públicos e contingenciamento de recursos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de desenvolver novos mecanismos de redução de gastos administrativos. - Acompanhamento de gastos para novas metas de demandas educacionais, administrativas e financeiras diante das necessidades e prioridades da instituição. - Contingenciamento provisório de um terço dos gastos administrativos, extensivos à todos os Ministérios (redução orçamentária de cerca de R\$

		1,9 bilhões de reais mensais, com base no Decreto Federal 8.389/2015), o que prevê limitações à execução das despesas mensais até o valor máximo de 1/18 avos do orçamento.
CAMPUS MUZAMBINHO		
Participantes: Não há informação		
Os questionários contendo perguntas relacionadas às dimensões estabelecidas pelo SINAES foram aplicados de forma informatizada.		
Critérios: os resultados foram tabulados indicando potencialidades e fragilidades.		
DIMENSÃO	CONCLUSÃO	
DIMENSÃO 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI	Potencialidade	Fragilidade
	<ul style="list-style-type: none"> - Dentro dos cursos, os PPC estão adequados ao PDI. - As atividades do IFSULDEMINAS dentro dos campos do Ensino, Pesquisa e Extensão cumprem o PDI e a missão do Instituto. - Os servidores em suas atividades buscam atuar em consonância com o PDI, buscando adequar a missão do Instituto a sua atuação como servidor. 	<ul style="list-style-type: none"> - Grande parte dos discentes ainda continua a desconhecer o PDI. - Os servidores técnico-administrativos pouco se envolvem com o funcionamento dos cursos. - Os discentes pouco se envolvem com atividades de representação estudantil.
DIMENSÃO 2: A política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-graduação, a Extensão e as respectivas formas de operacionalização	Potencialidade	Fragilidade
	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação de projetos no âmbito da pesquisa e da extensão. - Maior articulação entre NIPE, CIEC, coordenações de cursos e Pró-Reitorias. - Atendimento dos discentes em horários especiais. - Positiva integração entre docentes e discentes. - Acervo bibliotecário ampliado e reformulado. - Docentes avaliados positivamente pelos discentes. - Grandes incentivos aos discentes para participação em projetos de pesquisa e extensão. - Coordenadores de curso comprometidos na busca de excelência e qualidade dos cursos. - Efetiva participação da Pró-Reitoria de Ensino dentro do <i>Campus</i>, estando presente e atuante na organização e funcionamento das ações relativas ao ensino. - Efetiva participação da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, extremamente atuante nas ações de pesquisa. - Reuniões dos discentes com os gestores do IFSULDEMINAS, proporcionando uma maior proximidade dos discentes na administração da Instituição. 	<ul style="list-style-type: none"> - Os docentes ainda apresentam uma alta carga-horária, resultando numa baixa produção científica. - Baixo número de grupos de pesquisas. - Pró-Reitoria de Extensão pouco atuante. - PPC de alguns cursos, principalmente técnicos, ainda precisam ser reformulados e adequados aos padrões do IFSULDEMINAS. - Baixo envolvimento dos discentes e docentes em projetos que visem inovação tecnológica.

DIMENSÃO 3: Responsabilidade social da instituição.	Potencialidade	Fragilidade
	<ul style="list-style-type: none"> - O <i>Campus</i> apresenta grande inserção dentro do município, exercendo forte impacto econômico e social. - O <i>Campus</i> exerce forte impacto regional no que tange ao suprimento de formação de mão-de-obra por meio dos diversos cursos ofertados. - O <i>Campus</i> continuamente visa atender as necessidades e demandas dos discentes nos aspectos socioculturais e na questão econômica, em casos de discentes com baixa renda. - Infraestruturas físicas de qualidade. - Atendimento dos discentes pelos docentes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mesmo sendo impactante a atuação a nível municipal e regional, parte da sociedade não reconhece o <i>Campus</i> como fonte de tecnologia. - O <i>Campus</i> ainda promove poucas atividades de extensão junto à comunidade local. - Déficit de projetos de pesquisa voltados ao atendimento da comunidade local ainda é um problema.
DIMENSÃO 4: Comunicação com a sociedade	Potencialidade	Fragilidade
	<ul style="list-style-type: none"> - Setor de comunicação bem equipado, com infraestrutura e profissionais capacitados. - Sistemas de edição de informações bem estruturados (estúdios, parte gráfica, serviços de internet, etc). 	<ul style="list-style-type: none"> - Processo de comunicação ainda falho, onde parte das informações não é transmitida com clareza a todos os envolvidos (exemplo: mudanças em rotinas e horários de aula não são repassadas a todos os envolvidos, causando transtornos a docentes e discentes).
DIMENSÃO 5: As políticas de pessoal	Potencialidade	Fragilidade
	<ul style="list-style-type: none"> - Amplo conhecimento sobre as políticas de carreira por parte dos docentes e servidores técnicos administrativos. - Grande maioria dos servidores administrativos e os docentes encontram-se satisfeitos com as funções desempenhadas por eles dentro do <i>Campus</i>. - Mobilidade de trabalho para os docentes por meio da Normativa Docente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Morosidade nos processos de afastamento de docentes para capacitação.
DIMENSÃO 6: Organização e gestão da instituição	Potencialidade	Fragilidade
	<ul style="list-style-type: none"> - Efetiva participação dos discentes nas tomadas de decisões do <i>Campus</i>. - Amplo conhecimento da estrutura administrativa e organizacional do <i>Campus</i> por parte da Comunidade Acadêmica. - Efetiva participação das Pró-Reitorias de Ensino e de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação no <i>Campus</i>. - Bom relacionamento entre todos os níveis da organização institucional. - Boa interação entre coordenadores de Curso e Direção Geral. - Integração da Coordenação de Curso com os discentes dos respectivos cursos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Padronização, por parte da Reitoria, dos procedimentos administrativos e dos didático-pedagógicos que são divergentes entre os <i>Campi</i>, tornando um pouco complexos os mesmos procedimentos.

	<ul style="list-style-type: none"> - Efetiva participação da Orientação Educacional junto aos discentes e docentes. - Efetiva participação do <i>Campus</i> nos diversos órgãos colegiados do Instituto. 	
DIMENSÃO 7: Infraestrutura física	Potencialidade	Fragilidade
	<ul style="list-style-type: none"> - Laboratórios bem estruturados e equipados. - Acervo da biblioteca renovado. - Equipamentos audiovisuais em quantidade e qualidade. - Áreas físicas dos setores consideradas satisfatórias tanto pelos docentes e discentes. - A organização e limpeza dos ambientes. - Qualidade dos serviços prestados aos discentes via Cooperativa-Escola, FAET, Lanchonete terceirizada, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> - Laboratórios bem estruturados e equipados. - Acervo da biblioteca renovado. - Equipamentos audiovisuais em quantidade e qualidade. - Áreas físicas dos setores consideradas satisfatórias tanto pelos docentes e discentes. - A organização e limpeza dos ambientes. - Qualidade dos serviços prestados aos discentes via Cooperativa-Escola, FAET, Lanchonete terceirizada, etc.
DIMENSÃO 8: Planejamento e avaliação	Potencialidade	Fragilidade
	<ul style="list-style-type: none"> - Oferta de participação a toda a comunidade acadêmica no processo de avaliação. - Comissão Própria de Avaliação (CPA). - O sistema de autoavaliação. - Discussão e divulgação dos resultados obtidos pela CPA. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ainda se observa falta de comprometimento da comunidade acadêmica e administrativa para com a CPA.
DIMENSÃO 9: Políticas de atendimento aos estudantes	Potencialidade	Fragilidade
	<p>A política de atendimento ao estudante foi considerada eficaz por meio da comunidade acadêmica.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atuação dos Coordenadores de Curso e dos Colegiados de Curso como mediador entre o corpo discente e o corpo diretivo. - Bom relacionamento entre as coordenações de curso e o corpo discente. - Apoio incondicional da Orientação Educacional a docentes e discentes. - Efetiva participação dos discentes no processo de tomada de decisão de seus respectivos cursos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falhas de comunicação impedem os discentes de procurar atendimento nos órgãos específicos e acesso a políticas específicas.
DIMENSÃO 10: Sustentabilidade financeira	Potencialidade	Fragilidade
	<ul style="list-style-type: none"> - Adequação dos recursos financeiros as reais demandas do <i>Campus</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dependência de previsão orçamentária. - Falta de autonomia na busca de recursos.

CAMPUS POÇOS DE CALDAS

Participantes: Comunidade escolar (docentes, técnico-administrativos e discentes)

Os questionários contendo perguntas relacionadas às dimensões estabelecidas pelo SINAES foram aplicados de forma informatizada.

Critérios: A escala *Likert* foi utilizada como metodologia para analisar os resultados obtidos na aplicação dos questionários respondidos pela comunidade acadêmica (servidores e alunos). O intervalo da escala utilizado na análise apresentada neste documento varia entre 1 e 4, com duas classificações possíveis seguindo a seguinte definição:

- Potencialidades: valores maiores ou iguais a 2,5 pontos,
- Fragilidades: valores menores que 2,5 pontos.

DIMENSÃO	CONCLUSÃO	
	Potencialidade	Fragilidade
<p align="center">DIMENSÃO 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI</p>	<p><u>Docentes:</u></p> <p>Pleno conhecimento da missão institucional. Conhecimento satisfatório sobre o PDI.</p> <p>Conhecimento satisfatório sobre os regimentos do IFSULDEMINAS.</p> <p>Participação na definição e elaboração do PDI</p> <p>Conhecimento sobre o projeto pedagógico do curso em que atua.</p> <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <p>Conhecimento da missão e os objetivos do IFSULDEMINAS.</p> <p>Conhecimento das Políticas de Ensino adotadas pelo IFSULDEMINAS.</p> <p><u>Discentes:</u></p> <p>Conhecimento do Projeto Pedagógico do curso (PPC).</p>	<p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <p>Grau de conhecimento sobre o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional).</p> <p>Participação na definição e elaboração do PDI.</p> <p>Conhecimento do Estatuto, Regimento e Resoluções dos Conselhos do IFSULDEMINAS - <i>Campus</i> Poços de Caldas.</p> <p><u>Discentes:</u></p> <p>Conhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).</p>
<p align="center">DIMENSÃO 2: A política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-graduação, a Extensão e as respectivas formas de operacionalização</p>	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa: <p>Participação em projetos de pesquisa.</p> <p>Avaliação, de modo geral, sobre as atividades de pesquisa no <i>Campus</i>.</p> <p>Importância da pesquisa desenvolvida no IFSULDEMINAS para a sociedade.</p> <p>Políticas e mecanismos de incentivo a participação de alunos nas atividades de pesquisa.</p> <p>Relação entre as pesquisas desenvolvidas e as áreas de interesse dos cursos.</p> <p>Conhecimento a respeito das políticas e mecanismos de incentivo à pesquisa no IFSULDEMINAS.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Extensão: <p>Avaliação, de modo geral, sobre as atividades de extensão do IFSULDEMINAS.</p>	<p><u>Docentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa: <p>Apoio para elaboração/redação de projetos de pesquisa.</p> <p>Apoio para a publicação de artigos em periódicos pagos.</p> <p>Equipamentos e laboratórios disponíveis para o desenvolvimento da pesquisa.</p> <p>Integração entre a pesquisa e a extensão realizadas no IFSULDEMINAS.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Extensão: <p>Apoio institucional para projetos de extensão sem financiamento externo.</p> <p>Participação em eventos ou projetos de extensão.</p>

<p>Conhecimento dos objetivos institucionais em relação à extensão.</p> <p>Ensino:</p> <p>Apoio e orientação didático-pedagógicos.</p> <p>Impacto das atividades de extensão desenvolvidas no IFSULDEMINAS para o ensino da instituição. Relação da extensão com as atividades do ensino no IFSULDEMINAS.</p> <p>Adequação de carga horária de docência.</p> <p><u>Discentes:</u></p> <p>Participação em palestras, congressos, eventos e atividades extracurriculares.</p> <p>Critérios de seleção para ingresso no curso.</p> <p>Conhecimento sobre a ementa (programa) e os objetivos das disciplinas.</p> <p>Assiduidade às aulas (vem sempre às aulas).</p> <p>Pontualidade às aulas (inicia a aula e encerra as atividades sempre no horário estipulado pela instituição).</p> <p>Apresentação do plano da disciplina (ementas) no início do semestre.</p> <p>Demonstração da importância da disciplina no contexto profissional.</p> <p>Domínio dos conteúdos da disciplina.</p> <p>Transmissão de conhecimento. Profundidade na exploração dos temas propostos.</p> <p>Conteúdo ministrado em relação aos objetivos da disciplina.</p> <p>Cumprimento do programa proposto.</p> <p>Entonação de voz durante as aulas.</p> <p>Dinamismo das aulas.</p> <p>Utilização de técnicas e recursos didáticos adequados à compreensão e à fixação do conteúdo da disciplina.</p> <p>Manutenção de disciplina e clima de respeito mútuo, atenção e trabalho produtivo.</p> <p>Material didático utilizado pelo professor.</p> <p>Conteúdo programático atualizado.</p> <p>Atendimento de suas expectativas com relação às aulas.</p> <p>Aulas práticas.</p> <p>Interdisciplinaridade.</p> <p>Estabelecimento de forma clara sobre critérios de avaliação da disciplina e a distribuição dos pontos.</p>	<p>Mecanismos de estímulo à realização de programas, projetos, cursos e prestação de serviços.</p> <p>Normas de aprovação dos projetos de extensão no IFSULDEMINAS.</p> <p>Acompanhamento dos projetos de extensão no IFSULDEMINAS.</p> <p>Articulação entre a extensão e os órgãos de fomento à extensão.</p> <p>Relação da extensão com as pesquisas desenvolvidas no IFSULDEMINAS.</p> <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa: <p>Políticas e mecanismos de incentivo à pesquisa no IFSULDEMINAS - <i>Campus</i> Poços de Caldas.</p> <p>Participação de funcionários técnico-administrativos do IFSULDEMINAS - <i>Campus</i> Poços de Caldas no desenvolvimento da pesquisa.</p> <p>Políticas e mecanismos de incentivo à participação de técnicos-administrativos em projetos de pesquisa do <i>Campus</i>.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Extensão: <p>Políticas e mecanismos de incentivo à extensão do IFSULDEMINAS - <i>Campus</i> Poços de Caldas.</p> <p>Políticas e mecanismos de incentivo à extensão do IFSULDEMINAS - <i>Campus</i> Poços de Caldas.</p> <p>Participação de funcionários técnico-administrativos do IFSULDEMINAS - <i>Campus</i> Poços de Caldas nas práticas de extensão.</p> <p>Políticas e mecanismos de incentivo à participação de técnicos-administrativos em projetos de extensão do <i>Campus</i>.</p> <p><u>Discentes:</u></p> <p>Participação em projetos de pesquisas e extensão da instituição.</p> <p>Facilidade para estágios dentro do <i>Campus</i>.</p> <p>Facilidade para estágios fora do <i>Campus</i>.</p> <p>Mecanismos de avaliação da disciplina.</p> <p>Participação acadêmica na tomada de decisões referentes ao seu curso.</p>
---	---

	<p>Conteúdo apresentado em relação às avaliações. Interesse pela aprendizagem dos alunos.</p> <p>Estímulo à participação dos alunos durante as aulas.</p> <p>Divulgação dos resultados das avaliações a tempo de se corrigirem possíveis falhas de aprendizagem.</p> <p>Retificação e discussão dos erros mais frequentes observados nas avaliações.</p> <p>Indicação de leitura de livros, jornais, revistas e páginas da internet complementares às aulas.</p> <p>Incentivo à participação em projetos de pesquisa e de extensão.</p> <p>Exigência com relação aos prazos.</p>	<p>Adequação da matriz curricular do curso.</p> <p>Disponibilidade de tempo do professor orientador para atividades programadas (TCC, estágio, monitoria).</p> <p>Acompanhamento e participação no desenvolvimento dos Planos de Ensino das Disciplinas.</p> <p>Utilização de linguagem clara e acessível na explicação dos conteúdos, trabalhos e atividades.</p> <p>Esclarecimento de dúvidas e questões levantadas em sala de aula.</p>
DIMENSÃO 3: Responsabilidade social da instituição.	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes:</u></p> <p>Extensão:</p> <p>Impacto das atividades de extensão desenvolvidas no IFSULDEMINAS para a sociedade.</p> <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <p>Integração entre o <i>Campus</i> e a comunidade.</p> <p>Cursos ofertados pelo <i>Campus</i> atendem à demanda regional.</p> <p>Papel do Instituto em relação ao desenvolvimento econômico e social.</p> <p>Preocupação do Instituto em relação às questões ambientais.</p> <p>Práticas de incentivo à produção cultural implementadas no Instituto.</p> <p>Importância das pesquisas desenvolvidas no <i>Campus</i> para a sociedade.</p> <p><u>Discentes:</u></p> <p>Seu zelo pelo patrimônio do <i>Campus</i> (equipamentos, limpeza das salas de aula, livros, carteiras, etc).</p>	<p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <p>Impacto das atividades de extensão desenvolvidas na IFSULDEMINAS - <i>Campus</i> Poços de Caldas para a sociedade.</p>
DIMENSÃO 4: Comunicação com a sociedade	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes:</u></p> <p>Formas de comunicação/informação visual no <i>Campus</i> (murais, cartazes, etc).</p>	<p><u>Docentes:</u></p> <p>Jornal do <i>Campus</i>.</p> <p>Estação de Rádio do <i>Campus</i>.</p> <p><u>Técnico-administrativos:</u></p>

	<p>Protocolo, fluxo e distribuição de documentos (malotes, entrega de correspondência, etc) no <i>Campus</i> e na Reitoria.</p> <p>Utilização do serviço de tecnologia de informação e comunicação como mecanismos para garantir que o corpo social colabore com a tomada de decisões (internet e outros recursos).</p> <p>Site do <i>Campus</i>.</p> <p>Site do IFSULDEMINAS.</p> <p>Avaliação da política de atendimento ao estudante na Instituição.</p> <p>Eficácia dos serviços prestados ao estudante pelo setor que atua.</p> <p>Conhecimento dos serviços prestados pelo Setor de Assistência ao Educando (SAE).</p> <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <p>Cursos ofertados pelo IFSULDEMINAS - <i>Campus</i> Poços de Caldas.</p>	<p>Participação da comunidade na tomada de decisões.</p> <p>Imagem do IFSULDEMINAS - <i>Campus</i> Poços de Caldas na sociedade.</p>
<p>DIMENSÃO 5: As políticas de pessoal</p>	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes:</u></p> <p>Relacionamento com os técnicos administrativos do <i>Campus</i>.</p> <p>Relacionamento entre a direção e coordenações de curso.</p> <p>Relacionamento com professores.</p> <p>Relacionamento com estudantes.</p> <p>Relacionamento com seu superior imediato.</p> <p>Seu relacionamento com Diretor de Ensino Pesquisa e Extensão (DEPE).</p> <p>Seu relacionamento com Coordenação de Ensino (CE).</p> <p>Seu relacionamento com os coordenadores de curso que você atua.</p> <p>O incentivo dos coordenadores dos cursos quanto à participação dos docentes nas decisões referentes ao curso.</p> <p>A contribuição do trabalho dos coordenadores para com os cursos.</p> <p>A disponibilidade dos coordenadores para atendimento dos docentes.</p> <p>Satisfação dos servidores com as atividades que desenvolvem.</p> <p>Oportunidade e condições de desenvolvimento pessoal no IFSULDEMINAS.</p> <p>Aproveitamento de seu potencial no ambiente de trabalho.</p>	<p><u>Docentes:</u></p> <p>Condições gerais do local de trabalho.</p> <p>Orientação sobre procedimentos em caso de acidentes.</p> <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <p>Treinamentos ofertados pela Instituição</p> <p>Instruções e orientações recebidas para o desenvolvimento de suas atividades.</p>

	<p>Capacidade de identificar problemas no ambiente de trabalho.</p> <p>Estímulo e apoio para a inovação de processos e formas de trabalho.</p> <p>Grau de preocupação da instituição com seus servidores.</p> <p>Aptidão para exercer as atividades atribuídas.</p> <p>Conhecimento de todas as rotinas e atividades desenvolvidas no setor em que trabalha.</p> <p>Sua motivação para o trabalho.</p> <p>Instruções e orientações recebidas para o desenvolvimento de suas atividades.</p> <p>Conhecimento sobre os regimentos do <i>Campus</i>.</p> <p>Demonstração da importância da disciplina no contexto profissional.</p> <p>Troca de experiências didáticas com outros professores dos cursos.</p> <p>Avaliação do trabalho em equipe no ambiente em que atua.</p> <p>Oportunidade de expor ideias no ambiente em que atua.</p> <p>Atuação dos professores em suas respectivas áreas de formação.</p> <p>Participação das atividades complementares promovidas pelo curso (reuniões, palestras, seminários e simpósios).</p> <p>Conhecimento sobre as políticas de pessoal e a carreira dos docentes.</p> <p>Atualização oferecida pela instituição, em questões didático-pedagógicas.</p> <p>Conhecimento do Código de Conduta e Ética.</p> <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <p>Conhecimento do plano de carreira, normas e benefícios do corpo técnico-administrativo em educação.</p> <p>Aproveitamento de seu potencial no ambiente de trabalho.</p> <p>Aptidão para exercer as atividades atribuídas.</p> <p>Conhecimento de todas as rotinas e atividades desenvolvidas no setor em que trabalha.</p> <p>Motivação para o trabalho.</p> <p>Oportunidades e condições de desenvolvimento pessoal na IFSULDEMINAS - <i>Campus</i> Poços de Caldas.</p> <p>Relacionamento entre funcionários técnico-administrativos.</p>	
--	--	--

	Relacionamento com professores. Relacionamento com estudantes.	
	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes:</u></p> <p>Atuação do Reitor.</p> <p>Atuação da Pró-Reitoria de Ensino no <i>Campus</i>.</p> <p>Atuação da Pró-Reitoria de Pesquisa no <i>Campus</i>.</p> <p>Atuação da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento.</p> <p>Conhecimento sobre o estatuto do IFSULDEMINAS.</p> <p>Conhecimento sobre os regimentos do IFSULDEMINAS.</p> <p>Conhecimento sobre a estrutura administrativa do IFSULDEMINAS.</p> <p>Atuação do Conselho Superior.</p> <p>Atuação dos Órgãos Colegiados.</p> <p>Participação da comunidade acadêmica nas tomadas de decisões.</p> <p>Cumprimento dos dispositivos estatutários e regimentais de órgãos colegiados e comissões.</p> <p>Clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração do IFSULDEMINAS - <i>Campus</i> Poços de Caldas.</p> <p>Conhecimento da importância, funcionamento e responsabilidade do Setor do qual faço parte.</p> <p>Avaliação do grau de autonomia dos órgãos colegiados que atuam no Instituto (Sindicato, Conselho Superior e outros).</p> <p>Participação da comunidade acadêmica nas tomadas de decisões.</p> <p>Cumprimento dos dispositivos estatutários e regimentais de órgãos colegiados e comissões.</p> <p>Conhecimento dos diversos setores do <i>Campus</i> e as atividades realizadas por eles.</p> <p>Clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração da IFSULDEMINAS - <i>Campus</i> Poços de Caldas.</p> <p>Conhecimento da importância, funcionamento e responsabilidade do Setor do qual faço parte.</p> <p>Avaliação do grau de autonomia dos órgãos colegiados que atuam no Instituto (Sindicato, Conselho Superior e outros).</p> <p><u>Técnico-administrativos:</u></p>	<p><u>Docentes:</u></p> <p>Atuação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Responsabilidade.</p>

DIMENSÃO 6:
Organização e gestão da instituição

	<p>Conhecimento do organograma do IFSULDEMINAS.</p> <p>Conhecimento dos diversos setores do <i>Campus</i> e as atividades realizadas por eles.</p> <p>Clareza sobre as competências e responsabilidades de cada setor/nível da administração do IFSULDEMINAS – <i>Campus</i> Poços de Caldas.</p> <p>Conhecimento da importância, funcionamento e responsabilidade do Departamento do qual faz parte.</p> <p>Atuação de seus pares nos órgãos colegiados.</p> <p>Envolvimento da comunidade escolar nos processos decisórios.</p> <p>Eficácia dos serviços de protocolo, fluxo e distribuição de documentos. (malotes, entrega de correspondência etc).</p> <p>Atendimento da Portaria.</p> <p>Atendimento do Setor de Almoxarifado.</p> <p>Atendimento do Setor de Protocolo.</p> <p>Atendimento do Setor de Recursos Humanos.</p> <p>Atendimento do NTL.</p> <p>Diretoria Geral.</p> <p>Chefia do Departamento em que você trabalha.</p> <p>Chefias de Departamento.</p> <p><u>Discentes:</u></p> <p>Atendimento pela Direção Geral do <i>Campus</i>.</p> <p>Atendimento pela Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE).</p> <p>Atendimento pela Coordenadoria de Ensino (CE).</p>	
<p>DIMENSÃO 7: Infraestrutura física</p>	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes:</u></p> <p>Disponibilidade e qualidade dos equipamentos audiovisuais.</p> <p>Disponibilidade e qualidade dos equipamentos de informática.</p> <p>Qualidade do acervo da biblioteca em sua área de atuação.</p> <p>Organização e limpeza.</p> <p>Infraestrutura de segurança pessoal e patrimonial.</p> <p>Meio de transporte e deslocamento de alunos em atividades acadêmicas.</p> <p>Condições de acesso para portadores de necessidades especiais.</p>	<p><u>Docentes:</u></p> <p>Ambiente físico da sala de aula (iluminação, ventilação, espaço, mobiliário, etc).</p> <p>Ambiente físico dos laboratórios de aulas práticas (iluminação, ventilação, espaço, mobiliário, etc).</p> <p>Ambiente físico das salas de professores (iluminação, ventilação, espaço, mobiliário, etc).</p> <p>Assistência médica para situações de emergência.</p> <p>Quantidade do acervo da biblioteca em sua área de atuação.</p>

	<p>Condições físicas e higiênicas das instalações sanitárias.</p> <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <p>Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades profissionais.</p> <p>Acesso a equipamentos de comunicação e informação (fax, telefone e outros).</p> <p>Acesso a equipamentos de informática e internet.</p> <p>Organização e limpeza dos setores diversos e das áreas externas do <i>Campus</i>.</p> <p>Infraestrutura de segurança pessoal, patrimonial e de prevenção de incêndio e acidentes de trabalho.</p> <p>Condições das instalações sanitárias.</p> <p>Meios de transporte e deslocamento de pessoal a serviço da IFSULDEMINAS - <i>Campus</i> Poços de Caldas.</p> <p><u>Discentes:</u></p> <p>Fomento financeiro (Bolsas, iniciação científica, bolsa estágio remunerado, bolsa trabalho, auxílio moradia, transporte, alimentação)</p> <p>Atividades culturais.</p> <p>Biblioteca - Horário de funcionamento.</p> <p>Biblioteca - Qualidade de atendimento.</p> <p>Cantina - Variedade e qualidade de produtos alimentícios.</p> <p>Serviços de transporte em atividades acadêmicas.</p> <p>Laboratórios de informática - Condição de acesso à internet.</p> <p>Disponibilidade e Qualidade dos laboratórios de informática.</p> <p>Recursos audiovisuais disponíveis para as aulas.</p> <p>Instalações sanitárias (adequação e limpeza).</p> <p>Salas de aula.</p> <p>Serviços de limpeza.</p> <p>Serviços de segurança.</p> <p>Meios de Comunicação (Jornal, Rádio, ...).</p>	<p>Estacionamento. Infraestrutura de prevenção de incêndio e acidentes de trabalho.</p> <p>Cantina.</p> <p>Restaurante Estudantil.</p> <p>Disponibilidade de materiais didáticos.</p> <p>Ambiente para prática esportiva.</p> <p>Avaliação da disponibilidade e condições dos equipamentos de proteção individual.</p> <p>Qualidade dos serviços do Setor de Alimentação e Nutrição.</p> <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <p>Formas de comunicação/informação visual (murais, cartazes, etc).</p> <p>Ambiente físico dos setores diversos do <i>Campus</i> (iluminação, ventilação, espaço, mobiliário, etc).</p> <p>Estacionamento.</p> <p>Condições de acesso para portadores de necessidades especiais.</p> <p>Acervo bibliográfico, instalações e acesso à Biblioteca.</p> <p><u>Discentes:</u></p> <p>Acessibilidade a portadores de necessidades especiais</p> <p>Áreas de atividades esportivas e de recreação.</p> <p>Biblioteca - Acervo.</p> <p>Biblioteca - Acesso à internet (disponibilidade de terminais para uso).</p> <p>Biblioteca - Acessibilidade a portadores de necessidades especiais.</p> <p>Biblioteca - Sala de estudos.</p> <p>Biblioteca - Ambientação.</p> <p>Cantina - Qualidade de atendimento.</p> <p>Cantina - Qualidade sanitária.</p> <p>Restaurante (refeitório) - Horário de atendimento.</p> <p>Restaurante (refeitório) - Qualidade da comida.</p> <p>Restaurante (refeitório) - Atendimento.</p> <p>Serviços da Enfermaria.</p> <p>Serviços da Enfermaria - Horário de atendimento.</p>
--	--	--

		<p>Serviços da Enfermaria - Qualidade de atendimento.</p> <p>Mecanografia (Xerox) - Horário de funcionamento.</p> <p>Mecanografia - Qualidade de atendimento.</p> <p>Mecanografia - Qualidade do material.</p> <p>Laboratórios para aulas práticas.</p> <p>Espaço de convivência.</p>
DIMENSÃO 8: Planejamento e avaliação	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes:</u></p> <p>Atuação da CPA no <i>Campus</i> quanto a motivar os docentes a participação no processo de avaliação institucional.</p> <p>Atuação da CPA no <i>Campus</i> quanto a publicação dos resultados da avaliação institucional.</p> <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <p>Atuação da CPA no <i>Campus</i> quanto a motivar os técnicos-administrativos a participação no processo de avaliação institucional.</p>	<p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <p>Atuação da CPA no <i>Campus</i> quanto a publicação dos resultados da avaliação institucional.</p> <p><u>Discentes:</u></p> <p>CPA (Comissão Própria de Avaliação), quanto à atuação.</p> <p>CPA (Comissão Própria de Avaliação), quanto à divulgação dos resultados da avaliação institucional.</p> <p>Avalie a atuação da CPA no <i>Campus</i> quanto a motivar dos alunos a participação no processo de avaliação institucional.</p>
DIMENSÃO 9: Políticas de atendimento aos estudantes	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes:</u></p> <p>Apresentação do plano de ensino e ementa da disciplina para os alunos no início do curso.</p> <p>Pontualidade na entrega das notas dos alunos.</p> <p>Manutenção de um clima de respeito mútuo, atenção e trabalho produtivo.</p> <p>Utilização de técnicas e recursos didáticos diversificados para ajudar a compreensão e fixação do conteúdo.</p> <p>Atualização do conteúdo programático da disciplina.</p> <p>Disponibilização de horário de atendimento aos alunos fora da sala de aula.</p> <p>Cumprimento do programa proposto no início do semestre.</p> <p>Indicação de leitura de livros, jornais, revistas e sites da internet complementares as aulas.</p> <p>Estabelecimento e apresentação de forma clara, os critérios de avaliação da disciplina e as respectivas pontuações.</p>	<p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <p>Conhecimento dos serviços prestados pelo Setor de Assistência ao Educando (SAE).</p> <p>Assistência médica para situações de emergência</p> <p>Qualidade dos serviços da cantina</p> <p>Qualidade dos serviços do Setor de Alimentação e Nutrição</p> <p><u>Discentes:</u></p> <p>DA, CA, DCE, Grêmios e/ou representante de turmas, quanto à atuação acadêmico-cultural. DA, CA, DCE, Grêmios e/ou representante de turmas, quanto à divulgação dos resultados da avaliação institucional.</p> <p>Participação em atividades culturais e esportivas promovidas pela instituição.</p> <p>Participação dos movimentos/atividades promovidas pelas entidades de representação</p>

	<p>Incentivo à participação dos alunos em projetos de pesquisa e extensão da instituição.</p> <p>Divulgação dos resultados das avaliações a tempo de os alunos corrigirem as possíveis falhas de aprendizagem.</p> <p>Trabalho interdisciplinar.</p> <p>Utilização de instrumentos e técnicas de avaliação diversificados.</p> <p>Desenvolvimento de avaliação contínua.</p> <p>Visita a biblioteca regularmente para a verificação da atualização do acervo.</p> <p><u>Técnico-administrativos:</u></p> <p>Política de atendimento ao estudante na Instituição</p> <p>Eficácia dos serviços prestados ao estudante pelo setor que atua.</p> <p><u>Discentes:</u></p> <p>Atendimento do curso às suas expectativas.</p> <p>Atendimento do curso à formação profissional prevista.</p> <p>Atendimento pelo Setor de Assistência ao Educando (SAE).</p> <p>Seu relacionamento com o professor</p> <p>Acompanhamento das atividades do curso.</p> <p>Disponibilidade para orientação e esclarecimentos de dúvidas.</p> <p>Incentivo à participação dos alunos em atividades de pesquisa, de extensão e/ou culturais.</p> <p>Relacionamento com os alunos.</p> <p>Comprometimento com as atividades extracurriculares.</p> <p>Atendimento aos alunos fora da sala de aula.</p>	<p>estudantil (CA, DA, DCE, cooperativa, representante de turma).</p> <p>Acompanhamento e participação no desenvolvimento dos Planos de Ensino das Disciplinas.</p> <p>Atuação como mediador em situações de conflitos e/ou dificuldades entre professor e aluno.</p>
DIMENSÃO 10: Sustentabilidade financeira	Potencialidade	Fragilidade
	Adequação dos recursos financeiros as reais demandas do <i>Campus</i> .	Dependência de previsão orçamentária.
CAMPUS POUSO ALEGRE		
Participantes: Comunidade escolar (docentes, técnico-administrativos e discentes)		
<p>Os questionários contendo perguntas relacionadas às dimensões estabelecidas pelo SINAES foram aplicados de forma informatizada.</p> <p>Critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quando a soma do número de respostas “ótimo” ou “bom” indicou maior porcentagem dos resultados, o item avaliado foi considerado uma potencialidade; • Quando a soma do número de respostas “regular” ou “ruim” indicou maior porcentagem dos resultados o item avaliado foi considerado uma fragilidade; 		

<p>• Em casos onde a porcentagem de respostas “não tenho conhecimento” foi muito alta e/ou ao ser somada com as respostas “regular” ou “ruim” ultrapassou a condição de potencialidade, o item foi considerado uma fragilidade.</p>		
DIMENSÃO		CONCLUSÃO
DIMENSÃO 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes</u></p> <p>Conhecimento sobre a missão do IFSULDEMINAS.</p> <p>Conhecimento do PDI.</p> <p>Participação na construção do PDI.</p> <p>Conhecimento sobre o projeto pedagógico do curso em que atua</p> <p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Conhecimento da missão, objetivos e políticas de ensino do IFSULDEMINAS.</p> <p>Grau de conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSULDEMINAS.</p> <p>Grau de participação na definição e elaboração do PDI.</p> <p><u>Discentes</u></p> <p>Conhecimento do PPC (proposta, objetivos, ementas e programas das disciplinas)</p>	<p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Participação da comunidade na tomada de decisões.</p> <p><u>Discentes</u></p> <p>Conhecimento do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional).</p>
DIMENSÃO 2: A política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-graduação, a Extensão e as respectivas formas de operacionalização	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes</u></p> <p>Atuação do Reitor.</p> <p>Trabalho interdisciplinar.</p> <ul style="list-style-type: none"> Em relação à Pesquisa: <p>Atuação da Pró-Reitoria de Pesquisa no <i>Campus</i>.</p> <p>Importância da pesquisa desenvolvida no IFSULDEMINAS para a sociedade.</p> <p>Participação em projetos de pesquisa.</p> <p>Conhecimento a respeito das políticas e mecanismos de incentivo à pesquisa no IFSULDEMINAS.</p> <ul style="list-style-type: none"> Em relação à Extensão: <p>Atuação da Pró-Reitoria de Extensão no <i>Campus</i>.</p> <p>Atividades de extensão do IFSULDEMINAS.</p> <p>Normas de aprovação dos projetos de extensão no IFSULDEMINAS.</p> <p>Impacto das atividades de extensão desenvolvidas no IFSULDEMINAS para a sociedade e para o ensino.</p> <p>Relação da extensão com as atividades do ensino no IFSULDEMINAS.</p>	<p><u>Docentes</u></p> <p>Mecanismos de estímulo à realização de programas, projetos, cursos e prestação de serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> Em relação à Pesquisa: <p>Atividades de pesquisa no <i>Campus</i>.</p> <p>Equipamentos e laboratórios disponíveis para o desenvolvimento da pesquisa.</p> <p>Apoio para elaboração de projetos de pesquisa.</p> <p>Políticas e mecanismos de incentivo à participação de alunos nas atividades de pesquisa.</p> <p>Integração entre pesquisa e extensão no IFSULDEMINAS.</p> <p>Relação entre as pesquisas e as áreas de interesse dos cursos.</p> <p>Apoio para a publicação de artigos em periódicos pagos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Em relação à Extensão:

<p>Conhecimento dos objetivos institucionais em relação à extensão.</p> <p>Acompanhamento dos projetos de extensão no IFSULDEMINAS.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em relação ao Ensino: <p>Atuação da Pró-Reitoria de Ensino no <i>Campus</i>.</p> <p>Manutenção de um clima de respeito mútuo, atenção e trabalho produtivo.</p> <p>Utilização de técnicas e recursos didáticos diversificados para ajudar na compreensão e fixação do conteúdo.</p> <p>Atualização do conteúdo programático da disciplina.</p> <p>Disponibilidade de horário para atendimento extraclasse aos alunos.</p> <p>Participação das atividades complementares promovidas pelo curso (reuniões, palestras, seminários e simpósios).</p> <p>Cumprimento do programa proposto no início do semestre.</p> <p>Indicação de leitura de livros, jornais, revistas e sites da internet complementares as aulas.</p> <p>Estabelecimento e apresentação de forma clara, dos critérios de avaliação da disciplina e as respectivas pontuações.</p> <p>Incentivo à participação dos alunos em projetos de pesquisa e extensão da instituição.</p> <p>Divulgação dos resultados a fim dos alunos corrigirem as possíveis falhas de aprendizagem.</p> <p>Troca de experiências didáticas com outros professores dos cursos.</p> <p>Utilização de instrumentos e técnicas de avaliação diversificados.</p> <p>Desenvolvimento de avaliação contínua.</p> <p>Visita a biblioteca regularmente para a verificação da atualização do acervo.</p> <p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Verifica-se que os servidores demonstraram conhecimento dos cursos ofertados, das políticas de ensino e das políticas, mecanismos de incentivo à pesquisa.</p> <p>Importância das pesquisas desenvolvida no <i>Campus</i> para a sociedade.</p> <p><u>Discentes</u></p> <p>Atendimento do Curso às expectativas dos alunos.</p> <p>Participação em palestras, congressos, eventos e atividades extras.</p>	<p>Apoio institucional para projetos de extensão sem financiamento externo.</p> <p>Participação em eventos ou projetos de extensão.</p> <p>Relação da extensão com as pesquisas desenvolvidas no IFSULDEMINAS.</p> <p>Articulação entre a extensão e os órgãos de fomento à extensão.</p> <p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Participação da comunidade na tomada de decisões.</p> <p>Não conhecem e não participam das práticas de extensão no <i>Campus</i>.</p> <p><u>Discentes</u></p> <p>Participação acadêmica na tomada de decisões referentes ao curso.</p> <p>Atuação do CA, DA, DCE e/ou representante de turma quanto às atividades acadêmico culturais;</p> <p>Participação dos Movimentos ou atividades promovidas pelas entidades de representação estudantil (CA, DA, DCE e/ou representante de turma).</p> <p>Adequação da matriz curricular. Disponibilidade de tempo do professor orientador para atividades programadas (TCC, estágio e monitoria).</p> <p>Participação de Projetos de Pesquisa e extensão;</p> <p>Incentivo à participação dos alunos em atividades de pesquisa, extensão e/ou culturais);</p> <p>Atividades Culturais.</p> <p>Participação em atividades culturais e esportivas.</p> <p>Fomento financeiro: Sistemas de Bolsas, Iniciação científica, Bolsa Trabalho, Bolsa estágio remunerado, auxílio moradia, transporte, alimentação.</p> <p>Participação em estágios dentro do <i>Campus</i>.</p> <p>Participação em estágios fora do <i>Campus</i>.</p> <p>Mecanismos de avaliação das disciplinas, conhecimento anterior para acompanhar disciplinas;</p>
--	---

	<p>Atendimento do curso à formação profissional prevista.</p> <p>Relacionamento docente para orientação e esclarecimento de dúvidas fora da sala de aula.</p> <p>Critérios de seleção para ingresso no curso.</p> <p>Autoavaliação do aluno em relação aos aspectos: pontualidade, permanência, frequência às aulas.</p> <p>Utilização de bibliografia sugerida e busca por outras referências bibliográficas, habilidade para trabalhar em grupo, relacionamento com professores, nível de conhecimento de perfil profissional do curso.</p> <p>Estudo sistemático do conteúdo da disciplina; atenção e envolvimento nas atividades na sala de aula; rendimento na disciplina; cumprimento de prazos;</p> <p>Acompanhamento e participação no desenvolvimento dos planos de ensino.</p> <p>Utilização de bibliografia sugerida pelo curso.</p>	<p>Participação de Projetos de Pesquisa e extensão;</p> <p>Participação acadêmica na tomada de decisões referentes ao curso.</p>
DIMENSÃO 3: Responsabilidade social da instituição.	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes</u></p> <p>Importância da pesquisa desenvolvida no IFSULDEMINAS para a sociedade.</p> <p>Impacto das atividades de extensão desenvolvidas no IFSULDEMINAS para sociedade.</p> <p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Impacto das atividades de extensão desenvolvidas no IFSULDEMINAS para a sociedade.</p> <p>Impacto das atividades de extensão desenvolvidas no IFSULDEMINAS para a sociedade.</p>	<p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Fragilidade nas práticas de incentivo à produção cultural implementadas no <i>Campus</i> Pouso Alegre.</p>
DIMENSÃO 4: Comunicação com a sociedade	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes</u></p> <p>Site do <i>Campus</i> e do IFSULDEMINAS</p> <p>Protocolo, fluxo e distribuição de documentos (malotes, entrega de correspondência, etc) no <i>Campus</i> e na reitoria.</p> <p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Protocolo, fluxo e distribuição de documentos (malotes, entrega de correspondência, etc).</p> <p><u>Discentes</u></p> <p>Meios de Comunicação (Rádio, Jornal...)</p>	<p><u>Docentes</u></p> <p>Formas de comunicação/informação visual no <i>Campus</i> (murais, cartazes, etc).</p> <p>Jornal e estação de rádio do <i>Campus</i>.</p> <p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Formas de comunicação/informação visual no <i>Campus</i> (murais, cartazes, etc).</p>
DIMENSÃO 5: As	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes</u></p>	<p>Assistência médica para situações de emergência</p>

	<p>Satisfação dos servidores com as atividades que desenvolvem.</p> <p>Condições gerais do local de trabalho.</p> <p>Oportunidades e condições de desenvolvimento pessoal no IFSULDEMINAS.</p> <p>Aproveitamento de seu potencial no ambiente de trabalho.</p> <p>Estímulo e apoio para a inovação de processos e formas de trabalho.</p> <p>Aptidão para exercer as atividades atribuídas</p> <p>Conhecimento de todas as rotinas e atividades desenvolvidas no setor em que trabalha</p> <p>Motivação para o trabalho.</p> <p>Atuação dos professores em suas respectivas áreas de formação.</p> <p>Conhecimento sobre as políticas de pessoal e a carreira dos docentes.</p> <p>Atualização oferecida pela instituição, em questões didático-pedagógicas.</p> <p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Políticas de pessoal no que tange ao plano de carreira.</p> <p>Aproveitamento de seu potencial e aptidão no ambiente de trabalho.</p> <p>Motivação para o trabalho.</p> <p>Oportunidades e condições de desenvolvimento pessoal e o relacionamento interpessoal, com professores, estudantes.</p>	
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">DIMENSÃO 6: Organização e gestão da instituição</p>		
	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes</u></p> <p>Ambiente físico da sala de aula (iluminação, ventilação, espaço, mobiliário, etc).</p> <p>Disponibilidade e qualidade dos equipamentos audiovisuais.</p> <p>Disponibilidade e qualidade dos equipamentos de informática.</p> <p>Organização e limpeza.</p> <p>Infraestrutura de segurança pessoal e patrimonial.</p> <p>Disponibilidade de materiais didáticos.</p> <p>Ambiente para prática esportiva.</p> <p>Condições de acesso para portadores de necessidades especiais.</p> <p>Condições físicas e higiênicas das instalações sanitárias.</p>	<p><u>Docentes</u></p> <p>Ambiente físico dos laboratórios de aulas práticas (iluminação, ventilação, espaço, mobiliário, etc).</p> <p>Ambiente físico das salas de professores (iluminação, ventilação, espaço, mobiliário, etc).</p> <p>Qualidade do acervo da biblioteca em sua área de atuação.</p> <p>Infraestrutura de prevenção de incêndio e acidentes de trabalho.</p> <p>Restaurante estudantil.</p> <p>Serviço de tecnologia de informação e comunicação como mecanismos para garantir que o corpo social colabore</p>

	<p>Estacionamento.</p> <p>Cantina.</p> <p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.</p> <p>Atendimento dos setores Almoxarifado, Protocolo, Recursos Humanos, NTI, Diretoria Geral. Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades profissionais.</p> <p>Ambiente físico dos setores.</p> <p>Equipamentos de comunicação e informação</p> <p>Condições de estacionamento.</p> <p>Organização e condições de limpeza. Infraestrutura de segurança pessoal, patrimonial prevenção de incêndio e acidentes de trabalho. Condições das instalações sanitárias.</p> <p><u>Discentes</u></p> <p>Biblioteca: Horário de funcionamento e Qualidade do Atendimento).</p> <p>Serviços de segurança.</p> <p>Serviços de Limpeza.</p> <p>Zelo pelo patrimônio do <i>Campus</i>.</p>	<p>com a tomada de decisões (internet e outros recursos).</p> <p>Orientação sobre procedimentos em caso de acidentes.</p> <p>Disponibilidade e condições dos equipamentos de proteção individual.</p> <p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Meio de transporte e deslocamento de alunos.</p> <p>Acervo bibliográfico, instalações e acesso a Biblioteca.</p> <p>Serviços prestados pela cantina.</p> <p><u>Discentes</u></p> <p>Mecanografia (qualidade do atendimento).</p> <p>Cantina (atendimento, qualidade sanitária, variedade e qualidade dos produtos alimentícios).</p> <p>Enfermaria (horário e qualidade do atendimento).</p> <p>Serviços de Transporte.</p> <p>Atendimento pela Direção Geral do <i>Campus</i>.</p> <p>Atendimento pela Coordenação Geral de Ensino (CGE).</p> <p>Atendimento pela Coordenação Geral de atendimento ao educando (CGAE).</p> <p>Atendimento pelo DDE (Departamento de Desenvolvimento Educacional).</p>
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">DIMENSÃO 7: Infraestrutura física</p>	<p>Potencialidade</p>	<p>Fragilidade</p>
	<p><u>Docentes</u></p> <p>Ambiente físico da sala de aula (iluminação, ventilação, espaço, mobiliário, etc).</p> <p>Disponibilidade e qualidade dos equipamentos audiovisuais.</p> <p>Disponibilidade e qualidade dos equipamentos de informática.</p> <p>Organização e limpeza.</p> <p>Infraestrutura de segurança pessoal e patrimonial.</p> <p>Disponibilidade de materiais didáticos.</p> <p>Ambiente para prática esportiva.</p> <p>Condições de acesso para portadores de necessidades especiais.</p> <p>Condições físicas e higiênicas das instalações sanitárias.</p> <p>Estacionamento.</p>	<p><u>Docentes</u></p> <p>Ambiente físico dos laboratórios de aulas práticas (iluminação, ventilação, espaço, mobiliário, etc).</p> <p>Ambiente físico das salas de professores (iluminação, ventilação, espaço, mobiliário, etc).</p> <p>Qualidade do acervo da biblioteca em sua área de atuação.</p> <p>Infraestrutura de prevenção de incêndio e acidentes de trabalho.</p> <p>Restaurante estudantil.</p> <p>Serviço de tecnologia de informação e comunicação como mecanismos para garantir que o corpo social colabore com a tomada de decisões (internet e outros recursos).</p>

	<p>Cantina.</p> <p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Acessibilidade aos portadores de necessidades especiais;</p> <p>Atendimento dos setores Almojarifado, Protocolo, Recursos Humanos, NTI, Diretoria Geral; Equipamentos e materiais disponíveis para as atividades profissionais; Ambiente físico dos setores; Equipamentos de comunicação e informação</p> <p>Condições de estacionamento.</p> <p>Organização e condições de limpeza. Infraestrutura de segurança pessoal, patrimonial prevenção de incêndio e acidentes de trabalho.</p> <p>Condições das instalações sanitárias.</p> <p><u>Discentes</u></p> <p>Acessibilidade a portadores de necessidades especiais.</p> <p>Áreas de atividades esportivas e de recreação.</p> <p>Laboratórios de informática (acesso à internet, disponibilidade e qualidade).</p> <p>Salas de aulas.</p> <p>Instalações sanitárias (adequação e limpeza).</p> <p>Laboratórios para aulas práticas</p>	<p>Orientação sobre procedimentos em caso de acidentes.</p> <p>Disponibilidade e condições dos equipamentos de proteção individual.</p> <p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Meio de transporte e deslocamento de alunos.</p> <p>Acervo bibliográfico, instalações e acesso a Biblioteca.</p> <p>Serviços prestados pela cantina.</p> <p><u>Discentes</u></p> <p>Biblioteca (Acervo, acesso à internet, disponibilidade dos terminais, acessibilidade a portadores de necessidades educacionais especiais, Salas de Estudos, Ambientação). Acesso à internet no <i>Campus</i> (salas de aulas, setores).</p> <p>Mecanografia (Material e máquinas utilizadas); Recursos audiovisuais.</p> <p>Recursos audiovisuais.</p> <p>Salão de Convivência</p>
DIMENSÃO 8: Planejamento e avaliação	Potencialidade	Fragilidade
	Não se aplica.	<p>Docentes</p> <p>Atuação da CPA no <i>Campus</i> quanto a motivar dos docentes a participação no processo de avaliação institucional.</p> <p>Atuação da CPA no <i>Campus</i> quanto a publicação dos resultados da avaliação institucional.</p> <p>Divulgação dos resultados da avaliação. Motivação pela CPA para a participação na avaliação.</p>
DIMENSÃO 9: Políticas de atendimento aos estudantes	Potencialidade	Fragilidade
	<p><u>Docentes</u></p> <p>Política de atendimento ao estudante na instituição.</p> <p>Serviços prestados ao estudante pelo setor que atua.</p> <p>Conhecimento dos serviços prestados pela Coordenação Geral de Apoio ao Educando (CGAE).</p> <p>Disponibilização de horário de atendimento aos alunos fora da sala de aula.</p>	<p><u>Docentes</u></p> <p>Qualidade dos serviços do setor de alimentação e nutrição.</p> <p>Meio de transporte e deslocamento de alunos.</p> <p><u>Discentes</u></p> <p>Atendimento pela Direção Geral do <i>Campus</i>;</p>

	<p><u>Técnico-administrativos</u></p> <p>Qualidade da política de atendimento ao estudante expressa pelos serviços prestados pela Instituição, pelo setor que atual e em particular pela Coordenação Geral de Apoio ao Educando.</p> <p><u>Discentes</u></p> <p>Disponibilidade professor para orientação e esclarecimentos de dúvidas fora de sala de aula.</p> <p>Relacionamento com os alunos.</p> <p>Comprometimento com as atividades extracurriculares.</p>	<p>Atendimento pela Coordenação Geral de Ensino (CGE).</p> <p>Atendimento pela Coordenação Geral de atendimento ao educando (CGAE);</p> <p>Atendimento pelo DDE (Departamento de Desenvolvimento Educacional).</p> <p>Quanto ao Coordenador do Curso: atuação como mediador em situações de conflito e/ou dificuldades entre o professor/aluno. Acompanhamento das atividades do curso. Incentivo à participação dos alunos em atividades de pesquisa, extensão e/ou culturais. Disponibilidade para orientação e esclarecimento de dúvidas.</p>
DIMENSÃO 10: Sustentabilidade financeira	Potencialidade	Fragilidade
	Adequação dos recursos financeiros as reais demandas do <i>Campus</i> .	Dependência de previsão orçamentária.

Fonte: Adaptado pela autora de (IFSULDEMINAS, 2014, p. 10 – 108)

APÊNCIDE B - Relatório de Autoavaliação Institucional – 2015, 2016 e 2017

Conforme Relatório de Autoavaliação Institucional 2017, (IFSULDEMINAS, 2017, p. 5), a coleta de dados foi realizada sob forma de questionário, composta por questões abertas e fechadas, sendo adaptadas de acordo com o público-alvo, conforme Tabela 3. Foram realizadas três avaliações, referentes aos anos de 2015, 2016 e 2017. A avaliação institucional do ano de 2015 foi realizada entre os dias de 02 e 20 de março de 2016, por conta da reestruturação da CPA; a avaliação institucional do ano de 2016 foi realizada entre os dias de 23 de novembro e 12 de dezembro de 2016 e a avaliação institucional do ano de 2017 foi realizada entre os dias de 20 de novembro e 08 de dezembro de 2017, por um sistema informatizado, validado somente após a confirmação de conclusão por parte do respondente.

Nos anos de 2015 e 2016 os *tokens* foram impressos e entregues para cada respondente, já no ano de 2017, o sistema de avaliação foi configurado para enviar o *token* para os e-mails dos servidores, docentes e técnicos administrativos – TAE, também foram enviados por e-mail os *tokens* dos discentes do curso de Pedagogia na modalidade de EaD, para os demais discentes os *tokens* foram impressos e entregues em mãos. (IFSULDEMINAS, 2017, p. 6)

Tabela 3 – Relatório de autoavaliação 2015, 2016 e 2017: resumo da aplicação

<i>Tipo de questão</i>	2015			2016	2017
	Docentes e TAEs	Discentes cursos presenciais	Discentes cursos EaD	Todos os segmentos	Todos os segmentos
Múltipla Escolha - Única Resposta	75	87	50	62	35
Múltipla Escolha - Várias Respostas	11	8	10	2	3
Dissertativa	14	13	6	5	4
Total questões por questionário	100	108	66	69	42

Fonte: IFSULDEMINAS (2017, p. 5)

Os processos descritos na Tabela 3, contaram com a participação de 1.583 (mil quinhentos e oitenta e três) participantes/respondentes no ano de 2015, 1.388 (mil trezentos e oitenta e oito) participantes/respondentes no ano de 2016 e 2.376 (dois mil trezentos e setenta e seis) participantes/respondentes no ano de 2017, sendo eles, de acordo com a Tabela 4, representantes dos seguintes segmentos – Docentes, Técnico Administrativos Educacionais (TAE) e discentes.

Tabela 4 - Relatório de autoavaliação 2015, 2016 e 2017: segmentos participantes por *Campi*

Docente	2015			2016			2017			
	Local	Aptos	Participantes	%	Aptos	Participantes	%	Aptos	Participantes	%
Inconfidentes		77	40	52%	78	22	28,2%	115	88	76,5%
Machado		67	22	33%	92	13	14,1%	108	85	78,7%
Muzambinho		122	23	19%	120	53	44,2%	139	95	68,3%
Pouso Alegre		30	21	70%	45	24	53,3%	68	36	52,9%
Passos		35	14	40%	43	32	74,4%	69	56	81,2%
Poços de Caldas		45	19	42%	63	10	15,9%	70	39	55,7%
Total		376	139	37%	441	154	34,9%	569	399	70,1%

Fonte: IFSULDEMINAS (2017, p. 10)

Após aplicação do instrumento de avaliação aos segmentos apresentados na Tabela 4, as análises foram feitas baseadas na escala de *Likert*, assim direcionadas: a primeira, de 5 pontos assim distribuídos: 0 - Não sei responder, 1 - Muito Ruim, 2 - Ruim, 3 - Regular, 4 - Bom e 5 - Muito Bom; a segunda de 6 pontos assim distribuídos: -1 - Não se aplica, 0 - Não sei responder, 1 - Discordo Totalmente, 2, 3, 4, 5, 6 - Concordo Totalmente. Para o cálculo foi utilizado o *Ranking Médio (RM)*, baseado na fórmula demonstrada na Figura 11:

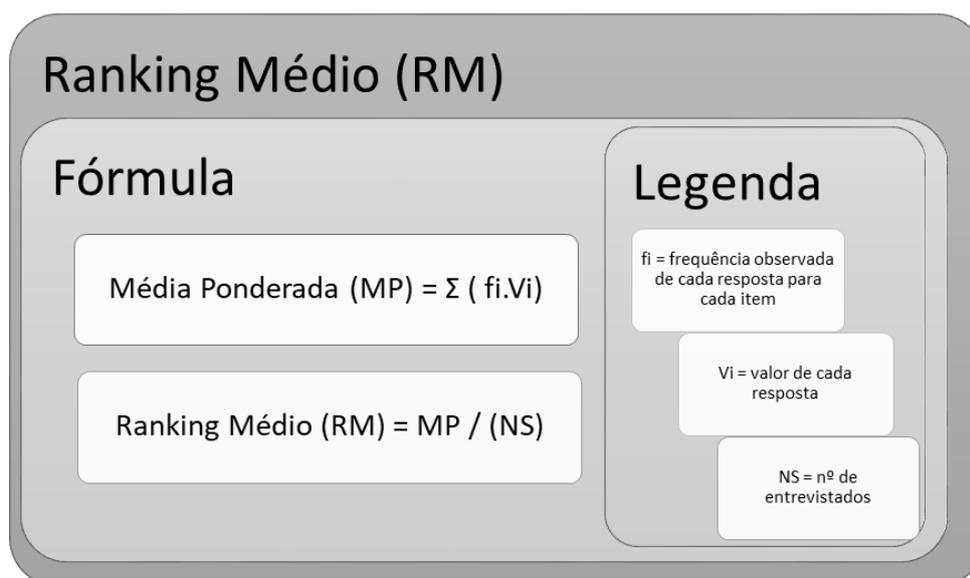


Figura 11 - Cálculo utilizado nos Relatórios de autoavaliação 2015, 2016 e 2017
 Fonte: Adaptado pela autora de IFSULDEMINAS (2017, p. 7)

De acordo com a equação apresentada na Figura 11, foi possível definir que “quanto mais próximo de 5 (escala de 5 pontos) e mais próximo de 6 (escala de 6 pontos) o RM estiver, maior será o nível de satisfação dos segmentos e, quanto mais próximo de

1, menor”. Também se optou, a fim de facilitar a visualização dos resultados, converter a escala de 6 pontos para a escala de 5 pontos, considerando como aprovado o item que conseguir 60% de positividade na escala. (IFSULDEMINAS, 2017, p. 24). Essa situação pode ser melhor compreendida na apresentação da Tabela 5:

Tabela 5 - Escala utilizada para definição de potencialidades e fragilidades

		Escala																				
		0	5	10	15	20	25	30	35	40	45	50	55	60	65	70	75	80	85	90	95	100
Média para escala de 5 pts.		$1 \leq M < 3$										$3 \leq M \leq 3,8$					$M > 3,8$					
Classificação		Fragilidade										Normal Esperado					Potencialidade					

Fonte: IFSULDEMINAS (2017, p. 8)

Como pode ser observado na Tabela 5, a condição 0 – Não sei responder, não foi utilizada no cálculo, sendo indiferente à classificação do item. E, conforme Relatório 2018, “as questões que não utilizam a escala de *Likert* foram analisadas por meio do percentual de escolhas realizadas em cada segmento”. (IFSULDEMINAS, 2017, p. 8)

Os resultados foram apresentados de forma categorizada, tendo como base as dimensões previstas na Lei nº 10.861/ 2004. As potencialidades e fragilidades foram atreladas às metas, descritas no PDI 2014-2018, ficando assim resumidas:

Quadro 37 - Relatório de autoavaliação 2015, 2016 e 2017: potencialidades e fragilidades

DIMENSÃO	CONCLUSÃO																			
DIMENSÃO I: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI	Resultado da avaliação dos procedimentos realizados em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – que estabelece aos diretrizes para que os setores administrem, acompanhem, controlem e relatem os serviços que o IFSULDEMINAS presta à sociedade.																			
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Perguntas</th> <th>Institucional</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="571 465 1150 521">Qual o seu grau de conhecimento do PDI, disponibilizado na intranet?</td> <td data-bbox="1150 465 1292 521" style="background-color: red; color: white; text-align: center;">2.74</td> </tr> <tr> <td data-bbox="571 521 1150 577">Como você avalia que a instituição vem utilizando o PDI como ferramenta de gestão?</td> <td data-bbox="1150 521 1292 577" style="background-color: yellow;">3.56</td> </tr> <tr> <td data-bbox="571 577 1150 936"> A missão institucional é tida como o detalhamento da razão de ser de uma instituição, ou seja, é o porquê da existência da instituição. Na missão, tem-se acentuado o que a instituição produz, sua previsão de conquistas futuras e como espera ser reconhecida pela sociedade. Ela tem papel fundamental no estabelecimento de metas e prioridades. A missão do IFSULDEMINAS é "promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais." Como você avalia as atividades realizadas pelo IFSULDEMINAS para cumprir sua missão: </td> <td data-bbox="1150 577 1292 936" style="background-color: green; color: white; text-align: center;">4.04</td> </tr> </tbody> </table>	Perguntas	Institucional	Qual o seu grau de conhecimento do PDI, disponibilizado na intranet?	2.74	Como você avalia que a instituição vem utilizando o PDI como ferramenta de gestão?	3.56	A missão institucional é tida como o detalhamento da razão de ser de uma instituição, ou seja, é o porquê da existência da instituição. Na missão, tem-se acentuado o que a instituição produz, sua previsão de conquistas futuras e como espera ser reconhecida pela sociedade. Ela tem papel fundamental no estabelecimento de metas e prioridades. A missão do IFSULDEMINAS é "promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais." Como você avalia as atividades realizadas pelo IFSULDEMINAS para cumprir sua missão:	4.04											
	Perguntas	Institucional																		
	Qual o seu grau de conhecimento do PDI, disponibilizado na intranet?	2.74																		
	Como você avalia que a instituição vem utilizando o PDI como ferramenta de gestão?	3.56																		
	A missão institucional é tida como o detalhamento da razão de ser de uma instituição, ou seja, é o porquê da existência da instituição. Na missão, tem-se acentuado o que a instituição produz, sua previsão de conquistas futuras e como espera ser reconhecida pela sociedade. Ela tem papel fundamental no estabelecimento de metas e prioridades. A missão do IFSULDEMINAS é "promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais." Como você avalia as atividades realizadas pelo IFSULDEMINAS para cumprir sua missão:	4.04																		
	Questões sobre o PDI e a Missão Institucional considerados fragilidade devido à falta de conhecimento da comunidade.																			
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Perguntas</th> <th>Não souberam responder</th> <th>Total de Entrevistados</th> <th>Porcentagem de Não respondentes</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="416 1077 930 1133">Qual o seu grau de conhecimento do PDI, disponibilizado na intranet?</td> <td data-bbox="930 1077 1090 1133" style="text-align: center;">494</td> <td data-bbox="1090 1077 1241 1133" style="text-align: center;">1387</td> <td data-bbox="1241 1077 1442 1133" style="text-align: center;">36</td> </tr> <tr> <td data-bbox="416 1133 930 1200">Como você avalia que a instituição vem utilizando o PDI como ferramenta de gestão?</td> <td data-bbox="930 1133 1090 1200" style="text-align: center;">635</td> <td data-bbox="1090 1133 1241 1200" style="text-align: center;">1336</td> <td data-bbox="1241 1133 1442 1200" style="background-color: red; color: white; text-align: center;">48</td> </tr> <tr> <td data-bbox="416 1200 930 1507"> A missão institucional é tida como o detalhamento da razão de ser de uma instituição, ou seja, é o porquê da existência da instituição. Na missão, tem-se acentuado o que a instituição produz, sua previsão de conquistas futuras e como espera ser reconhecida pela sociedade. Ela tem papel fundamental no estabelecimento de metas e prioridades. A missão do IFSULDEMINAS é "promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais." Como você avalia as atividades realizadas pelo IFSULDEMINAS para cumprir sua missão: </td> <td data-bbox="930 1200 1090 1507" style="text-align: center;">106</td> <td data-bbox="1090 1200 1241 1507" style="text-align: center;">1324</td> <td data-bbox="1241 1200 1442 1507" style="text-align: center;">8</td> </tr> </tbody> </table>	Perguntas	Não souberam responder	Total de Entrevistados	Porcentagem de Não respondentes	Qual o seu grau de conhecimento do PDI, disponibilizado na intranet?	494	1387	36	Como você avalia que a instituição vem utilizando o PDI como ferramenta de gestão?	635	1336	48	A missão institucional é tida como o detalhamento da razão de ser de uma instituição, ou seja, é o porquê da existência da instituição. Na missão, tem-se acentuado o que a instituição produz, sua previsão de conquistas futuras e como espera ser reconhecida pela sociedade. Ela tem papel fundamental no estabelecimento de metas e prioridades. A missão do IFSULDEMINAS é "promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais." Como você avalia as atividades realizadas pelo IFSULDEMINAS para cumprir sua missão:	106	1324	8			
	Perguntas	Não souberam responder	Total de Entrevistados	Porcentagem de Não respondentes																
	Qual o seu grau de conhecimento do PDI, disponibilizado na intranet?	494	1387	36																
Como você avalia que a instituição vem utilizando o PDI como ferramenta de gestão?	635	1336	48																	
A missão institucional é tida como o detalhamento da razão de ser de uma instituição, ou seja, é o porquê da existência da instituição. Na missão, tem-se acentuado o que a instituição produz, sua previsão de conquistas futuras e como espera ser reconhecida pela sociedade. Ela tem papel fundamental no estabelecimento de metas e prioridades. A missão do IFSULDEMINAS é "promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais." Como você avalia as atividades realizadas pelo IFSULDEMINAS para cumprir sua missão:	106	1324	8																	
Avaliação do Projeto Político Pedagógico.																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Perguntas</th> <th>Institucional</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="571 1641 1150 1697">Como você avalia o seu grau de conhecimento sobre o Projeto Político Pedagógico - PPP do IFSULDEMINAS?</td> <td data-bbox="1150 1641 1292 1697" style="background-color: red; color: white; text-align: center;">2.99</td> </tr> <tr> <td data-bbox="571 1697 1150 1753">Como você avalia o seu grau de participação na construção do Projeto Político Pedagógico - PPP do IFSULDEMINAS?</td> <td data-bbox="1150 1697 1292 1753" style="background-color: red; color: white; text-align: center;">2.63</td> </tr> <tr> <td data-bbox="571 1753 1150 1955"> O Projeto Político-Pedagógico - PPP do IFSULDEMINAS estipula parâmetros para planejar, executar e avaliar serviços educacionais. Como você classifica a utilização do PPP pelo IFSULDEMINAS para planejar, executar e avaliar serviços educacionais? </td> <td data-bbox="1150 1753 1292 1955" style="background-color: yellow;">3.59</td> </tr> </tbody> </table>	Perguntas	Institucional	Como você avalia o seu grau de conhecimento sobre o Projeto Político Pedagógico - PPP do IFSULDEMINAS?	2.99	Como você avalia o seu grau de participação na construção do Projeto Político Pedagógico - PPP do IFSULDEMINAS?	2.63	O Projeto Político-Pedagógico - PPP do IFSULDEMINAS estipula parâmetros para planejar, executar e avaliar serviços educacionais. Como você classifica a utilização do PPP pelo IFSULDEMINAS para planejar, executar e avaliar serviços educacionais?	3.59												
Perguntas	Institucional																			
Como você avalia o seu grau de conhecimento sobre o Projeto Político Pedagógico - PPP do IFSULDEMINAS?	2.99																			
Como você avalia o seu grau de participação na construção do Projeto Político Pedagógico - PPP do IFSULDEMINAS?	2.63																			
O Projeto Político-Pedagógico - PPP do IFSULDEMINAS estipula parâmetros para planejar, executar e avaliar serviços educacionais. Como você classifica a utilização do PPP pelo IFSULDEMINAS para planejar, executar e avaliar serviços educacionais?	3.59																			

Questões sobre o PPP considerados fragilidade devido à falta de conhecimento da comunidade.			
Perguntas	Não souberam responder	Total de Entrevistados	Porcentagem de Não respondentes
Como você avalia o seu grau de conhecimento sobre o Projeto Político Pedagógico - PPP do IFSULDEMINAS?	306	1320	23
Como você avalia o seu grau de participação na construção do Projeto Político Pedagógico - PPP do IFSULDEMINAS?	349	1321	26
O Projeto Político-Pedagógico - PPP do IFSULDEMINAS estipula parâmetros para planejar, executar e avaliar serviços educacionais. Como você classifica a utilização do PPP pelo IFSULDEMINAS para planejar, executar e avaliar serviços educacionais?	463	1319	35
Potencialidade		Fragilidade	
Utilização do PDI como uma importante ferramenta da gestão educacional.		<p>É possível constatar que somente uma pequena parcela da comunidade (2,74) tem conhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional responsável por nortear as ações da instituição. Fragilidade quanto à divulgação e o conhecimento sobre o PDI por parte da comunidade.</p> <p>Os participantes possuem pouco conhecimentos sobre o PPP do IFSULDEMINAS, por conseguinte também não participaram da sua construção.</p>	
DIMENSÃO 2: A política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-graduação, a Extensão e as respectivas formas de operacionalização	Resultado da avaliação dos procedimentos realizados em relação à política de oferta, abertura e reestruturação de cursos.		
	Procedimento	Institucional	
	1. Cursos técnicos de nível médio, graduações e pós-graduações (Tabelas 2 a 11).	3,99	
	2. Processo de abertura de cursos.	3,73	
	3. Processo de reestruturação curricular dos cursos já ofertados.	3,78	
	4. Cursos FIC (Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores).	3,69	
	5. Cursos PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).	3,61	
	6. Programa Mulheres Mil.	3,67	
	7. Programas de formação em artes e cultura.	3,63	
	8. Eventos de divulgação científica e tecnológica.	3,79	
	9. Rádio educativa.	2,95	
10. Avaliação dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> .	3,81		
Procedimentos, em relação à política de oferta, abertura e reestruturação de cursos, considerados fragilidade devido à falta de conhecimento da comunidade.			

Procedimento	Não soube responder	Total	% Não soube responder
1. Cursos técnicos de nível médio, graduações e pós-graduações (Tabelas 2 a 11).	123	1579	7,79
2. Processo de abertura de cursos.	118	1579	7,47
3. Processo de reestruturação curricular dos cursos já ofertados.	232	1576	14,72
4. Cursos FIC (Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores).	693	1574	44,03
5. Cursos PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).	586	1571	37,30
6. Programa Mulheres Mil.	937	1568	59,76
7. Programas de formação em artes e cultura.	576	1568	36,73
8. Eventos de divulgação científica e tecnológica.	111	1566	7,09
9. Rádio educativa.	751	1566	47,96
10. Avaliação dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> .	867	1569	55,26

Resultado da avaliação dos procedimentos realizados em relação à política de inserção profissional dos estudantes.

Procedimento	Institucional
1. Programa de estágios profissionais.	3,6
2. Encontros de egressos.	3,1
3. Feiras de estágios.	3,5
4. Incubadoras de empresas.	3,0
5. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).	3,6

Procedimentos, em relação à política de inserção profissional dos estudantes, considerados fragilidade devido à falta de conhecimento da comunidade.

Procedimento	Não soube responder	Total	% Não soube responder
1. Programa de estágios profissionais.	249	1485	16,77
2. Encontros de egressos.	507	1485	34,14
3. Feiras de estágios.	309	1485	20,81
4. Incubadoras de empresas.	501	1482	33,81
5. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).	399	1483	26,90

Resultado da avaliação dos procedimentos realizados em relação à política de alinhamento com arranjo produtivo, social e cultural regional.

Procedimento	Institucional
1. Captação e distribuição de fomentos externos (bolsas de iniciação científica, bolsas de pesquisa, bolsas de extensão, fomento para adquirir equipamentos, realizar eventos, publicar em periódicos de impacto internacional etc.).	3,6
2. Distribuição de fomentos internos (bolsas de iniciação científica, bolsas de pesquisa, bolsas de inovação, bolsas de extensão, fomento para adquirir equipamentos, realizar eventos, publicar em periódicos de impacto internacional etc.).	3,6
3. Disseminação de editais de fomento externo.	3,7
4. Publicação de periódicos científicos, revistas de extensão e livros técnico-científicos.	3,2
5. Eventos para publicação científica.	3,3
6. Fóruns para mobilizar e consultar demandas comunitárias.	2,8
7. Serviços técnicos e consultorias à comunidade.	3,0
8. Atuação do NIT (Núcleo de Inovação Tecnológica) na proteção de propriedade intelectual e na prospecção de negócios.	3,4

Procedimentos, em relação à política de alinhamento com arranjo produtivo, social e cultural regional, considerados fragilidade devido à falta de conhecimento da comunidade.

Procedimento	Não soube responder	Total Entrevistados	% Não soube responder
1. Captação e distribuição de fomentos externos (bolsas de iniciação científica, bolsas de pesquisa, bolsas de extensão, fomento para adquirir equipamentos, realizar eventos, publicar em periódicos de impacto internacional etc.).	195	1457	13,38
2. Distribuição de fomentos internos (bolsas de iniciação científica, bolsas de pesquisa, bolsas de inovação, bolsas de extensão, fomento para adquirir equipamentos, realizar eventos, publicar em periódicos de impacto internacional etc.).	149	1457	10,23
3. Disseminação de editais de fomento externo.	285	1452	19,63
4. Publicação de periódicos científicos, revistas de extensão e livros técnico-científicos.	301	1450	20,76
5. Eventos para publicação científica.	240	1451	16,54
6. Fóruns para mobilizar e consultar demandas comunitárias.	465	1451	32,05
7. Serviços técnicos e consultorias à comunidade.	393	1455	27,01
8. Atuação do NIT (Núcleo de Inovação Tecnológica) na proteção de propriedade intelectual e na prospecção de negócios.	595	1451	41,01

Resultado da avaliação das políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica, por campus.

	Item Avaliado	Muito Bom	Bom	Regular	Ruim	Muito Ruim	Não sei responder	Ranking Médio
Campus Inconfidentes								
Q1	Como você classifica o apoio institucional para a participação em eventos científicos ?	55	184	138	41	36	63	3,40
Q2	Qual a sua avaliação do quantitativo de bolsas para pesquisa na nossa instituição ?	30	151	151	60	40	84	3,16
Q3	Como você avalia a contribuição efetiva dos docentes e discentes na melhoria da pesquisa no IFSULDEMINAS ?	43	210	142	25	16	80	3,55
Q4	Como você classifica o incentivo para pesquisa com foco na inovação no IFSULDEMINAS ?	38	181	150	38	25	82	3,39
Q5	Como você classifica as formas de apoio à divulgação da produção científica e tecnológica na nossa Instituição ?	32	177	158	41	21	87	3,37
Q6	Como você classifica o apoio institucional para a participação em eventos científicos ?	32	186	143	43	35	77	3,31

Campus Machado								
Q1	Como você classifica o apoio institucional para a participação em eventos científicos ?	29	133	127	37	23	24	3,31
Q2	Qual a sua avaliação do quantitativo de bolsas para pesquisa na nossa instituição ?	28	106	107	60	39	33	3,07
Q3	Como você avalia a contribuição efetiva dos docentes e discentes na melhoria da pesquisa no IFSULDEMINAS ?	35	128	132	29	17	33	3,40
Q4	Como você classifica o incentivo para pesquisa com foco na inovação no IFSULDEMINAS ?	30	109	134	35	29	36	3,23
Q5	Como você classifica as formas de apoio à divulgação da produção científica e tecnológica na nossa Instituição ?	26	125	114	42	34	33	3,20
Q6	Como você classifica o apoio institucional para a participação em eventos científicos ?	31	119	113	45	33	31	3,21

Campus Muzambinho								
Q1	Como você classifica o apoio institucional para a participação em eventos científicos ?	14	39	17	7	2	4	3,71
Q2	Qual a sua avaliação do quantitativo de bolsas para pesquisa na nossa instituição ?	11	27	26	6	5	9	3,44
Q3	Como você avalia a contribuição efetiva dos docentes e discentes na melhoria da pesquisa no IFSULDEMINAS ?	10	46	14	6	0	7	3,79
Q4	Como você classifica o incentivo para pesquisa com foco na inovação no IFSULDEMINAS ?	10	30	21	7	2	13	3,56
Q5	Como você classifica as formas de apoio à divulgação da produção científica e tecnológica na nossa Instituição ?	6	39	22	3	6	7	3,47
Q6	Como você classifica o apoio institucional para a participação em eventos científicos ?	14	34	23	3	5	5	3,62

Campus Pouso Alegre								
Q1	Como você classifica o apoio institucional para a participação em eventos científicos ?	16	25	20	7	9	18	3,42
Q2	Qual a sua avaliação do quantitativo de bolsas para pesquisa na nossa instituição ?	12	15	17	15	13	23	2,97
Q3	Como você avalia a contribuição efetiva dos docentes e discentes na melhoria da pesquisa no IFSULDEMINAS ?	19	32	18	7	5	14	3,65
Q4	Como você classifica o incentivo para pesquisa com foco na inovação no IFSULDEMINAS ?	12	23	22	12	10	15	3,19
Q5	Como você classifica as formas de apoio à divulgação da produção científica e tecnológica na nossa Instituição ?	11	25	19	10	9	19	3,26
Q6	Como você classifica o apoio institucional para a participação em eventos científicos ?	10	28	17	8	11	19	3,24

Campus Passos								
Q1	Como você classifica o apoio institucional para a participação em eventos científicos ?	4	15	8	8	2	5	3,30
Q2	Qual a sua avaliação do quantitativo de bolsas para pesquisa na nossa instituição ?	4	9	10	8	4	7	3,03
Q3	Como você avalia a contribuição efetiva dos docentes e discentes na melhoria da pesquisa no IFSULDEMINAS ?	10	15	7	2	1	7	3,89
Q4	Como você classifica o incentivo para pesquisa com foco na inovação no IFSULDEMINAS ?	7	11	9	5	1	9	3,55
Q5	Como você classifica as formas de apoio à divulgação da produção científica e tecnológica na nossa Instituição ?	6	8	15	2	1	10	3,50
Q6	Como você classifica o apoio institucional para a participação em eventos científicos ?	7	10	9	6	3	7	3,34

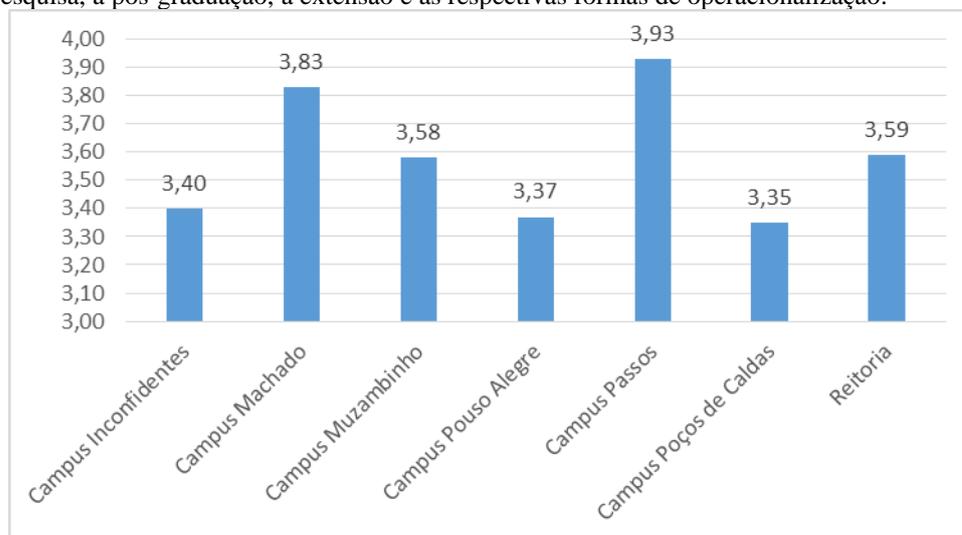
Campus Poços de Caldas								
Q1	Como você classifica o apoio institucional para a participação em eventos científicos ?	5	33	34	19	8	9	3,08
Q2	Qual a sua avaliação do quantitativo de bolsas para pesquisa na nossa instituição ?	1	20	29	28	10	20	2,70
Q3	Como você avalia a contribuição efetiva dos docentes e discentes na melhoria da pesquisa no IFSULDEMINAS ?	16	35	30	12	2	13	3,54
Q4	Como você classifica o incentivo para pesquisa com foco na inovação no IFSULDEMINAS ?	7	29	33	15	6	18	3,18
Q5	Como você classifica as formas de apoio à divulgação da produção científica e tecnológica na nossa Instituição ?	1	28	36	20	10	13	2,89
Q6	Como você classifica o apoio institucional para a participação em eventos científicos ?	2	33	41	16	6	9	3,09

Institucional								
Q1	Como você classifica o apoio institucional para a participação em eventos científicos ?	123	429	344	119	80	123	3,36
Q2	Qual a sua avaliação do quantitativo de bolsas para pesquisa na nossa instituição ?	86	328	340	177	111	176	3,10
Q3	Como você avalia a contribuição efetiva dos docentes e discentes na melhoria da pesquisa no IFSULDEMINAS ?	133	466	343	81	41	154	3,53
Q4	Como você classifica o incentivo para pesquisa com foco na inovação no IFSULDEMINAS ?	104	383	369	112	73	173	3,32
Q5	Como você classifica as formas de apoio à divulgação da produção científica e tecnológica na nossa Instituição ?	82	402	364	118	81	169	3,27
Q6	Como você classifica o apoio institucional para a participação em eventos científicos ?	96	410	346	121	93	148	3,28

Resultado da avaliação das práticas docentes

	Perguntas	6-Concordo Plenamente	5	4	3	2	1 -Discordo Plenamente	Não Sei Responder	Média
Q1	No curso que você leciona existe o trabalho/procedimento para realizar a integração dos conteúdos de uma disciplina com outras áreas de conhecimento ou outras disciplinas.	41	45	32	16	11	8	0	4,42
Q2	As atividades avaliativas que você aplica são condizentes com os conteúdos apresentados em aula?	128	23	1	0	1	0	0	5,81
Q3	As disciplinas e a forma que você as ministra contribuem para a formação integral do aluno, como cidadão e profissional.	61	61	23	4	1	2	0	5,13
Q4	As metodologias de ensino que você utiliza em suas disciplinas desafiaram o aluno a aprofundar conhecimentos e desenvolver competências reflexivas e críticas.	58	68	22	5	0	1	0	5,14
Q5	Em suas disciplinas você oportuniza que os alunos aprendam a trabalhar em equipe.	78	54	18	2	2	0	0	5,32
Q6	Em suas disciplinas você busca que os alunos ampliem sua capacidade de comunicação nas formas oral e escrita.	72	55	18	6	3	0	0	5,21
Q7	Você estimula que os discentes desenvolvam a capacidade de aprender e atualizar-se permanentemente.	77	59	16	1	1	0	0	5,36
Q8	As relações professor-aluno ao longo da disciplina estimulam o aluno a estudar e aprender.	84	59	8	2	1	0	0	5,45
Q9	Os planos de ensino que você apresenta tem contribuído para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e para os estudos dos alunos	63	76	12	1	0	2	0	5,27
Q10	Você, em suas disciplinas, oferece oportunidades para os estudantes superarem dificuldades relacionadas ao processo de formação.	65	66	19	2	2	0	0	5,23
Q11	Em suas disciplinas você utiliza tecnologias da informação e comunicação (TICs) como estratégia de ensino (projeto multimídia, laboratório de informática, ambiente virtual de aprendizagem).	72	39	33	6	1	1	0	5,13

Resultados obtidos sobre a avaliação em geral da dimensão 2 - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização.



Potencialidade

Definir formato de parecer escrito que os colegiados deverão exarar a respeito dos projetos pedagógicos de curso, especificando critérios mínimos, tais quais análise do alinhamento dos

Fragilidade

Definir critérios de pluricurricularidade para balizar a expansão temática dos cursos de forma condizente com os doze eixos tecnológicos.

<p> cursos com o arranjo produtivo, social e cultural regional; análise da integração entre ensino, pesquisa e extensão; incorporação de pareceres externos ao IFSULDEMINAS ou pelo menos externos aos membros do próprio colegiado.</p> <p> Definir critérios para equilibrar a oferta e a expansão de cursos com as exigências legais de verticalização, de formação profissional e tecnológica e de formação de professores.</p> <p> Criar cursos de mestrado profissional.</p> <p> Definir os procedimentos de consulta pública para abertura de cursos e incluir análise de integração com o arranjo local entre os critérios que os colegiados devem utilizar para aprovar ou rejeitar os projetos curriculares.</p> <p> Institucionalizar a educação a distância, tanto para os cursos técnicos quanto para os cursos superiores.</p> <p> Criar empresas juniores.</p> <p> Disseminação de editais de fomento externo.</p> <p> Eventos para publicação científica.</p> <p> Contribuição efetiva dos docentes e discentes na melhoria da pesquisa no IFSULDEMINAS.</p> <p> Os docentes acreditam que vêm desenvolvendo um bom trabalho.</p>	<p> Implantar sistema informatizado de protocolo e gerência processual, de acesso público tão aberto quanto o perfil do usuário, para os processos de abertura e reestruturação de cursos.</p> <p> Incluir nos projetos pedagógicos dos cursos: a) dados dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) traçados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; b) dados do arranjo produtivo, social e cultural regional; c) caracterização da economia e da sociedade dos municípios através de dados do IBGE e das prefeituras municipais; d) análise da sobreposição geográfica do IFSULDEMINAS com outras políticas públicas de desenvolvimento regional (APL, Territórios da Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Agrário etc.).</p> <p> Definir critérios e iniciar programa de certificação de competências adquiridas em ambientes extraescolares.</p> <p> Instituir um Programa de Aperfeiçoamento e Capacitação Continuada em Educação a Distância.</p> <p> Implantar até 20% de atividades não presenciais na carga horária dos cursos técnicos e de graduação, conforme previsto na Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012 e Portaria Ministério da Educação nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004.</p> <p> Criar TV educativa.</p> <p> Criar programa de formação em artes e cultura.</p> <p> Aperfeiçoar a avaliação dos cursos de pós-graduação lato sensu por meio de indicadores próprios e de sistematização</p> <p> Criar programa de acompanhamento sistemático da inserção profissional de egressos através de indicadores tais quais: a) ocupação dos egressos; b) localização do egresso após a formatura; c) correlação entre a área em que trabalha e a área em que estudou; d) dados demográficos e socioeconômicos dos estudantes (gênero, raça, renda etc.); e) divulgação destes dados; f) aproveitamento destes dados na elaboração ou na reestruturação de currículos.</p> <p> Criar programa de estágios de vivência.</p>
---	--

	<p>Criar canais de recrutamento de estagiários e egressos por organizações sul mineiras.</p> <p>Captação e distribuição de fomentos externos (bolsas de iniciação científica, bolsas de pesquisa, bolsas de extensão, fomento para adquirir equipamentos realizar eventos, publicar em periódicos de impacto internacional etc.).</p> <p>Distribuição de fomentos internos (bolsas de iniciação científica, bolsas de pesquisa, bolsas de inovação, bolsas de extensão, fomento para adquirir equipamentos, realizar eventos, publicar em periódicos de impacto internacional etc.).</p> <p>Publicação de periódicos científicos, revistas de extensão e livros técnico-científicos.</p> <p>Fóruns para mobilizar e consultar demandas comunitárias.</p> <p>Serviços técnicos e consultorias à comunidade.</p> <p>Avaliação do quantitativo de bolsas para pesquisa na nossa instituição: <i>Campi</i> Pouso Alegre e Poços de Caldas. Nos demais, apesar de não ter sido considerada fragilidade, o <i>ranking</i> médio ficou próximo ao limite considerado normal com a fragilidade.</p> <p>Formas de apoio à divulgação da produção científica e tecnológica na nossa Instituição, fragilidade no <i>Campus</i> Pouso Alegre.</p>								
<p>DIMENSÃO 3: Responsabilidade social da instituição.</p>	<p>Avaliação da relação da instituição com os setores públicos e privados e o mercado de trabalho.</p> <table border="1" data-bbox="528 1429 1331 1805"> <thead> <tr> <th data-bbox="528 1429 1161 1464">Perguntas</th> <th data-bbox="1161 1429 1331 1464">Institucional</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="528 1464 1161 1570">Como você avalia as ações tomadas pelo IFSULDEMINAS para estabelecer uma estreita relação dos alunos com os setores públicos e a iniciativa privada para complementação dos estudos e dos conhecimentos adquiridos?</td> <td data-bbox="1161 1464 1331 1570" style="background-color: #008000; color: white; text-align: center;">3.86</td> </tr> <tr> <td data-bbox="528 1570 1161 1675">Como você avalia as ações tomadas pelo IFSULDEMINAS para promover a criação de incubadoras de empresas e empresas juniores para contribuição na formação de pesquisadores e captação de recursos?</td> <td data-bbox="1161 1570 1331 1675" style="background-color: #ffff00; text-align: center;">3.69</td> </tr> <tr> <td data-bbox="528 1675 1161 1805">Como você avalia as iniciativas tomadas pelo IFSULDEMINAS para se aproximar de empresas do setor produtivo e formar parcerias visando transferir conhecimentos e promover o desenvolvimento social, técnico, científico e econômico?</td> <td data-bbox="1161 1675 1331 1805" style="background-color: #ffff00; text-align: center;">3.68</td> </tr> </tbody> </table>	Perguntas	Institucional	Como você avalia as ações tomadas pelo IFSULDEMINAS para estabelecer uma estreita relação dos alunos com os setores públicos e a iniciativa privada para complementação dos estudos e dos conhecimentos adquiridos?	3.86	Como você avalia as ações tomadas pelo IFSULDEMINAS para promover a criação de incubadoras de empresas e empresas juniores para contribuição na formação de pesquisadores e captação de recursos?	3.69	Como você avalia as iniciativas tomadas pelo IFSULDEMINAS para se aproximar de empresas do setor produtivo e formar parcerias visando transferir conhecimentos e promover o desenvolvimento social, técnico, científico e econômico?	3.68
Perguntas	Institucional								
Como você avalia as ações tomadas pelo IFSULDEMINAS para estabelecer uma estreita relação dos alunos com os setores públicos e a iniciativa privada para complementação dos estudos e dos conhecimentos adquiridos?	3.86								
Como você avalia as ações tomadas pelo IFSULDEMINAS para promover a criação de incubadoras de empresas e empresas juniores para contribuição na formação de pesquisadores e captação de recursos?	3.69								
Como você avalia as iniciativas tomadas pelo IFSULDEMINAS para se aproximar de empresas do setor produtivo e formar parcerias visando transferir conhecimentos e promover o desenvolvimento social, técnico, científico e econômico?	3.68								

Avaliação de responsabilidade social: Inclusão Social

Perguntas	Institucional
Como você avalia as ações do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas -NAPNE no IFSULDEMINAS?	3.97
Como você avalia as ações do Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade - NEGES no IFSULDEMINAS?	3.66
Como você avalia as ações do Núcleo de Estudo e Pesquisa Afrobrasileiros e Indígenas - NEABI no IFSULDEMINAS?	3.69
Como você avalia as ações promovidas para capacitar os servidores a atender pessoas com necessidades especiais?	3.33
O Programa Auxílio Estudantil se constitui de ações voltadas ao atendimento prioritário de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando à permanência e êxito no processo educativo. Como você avalia a política de auxílio estudantil do IFSULDEMINAS?	4.16
O IFSULDEMINAS adota 50% (cinquenta por cento) das vagas à inclusão social pelas vagas de ação afirmativa para candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Fundamental/Médio em escolas públicas, respeitando-se a proporção mínima de autodeclarados pretos, pardos e indígenas, e pessoas com deficiência. Como você avalia essa política de ações afirmativas?	4.16

Avaliação da responsabilidade social: Defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Perguntas	Institucional
Como você avalia as iniciativas tomadas pelo IFSULDEMINAS em promoção da Gestão de Logística Sustentável e da defesa do meio ambiente?	3.89
Como você avalia as iniciativas tomadas pelo IFSULDEMINAS para promover a produção artística e cultural dentro do seu campus?	4.06

Avaliação geral da dimensão 3 - responsabilidade social

Perguntas	Institucional
Como você avalia a coerência das ações de responsabilidade social desenvolvidas pelo IFSULDEMINAS com as políticas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI?	3.83

Potencialidade	Fragilidade
As ações desenvolvidas pelo IFSULDEMINAS estão em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.	<p>As informações produzidas no IFSULDEMINAS não chegam a toda a comunidade. A falta de conhecimento impede o funcionamento de setores e núcleos, bem como não permite que direitos sejam requeridos. É necessário que o IFSULDEMINAS invista em novas formas de divulgação.</p> <p>Necessidade de contratação de profissionais especializados e de cursos de formação continuada para os servidores que atuam com as pessoas com necessidades educacionais especiais.</p> <p>Tentar compreender as melhores formas de ensino e atendimento a pessoas com necessidades educacionais especiais.</p>

DIMENSÃO 4:
Comunicação com a sociedade

Avaliação dos procedimentos da política de comunicação.

Procedimentos	Institucional
Divulgação de processos seletivos.	4.05
Estruturação do portal on-line do IFSULDEMINAS e de suas unidades.	3.9

Avaliação Geral da dimensão 4 - Comunicação com a sociedade

Perguntas	Institucional
Como você avalia a coerência das ações de comunicação com a sociedade desenvolvidas pelo IFSULDEMINAS com as políticas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI?	3.76

Avaliação da comunicação interna e externa

Perguntas	Institucional
Um dos principais objetivos da política de comunicação é impactar a percepção do público interno e externo acerca do IFSULDEMINAS. Como você avalia a política de comunicação, em função do cumprimento deste objetivo?	3.59
Como você avalia o planejamento e a execução de produtos de comunicação interna e externa, realizadas pelos setores de comunicação do IFSULDEMINAS?	3.59

Avaliação da Ouvidoria

Perguntas	Institucional
Como você avalia o atendimento da Ouvidoria do IFSULDEMINAS?	3.91
Na sua percepção, como você avalia a forma como a Ouvidoria tem recebido, dado encaminhamento e resposta as reivindicações, denúncias, sugestões e elogios?	3.79

Porcentagem de entrevistados que não possuem conhecimento sobre a ouvidoria.

Perguntas	Não souberam responder	Total de Entrevistados	Porcentagem de Não respondentes
Como você avalia o atendimento da Ouvidoria do IFSULDEMINAS?	1286	2284	56
Na sua percepção, como você avalia a forma como a Ouvidoria tem recebido, dado encaminhamento e resposta as reivindicações, denúncias, sugestões e elogios?	1305	2282	57

Potencialidade

Assessoria de Comunicação (ASCOM) e seus produtos.
 Projetos e eventos destinados a melhorar a comunicação e a integração entre a instituição e a sociedade.
 O atendimento da ouvidoria é considerado uma potencialidade e que os encaminhamentos realizados por ela se encontram dentro dos padrões de normalidade.

Fragilidade

Verifica-se que existe coerência nas ações desenvolvidas pelo IFSULDEMINAS com as ações propostas no PDI. Entretanto, as ações não foram consideradas uma potencialidade.
 Com relação a comunicação interna e externa, os itens avaliados se apresentam dentro dos padrões normais esperados por esta avaliação, não sendo considerados potencialidade.
 Quanto à divulgação da ouvidoria, um alto índice de participantes não possuía conhecimento ou não sabiam responder sobre o assunto.

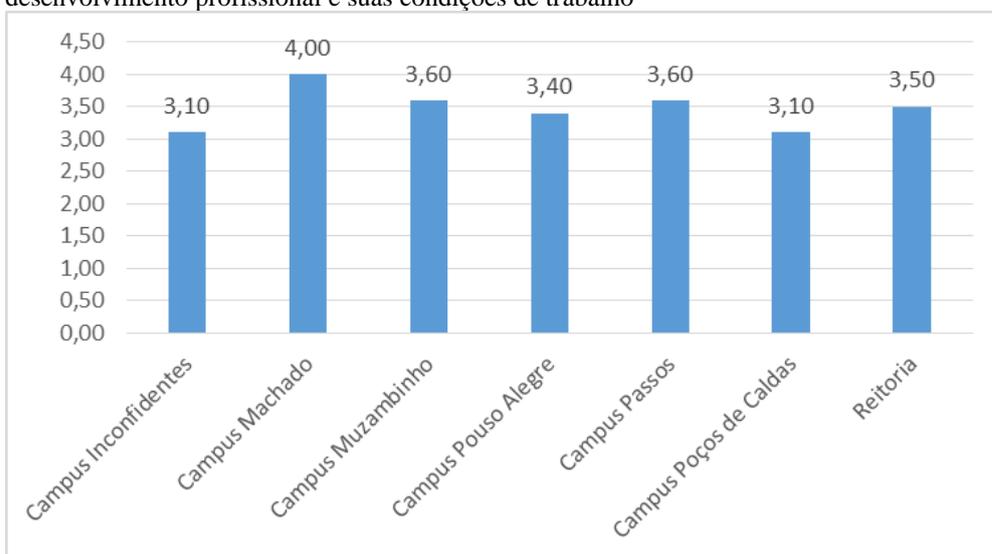
Resultado da avaliação dos procedimentos realizados em relação à política de gestão de pessoas.

Procedimento	Ranking Médio			
	Institucional	Reitoria	Campus-Pós	Campus-Pré
1. Gerenciamento da expansão e da manutenção do quadro de funcionários.	3,3	3,6	3,4	3,3
2. Rotinas de recursos humanos (folha de pagamento, concessão de férias, concessão de licenças, concessão de benefícios sociais, recolhimento de declarações de bens e rendas etc.).	4,2	4,2	4,3	4,1
3. Rotinas de avaliação funcional (estágio probatório, progressão na carreira, licenças para treinamento etc.).	3,8	3,6	3,8	3,8
4. Programa de Incentivo à Qualificação, aprovado pela Resolução Conselho Superior nº 5, 27 de fevereiro de 2012: auxílio para docentes e técnicos administrativos participarem de qualificações.	3,8	4,2	4,0	3,5
5. Monitoramento da carga horária docente visando equilibrar ensino, pesquisa e extensão.	3,3	3,5	3,4	3,1
6. Contratação e gerenciamento de terceirizações de mão de obra.	3,4	3,9	3,4	3,4

Procedimentos, em relação à política gestão de pessoas, considerados fragilidade devido à falta de conhecimento da comunidade.

Procedimento	Não soube responder	Total Entrevistados	% Não soube responder
1. Gerenciamento da expansão e da manutenção do quadro de funcionários.	27	336	8,04
2. Rotinas de recursos humanos (folha de pagamento, concessão de férias, concessão de licenças, concessão de benefícios sociais, recolhimento de declarações de bens e rendas etc.).	13	335	3,88
3. Rotinas de avaliação funcional (estágio probatório, progressão na carreira, licenças para treinamento etc.).	17	335	5,07
4. Programa de Incentivo à Qualificação, aprovado pela Resolução Conselho Superior nº 5, 27 de fevereiro de 2012: auxílio para docentes e técnicos administrativos participarem de qualificações.	19	335	5,67
5. Monitoramento da carga horária docente visando equilibrar ensino, pesquisa e extensão.	59	334	17,66
6. Contratação e gerenciamento de terceirizações de mão de obra.	48	336	14,29

Resultados obtidos sobre a avaliação em geral da dimensão 5 - As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho



DIMENSÃO 5:
As políticas de pessoal

Potencialidade	Fragilidade
<p>Definir critérios gerais para a capacitação dos corpos docente e técnico-administrativo.</p> <p>Liberar docentes e técnicos administrativos para qualificação em pós-graduações stricto sensu.</p>	<p>Criar um programa de qualidade de vida no trabalho.</p> <p>Criar um programa de treinamento interno para funcionários recém contratados.</p> <p>Criar indicadores de gestão de pessoas.</p> <p>Estudar uma relação ideal de número de alunos por professor, considerando que o IFSULDEMINAS tem uma relação elevada de professores por aluno quando são considerados os alunos de cursos regulares (técnicos, graduações e pós-graduações) e de cursos livres (como os FIC e os PRONATEC) em relação ao total de docentes efetivos.</p> <p>Criar programa de formação para docência em educação profissional com base em diagnóstico de deficiências de formação pedagógica do corpo docente, conforme potencial necessidade apontada pelos parágrafos 256 a 261 do Acórdão 560/2013 do Tribunal de Contas da União.</p> <p>Desenvolver estudos de indicadores sobre quantidade e ações de servidores técnico-administrativos.</p> <p>Estabelecer metas anuais e plano de capacitação e qualificação do quadro técnico-administrativo.</p> <p>Desenvolver um estudo que proponha um modelo de participação dos técnicos administrativos na pesquisa e extensão.</p> <p>Implementar a política de saúde e segurança no trabalho (Resolução Conselho Superior nº 73, de 25 de novembro de 2013).</p>

DIMENSÃO 6:
Organização e gestão da instituição

Resultado da avaliação dos procedimentos realizados em relação à política de governança que estabelece diretrizes para que os setores administrem, acompanhem, controlem e relatem os serviços que o IFSULDEMINAS presta à sociedade.

Perguntas	Institucional
1. Organização do ambiente administrativo através de normativas e manuais de procedimentos.	3.72
2. Monitoramento do desempenho institucional através de indicadores setoriais e institucionais.	3.59
3. Gerenciamento de fluxos arquivísticos de informações.	3.56
4. Atendimentos de Ouvidoria.	3.66
5. Definição de um plano anual de auditoria interna.	3.59
6. Rotinas de auditoria interna.	3.59
7. Gerenciamento de sistemas informatizados da administração pública federal (SIAFI, SIAPE, SIASG, SIDOR, SIMEC, SISTEC, E-MEC etc.).	3.75
8. Organização e diagnóstico de necessidades de revisão em resoluções e regimento.	3.54
9. Auto avaliação institucional através da Comissão Própria de Avaliação.	3.69
10. Produção de documentos institucionais, notadamente relatórios anuais de gestão, projeto político-pedagógico e plano de desenvolvimento institucional.	3.67
11. Diagnóstico de necessidades de novas diretorias, coordenadorias etc. nas unidades do IFSULDEMINAS e propostas de criação delas para o Conselho Superior.	3.54
12. Criação, orientação e acompanhamento de conselhos, colegiados e comissões.	3.53
Como você classifica a transparência nas ações realizadas pelo IFSULDEMINAS? Considere, nesta questão, a publicidade do boletim de serviços, de documentos como portarias, atas, resoluções, avaliação de projetos, recursos, orçamento, etc?	3.53
Como você classifica seu conhecimento sobre a estrutura administrativa do IFSULDEMINAS, sobre seus organogramas e sobre conhecimento dos responsáveis pelos principais setores?	3.18
Como você avalia os serviços prestados pelo IFSULDEMINAS, por meio da internet, como, por exemplo, a emissão de histórico, declarações, solicitação de veículos, pedidos diversos etc?	3.63

Procedimentos, em relação à política de governança que estabelece diretrizes para que os setores administrem, acompanhem, controlem e relatem os serviços que o IFSULDEMINAS presta à sociedade, considerados fragilidade devido à falta de conhecimento da comunidade.

Perguntas	Não soube responder	Total	% Não soube responder
1. Organização do ambiente administrativo através de normativas e manuais de procedimentos.	323	1293	25
2. Monitoramento do desempenho institucional através de indicadores setoriais e institucionais.	395	1294	31
3. Gerenciamento de fluxos arquivísticos de informações.	490	1294	38
4. Atendimentos de Ouvidoria.	461	1294	36
5. Definição de um plano anual de auditoria interna.	661	1292	51
6. Rotinas de auditoria interna.	665	1292	51
7. Gerenciamento de sistemas informatizados da administração pública federal (SIAFI, SIAPE, SIASG, SIDOR, SIMEC, SISTEC, E-MEC etc.).	618	1292	48

8. Organização e diagnóstico de necessidades de revisão em resoluções e regimento.	558	1290	43
9. Autoavaliação institucional através da Comissão Própria de Avaliação.	473	1292	37
10. Produção de documentos institucionais, notadamente relatórios anuais de gestão, projeto político-pedagógico e plano de desenvolvimento institucional.	489	1287	38
11. Diagnóstico de necessidades de novas diretorias, coordenadorias etc. nas unidades do IFSULDEMINAS e propostas de criação delas para o Conselho Superior.	534	1289	41
12. Criação, orientação e acompanhamento de conselhos, colegiados e comissões.	354	1288	27
Como você classifica a transparência nas ações realizadas pelo IFSULDEMINAS? Considere, nesta questão, a publicidade do boletim de serviços, de documentos como portarias, atas, resoluções, avaliação de projetos, recursos, orçamento, etc?	153	1281	12
Como você classifica seu conhecimento sobre a estrutura administrativa do IFSULDEMINAS, sobre seus organogramas e sobre conhecimento dos responsáveis pelos principais setores?	197	1281	15
Como você avalia os serviços prestados pelo IFSULDEMINAS, por meio da internet, como, por exemplo, a emissão de histórico, declarações, solicitação de veículos, pedidos diversos etc?	154	1280	12

Resultado da avaliação dos procedimentos realizados em relação à política de governança que estabelece diretrizes para que os setores administrem, acompanhem, controlem e relatem os serviços que o IFSULDEMINAS presta à sociedade.

Perguntas	Institucional
1 - Colegiados institucionais superiores: compõem a alta administração. • Conselho Superior • Colégio de Dirigentes • Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão • Colegiado de Administração e Planejamento Institucional • Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas	3,8
2 - Colegiados institucionais: são câmaras do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão que tratam especificamente de serviços de ensino, pesquisa e extensão. • Câmara de Ensino • Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação • Câmara de Extensão	3,82
3 - Colegiados ramificados: possuem uma estrutura institucional que se ramifica com representantes ou subcomissões nos campi. • Comissão Própria de Avaliação • Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação • Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais • Comissão de Ética dos Servidores	3,79
4 - Colegiados dos campi: órgãos específicos dos campus, nos quais existem segundo um mesmo padrão organizacional, e atuam em integração com os órgãos institucionais. • Colegiado Acadêmico dos campi • Colegiados de Curso • Comissão Permanente de Pessoal Docente • Núcleo Avançado de Planejamento Institucional • Núcleo Institucional de Pesquisa e Extensão	3,77
5 - Órgãos de representação estudantil: • Grêmios estudantis • Centros acadêmicos e diretórios acadêmicos	3,27
6 - Como você avalia a participação da comunidade acadêmica nas tomadas de decisões?	3,2

Órgãos colegiados considerados fragilidade devido à falta de conhecimento da comunidade.

Perguntas	Não souberam responder	Total de Entrevistados	Porcentagem de Não respondentes
1- Colegiados institucionais superiores: compõem a alta administração. • Conselho Superior • Colégio de Dirigentes • Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão • Colegiado de Administração e Planejamento Institucional • Colegiado de Desenvolvimento de Pessoas	259	1315	20
2- Colegiados institucionais: são câmaras do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão que tratam especificamente de serviços de ensino, pesquisa e extensão. • Câmara de Ensino • Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação • Câmara de Extensão	320	1311	24
3- Colegiados ramificados: possuem uma estrutura institucional que se ramifica com representantes ou subcomissões nos campi. • Comissão Própria de Avaliação • Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação • Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais • Comissão de Ética dos Servidores	363	1309	28

	4- Colegiados dos campi: órgãos específicos dos campus, nos quais existem segundo um mesmo padrão organizacional, e atuam em integração com os órgãos institucionais. • Colegiado Acadêmico dos campi • Colegiados de Curso • Comissão Permanente de Pessoal Docente • Núcleo Avançado de Planejamento Institucional • Núcleo Institucional de Pesquisa e Extensão	310	1310	24	
	5 - Órgãos de representação estudantil: • Grêmios estudantis • Centros acadêmicos e diretórios acadêmicos	238	1310	18	
	6 - Como você avalia a participação da comunidade acadêmica nas tomadas de decisões?	167	1285	13	
	Potencialidade	Fragilidade			
	<p>Definir critérios para a elaboração de indicadores institucionais e setoriais, principalmente para setores de pesquisa e extensão (sugerem-se especialmente indicadores do grau de participação de docentes, discentes e técnicos administrativos em projetos de pesquisa e extensão); secundariamente para setores de ensino; e eventualmente para setores administrativos (como indicadores de saúde e segurança)</p> <p>Definir critérios para o desenvolvimento de sistemas eletrônicos de gerência de informação, principalmente para setores de pesquisa e extensão; secundariamente para setores de ensino; e eventualmente para setores administrativos.</p>	<p>Instrumentalizar relatórios anuais de gestão, projeto político-pedagógico e plano de desenvolvimento institucional como documentos de apoio decisório no cotidiano administrativo.</p> <p>Reestruturar os organogramas dos <i>Campus</i> Inconfidentes, Machado e Muzambinho e revisar o das demais unidades.</p> <p>Revisar os procedimentos da Comissão Própria de Avaliação com o intuito de divulgar mais seus relatórios, obter informações mais pertinentes com a avaliação institucional, acompanhar a efetivação do que for recomendado e montar infraestrutura própria (salas, orçamento e funcionários, por exemplo).</p> <p>Solicitar ao Ministério da Educação que libere vagas para uma equipe multidisciplinar de Auditoria Interna.</p> <p>Implementar um monitoramento de resultados decorrentes de auditoria interna, o qual incluirá pelo menos um índice de relação entre a quantidade de recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência e uma sistemática de comunicação dos riscos que a alta gerência corre ao desrespeitar as recomendações</p>			
DIMENSÃO 7: Infraestrutura física	Resultado da avaliação dos procedimentos realizados em relação à política de infraestrutura.				
	Procedimento	Institucional	Reitoria	Campi-Pós	Campi-Pré
	1. Projetos de reforma, aquisição ou construção de imóveis.	3.48	3.69	3.57	3.43
	2. Projetos de aquisição de equipamentos (mobiliários, computadores, televisões, microscópios etc.).	3.56	3.5	3.63	3.51
	3. Projetos de aquisição de material de consumo para almoxarifado.	3.63	3.88	3.62	3.62
4. Gestão de material de almoxarifado.	3.76	3.94	3.85	3.71	

Procedimentos da política de infraestrutura consideradas fragilidades devido à falta de conhecimento dos respondentes.

Perguntas	Não souberam responder	Total de Entrevistados	Porcentagem de Não respondentes
1. Projetos de reforma, aquisição ou construção de imóveis.	165	1276	13
2. Projetos de aquisição de equipamentos (mobiliários, computadores, televisões, microscópios etc.).	138	1276	11
3. Projetos de aquisição de material de consumo para almoxarifado.	343	1275	27
4. Gestão de material de almoxarifado.	347	1276	27

Análise das instalações gerais do IFSULDEMINAS

Perguntas	Institucional
Como você avalia a cantina escolar? Considere para essa resposta a qualidade do atendimento, a variedade e qualidade dos produtos alimentícios, a infraestrutura e a localização.	2.89
Como você avalia o restaurante estudantil? Considere para essa resposta a qualidade do atendimento, a variedade e qualidade dos alimentícios, a infraestrutura, a localização e o preço.	3.24
Como você avalia a mecanografia (Xerox)? Considere para essa resposta a qualidade do atendimento, a localização, o horário de atendimento, o custo e a qualidade das impressões.	3.26
Como você avalia a Infraestrutura de segurança pessoal e patrimonial?	3.51
Como você avalia a Infraestrutura de prevenção de incêndio e acidentes de Trabalho	3.46
Como você avalia as condições físicas e higiênicas das instalações sanitárias?	3.65
Como você avalia os Equipamentos e laboratórios disponíveis para o desenvolvimento da pesquisa?	3.85
Como você avalia o Ambiente físico das salas de aula (iluminação, ventilação, espaço, mobiliário, etc)	3.63
Como você avalia o ambiente físico dos laboratórios de aulas práticas (iluminação, ventilação, espaço, mobiliário, etc)	3.78
Como você avalia o ambiente físico das salas de professores (iluminação, ventilação, espaço, mobiliário, etc)	3.82
Como você avalia a disponibilidade e qualidade dos equipamentos audiovisuais?	3.76
Como você avalia disponibilidade e qualidade dos equipamentos de informática?	3.72
Como você avalia a disponibilidade e condições dos equipamentos de proteção individual EPI?	3.43
Como você avalia a disponibilidade de materiais didáticos?	3.71
Como você avalia o ambiente e a infraestrutura para o desenvolvimento de prática esportiva	3.75
Como você avalia as condições de acessibilidade a sala de aulas, refeitórios etc., para portadores de necessidades especiais?	3.58
Como você avalia os serviços de assistência médica e odontológica?	3.09
Como você avalia a disponibilidade e a qualidade da conexão a internet?	2.98
De forma geral, como você avalia a infraestrutura geral do IFSULDEMINAS?	3.84
Como você avalia o sistema acadêmico quanto ao lançamento e consulta de notas, faltas e conteúdos e geração de relatórios?	3.45
Como você avalia o funcionamento da cooperativa dos alunos?	3.65
Como você avalia a qualidade e a disponibilidade de sinal de internet <i>wifi</i> no campus?	2.57

Avaliação das instalações gerais, consideradas fragilidades por falta de conhecimento dos entrevistados.

Perguntas	Não souberam responder	Total de Entrevistados	Porcentagem de Não respondentes
Como você avalia a cantina escolar? Considere para essa resposta a qualidade do atendimento, a variedade e qualidade dos produtos alimentícios, a infraestrutura e a localização.	112	1273	9
Como você avalia o restaurante estudantil? Considere para essa resposta a qualidade do atendimento, a variedade e qualidade dos alimentícios, a infraestrutura, a localização e o preço.	149	1273	12
Como você avalia a mecanografia (Xerox)? Considere para essa resposta a qualidade do atendimento, a localização, o horário de atendimento, o custo e a qualidade das impressões.	173	1270	14
Como você avalia a Infraestrutura de segurança pessoal e patrimonial?	83	1271	7
Como você avalia a Infraestrutura de prevenção de incêndio e acidentes de Trabalho	295	1272	23
Como você avalia as condições físicas e higiênicas das instalações sanitárias?	29	1272	2
Como você avalia os Equipamentos e laboratórios disponíveis para o desenvolvimento da pesquisa?	132	1271	10
Como você avalia o Ambiente físico das salas de aula (iluminação, ventilação, espaço, mobiliário etc)	54	1272	4
Como você avalia o ambiente físico dos laboratórios de aulas práticas (iluminação, ventilação, espaço, mobiliário etc)	94	1270	7
Como você avalia o ambiente físico das salas de professores (iluminação, ventilação, espaço, mobiliário etc)	303	1271	24
Como você avalia a disponibilidade e qualidade dos equipamentos audiovisuais?	128	1269	10
Como você avalia disponibilidade e qualidade dos equipamentos de informática?	61	1271	5
Como você avalia a disponibilidade e condições dos equipamentos de proteção individual EPI?	549	1270	43
Como você avalia a disponibilidade de materiais didáticos?	131	1271	10
Como você avalia o ambiente e a infraestrutura para o desenvolvimento de prática esportiva	215	1270	17
Como você avalia as condições de acessibilidade a sala de aulas, refeitórios etc., para portadores de necessidades especiais?	122	1271	10
Como você avalia os serviços de assistência médica e odontológica?	628	1271	49
Como você avalia a disponibilidade e a qualidade da conexão a internet?	33	1269	3
De forma geral, como você avalia a infraestrutura geral do IFSULDEMINAS?	25	1269	2
Como você avalia o sistema acadêmico quanto ao lançamento e consulta de notas, faltas e conteúdos e geração de relatórios?	105	1269	8
Como você avalia o funcionamento da cooperativa dos alunos?	418	1270	33
Como você avalia a qualidade e a disponibilidade de sinal de internet wifi no campus?	68	1268	5

Avaliação da política de acesso à informação

Perguntas	Institucional
Como você avalia a acessibilidade à biblioteca? Considere para essa questão a infraestrutura física e a disponibilidade de tecnologias assistivas como scanners, lupas etc.	3.77
Como você avalia o sistema da Biblioteca para consulta do acervo de livros?	3.92
Como você avalia a qualidade e quantidade do acervo da Biblioteca em sua área de estudo/atuação?	3.54
Como você avalia o horário de funcionamento da Biblioteca?	4.09
Como você avalia a qualidade de atendimento da Biblioteca?	4.09
Como você avalia o acesso à internet, disponibilidade de terminais para uso, na Biblioteca?	3.45
Como você avalia a sala de estudos e a ambientação da Biblioteca?	3.69
De forma geral, como você avalia a infraestrutura e o acervo da Biblioteca do IFSULDEMINAS?	3.8

Itens avaliados na política de acesso à informação considerados fragilidade por falta de conhecimento.

Perguntas	Não souberam responder	Total de Entrevistados	Porcentagem de Não respondentes
Como você avalia a acessibilidade à biblioteca? Considere para essa questão a infraestrutura física e a disponibilidade de tecnologias assistivas como scanners, lupas etc.	93	1269	7
Como você avalia o sistema da Biblioteca para consulta do acervo de livros?	99	1271	8
Como você avalia a qualidade e quantidade do acervo da Biblioteca em sua área de estudo/atuação?	90	1272	7
Como você avalia o horário de funcionamento da Biblioteca?	71	1272	6
Como você avalia a qualidade de atendimento da Biblioteca?	65	1271	5
Como você avalia o acesso à internet, disponibilidade de terminais para uso, na Biblioteca?	180	1272	14
Como você avalia a sala de estudos e a ambientação da Biblioteca?	110	1272	9
De forma geral, como você avalia a infraestrutura e o acervo da Biblioteca do IFSULDEMINAS?	66	1271	5

Potencialidade	Fragilidade
Concluir a construção do prédio da Reitoria.	<p>Ampliar em 66% o quantitativo de instalações físicas totais do IFSULDEMINAS</p> <p>Ampliar em 62% o quantitativo de instalações físicas pedagógicas (apenas salas de aula mais laboratórios)</p> <p>Aperfeiçoar a operação do software Sistema de Monitoramento de Obras do Governo Federal (SIMECObras) de modo que o sistema espelhe as instalações físicas prontas e em construção.</p> <p>Criar indicadores de adequação entre as instalações físicas e as demandas da comunidade escolar.</p>

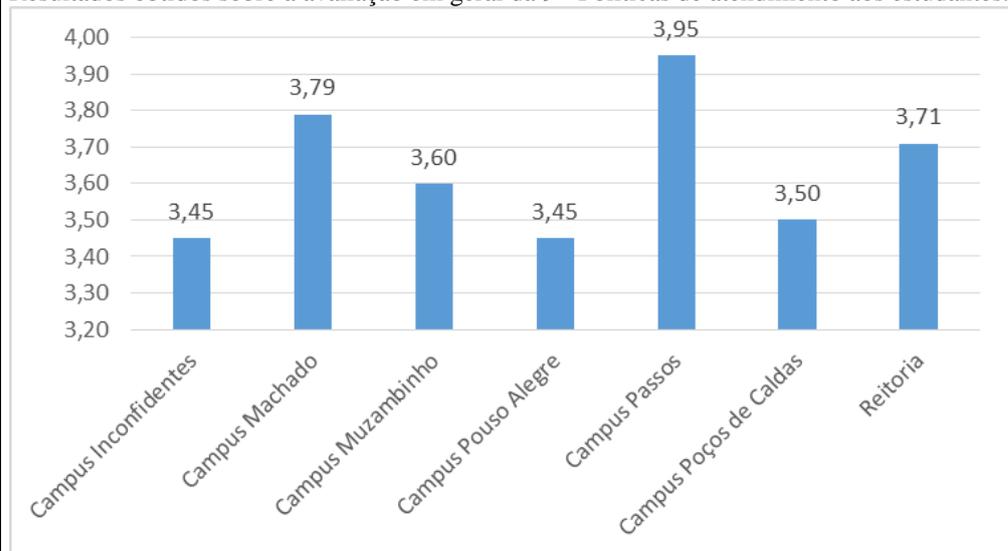
		Incluir os parâmetros de acessibilidade da Norma Técnica Brasileira nº 9050, de 31 de março de 2004, quando especificar a aquisição de edificações e mobiliários.	
DIMENSÃO 8: Planejamento e avaliação	Avaliação da autoavaliação institucional.		
	Perguntas	Institucional	
	Como você avalia o trabalho da Comissão Própria de Avaliação - CPA no IFSULDEMINAS?	3.99	
	Ao longo das últimas avaliações, os questionários aplicados pela CPA estão sendo atualizados, de forma a reduzir o número de questões e de melhorar a qualidade das informações obtidas. Como você avalia a reformulação dos questionários aplicados pela CPA para avaliação institucional do IFSULDEMINAS?	3.98	
	Como você avalia a relação entre a CPA e comunidade acadêmica?	3.68	
	Como você avalia a divulgação e a publicidade da avaliação pela CPA?	3.39	
	Como você avalia a divulgação dos resultados obtidos nos questionários aplicados pela CPA?	3.28	
	Como você avalia a discussão dos resultados obtidos nos questionários aplicados pela CPA?	3.26	
	Porcentagem de entrevistados que não souberam avaliar a autoavaliação institucional.		
	Perguntas	Não souberam responder	Total de Entrevistados
Como você avalia o trabalho da Comissão Própria de Avaliação - CPA no IFSULDEMINAS?	1023	2270	45
Ao longo das últimas avaliações, os questionários aplicados pela CPA estão sendo atualizados, de forma a reduzir o número de questões e de melhorar a qualidade das informações obtidas. Como você avalia a reformulação dos questionários aplicados pela CPA para avaliação institucional do IFSULDEMINAS?	816	2269	36
Como você avalia a relação entre a CPA e comunidade acadêmica?	931	2269	41
Como você avalia a divulgação e a publicidade da avaliação pela CPA?	794	2267	35
Como você avalia a divulgação dos resultados obtidos nos questionários aplicados pela CPA?	980	2266	43
Como você avalia a discussão dos resultados obtidos nos questionários aplicados pela CPA?	1099	2261	49
Avaliação do planejamento e ações a partir dos resultados das avaliações.			
Perguntas	Institucional		
Como você avalia as ações decorrentes do processo de avaliação da CPA no seu campus?	3.59		
Como você avalia o processo que o IFSULDEMINAS realiza para elaborar o Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI), com base nos resultados das avaliações institucionais.	3.61		
Porcentagem de entrevistados que não possuem conhecimento sobre o planejamento e ações a partir dos resultados das avaliações.			
Perguntas	Não souberam responder	Total de Entrevistados	Porcentagem de Não respondentes
Como você avalia as ações decorrentes do processo de avaliação da CPA no seu campus?	1070	2252	48
Como você avalia o processo que o IFSULDEMINAS realiza para elaborar o Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI), com base nos resultados das avaliações institucionais.	1045	2253	46

	Potencialidade	Fragilidade			
	O trabalho da CPA e a atualização dos questionários de avaliação foram considerados uma potencialidade no processo de avaliação.	<p>Muitos entrevistados ainda desconhecem o trabalho realizado pela CPA, constituindo grandes fragilidades.</p> <p>Muitos entrevistados não souberam responder ou não possuem conhecimento sobre o assunto quando se trata do planejamento e ações a partir dos resultados das avaliações.</p> <p>Necessidade de melhorar a divulgação e discussão dos dados e dos resultados da avaliação institucional com a comunidade acadêmica.</p> <p>Realizar a conscientização da comunidade, conduzindo o processo avaliativo com maior transparência, envolvendo a comunidade no processo e buscando que a avaliação produza os resultados esperados.</p>			
DIMENSÃO 9: Políticas de atendimento aos estudantes	Resultado da avaliação dos procedimentos realizados em relação à política de atendimento aos discentes.				
		Média			
	Procedimento	Institucional	Reitoria	Campus-Pós	Campus-Pré
	1. Dois processos seletivos (vestibulares) por ano para ingresso de estudantes nos cursos técnicos e nas graduações.	3,9	4,6	4,0	3,8
	2. Monitoramento da legislação inclusiva de âmbito federal (como o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil) e adequar os procedimentos da política de atendimento discente.	4,0	4,4	3,9	4,0
	3. Gerenciamento do ingresso de estudantes por transferência interna, externa ou <i>ex-officio</i> .	3,9	3,9	3,8	4,0
	4. Programa de assistência à saúde.	3,6	4,2	3,7	3,4
	5. Programa de apoio às pessoas com necessidades especiais.	3,6	3,9	3,6	3,6
	6. Programa de auxílio estudantil.	4,0	4,5	3,9	3,9
	7. Programa de auxílio à participação em eventos acadêmicos, científicos e tecnológicos.	3,7	4,5	3,8	3,5
	8. Programa de mobilidade estudantil nacional e internacional.	3,7	4,7	3,8	3,4
	9. Programa de acompanhamento psicológico.	3,6	4,0	3,7	3,4
	10. Programa de acompanhamento pedagógico.	3,7	4,0	3,6	3,7
	11. Programa de incentivo ao esporte, ao lazer e à cultura.	3,7	4,0	3,6	3,7
	12. Programa de acompanhamento de serviço social.	3,6	3,4	3,6	3,5
	13. Programa de inclusão digital.	3,7	4,3	3,6	3,7
	14. Organização de grêmios estudantis, centros acadêmicos e diretórios acadêmicos.	3,2	3,8	3,2	3,1
	15. Programa de acessibilidade de pessoas com necessidades especiais.	3,6	3,7	3,5	3,6
	16. Organização de cooperativas-escolas dos alunos nos Campi Inconfidentes, Machado e Muzambinho.	3,7	4,2	3,7	3,6
17. Divulgação dos programas de atendimento aos discentes.	3,7	4,0	3,6	3,8	
18. Projeto de Prevenção da Evasão Escolar.	3,0	3,7	3,0	2,9	

Procedimentos, em relação à política atendimento aos discentes, considerados fragilidade devido à falta de conhecimento da comunidade.

Procedimento	Não soube responder	Total Entrevistados	% Não soube responder
1. Dois processos seletivos (vestibulares) por ano para ingresso de estudantes nos cursos técnicos e nas graduações.	96	1380	6,96
2. Monitoramento da legislação inclusiva de âmbito federal (como o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil) e adequar os procedimentos da política de atendimento discente.	359	1377	26,07
3. Gerenciamento do ingresso de estudantes por transferência interna, externa ou <i>ex-officio</i> .	397	1377	28,83
4. Programa de assistência à saúde.	374	1369	27,32
5. Programa de apoio às pessoas com necessidades especiais.	324	1371	23,63
6. Programa de auxílio estudantil.	146	1371	10,65
7. Programa de auxílio à participação em eventos acadêmicos, científicos e tecnológicos.	215	1370	15,69
8. Programa de mobilidade estudantil nacional e internacional.	371	1369	27,10
9. Programa de acompanhamento psicológico.	487	1369	35,57
10. Programa de acompanhamento pedagógico.	413	1370	30,15
11. Programa de incentivo ao esporte, ao lazer e à cultura.	214	1370	15,62
12. Programa de acompanhamento de serviço social.	0	1366	0,00
13. Programa de inclusão digital.	367	1370	26,79
14. Organização de grêmios estudantis, centros acadêmicos e diretórios acadêmicos.	334	1367	24,43
15. Programa de acessibilidade de pessoas com necessidades especiais.	346	1370	25,26
16. Organização de cooperativas-escolas dos alunos nos <i>Campi</i> Inconfidentes, Machado e Muzambinho.	509	1371	37,13
17. Divulgação dos programas de atendimento aos discentes.	315	1369	23,01
18. Projeto de Prevenção da Evasão Escolar.	567	1371	41,36

Resultados obtidos sobre a avaliação em geral da 9 - Políticas de atendimento aos estudantes.



Potencialidade	Fragilidade
<p>Instituir programa de ações inclusivas, atualmente sob avaliação do Conselho Superior.</p> <p>Instituir política de assistência estudantil, atualmente sob avaliação do Conselho Superior.</p>	<p>Acompanhar o desempenho acadêmico dos beneficiados pelos procedimentos de atendimento aos discentes, inclusive através de visitas familiares.</p>

	<p>Agilizar o acesso dos discentes ao auxílio estudantil e outros procedimentos de atendimento aos discentes.</p> <p>Criar serviço de atendimento psicopedagógico.</p>	<p>Firmar parcerias com redes municipais ou regionais de assistência social.</p> <p>Ampliar a equipe dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais, incluindo profissionais interdisciplinares como pedagogos e intérpretes de LIBRAS.</p> <p>Instalar, em cada Campus, pelo menos uma sala de informática que não se confunda com laboratório de curso de informática e que fique aberta exclusivamente para o público em geral por 15 horas diárias.</p> <p>Adquirir equipamentos de tecnologia assistiva (impressa Braille, lupas manuais, leitor de tela de computador, lupa eletrônica, impressora 3D, teclados e mouses acessíveis, cadeiras de rodas, mobiliário escolar acessível etc.).</p> <p>Capacitar os servidores (inclusive os terceirizados) a atender pessoas com necessidades especiais.</p> <p>Construir uma sala de recursos multifuncionais em cada campus para atendimento educacional especializado, em atenção ao Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.</p> <p>Atingir índice de eficiência acadêmica de 90%, como previsto pelo Acordo de Metas e Compromissos firmado entre o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e o IFSULDEMINAS em 2010.</p> <p>Consolidar dados do projeto de prevenção da evasão escolar e propor plano de ações para reduzir a evasão escolar.</p> <p>Construir o centro de equoterapia do Campus Machado.</p>								
<p>DIMENSÃO 10: Sustentabilidade financeira</p>	<p>Avaliação da política de orçamento e finanças.</p> <table border="1" data-bbox="544 1626 1318 1854"> <thead> <tr> <th data-bbox="544 1626 1145 1659">Perguntas</th> <th data-bbox="1145 1626 1318 1659">Institucional</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="544 1659 1145 1765">Elaborar previsões orçamentárias anuais conforme a matriz orçamentária do CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica).</td> <td data-bbox="1145 1659 1318 1765" style="background-color: #008000; color: white; text-align: center;">3.82</td> </tr> <tr> <td data-bbox="544 1765 1145 1821">Acompanhar a execução financeira e orçamentária através de sistemas eletrônicos.</td> <td data-bbox="1145 1765 1318 1821" style="background-color: #ffff00; text-align: center;">3.75</td> </tr> <tr> <td data-bbox="544 1821 1145 1854">Compras públicas.</td> <td data-bbox="1145 1821 1318 1854" style="background-color: #ffff00; text-align: center;">3.63</td> </tr> </tbody> </table> <p>Porcentagem de entrevistados que não possuem conhecimento da política de orçamento e finanças.</p>		Perguntas	Institucional	Elaborar previsões orçamentárias anuais conforme a matriz orçamentária do CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica).	3.82	Acompanhar a execução financeira e orçamentária através de sistemas eletrônicos.	3.75	Compras públicas.	3.63
Perguntas	Institucional									
Elaborar previsões orçamentárias anuais conforme a matriz orçamentária do CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica).	3.82									
Acompanhar a execução financeira e orçamentária através de sistemas eletrônicos.	3.75									
Compras públicas.	3.63									

Perguntas	Não souberam responder	Total de Entrevistados	Porcentagem de Não respondentes
Elaborar previsões orçamentárias anuais conforme a matriz orçamentária do CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica).	895	2252	40
Acompanhar a execução financeira e orçamentária através de sistemas eletrônicos.	835	2250	37
Compras públicas.	821	2247	37

Avaliação da sustentabilidade financeira.

Perguntas	Institucional
Como você avalia as medidas previstas no Plano de Logística Sustentável do IFSULDEMINAS, que visa racionalizar os gastos e definir procedimentos visando a um ambiente organizacional saudável para as pessoas e para o meio ambiente?	3.73

Avaliação das políticas direcionadas à aplicação de recursos para os programas de ensino, pesquisa e extensão.

Perguntas	Institucional
Como você avalia as políticas do IFSULDEMINAS direcionadas à aplicação de recursos para os programas de ensino, pesquisa e extensão?	3.76

Potencialidade	Fragilidade
Os procedimentos relativos a política de orçamento e finanças encontra-se dentro dos padrões de normalidade. As políticas de logística sustentável são consideradas dentro dos padrões de normalidade. Sobre a política de aplicações de recursos para os programas de ensino pesquisa e extensão, a aplicação dos recursos se apresentam dentro das normalidades.	No entanto, ao analisar todos os entrevistados observa-se que os procedimentos são poucos conhecidos, principalmente a elaboração das previsões orçamentárias, que pelo número de entrevistados de desconhecem o procedimento ou não sabem responder. Unificar os procedimentos de execução orçamentária e financeira através de sistema eletrônico comum a todas as unidades do IFSULDEMINAS. Implementar o Plano de Logística Sustentável e acompanhar o desempenho das medidas ali previstas. Criar sistema de coleta de dados de captação de recursos externos. Falta de transparência com a aplicação dos recursos e com a indefinição de um fluxo bem definido para o processo de compras.

Fonte: Adaptado pela autora de (IFSULDEMINAS, 2017, p. 28 – 148)

APÊNDICE C - Relatório de Autoavaliação Institucional - 2018

Conforme Relatório de Autoavaliação Institucional 2018, (IFSULDEMINAS, 2018, p. 12), a coleta de dados foi realizada sob forma de questionário, composta por questões abertas e fechadas, sendo adaptadas de acordo com o público-alvo, conforme Tabela 6. Sua aplicação foi realizada entre os dias de 28 de fevereiro de 2019 e 17 de março de 2019 por um sistema informatizado, validado somente após a confirmação de conclusão por parte do respondente.

Tabela 6 – Relatório de autoavaliação 2018: Resumo da aplicação 2018

Ano de publicação	2018				Percepção dos resultados (dos 60% necessários para ser considerado adequado, adicionou-se um limite de 10% para cima e 10% para baixo)
	Docentes e TAEs	Discentes cursos	Discentes cursos EaD	Forma de acesso ao questionário	
Múltipla Escolha - Única Resposta	56	123	135	<i>Token individual</i>	a) acima de 70% são considerados potencialidade; b) faixa de 50% a 70% são considerados como dentro dos padrões de satisfação esperados; c) abaixo dos 50% são considerados fragilidade
Múltipla Escolha - Várias Respostas	1	1	1		
Dissertativa	1	0	0		
Total questões por questionário	58	124	136		

Fonte: Adaptado pela autora de IFSULDEMINAS (2019, p. 12)

O processo descrito na Tabela 6, contou com a participação de 3.640 (três mil seiscentos e quarenta) participantes/respondentes, sendo eles, de acordo com a Tabela 7, representantes dos seguintes segmentos – Docentes, Técnico Administrativos Educacionais (TAE) e Discentes:

Tabela 7 - Relatório de autoavaliação 2018: Segmentos participantes por Campi

	Docente			TAE			Discente		
	Aptos	Partic	%	Aptos	Partic	%	Aptos	Partic	%
Campus Inconfidentes	113	53	47%	93	36	39%	1015	381	38%
Campus Machado	108	42	39%	100	34	34%	907	635	70%
Campus Muzambinho	157	91	58%	109	54	50%	2660	1311	49%
Campus Pouso Alegre	86	36	42%	46	21	46%	560	224	40%
Campus Passos	76	49	64%	42	22	52%	423	291	69%
Campus Poços de Caldas	69	32	46%	41	20	49%	480	209	44%
Reitoria	-	-	-	117	54	46%	-	-	-
Campus Três Corações	28	18	64%	19	6	32%	100	21	21%

Fonte: IFSULDEMINAS (2019, p. 15)

Após aplicação do instrumento de avaliação aos segmentos apresentados na Tabela 7, as análises foram feitas baseadas na escala de *Likert*, assim direcionadas: a primeira, de 5 pontos assim distribuídos: 0 - Não sei responder, 1 - Muito Ruim, 2 - Ruim, 3 - Regular, 4 - Bom e 5 - Muito Bom; a segunda de 6 pontos assim distribuídos: -1 - Não se aplica, 0 - Não sei responder, 1 - Discordo Totalmente, 2, 3, 4, 5, 6 - Concordo Totalmente. Para o cálculo foi utilizado o *Ranking Médio (RM)*, baseado na fórmula apresentada na Figura 12:

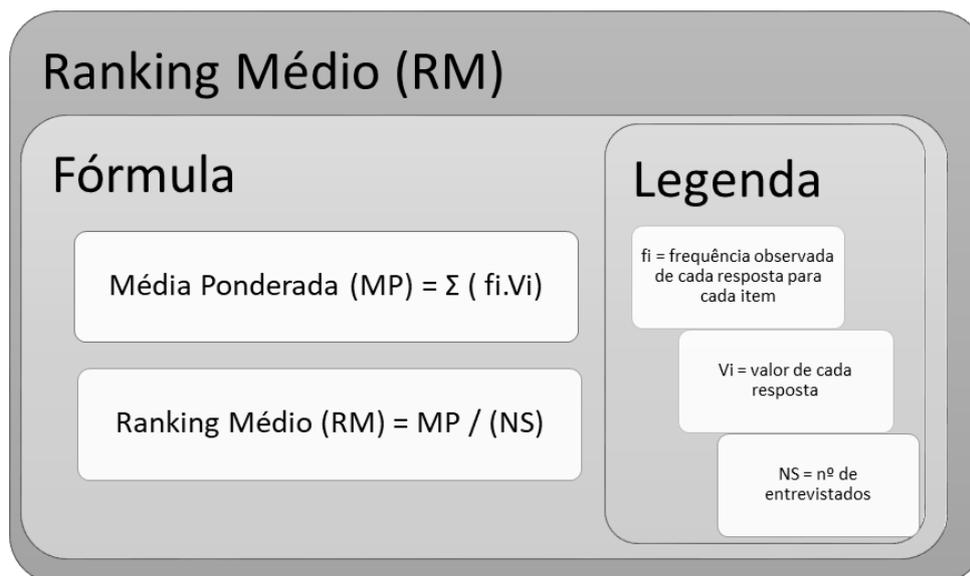


Figura 12 - Cálculo utilizado no Relatório de Autoavaliação 2018

Fonte: Adaptado pela autora de IFSULDEMINAS (2018, p. 14)

De acordo com a equação apresentada na Figura 12, foi possível definir que “quanto mais próximo de 5 (escala de 5 pontos) e mais próximo de 6 (escala de 6 pontos) o RM estiver, maior será o nível de satisfação dos segmentos e, quanto mais próximo de 1, menor”. Também se optou, a fim de facilitar a visualização dos resultados, converter a

escala de 6 pontos para a escala de 5 pontos, considerando como aprovado o item que conseguir 60% de positividade na escala. (IFSULDEMINAS, 2018, p. 14). Tal situação pode ser melhor compreendida na apresentação da Tabela 8:

Tabela 8 - Escala utilizada para definição de potencialidades e fragilidades

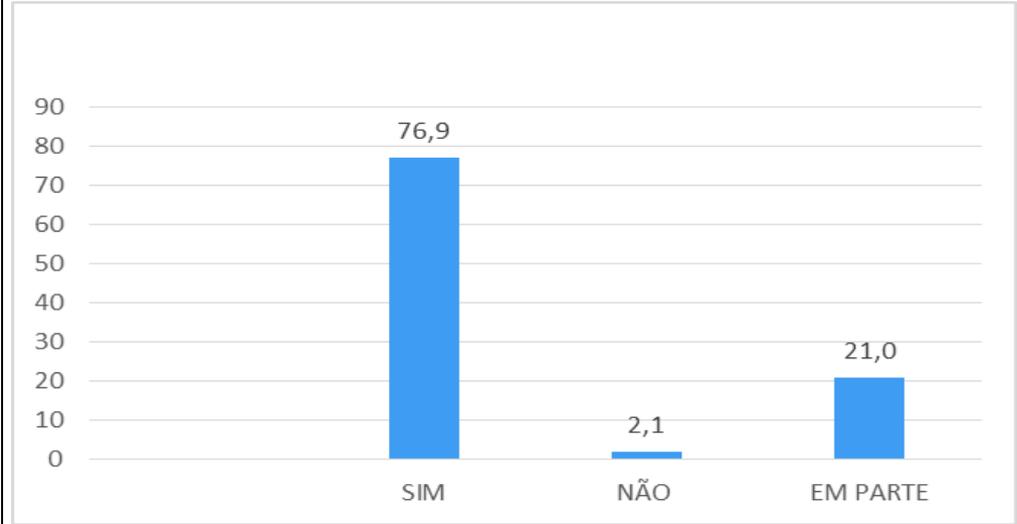
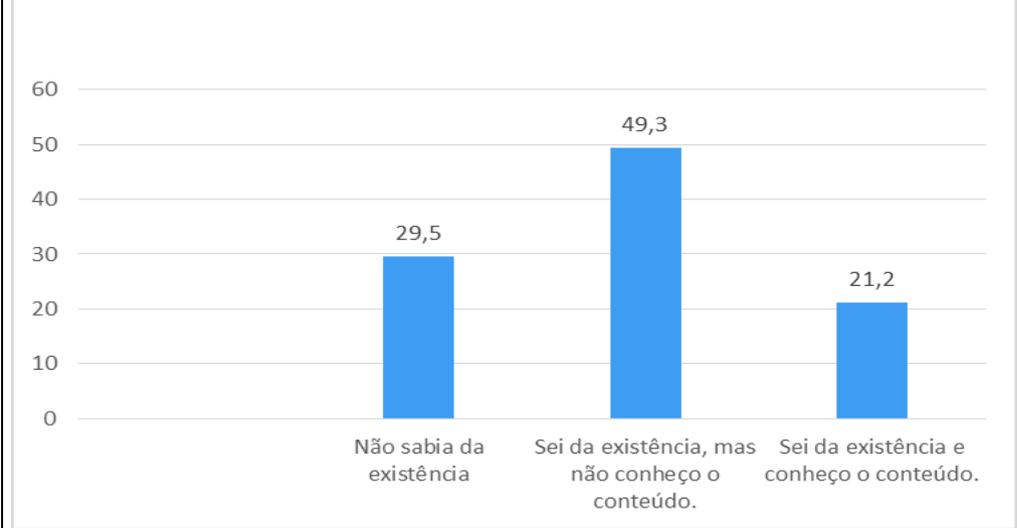
		Escala																				
		0	5	10	15	20	25	30	35	40	45	50	55	60	65	70	75	80	85	90	95	100
Média para escala de 5 pts.		$1 \leq M < 3$										$3 \leq M \leq 3,8$					$M > 3,8$					
Classificação		Fragilidade										Normal Esperado					Potencialidade					

Fonte: IFSULDEMINAS (2018, p. 15)

Como pode ser observado na Tabela 8, a condição 0 – Não sei responder, não foi utilizada no cálculo, sendo indiferente à classificação do item. E, conforme Relatório 2018, “as questões que não utilizam a escala de *Likert* foram analisadas por meio do percentual de escolhas realizadas em cada segmento”. (IFSULDEMINAS, 2018, p. 15)

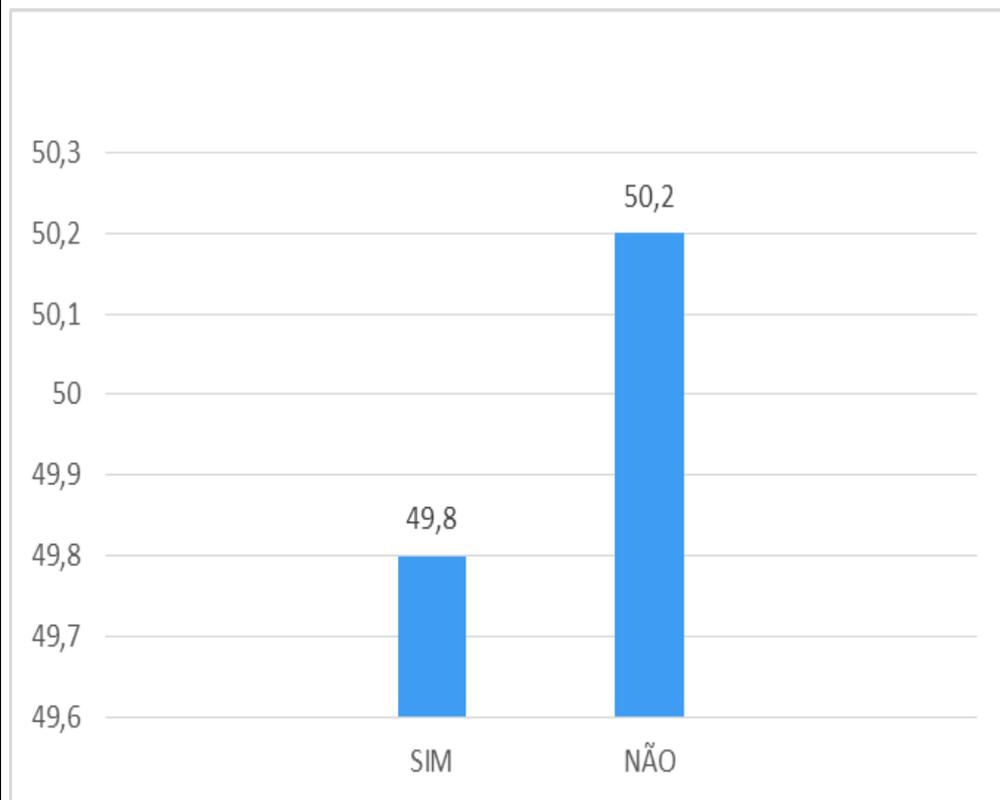
Os resultados foram apresentados de forma categorizada, tendo como base as dimensões previstas na Lei nº 10.861/ 2004, ficando assim resumidos:

Quadro 38 - Relatório de Autoavaliação 2018: resumo

DIMENSÃO	CONCLUSÃO									
<p style="text-align: center;">DIMENSÃO 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI</p>	<p>Você tem percebido que as atividades desenvolvidas no IFSULDEMINAS seguem sua missão?</p>  <table border="1" data-bbox="416 376 1433 900"> <thead> <tr> <th>Resposta</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>SIM</td> <td>76,9</td> </tr> <tr> <td>NÃO</td> <td>2,1</td> </tr> <tr> <td>EM PARTE</td> <td>21,0</td> </tr> </tbody> </table>		Resposta	Porcentagem	SIM	76,9	NÃO	2,1	EM PARTE	21,0
	Resposta	Porcentagem								
	SIM	76,9								
NÃO	2,1									
EM PARTE	21,0									
<p>Com relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, marque uma das opções abaixo:</p>  <table border="1" data-bbox="416 1057 1433 1585"> <thead> <tr> <th>Opção</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Não sabia da existência</td> <td>29,5</td> </tr> <tr> <td>Sei da existência, mas não conheço o conteúdo.</td> <td>49,3</td> </tr> <tr> <td>Sei da existência e conheço o conteúdo.</td> <td>21,2</td> </tr> </tbody> </table>		Opção	Porcentagem	Não sabia da existência	29,5	Sei da existência, mas não conheço o conteúdo.	49,3	Sei da existência e conheço o conteúdo.	21,2	
Opção	Porcentagem									
Não sabia da existência	29,5									
Sei da existência, mas não conheço o conteúdo.	49,3									
Sei da existência e conheço o conteúdo.	21,2									
<p style="text-align: center;">Potencialidade</p> <p>Missão: as atividades desenvolvidas na instituição estão pautadas em sua missão.</p> <p>PDI: os segmentos docentes e técnicos administrativos sabem da existência do documento e o conhecem.</p>	<p style="text-align: center;">Fragilidade</p> <p>PDI: o segmento discente tem conhecimento do plano, mas ainda não o conhece.</p>									
<p>Obs.:</p>	<p>Não se aplica.</p>									

DIMENSÃO 2:
A política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-graduação, a Extensão e as respectivas formas de operacionalização

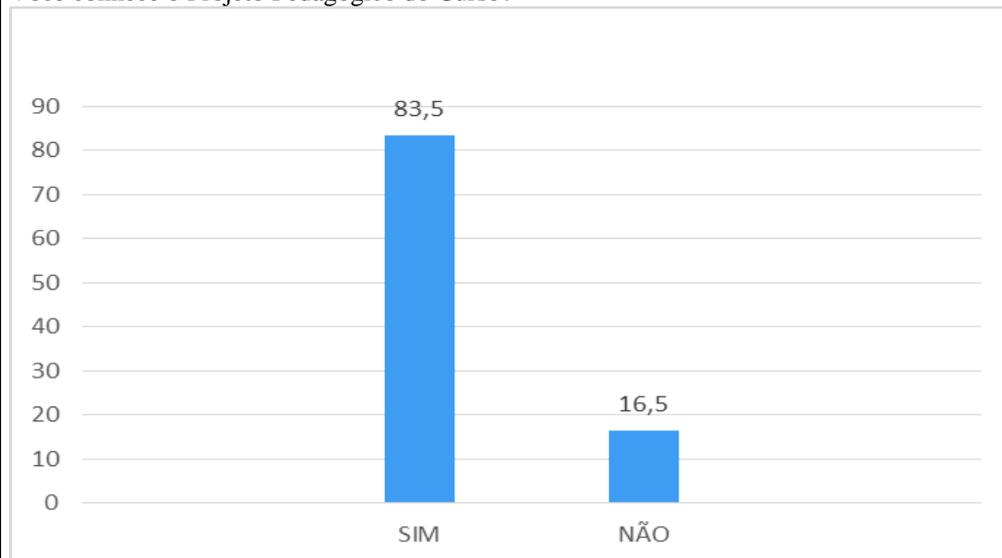
Você desenvolveu e/ou participou de projeto(s) de ensino, pesquisa ou extensão no IFSULDEMINAS, nos últimos três anos?



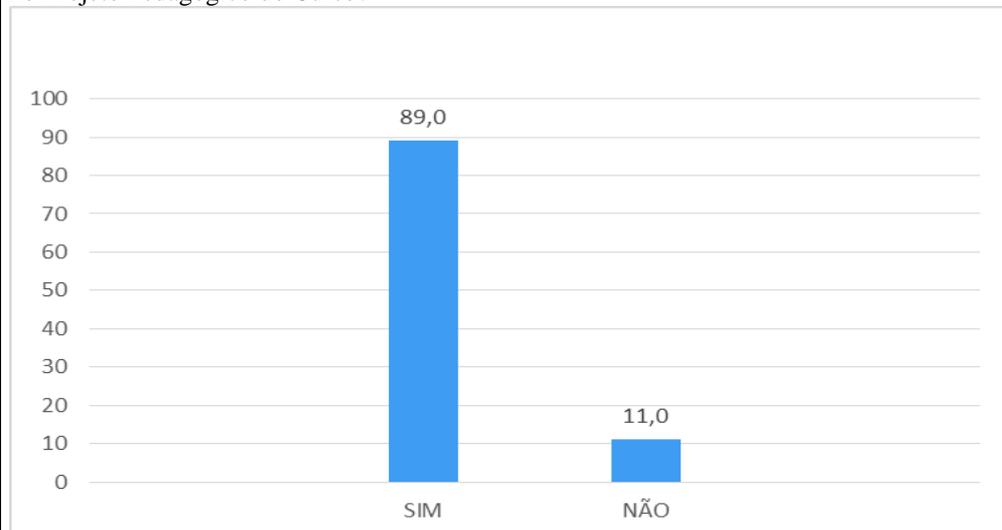
Questões que utilizaram a escala de *Likert*:

Pergunta	Docente	TAE	Discente	Média
4) Como você avalia a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão?	3.72	3.91	4.19	3.94
5) Como você avalia os meios de divulgação das atividades de ensino, pesquisa e extensão?	3.75	3.82	3.79	3.79
6) Como você avalia o número de bolsas para os projetos de ensino, pesquisa e extensão?	3.35	3.60	3.36	3.44
7) Como você avalia as condições dos laboratórios de pesquisa, quanto a espaço de circulação e segurança (extintores, lava olho, iluminação), bancadas, armários e pias?	3.58	4.04	4.12	3.91
8) Como você avalia a disponibilidade de equipamentos, materiais (lupas, microscópios, vidrarias, reagentes e materiais de consumo) e/ou bibliografia disponível para o atendimento das pesquisas?	3.51	4.05	4.01	3.86
9) Você avalia que as atividades de extensão realizadas pelo IFSULDEMINAS têm atendido às necessidades da comunidade local?	3.69	3.82	4.01	3.84

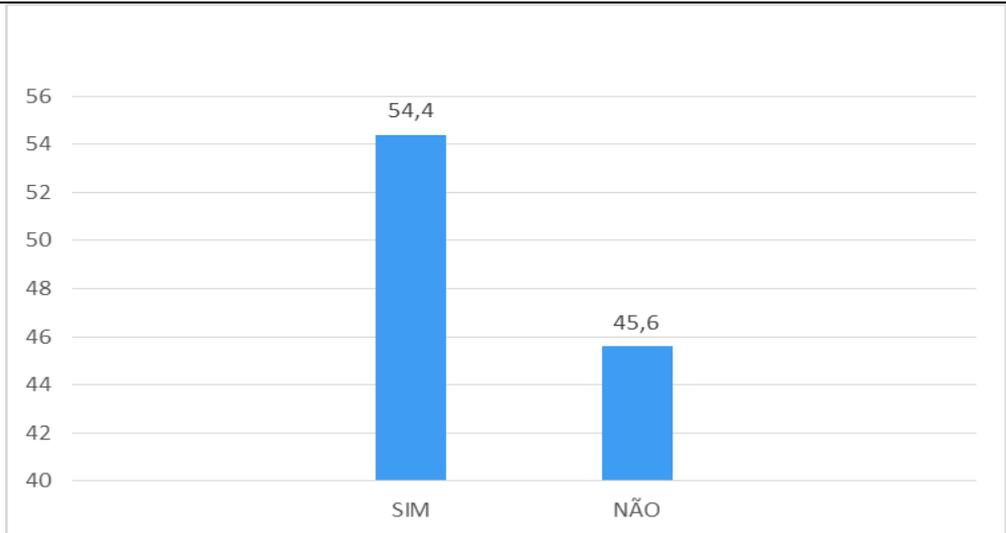
Você conhece o Projeto Pedagógico do Curso?



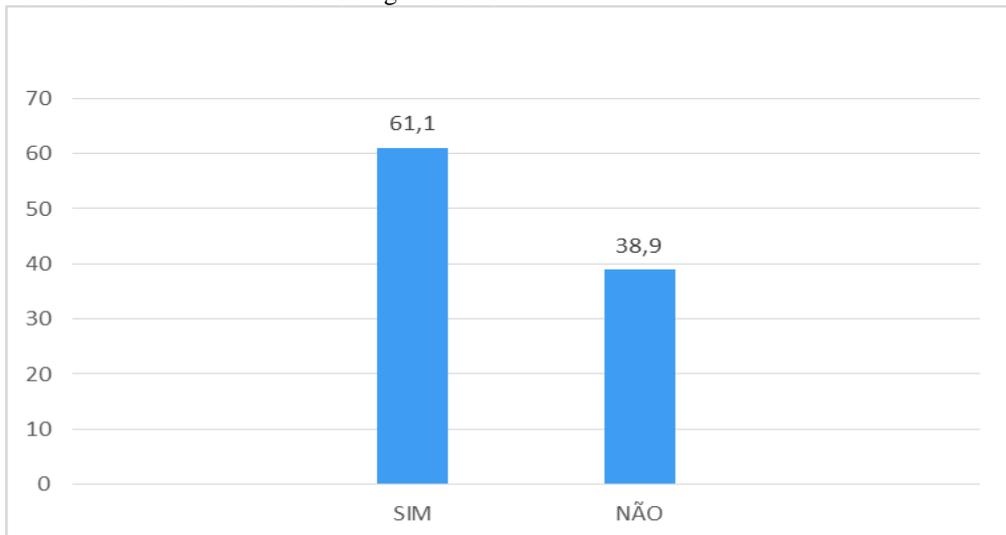
O curso oferece atividades de prática profissional ou acadêmica compatíveis com o proposto no Projeto Pedagógico do Curso?



Você conhece o conceito do Curso no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)?



Você conhece os membros do Colegiado do Curso?



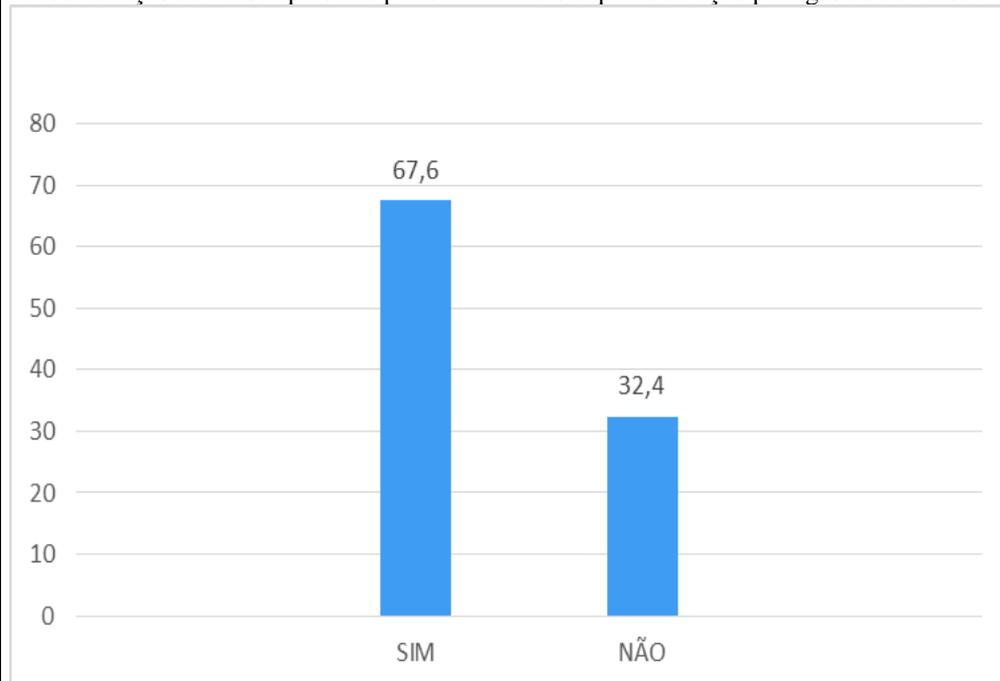
Avaliação do curso pelos discentes:

Pergunta	Média Discente
14) O curso está correspondendo às suas expectativas?	4.34

Avaliação da coordenação de curso pelos discentes:

Pergunta	Média Discente
15) Como você avalia o empenho da coordenação no desenvolvimento e na qualidade do curso?	4.33
16) Como você avalia a capacidade da coordenação em propor soluções para os problemas surgidos no Curso?	4.12
17) Como você avalia o relacionamento da coordenação do curso com os discentes e docentes?	4.30
18) Como você avalia a comunicação e o diálogo da coordenação do curso com os docentes e discentes?	4.24

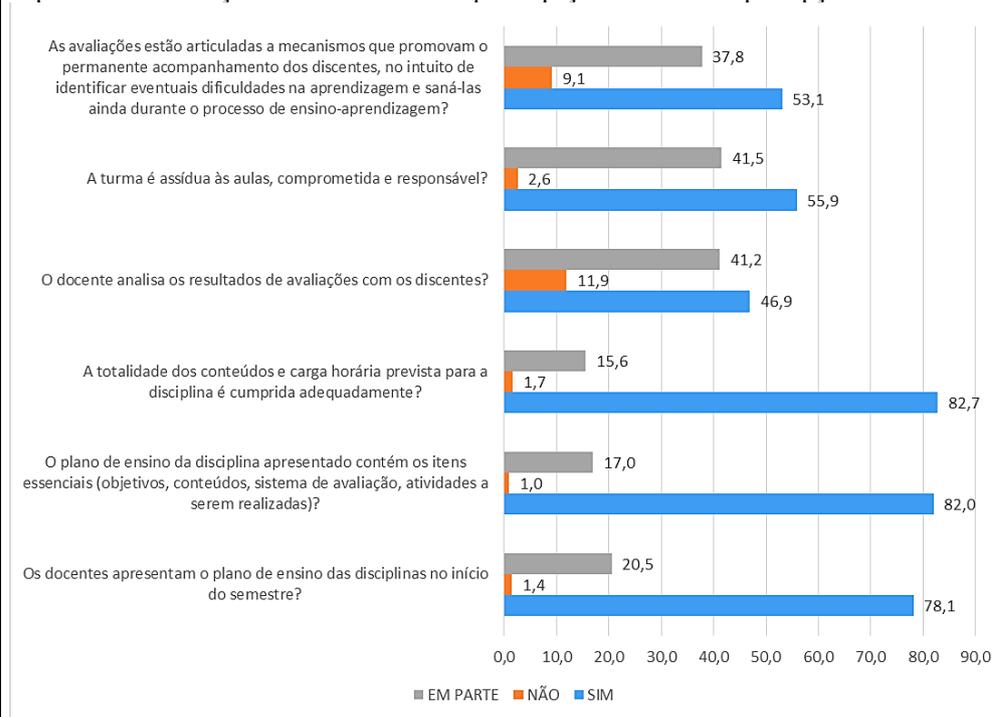
A coordenação do curso apresenta periodicamente seu plano de ação para gestão do curso?



Avaliação do corpo docente pelos discentes:

Pergunta	Média Discente
17) Como você avalia a atualização e o domínio de conteúdo dos docentes que atuam no seu curso?	4.29
18) Como você avalia o relacionamento e o diálogo dos docentes que atuam no seu curso?	4.24
19) Como você avalia a pontualidade dos docentes na realização das suas funções?	4.27
20) Como você avalia a assiduidade dos docentes com suas funções?	4.37
21) Como você avalia que a didática dos docentes está contribuindo para a sua aprendizagem?	4.11
22) Como você avalia o incentivo dado pelos docentes para o desenvolvimento da sua autonomia intelectual?	4.11
23) Você considera que a disponibilidade do docente para o esclarecimento de dúvidas é?	4.24
24) Como você avalia os recursos didáticos utilizados na disciplina?	4.16
25) Como você avalia a compatibilidade da avaliação da aprendizagem com o conteúdo trabalhado?	4.09
26) Como você avalia a diversidade de instrumentos de avaliação (provas, trabalhos, etc)?	4.00

O processo de avaliação durante o curso e a participação da turma na percepção dos discentes:

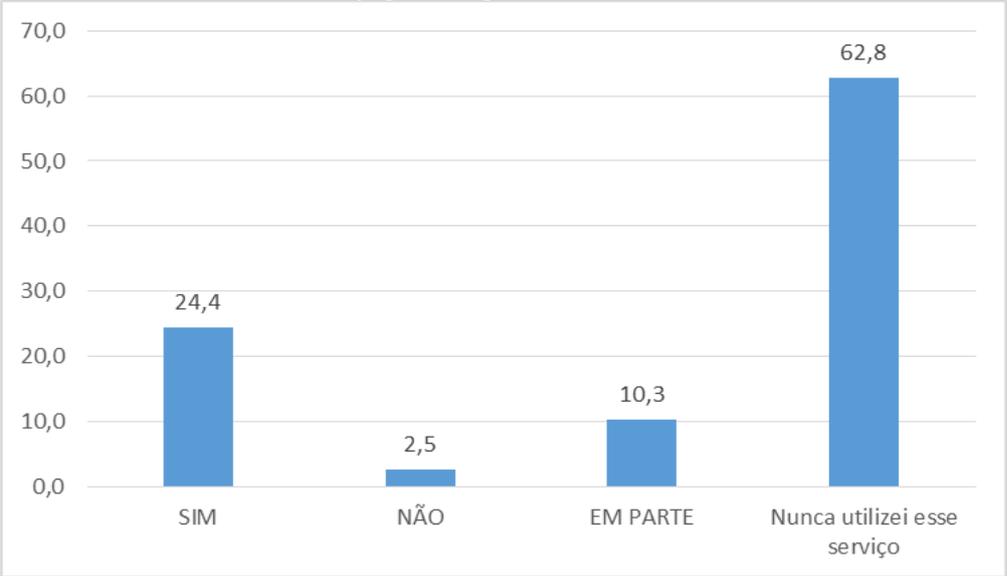
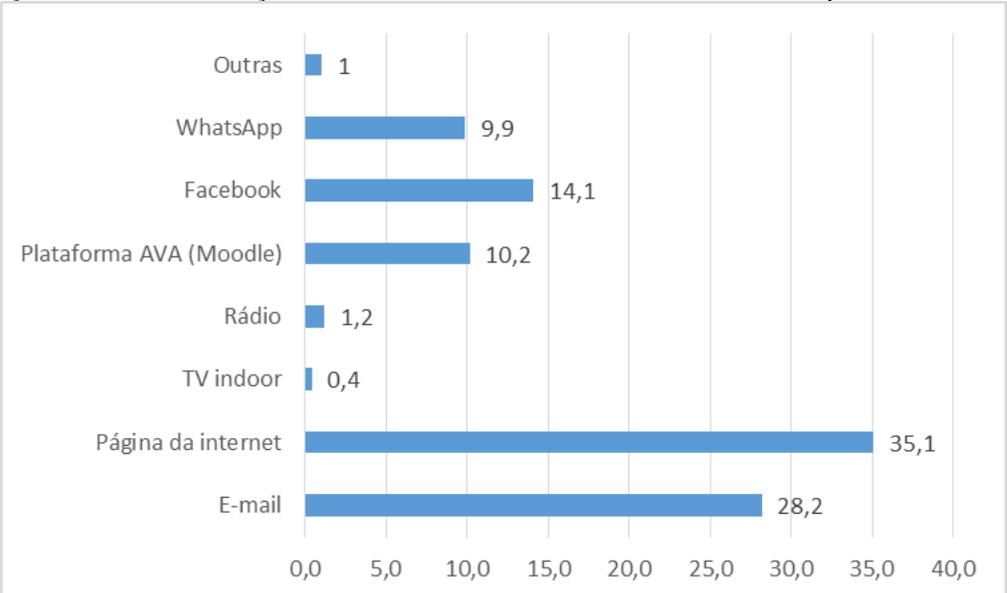


Avaliação do curso pelos discentes quanto ao desenvolvimento da autonomia do discente, a oferta de estágios e intercâmbios, a metodologia e o apoio ao discente.

Pergunta	Discente
33) As disciplinas cursadas até o momento estão contribuindo para sua formação integral, como cidadão e profissional.	4.40
34) Os conteúdos abordados nas disciplinas do curso até o momento estão favorecendo sua atuação em estágios ou em atividades de iniciação profissional.	4.14
35) As metodologias de ensino utilizadas no curso até o momento estão desafiando você a aprofundar conhecimentos e desenvolver competências reflexivas e críticas.	4.22
36) O curso está propiciando experiências de aprendizagem inovadoras.	4.19
37) O curso está contribuindo para o desenvolvimento da sua consciência ética para o exercício profissional.	4.48
38) No curso você está tendo oportunidade de aprender a trabalhar em equipe.	4.48
39) O curso está possibilitando aumentar sua capacidade de reflexão e argumentação.	4.45
40) O curso está promovendo o desenvolvimento da sua capacidade de pensar criticamente, analisar e refletir sobre soluções para problemas da sociedade.	4.42
41) O curso contribuiu para você ampliar sua capacidade de comunicação nas formas oral e escrita.	4.43
42) O curso está contribuindo para o desenvolvimento da sua capacidade de aprender e atualizar-se permanentemente.	4.43
43) As relações professor-aluno ao longo do curso estão estimulando você a estudar e aprender.	4.15
44) Os planos de ensino apresentados pelos professores estão contribuindo para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e para seus estudos.	4.23
45) As referências bibliográficas indicadas pelos professores nos planos de ensino estão contribuindo para seus estudos e aprendizagens.	4.31
46) Estão sendo oferecidas oportunidades para os estudantes superarem dificuldades relacionadas ao processo de formação.	3.94
47) A coordenação do curso está disponível para orientação acadêmica dos estudantes.	4.38
48) O curso está exigindo de você organização e dedicação frequente aos estudos.	4.61
49) Estão sendo oferecidas oportunidades para os estudantes participarem de programas, projetos ou atividades de extensão universitária.	4.10
50) Estão sendo oferecidas oportunidades para os estudantes participarem de projetos de iniciação científica e de atividades que estimularam a investigação acadêmica.	3.99
51) O curso está oferecendo condições para os estudantes participarem de eventos internos e/ou externos à instituição.	4.10

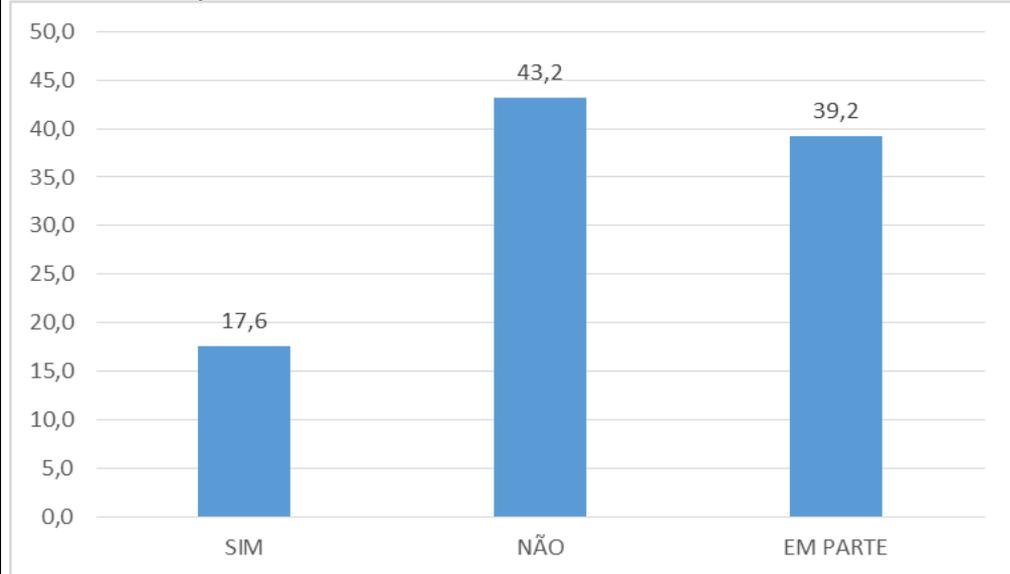
52) A instituição ofereceu oportunidades para os estudantes atuarem como representantes em órgãos colegiados.	4.24
53) O curso está oferecendo a articulação do conhecimento teórico com atividades práticas.	4.19
54) As atividades práticas estão sendo suficientes para relacionar os conteúdos do curso com a prática, contribuindo para sua formação profissional.	3.96
55) O curso está propiciando acesso a conhecimentos atualizados e/ou contemporâneos em sua área de formação.	4.32
56) O estágio supervisionado está proporcionando experiências diversificadas para a sua formação.	4.38
57) As atividades que estão sendo realizadas durante seu trabalho de conclusão de curso contribuíram para qualificar sua formação profissional	4.43
58) Estão sendo oferecidas oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios no país.	3.88
59) Estão sendo oferecidas oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios fora do país.	3.96
60) As avaliações de aprendizagem que estão sendo realizadas no curso são compatíveis com os conteúdos ou temas trabalhados pelos professores.	4.33
61) Os professores apresentam disponibilidade para atender os estudantes fora do horário das aulas.	4.31
62) Os professores demonstram domínio dos conteúdos abordados nas disciplinas.	4.39
63) Os professores utilizam tecnologias da informação e comunicação (TICs) como estratégia de ensino (projeto multimídia, laboratório de informática, ambiente virtual de aprendizagem).	4.51
64) A instituição dispõe de quantidade suficiente de funcionários para o apoio administrativo e acadêmico.	4.27
65) O curso disponibiliza monitores ou tutores para auxiliar os estudantes.	4.27
66) As atividades acadêmicas desenvolvidas dentro e fora da sala de aula estão possibilitando reflexão, convivência e respeito à diversidade.	4.39
67) A instituição promove atividades de cultura, de lazer e de interação social.	4.10
68) O curso disponibiliza programa de nivelamento nos períodos iniciais?	3.55
Avaliação dos cursos em EaD:	
Pergunta	Média Discente
69) Como você avalia a interatividade, entre acadêmicos e docentes, realizada pelo ambiente virtual de aprendizagem?	4.02
70) Como você avalia a interatividade, entre acadêmicos e tutores, realizada por meio do ambiente virtual de aprendizagem?	4.23
71) Como você avalia a comunicação entre colegas realizada por meio do ambiente virtual de aprendizagem?	4.13
72) Como você avalia a quantidade de professores/hora disponíveis para os atendimentos a discentes (alunos)?	3.86
73) A quantidade de discentes atendida por cada tutor é?	3.90
74) Como você avalia o planejamento e a comunicação com antecedência dos momentos presenciais?	4.20
75) Como você avalia a comunicação com os discentes sobre nomes, horários, formas e números para contato com docentes, tutores e pessoal de apoio?	4.02
76) Como você avalia o cronograma disponibilizado no início do curso sobre os locais e datas de provas e datas limite para as diferentes atividades?	4.33
77) Como você avalia os prazos para respostas a suas dúvidas, e o incentivos e orientação quanto ao progresso nos estudos?	3.87
78) Como você avalia a infraestrutura do polo de apoio para a realização das atividades presenciais?	4.36
79) Como você avalia o material didático disponibilizado, no que tange ao conteúdo para cada área do conhecimento, sua organização e com atualização permanente?	4.01
80) Como você avalia o material didático disponibilizado, no que se refere a sua estruturação em linguagem dialógica, de modo a promover autonomia do discente desenvolvendo sua capacidade para aprender e controlar o próprio desenvolvimento?	3.92
Potencialidade	Fragilidade
A maioria dos discentes, cerca de 83.5%, conhecem o Projeto Pedagógico do curso que está realizando.	Menos de 50% dos representantes participaram de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Há um grande percentual de alunos que não tem conhecimento do conceito do

	<p>De acordo com discentes, os cursos estão ofertando praticas profissionais/acadêmicas compatíveis como proposto nos PPCs.</p> <p>Conforme avaliação dos discentes o curso está correspondendo as suas expectativas.</p> <p>A coordenação de curso foi avaliada positivamente pelos discentes.</p> <p>O corpo docente foi bem avaliado pelos discentes.</p> <p>Foi considerado positivo pelos discentes, o desenvolvimento da autonomia do discente, a oferta de estágios e intercâmbios, a metodologia e o apoio ao discente.</p> <p>Os cursos em EaD foram avaliados positivamente, sem ressalvas.</p>	<p>curso no Exame Nacional de Desempenho do Estudantes (ENADE).</p>																																																																					
<p>Obs.:</p>	<p>As questões que envolvem a integração entre a tríade ensino-pesquisa-extensão, a infraestrutura, a disponibilidade de equipamentos, a vinculação às necessidades da comunidade foi avaliada pelos docentes como: Normal Esperado.</p> <p>As questões que envolvem a divulgação das atividades da tríade foram avaliadas pelos docentes e discentes como: Normal Esperado.</p> <p>A questão que aborda sobre bolsas para projetos foi avaliada pelos docentes, TAE's e discentes como: Normal Esperado.</p> <p>Aproximadamente 60% dos alunos conhece os membros do Colegiado do Curso.</p> <p>Menos de 70% dos discentes avaliou positivamente o plano de ação para a gestão do curso apresentado pelo coordenador.</p> <p>De acordo com os discentes, menos de 50% considera que as avaliações são bem utilizadas, enquanto instrumento de aprendizagem pelos docentes e, 53% dos discentes considera que os docentes as utilizam como indicador de dificuldades.</p> <p>Menos de 60% dos discentes considera que a turma é comprometida, responsável e assídua as aulas.</p> <p>A questão que envolve o nivelamento nos períodos iniciais do curso, foi considerada como Normal Esperado pelos discentes.</p>																																																																						
<p>DIMENSÃO 3: Responsabilidade social da instituição.</p>	<p>Avalie como as ações do IFSULDEMINAS têm influenciado a qualidade de vida da população local em relação a:</p> <table border="1" data-bbox="416 1464 1420 1630"> <thead> <tr> <th>Pergunta</th> <th>Docente</th> <th>TAE</th> <th>Discente</th> <th>Média</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>a) Promoção da cidadania e inclusão social.</td> <td>4.09</td> <td>4.03</td> <td>4.17</td> <td>4.10</td> </tr> <tr> <td>b) Desenvolvimento econômico.</td> <td>3.89</td> <td>3.98</td> <td>4.02</td> <td>3.96</td> </tr> <tr> <td>c) Defesa do meio ambiente.</td> <td>3.85</td> <td>3.87</td> <td>4.20</td> <td>3.97</td> </tr> <tr> <td>d) Produção cultural e artística.</td> <td>3.92</td> <td>3.85</td> <td>4.09</td> <td>3.95</td> </tr> <tr> <td>e) Esporte e lazer.</td> <td>4.00</td> <td>3.98</td> <td>4.08</td> <td>4.02</td> </tr> </tbody> </table> <p>Avalie o relacionamento do IFSULDEMINAS com o setor público/privado em relação a:</p> <table border="1" data-bbox="416 1666 1420 1908"> <thead> <tr> <th>Pergunta</th> <th>Docente</th> <th>TAE</th> <th>Discente</th> <th>Média</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>a) Formação de profissionais de acordo com as necessidades do mercado de trabalho.</td> <td>3.99</td> <td>4.03</td> <td>4.27</td> <td>4.10</td> </tr> <tr> <td>b) Aplicação, na sociedade, do conhecimento científico produzido.</td> <td>3.72</td> <td>3.81</td> <td>4.16</td> <td>3.90</td> </tr> <tr> <td>c) Identificação de necessidades da população.</td> <td>3.60</td> <td>3.62</td> <td>4.02</td> <td>3.75</td> </tr> <tr> <td>d) Proposição de ações em parceria.</td> <td>3.65</td> <td>3.86</td> <td>4.00</td> <td>3.84</td> </tr> <tr> <td>e) Execução de ações em parceria.</td> <td>3.65</td> <td>3.80</td> <td>3.98</td> <td>3.81</td> </tr> <tr> <td>f) Avaliação de resultado das ações implementadas.</td> <td>3.49</td> <td>3.74</td> <td>4.00</td> <td>3.74</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1" data-bbox="416 1917 1420 1953"> <thead> <tr> <th>Potencialidade</th> <th>Fragilidade</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>As ações que envolvem a influência na qualidade de vida da população.</td> <td>Não se aplica.</td> </tr> </tbody> </table>		Pergunta	Docente	TAE	Discente	Média	a) Promoção da cidadania e inclusão social.	4.09	4.03	4.17	4.10	b) Desenvolvimento econômico.	3.89	3.98	4.02	3.96	c) Defesa do meio ambiente.	3.85	3.87	4.20	3.97	d) Produção cultural e artística.	3.92	3.85	4.09	3.95	e) Esporte e lazer.	4.00	3.98	4.08	4.02	Pergunta	Docente	TAE	Discente	Média	a) Formação de profissionais de acordo com as necessidades do mercado de trabalho.	3.99	4.03	4.27	4.10	b) Aplicação, na sociedade, do conhecimento científico produzido.	3.72	3.81	4.16	3.90	c) Identificação de necessidades da população.	3.60	3.62	4.02	3.75	d) Proposição de ações em parceria.	3.65	3.86	4.00	3.84	e) Execução de ações em parceria.	3.65	3.80	3.98	3.81	f) Avaliação de resultado das ações implementadas.	3.49	3.74	4.00	3.74	Potencialidade	Fragilidade	As ações que envolvem a influência na qualidade de vida da população.	Não se aplica.
Pergunta	Docente	TAE	Discente	Média																																																																			
a) Promoção da cidadania e inclusão social.	4.09	4.03	4.17	4.10																																																																			
b) Desenvolvimento econômico.	3.89	3.98	4.02	3.96																																																																			
c) Defesa do meio ambiente.	3.85	3.87	4.20	3.97																																																																			
d) Produção cultural e artística.	3.92	3.85	4.09	3.95																																																																			
e) Esporte e lazer.	4.00	3.98	4.08	4.02																																																																			
Pergunta	Docente	TAE	Discente	Média																																																																			
a) Formação de profissionais de acordo com as necessidades do mercado de trabalho.	3.99	4.03	4.27	4.10																																																																			
b) Aplicação, na sociedade, do conhecimento científico produzido.	3.72	3.81	4.16	3.90																																																																			
c) Identificação de necessidades da população.	3.60	3.62	4.02	3.75																																																																			
d) Proposição de ações em parceria.	3.65	3.86	4.00	3.84																																																																			
e) Execução de ações em parceria.	3.65	3.80	3.98	3.81																																																																			
f) Avaliação de resultado das ações implementadas.	3.49	3.74	4.00	3.74																																																																			
Potencialidade	Fragilidade																																																																						
As ações que envolvem a influência na qualidade de vida da população.	Não se aplica.																																																																						

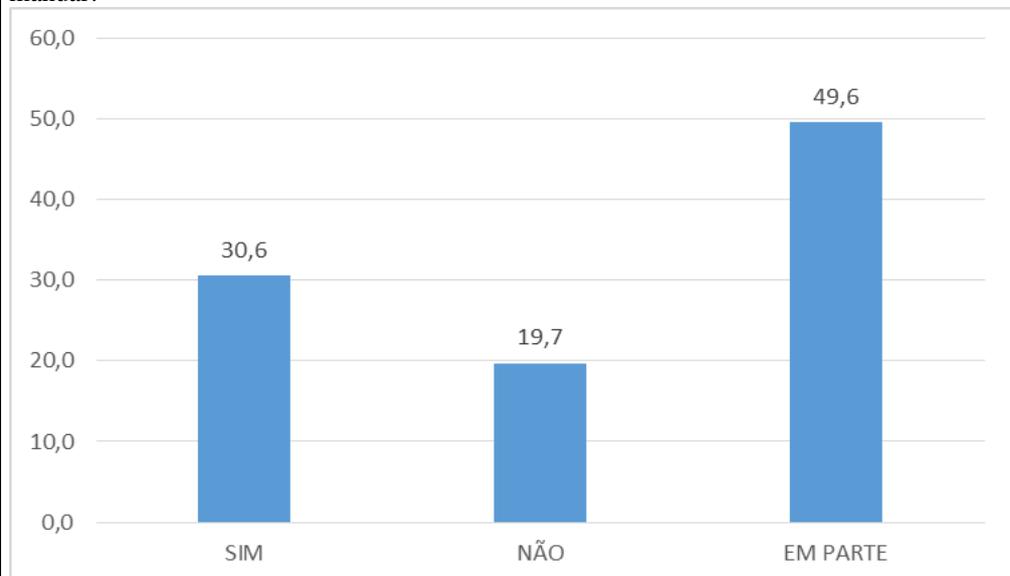
	Formação de acordo com a necessidade do mercado. Discentes: observam que todas as ações desenvolvidas são consideradas potencialidade.																		
Obs.:	A aplicação do conhecimento científico na sociedade, identificação das necessidades da comunidade, proposição, execução e avaliação de ações de parceria foram consideradas Normal Esperado pelos docentes. A identificação das necessidades e avaliação das ações também foi assim considerada pelos TAEs.																		
DIMENSÃO 4: Comunicação com a sociedade	Você ficou satisfeito com o serviço prestado pela Ouvidoria?																		
	 <table border="1"> <thead> <tr> <th>Resposta</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>SIM</td> <td>24,4</td> </tr> <tr> <td>NÃO</td> <td>2,5</td> </tr> <tr> <td>EM PARTE</td> <td>10,3</td> </tr> <tr> <td>Nunca utilizei esse serviço</td> <td>62,8</td> </tr> </tbody> </table>		Resposta	Porcentagem	SIM	24,4	NÃO	2,5	EM PARTE	10,3	Nunca utilizei esse serviço	62,8							
	Resposta	Porcentagem																	
	SIM	24,4																	
	NÃO	2,5																	
EM PARTE	10,3																		
Nunca utilizei esse serviço	62,8																		
Comunicação interna e externa:																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Pergunta</th> <th>Docente</th> <th>TAE</th> <th>Discente</th> <th>Média</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>84) A comunidade externa tem conhecimento das atividades desenvolvidas pela IFSULDEMINAS?</td> <td>3.30</td> <td>3.49</td> <td>3.75</td> <td>3.51</td> </tr> <tr> <td>85) As informações internas fluem de maneira satisfatória?</td> <td>3.45</td> <td>3.36</td> <td>3.85</td> <td>3.55</td> </tr> </tbody> </table>		Pergunta	Docente	TAE	Discente	Média	84) A comunidade externa tem conhecimento das atividades desenvolvidas pela IFSULDEMINAS?	3.30	3.49	3.75	3.51	85) As informações internas fluem de maneira satisfatória?	3.45	3.36	3.85	3.55			
Pergunta	Docente	TAE	Discente	Média															
84) A comunidade externa tem conhecimento das atividades desenvolvidas pela IFSULDEMINAS?	3.30	3.49	3.75	3.51															
85) As informações internas fluem de maneira satisfatória?	3.45	3.36	3.85	3.55															
Qual meio de comunicação do IFSULDEMINAS você utiliza com maior frequência?																			
 <table border="1"> <thead> <tr> <th>Meio de Comunicação</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Outras</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>WhatsApp</td> <td>9,9</td> </tr> <tr> <td>Facebook</td> <td>14,1</td> </tr> <tr> <td>Plataforma AVA (Moodle)</td> <td>10,2</td> </tr> <tr> <td>Rádio</td> <td>1,2</td> </tr> <tr> <td>TV indoor</td> <td>0,4</td> </tr> <tr> <td>Página da internet</td> <td>35,1</td> </tr> <tr> <td>E-mail</td> <td>28,2</td> </tr> </tbody> </table>		Meio de Comunicação	Porcentagem	Outras	1	WhatsApp	9,9	Facebook	14,1	Plataforma AVA (Moodle)	10,2	Rádio	1,2	TV indoor	0,4	Página da internet	35,1	E-mail	28,2
Meio de Comunicação	Porcentagem																		
Outras	1																		
WhatsApp	9,9																		
Facebook	14,1																		
Plataforma AVA (Moodle)	10,2																		
Rádio	1,2																		
TV indoor	0,4																		
Página da internet	35,1																		
E-mail	28,2																		
Potencialidade		Fragilidade																	
Não se aplica.		Não utilização dos serviços de ouvidoria.																	

Obs.:	A comunicações interna e externa foram avaliadas dentro do normal esperado, o que sugere que é possível melhorias nesse quesito.									
DIMENSÃO 5: As políticas de pessoal	Percepção dos servidores quanto as carreiras, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e as condições de trabalho.									
	Pergunta	Docente	TAE	Média						
	87) Como você avalia as condições de trabalho oferecidas pelo IFSULDEMINAS?	4.00	4.07	4.04						
	88) Os servidores recebem apoio para a sua qualificação?	4.28	4.13	4.20						
	89) O IFSULDEMINAS possibilita o crescimento profissional dos servidores?	4.21	3.98	4.10						
	90) Os servidores desempenham suas tarefas com responsabilidade?	4.07	4.13	4.10						
	91) Os critérios para a avaliação de desempenho e progressão funcional são claros e efetivos?	3.99	3.70	3.84						
	92) Como você avalia o desempenho dos setores com jornada flexibilizada (30h)?	3.54	4.23	3.88						
	93) Como você avalia a normativa docente?	3.54	3.30	3.42						
	Potencialidade	Fragilidade								
As condições de trabalho, o apoio para a qualificação, possibilidade de crescimento profissional, a responsabilidade dos servidores.	Não se aplica.									
Obs.:	A avaliação de desempenho e progressão foram consideradas como Normal Esperado pelos TAE's. A jornada flexibilizada foi considerada Normal Esperado pelos docentes. A normativa docente foi considerada Normal Esperado pelos docentes e TAE's.									
DIMENSÃO 6: Organização e gestão da instituição	Você conhece o organograma administrativo do IFSULDEMINAS?									
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Resposta</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>SIM</td> <td>19,1</td> </tr> <tr> <td>NÃO</td> <td>53,0</td> </tr> <tr> <td>EM PARTE</td> <td>27,8</td> </tr> </tbody> </table>			Resposta	Porcentagem	SIM	19,1	NÃO	53,0	EM PARTE
Resposta	Porcentagem									
SIM	19,1									
NÃO	53,0									
EM PARTE	27,8									

Você conhece os procedimentos administrativos do IFSULDEMINAS?



As informações sobre os procedimentos administrativos estão organizadas em forma de manual?



Localização e compreensão de informações:

Pergunta	Docente	TAE	Discente	Média
97) As informações sobre os procedimentos administrativos são de simples localização e compreensão?	3.41	3.47	3.62	3.50

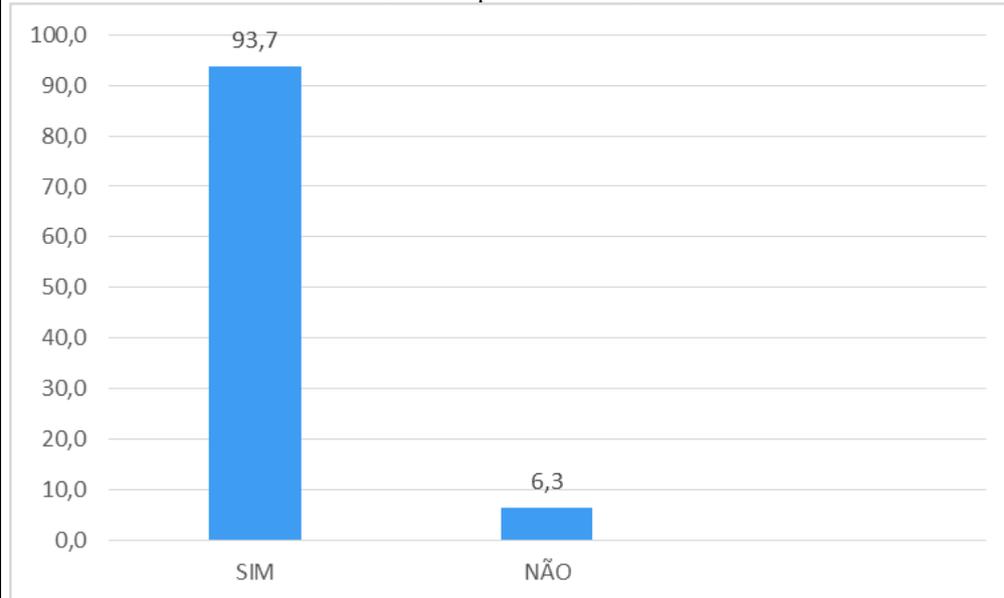
Potencialidade	Fragilidade
Não se aplica.	Tanto o organograma quanto os procedimentos administrativos não são conhecidos pela maioria dos servidores respondentes.

Obs.: Parte das informações dos procedimentos administrativos são organizadas em manuais. A localização e compreensão dos procedimentos são consideradas Normal Esperado pelos servidores.

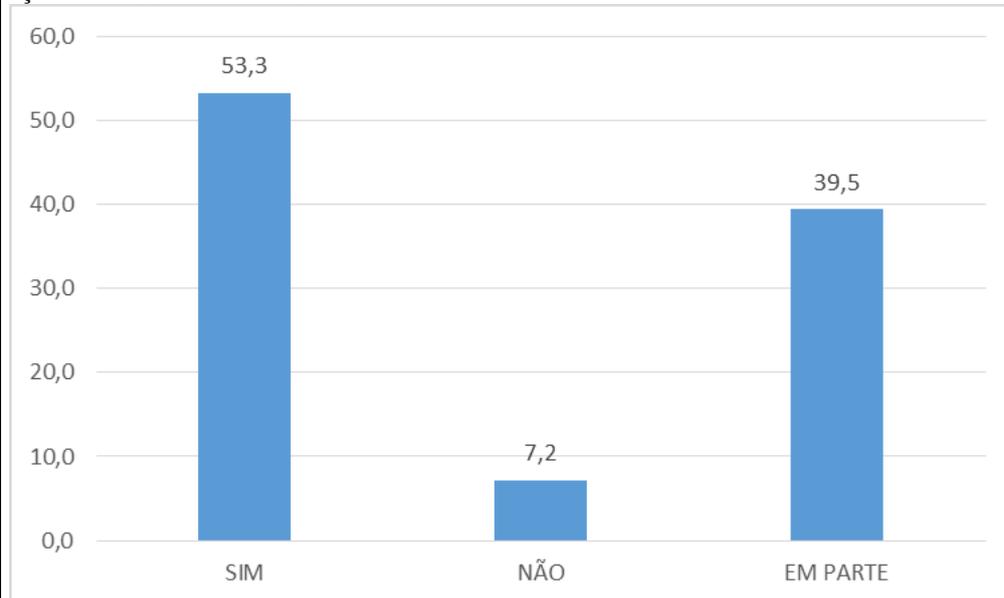
DIMENSÃO 7: Infraestrutura física	Percepção dos respondentes quanto a coerência da infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais, como também as instalações gerais, a instalações da biblioteca: acervo, serviços e espaço físico, disponibilizados para o ensino presencial e a distância.				
	Pergunta	Docente	TAE	Discente	Média
	98) Como você avalia a condições de facilidade de acesso e segurança no campus?	3.38	3.61	3.90	3.63
	99) Como você avalia o ambiente para as aulas quanto à acústica, luminosidade e ventilação?	3.45	3.95	3.87	3.76
	100) Como você avalia a manutenção e a conservação das instalações físicas do seu campus?	3.61	3.71	3.94	3.75
	101) Você avalia que o número de equipamentos nos laboratórios de informática é suficiente?	3.82	4.10	3.99	3.97
	102) Você avalia que os recursos instrucionais (TV, vídeo, DVD, retroprojetor, multimídia) são em número suficiente?	3.77	4.01	4.04	3.94
	103) Você avalia que os laboratórios são adequados em termos de espaço e equipamento?	3.68	4.02	3.98	3.89
	104) A quantidade de material disponibilizada para as atividades de laboratório é suficiente?	3.64	3.95	3.88	3.82
	105) Os laboratórios de ensino são adequados ao número de discentes?	3.57	3.99	3.88	3.81
	106) Como você avalia as instalações e serviços prestados pela cantina?	3.38	3.84	3.72	3.65
	107) Como você avalia a qualidade e diversidade de produtos de consumo fornecidos na cantina?	3.17	3.71	3.59	3.49
	108) Como você avalia o espaço físico do campus com relação às necessidades da comunidade acadêmica?	3.82	4.07	4.19	4.03
	109) As instalações do campus atendem as pessoas com necessidades especiais?	3.65	3.65	4.07	3.79
	110) Como você considera os serviços de limpeza no campus?	4.02	4.08	4.28	4.13
111) Como você considera os serviços de segurança no campus?	3.53	3.69	3.93	3.72	
112) O serviço de prestados pela biblioteca atende de qual forma os anseios da comunidade acadêmica?	4.10	4.22	4.28	4.20	
113) A quantidade de livros básicos e periódicos recomendados nas unidades curriculares e disponíveis na biblioteca é considerada?	3.69	4.09	4.01	3.93	
Potencialidade		Fragilidade			
Efetividade dos equipamentos de informática. Espaço físico de necessidade da comunidade acadêmica. A limpeza do <i>Campus</i> . Serviços prestados pela biblioteca.		Não se aplica.			
Obs.:	<p>As questões que envolvem a facilidade de acesso, segurança, manutenção, conservação das condições físicas e a acessibilidade foram consideradas como Normal Esperado pelos docentes e TAE's.</p> <p>O ambiente para aulas, recursos instrucionais, adequação dos laboratórios ao quantitativo de alunos, livros básicos e periódicos disponíveis na biblioteca foram considerados Normal Esperado pelos docentes.</p> <p>As instalação e serviços prestados pela cantina foram considerados Normal Esperado pelos docentes e discentes, já a qualidade e diversidade de produtos oferecidos na cantina foram considerados Normal Esperado pelos docentes, TAE's e discentes.</p>				

DIMENSÃO 8:
Planejamento e avaliação

Há interesse em conhecer o resultado deste processo avaliativo?



Os resultados da Autoavaliação Institucional são utilizados na revisão do planejamento e das ações do IFSULDEMINAS?



Sobre a divulgação dos resultados:

Pergunta	Docente	TAE	Discente	Média
116) Como você considera a divulgação dos resultados da Autoavaliação Institucional?	3.32	3.53	3.84	3.56

Potencialidade	Fragilidade
Consciência da importância dos resultados da autoavaliação.	Não se aplica.

Obs.:

Aproximadamente 50% dos respondentes consideram que os resultados são utilizados para planejamento e ações.
A divulgação dos resultados foi considerada como Normal Esperado pelos docentes e TAE's.

DIMENSÃO 9: Políticas de atendimento aos estudantes	Como você avalia os programas de atendimento aos discentes realizados pelo IFSULDEMINAS.			
	Pergunta	Discente		
	a) Programa de assistência à saúde.	3.98		
	b) Programa de apoio às pessoas com necessidades especiais.	4.16		
	c) Programa de auxílio estudantil.	3.63		
	d) Programa de auxílio à participação em eventos acadêmicos, científicos e tecnológicos.	3.87		
	e) Programa de mobilidade estudantil nacional e internacional.	3.84		
	f) Programa de acompanhamento psicológico.	3.76		
	g) Programa de acompanhamento pedagógico.	4.01		
	h) Programa de incentivo ao esporte, ao lazer e à cultura.	3.92		
	i) Programa de acompanhamento de serviço social.	3.94		
	j) Programa de inclusão digital.	3.96		
	k) Organização de grêmios estudantis, centros acadêmicos e diretórios acadêmicos.	3.76		
	l) Programa de acessibilidade de pessoas com necessidades especiais.	4.01		
m) Divulgação dos programas de atendimento aos discentes.	3.89			
n) Projeto de Prevenção da Evasão Escolar.	3.57			
Potencialidade		Fragilidade		
Assistência à saúde, apoio às pessoas com necessidades especiais, auxílio EVACT, programa de mobilidade, acompanhamento pedagógico, incentivo ao esporte, lazer e cultura, serviço social, inclusão digital, programa de acessibilidade, divulgação dos programas.		Não se aplica.		
Obs.:	O programa de auxílio estudantil, acompanhamento psicológico, organização de diretórios e correspondentes e projeto de prevenção a evasão foram considerados Normal Esperado pelos discentes.			
DIMENSÃO 10: Sustentabilidade financeira	Percepção quanto coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais.			
	Pergunta	Docente	TAE	Média
	118) Como você avalia a compatibilidade entre cursos oferecidos e os recursos disponíveis?	3.57	3.71	3.64
	119) Você considera que os recursos financeiros destinados ao IFSULDEMINAS para o desenvolvimento de suas atividades são?	3.19	3.29	3.24
	120) Como você avalia a eficiência com que os recursos financeiros do IFSULDEMINAS são aplicados?	3.83	3.85	3.84
Potencialidade		Fragilidade		
Eficiência quanto a aplicação dos recursos.		Não se aplica.		
Obs.:	A compatibilidade entre o oferecimento de cursos e os recursos e os recursos recebidos para a realização de atividades foram considerados Normal Esperado pelos docentes e TAE's.			

Fonte: Adaptado pela autora de IFSULDEMINAS (2019, p. 17-32).